

ISSN 0011-7641



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO LXXXIX - Nº 795

JAN/FEV/MAR/ABR 2003



**AÇÃO MILITAR E POLÍTICA
DE D. JOÃO VI NO BRASIL**

L. P. Macedo Carvalho

**O PAN-ISLAMISMO RADICAL
E A ORDEM INTERNACIONAL
LIBERAL**

João Marques de Almeida

**SOCIEDADE, MERCADO E
DESENVOLVIMENTO NA
AMÉRICA LATINA**

Ricardo Vélez Rodríguez



Titulo: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu



320853

290637

v.89, n.795, jan./fev./mar./abril 2003 BFD



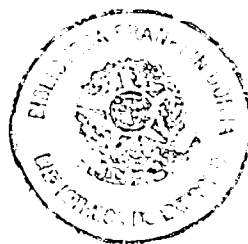
Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço dos ideais, dos valores
e das necessidades da cultura militar brasileira.

acesse

www.bibliex.eb.br

Editorial



22 de janeiro de 1808

No dia 22 de janeiro de 1808, desembarcava, em Salvador, o Príncipe Regente de Portugal, acompanhado de membros da sua corte. A transferência da sede do governo português para a colônia sul-americana tem sido interpretada, por alguns, como ato de insegurança e covardia pela inusitada reação à conjuntura criada por Napoleão no continente europeu. Outros, porém, a consideram um ato de coragem, pelos riscos a que viagem, tão longa e desconfortável, verdadeira aventura, expôs a cúpula da monarquia lusa.

Ficamos com os últimos.

A ação política de D. João VI, em defesa dos interesses portugueses, é apreciada no primeiro artigo do nosso Sumário. Ele revela o monarca lusitano não como um deglutidor de frangos, imagem que o cinema e a televisão gostam de divulgar, mas como um estadista lúcido e com apreciável visão prospectiva.

Nesta edição, A Defesa Nacional não poderia deixar de referenciar os 195 anos de sua chegada ao Brasil: foi aí que começou a efetivar-se a Independência do nosso País. A abertura dos portos brasileiros às nações amigas, a suspensão do impedimento de se criarem indústrias em solo colonial e a fundação de escolas, bibliotecas e outras instituições culturais abriram o mundo para os brasileiros, ao tempo em que o País era elevado à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves.

Dessa forma, quando, em 1821, as pressões exercidas pelos súditos de além-mar obrigaram-no a retornar a Portugal, o Brasil já apresentava uma estatura capaz de justificar o pleito por sua emancipação política. O receio de que o regresso do Rei a Portugal pudesse significar uma tentativa de retirar do povo brasileiro a autonomia que havia conquistado precipitou, ano seguinte, o brado do Ipiranga, emblemático da Independência longamente desejada.



A DEFESA NACIONAL

A DEFESA NACIONAL

Diretor

Gen Div Antônio Gabriel Esper

Editor

Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Redator

Cel Eng EM Virgílio da Veiga

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 - 3º andar
Ala Marçilio Dias - CEP 20221-260
Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Tels.: (21) 2519-5707 e 2519-5715
Fax: (21) 2519-5569
Ligação gratuita: (0800) 238365
E-mail: bibllex@ism.com.br
Site: www.bibllex.eb.br

PROGRAMAÇÃO VISUAL & EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Murilo Machado e Rodrigo Tonus
Telefax: (21) 2275-6286 e 2541-6927

REVISÃO

Luiz Carlos Carneiro de Paula
Cátia Izidoro

IMPRESSÃO

Sermograf - Artes Gráficas Editora Ltda
Telefax: (24) 2237-3769 e 2237-3709
E-mail: sermograf@sermograf.com.br

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do Exército Brasileiro.

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Accepta-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser produzidos em programa Microsoft Word, tendo cerca de 40.000 caracteres incluindo os espaços. Deverão ser anexados o disquete(s) com a matéria, síntese curricular do autor e endereço postal.

As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os originais encaminhados à Redação não serão devolvidos.

Por imposição de espaço, a Redação, sem alterar o sentido e o conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original.

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

ASSINATURAS E VENDAS DE NÚMEROS AVULSOS

A assinatura anual e venda de números avulsos são feitas na Administração.

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores — Principais Temas: **DESTRUIÇÃO MILITAR, EXERCÍCIO LÍDRIO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS**

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I

SUMMARIO

Editorial: **PARTE JORNALÍSTICA** - O Exército e a organização da Força. - Serviços técnicos. - A guerra. - Comandante do grupo de artilharia em combate. - A missão. - O desenvolvimento progressivo da artilharia alemã. - Reorganização da Guarda Nacional. - Equipamento adequado da artilharia. - Armamento para a campanha. - O desenvolvimento da "Guerra". - Quilômetros a mais. - A Defesa Nacional. - O equipamento da guerra dos Estados sobre artilharia. - A infantaria japonesa. - Colaboração. - BILHETES DA VIDA. - Os intermediários clássicos e a criação animal. - Exercício de quadros e sobre a carta. - para a arma de infantaria. - Livros franceses e alemães.

Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 - 10/10/1913 de A DEFESA NACIONAL

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual

"A DEFESA NACIONAL"

FUNDAÇÃO EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Diretor-Presidente

Gen Bda Antônio Gabriel Esper

Diretor-Secretário

Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

Diretor-Administrativo

Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Diretor-Tesoureiro

1º Ten Int Sidnei Flávio Goulart Miranda

Conselheiros

Cel Prof Celso José Pires
Cel Art EM Enr dos Santos Araújo

Conselho Fiscal

Cel Cav EM Nilson Vieira Ferreira de Mello
Cel Cav Hélio Pinheiro
Cel Eng EM Luiz Carlos Carneiro de Paula

Suplentes

Maj Eng Paulo Cezar Silveira de Almeida
Cap QAO Justo Hélio Monteiro
1º Ten Cav Gustavo de Mendonça Penha.



NOSSA CAPA

A capa presta homenagem a D. João VI, figura de líder que com sua visão de estadista abriu os horizontes da colônia portuguesa na América. Suas decisões permitiram o desenvolvimento político e administrativo do Brasil.

Sumário

EDITORIAL	1
AÇÃO MILITAR E POLÍTICA DE D. JOÃO VI NO BRASIL	4
<i>Luiz Paulo Macedo Carvalho</i>	
SOCIEDADE, MERCADO E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA	11
<i>Ricardo Vélez Rodríguez</i>	
ESTADO-NAÇÃO x GLOBALIZAÇÃO	27
<i>Wilson Mendes Lauria</i>	
BRASIGUAÍOS: TERRITÓRIO E JOGOS DE IDENTIDADE	35
<i>Marcelo Santa Barbara</i>	
A NECESSIDADE DO REEQUIPAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS: O EXEMPLO DO CASO PANTHER	44
<i>Renato Amado Peixoto</i>	
AS CONVENÇÕES DE GENEBRA EM FACE DAS NOVAS CONCEPÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL	51
<i>Carlos Henrique Guedes</i>	
CRIMÉIA: A GUERRA PROTOTECNOLÓGICA	60
<i>João Carlos Jânio Gigolotti</i>	
EMPREENHIMENTOS ESTRATÉGICOS NA AMAZÔNIA	73
<i>Walmir Fonseca Azevedo Pereira</i>	
INTERCÂMBIO MILITAR NAS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA DO SUL	83
<i>Hélio Fernando Rosa de Araújo</i>	
A FRAGMENTAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL DE SEGURANÇA COLETIVA E OS DESAFIOS DA SEGURANÇA LATINO-AMERICANA	93
<i>Felipe Kern Moreira</i>	
O PAN-ISLAMISMO RADICAL E A ORDEM INTERNACIONAL LIBERAL	104
<i>João Marques de Almeida</i>	
PODER MILITAR	116
<i>Reis Friede</i>	
A INFLUÊNCIA DA MISSÃO MILITAR FRANCESA NA ECEME	133
<i>Ary Pelegrino Filho</i>	
O ACORDO DE COOPERAÇÃO MILITAR BRASIL-NAMÍBIA COMO INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DA ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL	143
<i>Roberto Carvalho de Medeiros</i>	
COMENTÁRIOS E INFORMAÇÕES	
AS PUBLICAÇÕES MILITARES VISTAS COMO DESAFIO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE INTEGRADA E SOLIDÁRIA	167
<i>Luiz Eugênio Duarte Peixoto</i>	
TRAVESSIA DOS FORTES	170
<i>Luiz Sérgio Melucci Salgueiro</i>	



Ação militar e política de D. João VI no Brasil

L. P. Macedo Carvalho*

RESUMO

O verdadeiro sentido da transladação da Corte portuguesa para o Brasil e a ação militar e política de D. João VI durante sua permanência em terra brasileira são alguns dos tópicos destacados neste artigo, que resgata a imagem caricata que se costuma apresentar do monarca português.

PALAVRAS-CHAVE

Ação militar e política, D. João VI, Conde de Linhares, Conde de Anádia.

A História julga só os resultados e não os propósitos.

Gregório Maraño, Tibério

Parece que já é hora de reavaliação da figura histórica de um rei injustiçado na historiografia brasileira e, particularmente, na portuguesa - D. João VI. A imagem distorcida que vem sendo constantemente transmitida dele é, na maioria das vezes, folclórica. Nas páginas da história, D. João é apresentado como um personagem bonachão, despreparado, feio, fraco, glutão, de limitados dotes intelectuais, que abandona a metrópole à sanha dos invasores franceses e ao posterior autoritarismo de Beresford, fu-

gindo, com medo de Napoleão, para a Colônia, onde passou a ter uma boa vida, alheio a tudo e deprimido.

À luz da verdade, com a invasão de Portugal pelas tropas de Andoche Junot, não restava alternativa ao Príncipe Regente senão transferir a Corte para o território português do Estado do Brasil, a fim de preservar a Coroa, a dinastia dos Braganças e o próprio reino de Portugal. Do contrário, ficaria na ameaça de cair prisioneiro de Napoleão, como aconteceu a seu cunhado Fernando VII, ocupante do tro-

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

no da Espanha. O bloqueio continental, instituído pelo Decreto de Berlim, colocava Portugal em posição difícil: caso se opusesse ao fechamento dos seus portos, imposto pelos franceses, ficaria à mercê de Napoleão, com as fronteiras expostas; se aceitasse a política da França arriscar-se-ia à perda do Brasil. O Exército de Portugal achava-se sem condições de oferecer resistência às forças invasoras espanholas e francesas. O refúgio no Brasil mostrava-se lógico, tendo sido vaticinado pelo Padre Vieira, por D. Luiz da Cunha (famoso diplomata) e esboçado até mesmo, anteriormente, por outros administradores lusos como o grande estadista Marquês de Pombal. Não se deve esquecer que o Primeiro-Ministro inglês William Pitt preconizara a instalação da capital do império português no Planalto Central do Brasil para salvar a monarquia em perigo. Acresça-se ainda que o vasto Oceano Atlântico, interpondo-se entre o Velho Mundo e a América, proporcionava natural proteção, controlado pela poderosa esquadra inglesa, conforme até Napoleão evidenciava em instruções expedidas de Bayonne ao Almirante Decrés.

Não se pretende fazer de D. João VI um herói dotado de brilhante inteligência, com rasgos de atitudes corajosas e rápidas, mas também é inaceitável vê-lo retratado grotescamente como um idiota sem visão política, demasiadamente vacilante e desvalido. Na realidade, debaixo da aparente timidez e lentidão de seus atos, escondia-se uma mente atilada, equilibrada, prudente e sagaz. Ao postergar a tomada de decisões, jogava uns contra os outros, conselheiros e ministros, dividindo-os para reinar e derrotar os adver-

sários. Valia-se de evasivas para ganhar tempo e tirar vantagem, o que o caracterizaria como homem de imaginação e de percepção aguçada.

É um grande equívoco interpretar-se a transferência da Corte portuguesa para o Brasil como mera fuga. Fora bem planejada, com bastante antecedência. Não se tratara de improvisação. A genial mudança do Governo, com seu acervo histórico e os meios indispensáveis à administração, atesta isso. Ninguém se muda, de uma hora para outra, de um lado para outro do Atlântico, enfrentando enorme resistência dos seus compatriotas e inimigos, com uma comitiva da ordem de 15 mil pessoas, incluindo fuzileiros da Brigada Real da Marinha, biblioteca particular, em 15 naus e fragatas abarrotadas de documentos, pratarias, roupas, utensílios diversos e suprimentos, acompanhado da nobreza, acadêmicos, professores, técnicos, crianças, mãe doente, mulher contrariada e, inclusive, do herdeiro do trono, sem maiores razões do que o simples medo de Napoleão. Não se mudara apenas a Corte mas o Estado, afirma Pedro Calmon. A trasladação da Corte para o Rio de Janeiro deve ser considerada mais uma manobra política arguta e feliz do que deserção covarde, assevera o historiador Oliveira Lima. Não resultou subitamente de um recurso extremo e irrefletido.

É preciso conhecer um pouco a história da diplomacia inglesa para se entender o que se tramava nos bastidores do poder. Em carta remetida da Inglaterra a Strangford, embaixador inglês em Portugal, Lorde Canning revela a existência de um acordo secreto para apoiar o Príncipe Regente D. João a fim de estabelecer no

Brasil um grande reino com a possibilidade de expansão territorial na Cisplatina, como de fato, mais tarde, veio a ocorrer. Strangford, em correspondência enviada ao seu país, informa que D. João relutou em deixar Portugal até o último momento, o que corrobora a idéia de não ter havido uma fuga, mas um projeto.

A AÇÃO MILITAR

Logo ao chegar no Rio de Janeiro, D. João se preocupou com a questão de defesa do Brasil. De pronto, o governo joanino tomou uma série de medidas para o fortalecimento militar da Colônia, podendo-se mesmo considerá-las como iniciadoras da organização da força terrestre brasileira.

Confiou D. João a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, seu autêntico braço direito enquanto viveu, até 1812. O Ministério da Marinha e Ultramar foi entregue ao Conde de Anádia, D. João Rodrigues de Sá e Menezes. Entre os seus primeiros atos político-administrativos promulgados destacam-se a criação do Conselho Supremo Militar e da Intendência Geral da Polícia da Corte.

D. João já desembarcou no Rio de Janeiro em 1808, trazendo consigo a Brigada Real da Marinha que, transformada em Regimento de Artilharia, seria a célula máter do Corpo de Fuzileiros Navais, cujas relevantes atuações na tomada de Caiena e na campanha de incorporação da Cisplatina valeram-lhe prestígio desfrutado até os dias de hoje.

Diante da premência de defesa e segurança dos vastos domínios da Colônia, determinou a reorganização do Arse-

nal de Marinha e a instalação da Academia de Marinha e da Companhia de Guardas-Marinha nos dormitórios do Mosteiro de São Bento.

Em 13 de maio de 1808, foi criado o posto de almirante-general, investindo nele o Infante D. Pedro Carlos, e começou o preparo da frota naval que iria permitir a invasão da Guiana Francesa e apoiar as ações ofensivas no Prata.

A situação militar da Colônia era deplorável. A tropa, sem disciplina e instrução, pessimamente fardada, mal comandada, tinha até de exercer outras ocupações para se manter. Afora a tropa de linha, cujo efetivo não ultrapassava 2.000 homens, havia no Rio de Janeiro, por ocasião da chegada de D. João, apenas dois regimentos de milícia, integrados por lojistas, caixeiros e aprendizes que ocupavam, inclusive, os postos de oficiais, num total de 1.500 milicianos. Esse quadro exigia melhor organização militar e maior atenção à formação dos oficiais, além de reforço à defesa.

Com a finalidade de defender o Rio de Janeiro de incursões estrangeiras, D. João reestruturou o Arsenal de Guerra da Ponta do Calabouço, onde se situa hoje o Museu Histórico Nacional, nos moldes do seu congênere de Lisboa, para reparar o armamento das fortificações, fabricar munição de artilharia, lâminas de espada, armas de fogo e fundição de canhões.

O Alvará de 1º de março de 1811 instituiu a Real Junta dos Arsenais do Exército, Fábricas e Fundições.

Por Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810, foi criada a Academia Real Militar (berço da Academia Militar das Agulhas Negras), provisoriamente sediada na

famosa Casa do Trem, e dois anos depois transferida para a inacabada Sé, no Largo de São Francisco de Paula, *para formar hábeis oficiais de artilharia e de engenharia*, em curso de sete anos de duração. Presidia a Junta Militar da Academia o Tenente-General Carlos Antônio Nacion, italiano de nascimento radicado em Portugal que, na época, exercia o cargo de Chefe do Estado-Maior dos Exércitos e a função de membro do Conselho Supremo Militar. Nacion ativou também a Casa do Trem e a Casa das Armas, no Morro da Conceição. Diretor do Arsenal da Casa do Trem, foi nomeado Inspetor-Geral de Artilharia, Arsenais, Fábricas e Fundições e instalou uma fábrica de pólvora à margem da Lagoa Rodrigo de Freitas e dedicou-se ao reaparelhamento das fortificações do Rio de Janeiro.

Poucas semanas após desembarcar, D. João organizou o Arquivo Real Militar na Casa do Trem, com mapoteca do interior e do litoral, além de plantas das fortalezas, baterias e artefatos de guerra.

No Colégio dos Jesuítas do Morro do Castelo, foi instalado o Real Hospital Militar, que passou a tratar também de doenças mentais, adotando os novos métodos do médico francês Phillipe Pinel.

Com a nova organização militar, surgiram as companhias de caçadores e de granadeiros.

Em 13 de maio de 1808, o Príncipe Regente criou o 1º Regimento de Cavalaria, atual Regimento dos *Dragões da Independência*, a oito subunidades, tendo por base o esquadrão já existente, a Guarda Real do Príncipe, também denominada *Archeiros da Guarda Real*, um batalhão de caçadores, um corpo de artilharia

a cavalo – invenção espanhola – e um quadro de artefices para o Arsenal de Guerra.

Reorganizou a tropa de linha na Bahia, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, aumentando os seus efetivos.

À semelhança da gendarmaria da metrópole, na mesma época, D. João constituiu a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da Corte no Rio de Janeiro.

Extinguiu o antigo sistema de ordenanças, alicerce da estrutura militar portuguesa durante quase dois séculos e meio, estabelecendo novas normas para a seleção de oficiais.

Acelerou-se a construção de quartéis no Rio de Janeiro, destacando-se o do Campo de Santana, onde funcionou mais tarde o Quartel-General do Exército, demolido na República.

Alterou o plano de uniformes do Exército, tomando como modelo o fardamento do Império francês.

O Príncipe Regente ordenou a constituição e a vinda de Portugal de uma Divisão de Voluntários Reais, integrada por tropas de artilharia, cavalaria e infantaria, no valor de 4.850 homens. O restabelecimento da ordem em Pernambuco e a campanha da Cisplatina determinaram o envio de expressivos reforços – a *Divisão Auxiliadora* (quatro batalhões de infantaria, um de caçadores e uma brigada de artilharia).

Devem ser mencionadas ainda outras medidas tomadas por D. João, que influíram direta ou indiretamente na estruturação da força terrestre de então, no Brasil, tais como: a transformação da Brigada de Cavalaria de Milícias em dois regimentos e do Batalhão dos Caçadores dos Henriques em regimento, no Rio de Janeiro; a instala-

ção de várias fábricas de *espingardas* em Minas Gerais; a inauguração de novas oficinas na Fábrica de Armas da sede da Corte; a organização do Corpo de Veteranos para inválidos, de corpos de tropa no Norte e no Nordeste; além da criação da Artilharia do Maranhão e do Regimento de Lanceiros Guaranis, composto de índios, nas Missões (Rio Grande do Sul).

Sem dúvida, a reestruturação militar efetuada por D. João VI contribuiu decisivamente para a expansão geográfica máxima já atingida pela Colônia, dando forma a um Exército regular, de caráter nacional, que viria a apoiar o processo da independência política do Reino do Brasil.

A AÇÃO POLÍTICA

O projeto de criação de um grande reino na América é fundamental para a compreensão do processo emancipador político do Brasil. D. João, afora salvar a Coroa e preservar a dinastia de Bragança, assegurou a integridade do território e a soberania do Brasil. O maior legado de D. João para o Brasil foi a unidade territorial e lingüística, base indispensável à estruturação do Estado nacional. D. João lançou os alicerces das principais instituições político-econômicas que viabilizaram o crescimento do Brasil, para não mencionar as de caráter administrativo, científico-cultural, jurídico e militar, encerrando o período colonial. A vinda de D. João para o Brasil tem grande significado na estruturação do futuro império brasileiro e na elaboração do projeto político e civilizatório da nova nacionalidade e do Estado. A *Abertura dos Portos*, em 28 de janeiro de 1808, encerra um período da

economia brasileira iniciado em 1500. Por esse ato, a presença do monarca no Rio de Janeiro tornou Portugal *colônia da colônia*, o que acabaria por contrariar a Cortes de Lisboa, com a elevação à condição de Reino, precedendo o Algarve. É um marco tão importante a transferência da Corte para o Rio de Janeiro que alguns historiadores consideram ter a emancipação econômica do Brasil se verificado em 1808, dadas as tão favoráveis condições da balança comercial. A transferência da sede da monarquia para o Rio de Janeiro assinala um rompimento com o colonialismo. O Brasil tornou-se autônomo sem ser independente. Com D. João no Brasil, tudo mudou. Ergueu-se um reino não apenas no papel, fazendo surgir um governante de perfil inteiramente diferente, a julgar pelos seus atos e falas. Mais do que palavras ou propósitos, são os atos de D. João que traçam sua imagem e revelam sua importância na formação do Estado brasileiro.

Apesar da imediata e violenta repressão que levou ao heróico sacrifício dos líderes brasileiros do movimento de independência do Brasil, de cunho republicano, conhecido como a Revolução Pernambucana de 1817, origem da Confederação do Equador, D. João não hesitou em preservar a unidade nacional e evitar a fragmentação do território em mãos aliegnígenas. Dominada a sedição, falou mais alto a sua bondade e o rei concedeu perdão em alguns casos isolados e, logo depois, anistia geral.

Não vacilou em extinguir as sociedades secretas que ameaçavam a ordem pública e o governo.

Deu organização ao Estado criando o Conselho de Estado, a Intendência Geral

de Polícia, o Conselho da Fazenda, a Mesa de Consciência e Ordens, o Conselho Superior Militar, o Desembargo do Paço e a Casa de Suplicação (Supremo Tribunal).

A política externa teve por característica fundamental a estreita aliança e o aumento dos acordos comerciais com a Inglaterra, bem como o espírito de represália e o expansionismo do reino.

Mal chegou, D. João lançou proclamação, a 1ª de maio de 1808, anunciando a criação de um novo império e declarando guerra à França.

A Guiana Francesa, indefesa e pela sua proximidade, vinha de encontro aos intentos de revide de D. João e, concomitantemente, de fixação definitiva dos limites norte das fronteiras brasileiras. Desta forma, organizou uma força que conquistou Caiena e estendeu os seus domínios ao Caribe até 1817, quando a devolveu à França em consequência do acordo resultante do Congresso de Viena. Instituiu a *Ordem da Torre e da Espada* para assinalar esta memorável época.

As lutas ao Sul do Brasil, que marcaram a política expansionista do novo império, aproveitando-se das ambições de D. Carlota Joaquina, atendiam aos interesses da Coroa de se opor aos espanhóis. A intervenção no Prata resultou na incorporação da Banda Oriental do Uruguai com o nome de Província Cisplatina, após habilidosa manobra de D. João junto à Corte de Madri.

Para executar sua política externa, D. João dotou o Brasil de um Exército permanente e moderno.

Os acontecimentos políticos que agitaram Pernambuco encobriram a aclamação de um rei na América, em 6 de feverei-

ro de 1818, no Campo de Santana, a partir daí batizado de Campo da Aclamação, assim como o casamento do Príncipe D. Pedro com D. Maria Leopoldina d'Áustria, filha de Francisco I e de Maria Teresa de Bourbon, a 13 de maio de 1817.

As palavras do Marquês de Caravelas no Senado, já em 1826, recordam o período de D. João VI e refletem o sentimento que devemos guardar:

"...nós todos os que aqui estamos temos muitas razões para nos lembrarmos do Sr. D. João VI; todos lhe devemos ser gratos pelos benefícios que nos fez; elevou o Brasil a Reino, procurou por todos os meios o seu bem; tratou-nos sempre com muito carinho e todos os brasileiros lhe são obrigados."

Deve-se, da mesma forma, ter em mente a recomendação de D. João VI ao príncipe herdeiro, dois dias antes de partir:

"Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros."

Não se prega que se fechem os olhos às mazelas do tecido histórico e se exaltem somente os bons resultados para o Brasil do advento da Corte e da ação de D. João VI. Mas seria ingratidão continuar a encerrar as nossas origens como algo que nos cause vergonha e a ridicularizar a figura histórica daqueles a quem muito se deve.

"Assim como não pediu para nascer, não pediu D. João para ser rei. Rei seria o outro, o irmão educado especialmente para isso, mais velho, mais inteligente e até menos feio...", retrata Luiz Edmundo o monarca na sua obra *A Corte de D. João no Rio de Janeiro*. Porém, reconstituindo-se a história, ao que tudo indica, a figura de D. João VI está sendo merecidamente reavaliada.

"D. João VI foi sem dúvida alguma no Brasil, e ainda o é, um rei popular", no dizer de Oliveira Lima.

D. João VI é reconhecido como o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira. A sua popularidade é explicada claramente pelo grande amor demonstrado ao Brasil. Talvez a sua nítida predileção pelo Brasil provocasse em Portugal ressentimen-

tos. Prisioneiro das Cortes em Lisboa, sou- tou-se no Brasil, onde foi feliz e pôde dar mostras de capacidade e de qualidades.

É chegada a hora, pois, de se enxergar D. João VI com outros olhos, de se rever o importante papel por ele desempenhado como estadista.

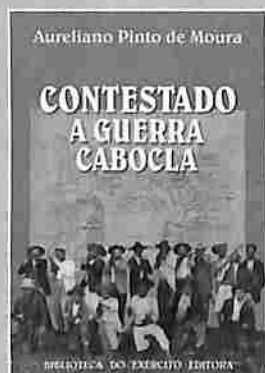
"L'Histoire est toujours à relire et toujours inconnue." ●

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typografia de Silva Porto, 1822.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1961.
- CARVALHO, Luiz Paulo Macedo. *O Exército na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 1998.
- CASTRO, Therezinha de. *José Bonifácio e a Unidade Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1984.
- FROTA, Guilherme de Andrea. *Panorama da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S. A., 1992.
- LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- PEREIRA, Heloísa Santos. *Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: ACVM Editora Ltda., 1993.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



Contestado, a Guerra Cabocla

Aureliano Pinto de Moura

Trata-se de um trabalho sobre a "Campanha do Contestado", com ênfase em suas componentes social, política e militar. Bastante abrangente, desenvolve-se por meio do exame do homem e de seu ambiente, da terra em litígio, dos fenômenos sociais muito peculiares e, finalmente, da convergência e explosão de todos esses fatores em uma sangrenta luta que não pôde ser evitada. É obra para todos os tipos de leitor. Composta como foi, presta-se a qualquer propósito, desde a leitura corrida e diletante até a estudos especializados.

Sociedade, mercado e desenvolvimento na América Latina¹

*Ricardo Vélez Rodríguez**

RESUMO

O artigo faz comentário sobre as principais dificuldades dos países da América Latina para se integrarem à economia de mercado e à vida democrática, elegendo o paternalismo como principal obstáculo a ser vencido. Herança recebida dos conquistadores ibéricos, nela se detém, examinando as conseqüências e os obstáculos que enseja à construção do progresso político, econômico e social da região

PALAVRAS-CHAVE

América Latina, paternalismo.

Qual é a real possibilidade de a América Latina se tornar uma região plenamente desenvolvida, incorporada de forma definitiva à economia de mercado e à vida democrática? A resposta a esta pergunta parece incerta, se olharmos para o conjunto de dificuldades que eclodem aqui e acolá. Insatisfação dos *cocaleros* bolivianos, que pressionam o governo para que suspenda a erradicação de cultivos ilícitos. Agitação crescente entre os indígenas equatorianos, que se consideram marginalizados num país em que constituem a maioria da população.

Instabilidade da economia e da política argentinas, que carrega nuvens negras sobre o horizonte do MERCOSUL. Insatisfação de setores oposicionistas chilenos em face da herança de repressão e morte deixada pelo governo Pinochet.

Protestos da sociedade venezuelana, com as instituições do governo representativo e do judiciário em crise, após o fluxo de inspiração rousseauiana do chavismo que, de outro lado, não tem conseguido fazer decolar a economia do país. Incerteza quanto à consolidação do processo de paz e de recuperação econômica

* Professor e filósofo do IHGB, Universidades Gama Filho e Federal de Juiz de Fora e da Academia Brasileira de Filosofia.

¹ Reprodução de artigo publicado em Carta Mensal (V.58, n° 569, p. 69-92, Ago. 2002). Selecionado pelo PADECEME.

nos países da América Central, duramente castigados, ao longo dos últimos anos, pelos desastres naturais. Turbulências econômicas e políticas no Peru, após o longo ciclo da ditadura fugimorista, alimentada no seu nascedouro pelo populismo dos governos militares e de Alan García, bem como em decorrência do insano surto terrorista desatado pelo Sendero Luminoso. Tradicional desconfiança da comunidade internacional diante da vinculação de importantes setores da política, no Paraguai, com o crime organizado, que se valeu habitualmente do Estado como alavanca para os seus negócios nefastos. Fragilidade da economia uruguaia, não suficientemente saneada dos vícios do burocratismo orçamentívoro. Reivindicações sociais, políticas e econômicas dos guerrilheiros zapatistas, que parecem acreditar mais num modelo rousseauniano de *democracia direta*. Dificuldades crescentes para colocar a economia em ordem no Brasil, onde as duas administrações do socialdemocrata presidente Cardoso não conseguiram fazer as reformas fundamentais que dariam lastro à estabilidade do Real e onde não é desprezível o risco da eleição de um governo esquerdista e populista, que reviva a tradição estatizante e o processo inflacionário. Enfim, o conflito colombiano que foi definido por um estudioso como *uma guerra contra a sociedade*, feita a partir de minorias (as FARC, o ELN e as AUC) que pretendem se apossar do Estado para enriquecimento próprio, buscando a total liberdade para as atividades do narcotráfico, em face de um governo enfraquecido por altos

índices de corrupção e ineficiência. Isso para não falar das duvidosas perspectivas caribenhas, ensombrecidas pela ditadura mais antiga das Américas, a protagonizada em Cuba por Fidel Castro, que consigne a proeza de manter ainda viva a estrutura do comunismo, às custas do bem-estar e das esperanças dos cubanos.

Dois aspectos serão desenvolvidos neste ensaio: a tradição patrimonialista na América Latina e, em segundo lugar, como os países da região estão saindo do patrimonialismo.

A TRADIÇÃO PATRIMONIALISTA

Os fatos apontados no início deste ensaio talvez nos levem a pensar na inexistência de um elo comum, que permita estabelecer semelhanças fundamentais entre os vários países latino-americanos. Domingo Faustino Sarmiento, que foi presidente da Argentina na segunda metade do século XIX, expressava da seguinte forma a necessidade de um estudo sobre a essência da realidade política latino-americana: *Na América do Sul, em geral, e sobretudo na República Argentina, fez falta um Tocqueville que, premunido dos conhecimentos das teorias sociais, como viajante científico de barômetros, oitantes e bússolas, penetrasse no interior da nossa vida política, como num campo vastíssimo e ainda não explorado nem descrito pela ciência, e revelasse - para a Europa, para a França, tão ávida de etapas novas na vida das diversas porções da humanidade - este novo modo de ser que não tem antecedentes bem marcados e conhecidos*².

Torna-se necessário, por isso, dar uma olhada um pouco mais ampla e aprofun-

² Sarmiento, 1996: 9.

dada sobre o conjunto da realidade latino-americana.

Enxerguemos a forma em que se consolidou o Estado nesses países. Eles herdaram da colonização ibérica o modelo patrimonialista, que é definido por Max Weber como aquele no qual o Estado surge a partir da hipertrofia de um poder patriarcal original, que alarga a sua dominação doméstica sobre territórios, pessoas e coisas extrapatrimoniais, passando a administrá-los como propriedade familiar ou patrimonial³.

Contrapõe-se esse modelo (que vingou na Espanha e em Portugal, bem como na Rússia e nas antigas sociedades hidráulicas) ao modelo contratualista, definido por Weber como aquele no qual o Estado surge a partir da negociação entre as classes que lutam pela posse do poder, dando ensejo ao contrato social que desembocaria no parlamentarismo. Esse é o modelo que vingou na Europa Ocidental, a partir da prática do feudalismo de vassalagem, e que se estendeu pelo mundo nos países de cultura anglo-saxônica que incorporaram a experiência da democracia representativa, como os Estados Unidos, Canadá, Austrália etc..

Espanha e Portugal transplantaram para as suas colônias do Novo Mundo a estrutura patrimonial do Estado. A primeira organização político-administrativa que tiveram os países latino-americanos foi a decorrente da distribuição de terras entre os amigos do rei, que deu ensejo ao regime das Capitânicas Hereditárias e das

Províncias, organizadas ulteriormente sob os vice-reinados. As novas terras descobertas, no final do século XV e início do XVI, foram incorporadas à Coroa real, de forma semelhante a como os reis cristãos tomavam posse das terras tiradas aos sarracenos nos *fossados* ou expedições punitivas, incorporando-as à fazenda real como *presúria*. Essa prática permitiu que, ao longo dos séculos XII a XIV, os reis se tornassem os maiores proprietários de terras na Espanha e em Portugal e que, sobre essa base, se deitassem os alicerces da empresa ultramarina, quando os soberanos, enriquecidos, passaram a dirigir o comércio como *mercadores de mercadores*⁴.

O latifúndio colonial latino-americano surge como consequência da distribuição patrimonialista de terras entre os amigos e fiéis servidores do rei⁵.

Muito significativamente é, sob este ângulo, a carta de Pero Vaz de Caminha ao monarca português, que data de início do século XVI. A organização do latifúndio ao redor do *senhor de engenho*, essa seria a primeira experiência político-administrativa ocorrida no Novo Mundo. Depois viria a criação das cidades, com as suas câmaras municipais que, se bem prolongaram nas nossas terras o liberalismo telúrico das municipalidades ibéricas, cedo foram submetidas ao *élan* privatizante dos senhores rurais, sendo posteriormente cooptadas pelo centralismo da coroa, ao longo do período filipino, no século XVII.

É evidente que houve, no universo espanhol e (*a fortiori*) nas colônias hispano-

³ cf. Weber, 1944; Wittfogel, 1955 e 1977.

⁴ cf. Azevedo, 1978; Faoro, 1958.

⁵ Essa distribuição deu lugar, no Brasil, ao regime de *sesmarias*, base das *capitânicas hereditárias*.

americanas, diferenças fundamentais quanto ao tipo de *patrimonialismo* que teve vigência no mundo luso e luso-americano. A mais importante delas relaciona-se à índole mais fortemente estatizante do universo português, que se traduziu, ao longo do século XIX, na preservação da unidade continental da ex-colônia portuguesa, ao contrário da atomização que afetou as ex-colônias hispânicas, que enveredaram cedo pelo caminho de repúblicas caudilhistas. Mas esse complexo processo histórico não invalida a apreensão do traço cultural básico da organização política em ambos os contextos: a feição patrimonial do poder do Estado. Os estudos comparativos de O'Donnell (1980), Uriceochea (1978), Véliz (1980), Tavares-Rojó (1998) e outros, deixam claro o fato apontado.

Os traços fundamentais dos Estados patrimoniais ibero-americanos são os seguintes:

- Trata-se de organizações mais fortes do que a sociedade. As sociedades submetidas aos Estados patrimoniais possuem um tecido muito frágil, que as torna perpétuas caudatárias deles. O autoritarismo dos *donos do poder*⁶ é a nota característica da política latino-americana, ao longo dos cinco séculos da sua história. Lembremos o registro que dessa característica faz a narrativa ao longo do século XX. A confusão entre público e privado, num contexto marcado pelo caudilhismo e pelo terror poli-

cial, constitui, sem dúvida, importante *leitmotiv* em obras como *El señor presidente* do guatemalteco Miguel Ángel Asturias, *El otoño del patriarca* do colombiano García Márquez, *Yo el supremo* do paraguaio Augusto Roa Bastos, *Sobre héroes y tumbas*

do argentino Ernesto Sábato, *La fiesta del chivo* do peruano Vargas Llosa. No caso brasileiro, para só mencionar um autor, é primorosa a descrição do autoritarismo positivista, paternalista e clânico que empolga

a Chimangos e Maragatos, nos belos romances *O tempo e o vento* e *Incidente em Antares* de Érico Veríssimo. O poeta e ensaísta mexicano Octavio Paz (1983) deixou-nos, aliás, magnífica descrição do *Leviatã* patrimonialista latino-americano no seu incomparável livro *El ogro filantrópico*, que inspirou, sem dúvida, o ensaio *O dinossauró* do pensador brasileiro Meira Penna⁷.

- O Estado, embora mais forte do que a sociedade, não constitui propriamente uma instância pública, projetada para o bem-estar dos cidadãos. O aparelho estatal, pelo contrário, tende a ser privatizado em benefício dos governantes, do estamento burocrático e dos segmentos sociais cooptados por eles. As classes sociais possuem, no contexto das sociedades latino-americanas e nas demais sociedades regidas por Estados patrimoniais, características próprias que as diferenciam das classes sociais no seio das sociedades regidas por Estados contratualistas. A diferença básica consistiria no seguinte: ao passo que a participação das classes, nessas últi-

⁶ cf. Faoro, 1958.

⁷ Penna, 1988.

mas, se efetiva mediante a luta pela defesa dos próprios interesses no seio dos órgãos da representação (câmaras municipais, assembleias estaduais ou regionais, parlamentos), mediante os partidos políticos, nas sociedades regidas por Estados patrimoniais, a participação política efetiva-se mediante a cooptação dos indivíduos e das classes pelos governantes e pelo estamento burocrático. Essa situação foi caracterizada assim por Simon Schwartzman (1982): ao passo que para outros povos a política é um meio de melhorar os negócios, para os brasileiros – e o mesmo poderia ser dito dos demais latino-americanos –, o exercício da mesma é o grande negócio.

• Os indivíduos e as classes sociais são afetados pelo *complexo de clã*, fenômeno que foi especialmente estudado por Oliveira Vianna⁸. Esse complexo consiste em estender a solidariedade social só aos membros do clã parental ou político. Produz, em primeiro lugar, o insolidarismo, responsável pela fragilidade do tecido social e, em segundo lugar, enseja a tendência privatizante do Estado *para beneficiar amigos e lascar inimigos*, conforme reza o ditado popular. A prática do nepotismo e do clientelismo constitui o principal caminho através do qual se efetiva a privatização do Estado. A propósito do mencionado fenômeno, escreve Oliveira Vianna⁹: *Essa tenuidade ou essa pouca densidade do nosso sentimento do interesse coletivo é que nos dá a razão científica para o fato de que o interesse pessoal ou de família tenha, em nosso povo (no*

comportamento coletivo dos nossos homens públicos) mais peso, mais força, mais importância determinante, do que as considerações do interesse coletivo ou nacional. Este estado de espírito tem uma causa geral(...), uma razão lógica, uma razão científica: e esta razão científica é a ausência da compreensão do poder do Estado como órgão do interesse público. Os órgãos do Estado são para estes chefes de clãs, locais ou provinciais, apenas uma força posta à sua disposição para servir aos amigos e aos seus interesses, ou para oprimir os adversários e os interesses destes.

A forma clientelista de fazer política expressa-se nos ditados populares: *aos amigos, marmelada; aos inimigos, bordoadas; governar é nomear, demitir e prender; é dando que se recebe* etc. A respeito, Laureano Gómez, presidente da Colômbia em meados do século passado, escreveu: *Fora as atividades rigorosamente individuais e com propósitos individuais, a vida coletiva da nação sofre uma paralisia. Todos os estímulos de índole intelectual desapareceram, substituídos pelas intrigas, pela eficácia do caciquismo, pela preponderância das patotas. É melhor ser parente de um funcionário do que ser um intelectual. Dá mais resultado se filiar a uma patota do que ser competente e honesto; e não há elevados pensamentos, nem profundos estudos, nem conduta irrepreensível que valham nada equivalente à matrícula na clientela de um cacique. A vasta teia desses interesses criados mantém-se pelo silêncio, pelo imobilismo e pela falta de transparência*¹⁰.

• Surgiu, no contexto das sociedades latino-americanas, um modelo econômico caudatário do mercantilismo espanhol e português. A propósito, escreve o pensa-

⁸ cf. Vianna, 1982.

⁹ 1982: 553-554.

¹⁰ Gómez, 1928: 141-142.

dor brasileiro Roberto Campos: *Somos uma sociedade patrimonialista. O patrimonialismo não é mais que a forma ibérica do mercantilismo europeu do começo da Idade Moderna. Isso é o mercantilismo piorado pela influência cultural da Contra-Reforma, dos confiscos da Inquisição e dos resquícios do despotismo árabe*¹¹. O ponto central desse modelo mercantilista consiste na suposição de que compete ao Estado empresário garantir a riqueza da nação. À sociedade só competiria se encostar nele para enriquecer às suas custas. Essa é a convicção que ainda hoje alimenta a demanda dos empresários pelo lucro subsidiado, bem como a reserva de mercado, o empreguismo estatal e a tendência à corrupção, entendida como o enriquecimento dos cidadãos com o dinheiro público. O orçamento do Estado é entendido como botim a ser distribuído clientelisticamente entre amigos e apaniguados¹². A tributação, nas sociedades latino-americanas, converteu-se em política de confisco, alimentada pela capacidade orçamentária do Estado e do seu estamento burocrático. Não é rara a superposição de tributos, como acontece, por exemplo, no Brasil, país onde o cidadão paga 52 impostos diferentes, comprometendo seriamen-

te a capacidade de poupar e de investir, desangrando destarte a economia.

• As práticas do clientelismo e da cooptação ensinam regimes autoritários, que têm como preocupação fundamental banir qualquer dissidência. O terror policial, o presidencialismo caudilhista de partido único e as ditaduras científicas de tecnocratas e militares são as expressões latino-americanas mais comuns da forma patrimonialista de fazer política.¹³ As filosofias políticas rousseauiana, comteana e marxista-leninista reforçaram, do ponto de vista teórico, essa tendência.

• Além dos clãs parentais, estamentais e políticos, o único elo de união entre os cidadãos são as corporações, que constituem, basicamente, organizações clientelisticamente estruturadas, para garantir parcela do poder do Estado ou da sua riqueza, em benefício próprio. Essa estrutura corporativista permite entender fenômenos tão comuns ao sindicalismo latino-americano como o *peleguismo* brasileiro ou o *peronismo* argentino. Também se poderia situar, no interior dessa estrutura, a tendência oligopólica e cartelizante do empresariado.

• A principal decorrência desse estado de coisas é a fraqueza da cidadania no contexto latino-americano. Ser cidadão é ser um João-ninguém. A pessoa não vale por si, pelos seus direitos inalienáveis, mas apenas pelas suas relações clientelísticas. Exis-

As práticas do clientelismo e da cooptação ensinam regimes autoritários, que têm como preocupação fundamental banir qualquer dissidência. O terror policial, o presidencialismo caudilhista de partido único e as ditaduras científicas de tecnocratas e militares, são as expressões latino-americanas mais comuns da forma patrimonialista de fazer política.

¹¹ Campos, 1992.

¹² cf. Penna, 1988 e 1991.

¹³ cf. Touraine, 1989.

tem, em consequência, cidadãos de primeira e de segunda, dependendo do grau de relacionamento individual com os governantes e com o estamento burocrático.¹⁴

- A lei e as instituições jurídicas, nas sociedades patrimoniais latino-americanas, ressentem-se da tendência privatizante atrás apontada. Elas não exprimem normas impositivas fixadas a partir de um consenso social, mas constituem fundamentalmente aparelho casuísta a ser administrado de acordo com os interesses particulares ou clânicos de quem governa. Alguns ditados populares, como os seguintes, exprimem muito bem esse espírito: *Aos amigos, os cargos; aos inimigos, a lei; aos nossos inimigos, o único que lhes resta é uma sincera penitência.*

- As ideologias políticas funcionam, nessas sociedades, como roupagem retórica que encobre a mais profunda realidade do poder administrado clanicamente. Os golpes de Estado constituíam, até os anos 80 do século passado, monocórdio rodízio dos donos do poder. A prática democrática, retomada na região no final do século passado, não conseguiu, porém, se firmar no exercício diuturno e amadurecido da representação. Os partidos políticos, nesse contexto, não passam de blocos parlamentares aglutinados ao redor de figuras carismáticas mediante as práticas da cooperação, do nepotismo e do clientelismo¹⁵.

- A retórica do democratismo ocupa geralmente o lugar de um real projeto político, que conduza à maturidade da cidadania e da representação. À luz dessa retó-

rica, o detentor do poder tende à legitimação carismática, apresentando-se como *pai do povo*, *protetor dos descamisados* etc. O novo messias tratará de banir, como inimigo da felicidade coletiva, qualquer um que esboçar oposição aos seus propósitos messiânicos. O eminente cientista político Seymour Lipset mostrou em clássico estudo que o messianismo marxista acompanha os países de mais baixa renda, entre estes os latino-americanos.¹⁶

- Não é raro o surgimento, neles, de partidos únicos que garantem a unanimidade ao redor dos *puros*, que encarnam o *regime da virtude*. Esse fenômeno, de clara inspiração rousseauniana, tem encontrado as mais variadas manifestações na América Latina, desde *Papa Doc*, no Haiti, passando pelo autoritarismo do doutor Gaspar Rodríguez de Francia no Paraguai, continuando com a *ditadura científica* de Júlio de Castilhos e de Getúlio Vargas no Brasil e chegando, nos nossos dias, ao regime totalitário de Castro em Cuba e ao autoritarismo bolivariano de Chávez na Venezuela.

- Acompanha as características enunciadas, como chão axiológico que pauta o comportamento social, uma ética que poderia ser caracterizada como *do jeito-nho* ou do *atalho*, ou seja, inspirada pelo imperativo categórico de levar vantagem em tudo driblando o trabalho produtivo. Essa ética foi incorporada pelas elites latino-americanas no decorrer do ciclo colonial, a partir dos antivalores do consumo suntuário e do horror ao trabalho produtivo, que inspiraram as nobrezas decadentes espanhola e portuguesa, ao longo dos séculos XVI a XVIII. Esse fenômeno tem sido apontado por estudiosos

¹⁴ cf. Matta, 1991.

¹⁵ cf. Vélez, 2000 b.

¹⁶ cf. Lipset, 1970: 40-41

como Américo Castro (1950) e Oliveira Vianna (1958). O principal resultado dessa ética é a corrupção, que se alastra descontrolada nos vários níveis da administração pública. É bom lembrar aqui o sentido em que o termo *corrupção* é entendido, à luz do pensamento aristotélico: algo se corrompe, quando perde a sua substância, o que no terreno da política equivale a dizer, *quando o Estado perde a sua razão de ser*. Os pensadores da segunda escolástica ibérica, Francisco Suárez notadamente, chamavam a atenção para a perda de sentido do Estado, quando este deixava de zelar pelo bem-estar dos cidadãos ou, em outros termos, quando deixava de procurar o bem comum. Ora, a essência do Estado, no seio da tradição patrimonialista, consiste na sua privatização em benefício de uma minoria, que não constitui propriamente uma classe, mas uma espécie de casta estamental, de *nomenclatura*, que administra o Estado como se fosse propriedade sua. A essência do patrimonialismo é a corrupção da noção de Estado como esfera do público, do que tange ao bem comum, ao bem-estar dos cidadãos, à defesa dos seus direitos inalienáveis à vida, à liberdade e às posses, como rezava o credo liberal de John Locke. Quando o Estado é privatizado em benefício

exclusivo de uma parcela da nação, ocorre a sua corrupção. O resto é consequência disso. O uso e abuso dos dinheiro público para enriquecimento individual ou da família, o tráfico de influências, a manipulação de informações privilegiadas por parte dos governantes e seus assessores etc., tudo isso decorre do fato primordial.

Quando o Estado é privatizado em benefício exclusivo de uma parcela da nação, ocorre a sua corrupção. O resto é consequência disso. O uso e abuso dos dinheiros públicos para enriquecimento individual ou da família, o tráfico de influências, a manipulação de informações privilegiadas por parte dos governantes e seus assessores etc., tudo isso decorre do fato primordial.

• A religião dominante - no caso latino-americano, o catolicismo - tendeu a se transformar em *raison d'État* no contexto do absolutismo pós-feudal, o que levou ao amplo engajamento da Igreja na

contra-reforma patrocinada pelas monarquias ibéricas.¹⁷ Convém lembrar que esse engajamento temporal deu-se também nas lutas inquisitoriais contra os judeus de Espanha, de Portugal e das suas respectivas colônias, ao longo dos séculos XV a XVIII. O fenômeno do clericalismo e da sua variante mais recente, a versão marxista-leninista da teologia da libertação, insere-se, indubitavelmente, nesse contexto.¹⁸

• Cabe notar que, no interior das sociedades patrimoniais latino-americanas, têm emergido, ao longo dos séculos XIX e XX, projetos modernizadores de alcance limitado, que, se bem não conseguiram dar ensejo à definitiva transformação daquelas, pelo menos têm sentado os alicerces para reformas posteriores. Tal é o caso, por exemplo, da experiência parlamentarista brasileira ao longo do Segundo Rei-

¹⁷ cf. Paim, 2000

¹⁸ cf. Véléz, 2000 b: 313-327.

nado, após o Ato Adicional, no período compreendido entre 1841 e 1889. Essa experiência, aliás, suscitou elogiosos comentários de François Guizot (1864), que via nela a instauração dos ideais de liberdade, racionalidade política e justiça, mediante a prática da monarquia representativa.

• Essas experiências modernizadoras têm-se inspirado no liberalismo, que, na versão latino-americana, apresentou-se em íntima vinculação com outras correntes filosóficas como o spencerismo, o positivismo ilustrado, o krausismo, o ecletismo espiritualista etc. Assim, por exemplo, a experiência parlamentar do Império brasileiro, que permitiu limitar a influência do Estado patrimonial, inspirou-se no liberalismo lockeano e na versão liberal-conservadora de Benjamin Constant de Rebecque (1870). De forma semelhante, as reformas que deram ensejo à representação política na América espanhola inspiraram-se ora no liberalismo ibérico¹⁹, ora no krausismo que na Espanha correspondeu a uma variante liberal de importância com a obra de Francisco Giner de los Ríos²⁰, ora na retomada, pelas lideranças civis das novas Repúblicas, das filosofias libertárias anglo-americana e francesa, que permitiram contra-restar o conservadorismo e o autoritarismo ibéricos. Certamente, o rousseaunismo de Bolívar encontrou uma oposição decidida no liberalis-

mo de Francisco de Paula Santander²¹, e o positivismo dos militares brasileiros, no início da República, foi refreado pela pregação liberal de Rui Barbosa.²²

• A influência do liberalismo situa-se, aliás, na América Latina, na origem da luta contra o absolutismo, que começou no século XVIII com as conjurações neogranadina de 1781 e mineira de 1789, ambas inspiradas na tradição libertária e municipalista ibérica²³ bem como na filosofia da ilustração francesa e nos ideólogos liberais anglo-americanos.²⁴

SAINDO DO PATRIMONIALISMO

O sentido do termo *desenvolvimento* é complexo. Com muito bom senso, o pensador brasileiro Roberto Campos²⁵ destacava isso, afirmando o seguinte: *O desenvolvimento, num sentido amplo - compreendendo o crescimento econômico e a melhoria social - continua algo misterioso, pois depende de uma complexa interação de fatores econômicos, sociais e políticos. Esse mistério não foi ainda decifrado por nenhuma das variedades da teoria do desenvolvimento, umas otimistas, outras pessimistas.* Algo semelhante pensava Lorde Keynes, quando frisava que a realidade econômica precisava ser apreendida à luz das *tendências gerais da sociedade*, que implicavam uma infinidade de fatores tão complexos quanto a vida humana²⁶. Observação semelhante fez a conhecida estudiosa Gertrude Himmelfarb em relação aos estudos sobre a pobreza. Pela sua complexidade, a idéia da pobreza constitui um assunto híbrido, um cruzamento entre duas espécies distintas: a história social e a história intelectual.²⁷

¹⁹ cf. Gortázar, 1994; Perdomo, 1991; Romero, 1989.

²⁰ cf. 1969 e López Morillas, 1988.

²¹ cf. 1988.

²² cf. Vêlez, 1980; Paim, 1978

²³ cf. Ots, 1960: 10-25.

²⁴ cf. Macedo, 1977.

²⁵ 1944: 1272.

²⁶ Keynes, 1984: 151

²⁷ Himmelfarb, 1988: 19.

Flagrar as sociedades latino-americanas saindo do patrimonialismo é, portanto, apreender um fato complexo, portador de inúmeras variáveis. Mas a complexidade não descarta a possibilidade de registrar tendências gerais, um pouco como Guizot descobria, por baixo da série multifacética dos fenômenos, tendências gerais da sociedade européia da sua época, que apontavam no sentido da democracia. Não há dúvida de que as sociedades latino-americanas, ao se tornarem predominantemente urbanas no decorrer do século passado, foram evoluindo progressivamente em direção a um modelo mais moderno, que implicava abertura ao capital estrangeiro, fortalecimento da indústria nacional, aperfeiçoamento da produção agrícola, bem como reformas nos terrenos político, educacional e trabalhista. Mesmo que esse processo no seu início não implicasse em democratização – como no Brasil de Getúlio Vargas, na Argentina de Perón ou no México de Porfirio Díaz, foram deitadas, sob a batuta do Estado intervencionista, as bases de novas práticas trabalhistas que ajudaram a deslanchar o surto de industrialização, que se canalizou, já na metade do século XX, numa política de substituição de importações. Conseqüentemente, a tradição patrimonialista, que se enraizava na vida rural, viu-se forçada a um *élan* modernizador.

O processo de globalização da economia mundial, ocorrido nas últimas décadas do século passado, veio acelerar esse conjunto de mudanças no seio das sociedades latino-americanas. Loser e Guerguil, economistas do FMI, caracterizaram assim as mudanças ocorridas na região, no terreno das políticas econômicas: *Após a cri-*

se da dívida, a política econômica da América Latina e do Caribe experimentou uma profunda mudança: a maior parte dos países da região, oprimidos por fortes distorções no uso dos seus recursos produtivos, decidiram abandonar o velho modelo de industrialização, baseado na substituição de importações e intervenção do Estado, e adotar políticas de liberalização dos mercados e abertura ao exterior. No final da década de 1980, a luta contra a inflação e, de forma mais geral, a busca da estabilidade financeira converteram-se no principal objetivo da política econômica para muitos governos do mundo, incluídos os da América Latina e do Caribe. A gestão fiscal tornou-se mais rigorosa, ajustaram-se os programas de gasto público, reduziu-se o tamanho da administração pública e foram reformados os sistemas tributários. Com isso, o déficit fiscal da região desceu a uma média de 2% do PIB em meados da década de 90, comparado com 4-5% nos últimos anos da década anterior. Avançou-se em direção a uma carga tributária mais equilibrada, com menores impostos sobre o comércio exterior e menores níveis de evasão, e aumentou o peso dos ingressos tributários no PIB. A relação entre a dívida pública externa e o PIB desceu de 50%, no final dos anos 80, para menos de 20% em 1997. Com esses avanços no terreno fiscal, reduziu-se a necessidade de financiamento do setor público por parte do banco central, dando lugar a uma gestão monetária mais rigorosa (...). A maior parte dos países da região implementou uma ampla gama de reformas estruturais, desmantelando os controles de preços e desregulando os mercados. As três principais áreas de reformas estruturais foram a abertura comer-

cial, a liberalização financeira e a privatização das empresas públicas.²⁸

Esse conjunto de mudanças, no terreno econômico, traduziu-se em melhores padrões de vida para a população civil, que passou a pressionar, paralelamente, para que se democratizasse a gestão do Estado. A consequência de tudo isso foi a melhora no índice de desenvolvimento humano na América Latina, de um modo geral. Nesse contexto processaram-se as mudanças mais significativas, como a reforma estrutural argentina na década de 1990,²⁹ a reforma econômica brasileira do mesmo período,³⁰ bem como os processos de mudanças econômicas e sociopolíticas ocorridas no Chile e no México na última década do século passado³¹.

Pode-se dizer, sem temor de ser contraditado pelos fatos, que o panorama que se desenha para o século XXI, na América Latina, é o da paulatina superação da tradição patrimonialista, mediante o pleno desenvolvimento da economia de mercado e da democracia representativa. Isso, evidentemente, não afasta os temores de retrocessos pontuais, não globais. Os aspectos negativos, que constituem focos de preocupação na medida em que alimentam essa velha tradição, são os seguintes:

- Predomínio, cada vez maior, do patrimonialismo bárbaro ou *clientelismo armado* das FARC/ELN na Colômbia. Esse risco é real, uma vez que os subversivos controlam praticamente metade do país e

o governo colombiano está cada vez mais acuado, tendo ficado a população civil como refém dos grupos armados. O denominado *Plano Colômbia* não conseguiu, até agora, colocar o governo de Bogotá em condições de liderar um processo de negociação, que não signifique capitulação diante dos subversivos.³²

- Surto de democratismo rousseauniano na Venezuela, no chamado *movimento bolivariano* do presidente Chávez, que busca alianças pelo mundo afora com os países contrários aos interesses ocidentais e que tem dado sinais de simpatia para com o regime de Havana, copiando a prática castrista da criação dos *comitês de defesa da revolução* e que aprova o genocídio causado pelos guerrilheiros colombianos, ao afirmar que eles lutam legitimamente contra as oligarquias burguesas, buscando implantar um regime de democracia de massas.

- Presença desestabilizadora de Cuba no cenário latino-americano. São claras as simpatias do regime de Castro em face de uma eventual *República das FARC/ELN* na Colômbia, bem como diante do modelo de *ditadura bolivariana* de Chávez na Venezuela ou de movimentos que se situam à margem da lei e que pretendem implantar um socialismo de tipo castrista no Brasil, como é o caso do Movimento dos Sem Terra.³³

Esses aspectos negativos não são, contudo, predominantes, se colocados diante das realizações latino-americanas para superar a velha tradição do patrimonialismo. Serão mencionados, para terminar, os três pontos que me parecem mais positivos:

- Influência benfazeja e crescente dos países desenvolvidos sobre a América Latina. A ALCA já é um fato para o México e

²⁸ Loser- Guerguil, 2000: 7-8.

²⁹ cf. Pou, 2000: 13-15.

³⁰ cf. Fraga Neto, 2000: 16-18.

³¹ cf. Aninat, 2000: 19-21; Gurria, 2000: 23-26.

³² cf. Vélez, 1998 e 2000 a.

³³ cf. Vélez, 2000 c.

é possível de se prever que nos próximos anos outros países do continente se acolham a esse grande mercado. Essa é a tendência que se desenha a partir das rodadas de negociações. Não seria aventura dizer que, a partir de 2005, terá tido começo efetivo a Aliança de Livre Comércio das Américas, constituindo um dos maiores blocos comerciais do planeta. No contexto das influências dos países desenvolvidos, ocupa lugar de relevo o papel desempenhado por Espanha e Portugal, no processo de modernização das economias latino-americanas. Além de compartilharem com estas uma história comum, pois implantaram na América Latina o modelo patrimonialista no período colonial, é muito significativa, de outro lado, a presença de empresas espanholas e portuguesas nas áreas financeira e de telecomunicações de vários países latino-americanos.

Essa presença empresarial, aliada ao reforço dos laços culturais que unem as nações do continente latino-americano com Espanha e Portugal, traduz-se num estímulo ao avanço das reformas sociais e políticas. Iniciativas de intercâmbio de idéias, como a representada pela revista *Nova Cidadania*, dirigida pelo professor João Carlos Espada, são de grande utilidade na discussão dos problemas fundamentais, comuns aos países ibéricos e latino-americanos, em torno da modernização e do desenvolvimento.

- Consolidação da democracia e da economia de mercado nos países do MERCOSUL. Apesar dos sobressaltos das economias argentina e brasileira, os avanços feitos certamente levarão a um reforço do comércio latino-americano e, a médio prazo, a uma aceleração da entrada dos países

da América do Sul na Área de Livre Comércio das Américas. Recente comunicado emitido, em fevereiro de 2001, pelo *Council on Foreign Relations*, integrado por empresários norte-americanos, recomendava ao governo Bush levar em consideração o Brasil como um dos mais importantes parceiros dos Estados Unidos no hemisfério ocidental, para promover o desenvolvimento econômico. Será muito difícil para um país como o Brasil dar marcha a ré no processo de modernização da sua economia, mesmo que um presidente de esquerda seja vencedor. Os benefícios da estabilidade econômica alcançados com o Plano Real não poderão ser desconhecidos. O eleitorado certamente é sensível a essa variável. As esquerdas brasileiras, afinadas ainda hoje com um discurso defasado de estatismo irresponsável, estão tendo de mudar o perfil dos seus programas, a fim de conquistar as simpatias dos eleitores.

É provável que nessa remodelação da cara da esquerda latino-americana, o modelo do novo trabalhismo britânico ou dos socialdemocratas portugueses e espanhóis deixe de ser esnobado e passe a nortear os próximos passos dos atores políticos. De outro lado, as forças políticas situadas no ponto contrário do espectro ideológico estão afinando as suas propostas partidárias, levando em consideração a modernização das agremiações políticas de inspiração conservadora da Península Ibérica. O partido do presidente Aznar inspira, hodiernamente, o *aggiornamento* de tradicionais agremiações políticas conservadoras no Chile, Brasil, México, Colômbia etc.

- Consolidação progressiva da democracia e da economia de mercado nos paí-

ses centro-americanos e do Caribe, influenciados imediatamente pela dinâmica do México na sub-região. As recentes visitas do presidente mexicano aos países da América Central deixaram claras as afinidades e a vontade comum de encontrar soluções conjuntas para os problemas da pobreza e dos desastres naturais, no marco do desenvolvimento capitalista e da democracia representativa. O fortalecimento da economia mexicana é fundamental para impulsionar o desenvolvimento dos países centro-americanos e do Caribe. Os mexicanos são vistos pelas nações da sub-região como irmãos mais desenvolvidos que podem ajudá-las, longe dos tradicionais preconceitos *anti-yankees*.

O fortalecimento da economia mexicana é fundamental para impulsionar o desenvolvimento dos países centro-americanos e do Caribe. Os mexicanos são vistos pelas nações da sub-região como irmãos mais desenvolvidos que podem ajudá-las, longe dos tradicionais preconceitos anti-yankees.

Uma última observação relativa ao papel importante que desempenha o liberalismo, como fonte de inspiração do processo de mudanças na América Latina: assim como as doutrinas liberais deram embasamento às mudanças modernizadoras que se processaram, no seio dos Estados patrimoniais latino-americanos, ao longo dos séculos XIX e XX, da mesma forma elas inspiram ainda hoje – e o farão ao longo do século que se inicia – a progressiva saída do patrimonialismo.

Como destaquei em apresentação de recente livro dedicado a Alexis de Tocqueville, *a nossa história, na Ibero-América, desenvolveu-se sempre entre dois extremos antidemocráticos: de um lado, o ve-*

lho absolutismo ibérico e seu herdeiro, o caudilhismo; de outro, o anarquismo revolucionário. A liberdade foi, nesse contexto de barbárie, a grande vítima. Alexis de Tocqueville mostrou que o caminho para iluminar a luta pela conquista da autêntica democracia nos nossos países deveria ser o da defesa da liberdade para todos os cidadãos. Após a queda do Muro de Berlim e, com ela, do modelo de democracia sem liberdade proposto por Marx, o

*modelo tocquevilliano de democracia liberal está em alta e é capaz de inspirar, ainda, os processos de renovação política e de reforma do Estado, em andamento no Brasil e no resto da América Latina.*³⁴

Tocqueville, aliás, era otimista em relação à América Latina. Achava que o estado de atraso dos países do continente seria transitório e que, assim como a Inglaterra conseguiu influenciar positivamente os países da Europa Continental quanto à superação das mazelas da pobreza e do autoritarismo, de forma semelhante os Estados Unidos conseguiriam, mais cedo ou mais tarde, influenciar beneficentemente seus vizinhos do sul, fazendo surgir, neles, a valorização pelo trabalho, pelo desenvolvimento e pela democracia, dinamizando os elementos de civilização cristã, presentes nas tradições ibéricas. Antecipava o grande pensador francês a proposta da Aliança do Livre Comércio das Américas, que hoje os Estados Unidos tentam implementar com a América Latina. Tocqueville talvez

³⁴ cf. Véléz, 1998.

se possa aproximar da idéia de Nisbet³⁵, no sentido de que as mudanças sociais não obedecem apenas a fatores endógenos, mas que são implementadas fundamentalmente por influências exógenas.

Vale a pena citar, para finalizar, as palavras de Tocqueville a respeito:

Os espanhóis e os portugueses fundaram, na América do Sul, grandes colônias que posteriormente se transformaram em impérios. A guerra civil e o despotismo desolam, hoje em dia, aqueles vastos territórios. O movimento da população se detém e o reduzido número de homens que os habita, preocupados com o cuidado de se defender, apenas experimentam a necessidade de melhorar sua sorte. Mas não será possível ocorrer sempre assim. A Europa, entregue a si mesma, chegou pelos seus próprios esforços a vencer as trevas da Idade Média; a América do Sul é cristã como nós; tem as nossas leis, os nossos costumes; encerra todos os germes das civilizações que se desenvolveram no seio das nações européias e de seus rebentos; a América do Sul tem, mais do que nós, o nosso exemplo: por que há de permanecer bárbara para sempre?

Trata-se, evidentemente, nesse caso, de uma questão de tempo: uma época mais ou menos distante chegará, em que os sul-americanos formarão nações florescentes e esclarecidas. (...) Não poderíamos duvidar de que os americanos do norte da América venham a ser chamados a prover

um dia às necessidades dos sul-americanos. A natureza os colocou perto deles. Forneceu-lhes, assim, grandes facilidades para conhecer e julgar as suas necessidades, a fim de estabelecer com aqueles povos relações permanentes e para se apoderar gradualmente do seu mercado. O comerciante dos Estados Unidos só poderia perder essas vantagens naturais se fosse muito inferior ao comerciante da Europa. Acontece que é, pelo contrário, superior a este em muitos pontos. Os norte-americanos dos Estados Unidos já exercem grande influência moral sobre todos os povos do Novo Mundo. É deles que partem as luzes. Todas as nações que habitam o mesmo continente já se habituaram a considerá-los como os filhos mais esclarecidos, mais poderosos e mais ricos da grande família norte-americana. Constantemente voltam os seus olhares para a União e, na medida do possível, assemelham-se aos povos que a compõem. Todos os dias vão buscar nos Estados Unidos doutrinas políticas e tomar-lhes leis emprestadas.

*Os norte-americanos dos Estados Unidos estão, perante os povos da América do Sul, precisamente na mesma situação que seus pais ingleses perante os italianos, os espanhóis, os portugueses e todos aqueles povos da Europa que, sendo menos adiantados em civilização e indústria, recebem das suas mãos a maior parte dos objetos de consumo.*³⁶ ●

³⁵ cf. 1969.

³⁶ Tocqueville, 1992: 471-473.

BIBLIOGRAFIA

- ANIMAT, Eduardo. *Chile en los noventa: las oportunidades de desarrollo. Finanzas y Desarrollo*. Washington, v. 37, nº 1, p. 19-22, Mar. 2000.
- AZEVEDO, J. Lúcio de. *Épocas de Portugal econômico: esboços de história*. Lisboa: Clássica, 1978.
- CAMPOS, Roberto. *A falência do inexistente. O Globo*, Rio de Janeiro, 29 Nov. 1992.
- _____. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CASTRO, Américo. *España en su historia*. Buenos Aires: Eudeba, 1950.
- CONSTANT DE REBECQUE, Benjamin. *Principios de Política*. Madrid: Aguilar, 1970.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1958. 2 v.
- FRAGA NETO, Arminio. *Política monetária durante la transición a un tipo de cambio flotante. Finanzas y Desarrollo*, Washington, v. 37, nº 1, p. 16-18, Mar. 2000.
- GINER DE LOS RÍOS, Francisco. *Ensayos*. Madrid: Alianza, 1969.
- GÓMEZ, Laureano. *Interrogantes sobre el progreso de Colombia*. Bogotá: Populibro, 1928.
- GORTÁZAR, Guillermo (Ed.). *Nación y Estado en la España liberal*. Madrid: Noesis, 1994.
- GURRÍA, José Ángel. México: evolución reciente, reformas estructurales y futuras tareas. *Finanzas y Desarrollo*, Washington, v. 37, nº 1, p. 23-26, Mar. 2000.
- HIMMELFARB, Gertrude. *La idea de la pobreza: Inglaterra a principios de la época industrial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- KEYNES, John Maynard. *Economía*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1984.
- LIPSET, Seymour Martin. *El hombre político: las bases sociales de la política*. 3ª ed. Buenos Aires: Eudeba, 1970.
- LÓPEZ-MORILLAS, Juan. *Racionalismo pragmático: el pensamiento de Francisco Giner de los Ríos*. Madrid: Alianza, 1988.
- LOSER, Claudio; GUERGUIL, Martine. *El largo camino hacia la estabilidad financeira. Finanzas y Desarrollo*, Washington, v. 37, nº 1, p. 7-12, Mar. 2000).
- MACEDO, Ubiratan de. *A liberdade no Império*. São Paulo: Convívio, 1977.
- MATTA, Roberto da. *A questão do nepotismo, ou como o cidadão brasileiro usa o famoso jeitinho. Indústria e Comércio*. Curitiba, p. 6-7, 15 Set. 1991.
- NISBET, Robert. *La formación del pensamiento sociológico*. Buenos Aires: Amorrortu, 1969, 2 v.
- O'DONNELL, Guillermo. *Modernization and bureaucratic authoritarianism*. Berkeley: Berkeley University Press, 1980.
- OTS y Capdequí, José María. *Historia del derecho español en América y del derecho indiano*. Madrid: Aguilar, 1969.
- PAIM, Antônio. *A querela do estatismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- _____. *Momentos decisivos da história do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- PAZ, Octavio. *El ogro filantrópico*. Barcelona: Seix Barral, 1983.
- PENNA, José Osvaldo de Meira. *O dinossauro: uma pesquisa sobre o Estado, o patrimonialismo selvagem e a nova classe de intelectuais e burocratas*. São Paulo: Quieroz, 1988.
- _____. *Opção preferencial pela riqueza*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1991.
- PÉREZ Perdomo, Rogelio. *Liberalismo y derecho en el siglo XIX de América Latina*. Sociología del Derecho, Milano, n. 2, p. 81-102, 2000.
- POU, Pedro. *La reforma estructural argentina en la década de 1990. Finanzas y Desarrollo*, Washington, v. 37, n. 1, p. 13-15, Mar. 2000.
- ROMERO Baró, José María. *El positivismo su valoración en América*. Barcelona: PPU, 1989.

- SANTANDER, Francisco de Paula. *Cartas Santander-Bolívar (1813-1830)*. Bogotá: Fundación Francisco de Paula Santander, 1988. 5 v.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- STEWART, Julian H. et al. *Las civilizaciones antiguas del viejo mundo y de América*. In: *Symposium sobre las civilizaciones de regadío*. Washington: Unión Panamericana, Departamento de Asuntos Culturales, 1955.
- TAVARES, José Antônio Giusti; ROJO, Raúl Enrique (Org.). *Instituições políticas comparadas dos países do Mercosul*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Oeuvres II - De la Démocratie en Amérique*. Paris: Callimard, 1992.
- TOURAINÉ, Alain. *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.
- URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.
- VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Castilismo: uma filosofia da República*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.
- . *A democracia liberal segundo Alexis de Tocqueville*. São Paulo: Mandarim, 1998.
- . *Oliveira Vianna e o papel modernizador do Estado brasileiro*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1997.
- . *A violência na América Latina: aspecto político*. *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 516, p. 41-52, Mar. 1998.
- . *Colômbia: uma guerra contra a sociedade*. *Carta - Mensal*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 546, p. 15-28. Set. 2000a.
- . *Estado, cultura y sociedad en la América Latina*. Santafé de Bogotá: Universidad Central, 2000b.
- . *MST usa tática da guerrilha colombiana*. *Jornal da Tarde*, São Paulo, p. 4A, 14 Mai. 2000c.
- VÉLIZ, Claudio. *The centralist tradition of Latin America*. New Jersey: Princeton University Press, 1980.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.
- . *Populações meridionais do Brasil e Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.
- WEBER, Max. *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1944, 4 v.
- WITTFOGEL, Karl. *Aspectos del desarrollo de las sociedades hidráulicas*. IN: STEWARD, Julian H. et al. *Las civilizaciones antiguas del viejo mundo y de América - Symposium sobre las civilizaciones de regadío*. Washington: Unión Panamericana, Departamento de Asuntos Culturales, 1955. p. 45-54.
- . *Le despotisme oriental: étude comparative du pouvoir total*. Paris: Minuit, 1977.



Estado-Nação X Globalização¹

Wilson Mendes Lauria*

RESUMO

Matéria extraída de monografia elaborada por imposição curricular para obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. O texto apresenta uma conclusão de pesquisa realizada a fim de buscar argumentos que sustentassem a premissa segundo a qual o Estado-nação é uma instituição enfraquecida em comparação com épocas anteriores, particularmente com o período da Guerra Fria.

PALAVRAS-CHAVE

Globalização, Estado-nação, soberania.

There is no alternative
Margaret Thatcher

Em 1989, a reunião de cúpula Gorbatchev – Bush, na Ilha de Malta, encerrou oficialmente a Guerra Fria, o que motivou o surgimento de nova ordem internacional. O mundo deixou de ser organizado exclusivamente em torno do eixo ideológico leste – oeste e os Estados Unidos da América, pela expressão econômico-militar do seu poder nacional, assumiram o papel de líder incontestado no sistema internacional unipolar.

No campo político, o declínio do socialismo e, no econômico, a internacionaliza-

ção produtiva, comercial e financeira caracterizavam essa nova ordem internacional.

O surgimento de blocos regionais e o fortalecimento de instituições políticas (Organização das Nações Unidas), jurídicas (Tribunal de Haia) e comerciais (Organização Mundial do Comércio) supranacionais, impensáveis na época da Guerra Fria, passaram a ocorrer no cenário que se projetava.

Outra característica desse período foi o fato de que as relações internacionais começaram a envolver outros atores além do Estado-nação. A partir de 1990, organizações, governamentais ou não-governamentais, foram reconhecidas e passaram a exercer

* Major de Cavalaria e Estado-Maior.

¹ Selecionado pelo PADECME.

papel significativo na condução das grandes questões mundiais contemporâneas.

Palavras como internacionalização, mundialização e transnacionalidade, tornaram-se frequentes, porém com significados divergentes e nebulosos.

Segundo McLuhan, o mundo é uma *Aldeia Global*. O que é ser uma *Aldeia Global*? Qual a amplitude dessa globalização? São perguntas para as quais até hoje não existe resposta.

Autores como Tofler e Fukuyama procuraram entender e explicar essa época de transição, onde a possibilidade utópica de integração do planeta em um único sistema político e econômico conquistou novos adeptos.

A globalização, como todo fenômeno social, possui diversos matizes. Enquanto, por um lado, ocorre o encurtamento das distâncias, a informação flui com maior velocidade, e a humanidade tem acesso a inovações tecnológicas surpreendentes, por outro ângulo, constata-se grandes contrastes: a AIDS na África atinge níveis assustadores de contaminação, a miséria na Ásia é fato inquestionável e o desemprego em países considerados desenvolvidos cresce em proporções antes nunca vistas.

Século XXI, início do terceiro milênio, a globalização é um fenômeno irreversível. Em relação a essa afirmativa, não existe dúvida, porém sobre a sua amplitude e profundidade não há consenso. Hoje, estudar o mundo globalizado é o grande desafio que se apresenta para as Ciências Sociais. Questões sobre o papel do Estado-nação, soberania, direito de ingerência, só para exemplificar, são algumas que devem ser respondidas.

Considerando como premissa a hipótese de que o Estado-nação é uma instituição

enfraquecida, em comparação com épocas anteriores, particularmente com o período da Guerra Fria, o propósito desse trabalho é apresentar argumentos que a sustente.

Essa reflexão será conduzida segundo uma metodologia analítica na qual, após a caracterização do Estado-nação e da globalização, discorrer-se-á sobre a influência desse fenômeno social sobre a instituição política. Como conclusão, serão sintetizadas algumas idéias a respeito dos efeitos da globalização sobre o Brasil.

ESTADO-NAÇÃO

Na primeira metade do século XVII, a Europa vivia uma época de agitação política e religiosa. Fernando II, imperador da Espanha, tentava, por meio da Contra-Reforma, impor o catolicismo, suprimir o protestantismo e estabelecer o domínio do império espanhol sobre os Estados da Europa Central.

Contrapondo-se a essas pretensões, estava o primeiro ministro francês, Armand Jean du Plessis, Cardeal Richelieu, político que, para alguns autores, pode ser considerado como o pai do Estado moderno. Richelieu pautava a sua conduta no conceito de *raison d'état*, considerando lícito o emprego de qualquer meio para promover o bem-estar. A expressão *o fim justifica os meios* sintetiza o pensamento político de Richelieu. Criava-se novo paradigma no qual o interesse nacional suplantava os conceitos da ética e da moral universal. Nesse contexto, ocorria, no continente europeu, desde 1618, um conflito militar entre católicos e protestantes, que os historiadores passaram a chamar de Guerra dos Trinta Anos. A França de Richelieu, apesar de ser um país católico,

aliou-se aos príncipes protestantes, a fim de conter o poder dos Habsburgos.

Em 1648, o Tratado de Westfália, assinado entre o imperador germânico, os reis da França e da Espanha e a rainha da Suécia, marcou o término da Guerra dos Trinta Anos. A França tomou o lugar da Espanha como a grande potência continental, e a doutrina da *raison d'état* passou a reger a diplomacia europeia. A Paz de Westfália redesenhou o mapa da Europa e marcou o início do sistema político moderno, por intermédio da formação dos Estados-nação.

A primeira idéia

de Estado-nação é anterior à Guerra dos Trinta Anos e foi difundida pelo político e advogado francês Jean Bodin.

Em sua obra *Six livres de la Republique* (1576), Bodin recomendava o controle central do serviço público, subordinado somente ao soberano; o controle central de um exército permanente, comandado por soldados profissionais selecionados por um governo central e subordinados a ele; o controle central da cunhagem de moedas, dos impostos, da alfândega; um magistrado nomeado pelo governo central, em vez de tribunais com funcionários indicados por magnatas locais.²

Para Drucker a função do Estado nacional de Bodin seria a proteção da socie-

dade civil. Essa instituição atuaria como o seu guardião, especialmente em tempos de guerra.

Segundo Habermas (1995), o Estado-nação é um produto das Revoluções Francesa e Americana, pois somente nessa época houve a fusão do Estado moderno com a nação moderna.

Em outras palavras, a política democrática nacionaliza-se. Intercambiável com o termo *povo*, o termo *nação* passa a ser portador ambíguo do republicanismo e do nacionalismo, dois componentes que operam juntos, embora com sentidos diferentes: um, legal e político

- a nação de cidadãos, legalmente capacitados para exercer seus direitos e obrigações, que proporciona a legitimação democrática -; outro, pré-político - a nação herdada ou atribuída, moldada pela origem, cultura, história, língua comum, que facilita a integração social.³

Sabe-se que o Estado moderno, como forma política, evoluiu e se consolidou ao longo dos três últimos séculos, em relação simbiótica com a constituição do sistema internacional de Estados, a chamada ordem de Westfália, e seus princípios normativos centrais: territorialidade (espaço territorial fixo e exclusivo que define os limites da jurisdição legal e o alcance da autoridade política centralizada dos Estados); soberania (direito incontestado e exclusivo para governar e represen-

² Drucker, 1993

³ HABERMAS, 1995, apud GÓMEZ, 1998.

tar a fonte última da lei e da autoridade política sobre a população no território delimitado, ao mesmo tempo em que, de independência com relação a outras unidades soberanas); autonomia (prerrogativa e capacidade de os Estados conduzirem e decidirem seus próprios assuntos domésticos e externos, livres de toda a intervenção ou controle externos); e legalidade (as relações entre Estados igualmente soberanos podem estar submetidas ao direito internacional, na condição de que cada um deles assim o consinta já que não há autoridade legal para além do Estado capaz de impor obrigações legais a ele ou aos seus cidadãos).⁴

Sintetizando as idéias apresentadas por Drucker e Gómez, pode-se concluir que o Estado-nação é uma instituição pensada há mais de quatrocentos anos, implantada e aperfeiçoada ao longo dos três últimos séculos e que tem sido objeto de evolução constante, exceto seus princípios normativos, que geraram o sistema Westfaliano. Esses fortaleceram-se e permaneceram imutáveis ao longo desse período.

A GLOBALIZAÇÃO

Ao se estudar a globalização, a primeira questão que se apresenta é sobre o seu significado contemporâneo. Globalização

é uma idéia que teve origem na França. Porém, nos anos 60 do século passado, ganhou destaque no meio acadêmico norte-americano, com os estudos de McLuhan que pregavam a possibilidade de implantação de uma *Aldeia Global* em decorrência das novas tecnologias de informação.

Chesnais, citado por Gómez, destaca que a expressão propriamente dita, no sentido econômico que hoje prevalece, surge na década de 80, em reconhecidas escolas de administração de empresas, populariza-se em escritos de

marketing, difunde-se pela imprensa econômica e é assimilada no discurso neoliberal.

Segundo Schilling, o termo *globalização* tem sido utilizado mais recentemente num sentido marcadamente ideológico, no qual assiste-se, no mundo inteiro, a um processo de integração econômica sob a égide do neoliberalismo, caracterizado pelo predomínio dos interesses financeiros, pela desregulamentação dos mercados, pelas privatizações das empresas estatais, e pelo abandono do estado de bem-estar social.

O livro *Global Transformations*, editado pela *Stanford University*, apresenta a idéia de que a Globalização é um fenômeno mundial que atua sobre todos os aspectos da vida social contemporânea: do cultural ao criminal e do financeiro ao espiritual. Essa abordagem, devido à sua amplitude e profundidade, nos parece ser a mais adequada.

Segundo Schilling, o termo globalização tem sido utilizado mais recentemente num sentido marcadamente ideológico, no qual assiste-se, no mundo inteiro, a um processo de integração econômica sob a égide do neoliberalismo, caracterizado pelo predomínio dos interesses financeiros, pela desregulamentação dos mercados, pelas privatizações das empresas estatais, e pelo abandono do estado de bem-estar social.

⁴ MCGREW, 1997, apud GÓMEZ, 1998.

A partir dessa visão macro, a globalização pode ser entendida como um fenômeno mundial resultante de uma série de transformações nas seguintes áreas: *tecnológica* (inovações que permitem o incremento do volume e da velocidade das informações e diminuem o custo da comunicação e do transporte); *política* (o surgimento de novos atores no campo das relações internacionais, o fortalecimento de organizações internacionais e a criação de blocos regionais); *econômica* (a fluidez dos capitais e a internacionalização produtiva, comercial e financeira); e *psicossocial* (o acirramento das discussões sobre questões ambientais, da segurança, da saúde e sobre a educação).

No debate acadêmico sobre a globalização, Held, McGrew, Goldblatt e Perraton identificaram três linhas de pensamento teórico que tentam entender e explicar esse fenômeno: os *hiperglobalistas*, os *transformistas* e os *céticos*.

Os *hiperglobalistas*, dentre os quais se destaca Ohmae, pregam que a globalização define uma nova época da história da humanidade. Os adeptos dessa tese advogam o fim do Estado-nação em decorrência da sua inutilidade como instituição econômica.

Os *transformistas*, representados por Giddens e Rousenau, invocam argumentos para afirmar que a globalização trará como consequência para o Estado-nação uma perda nos princípios normativos da territorialidade, soberania e autonomia.

Os *céticos*, adeptos dos escritos de Hirst e Thompson, rejeitam que a globalização, necessariamente, diminuirá o poder do Estado-nação. Argumentam que um Estado forte se faz necessário como agente regulador do processo.

Dentre as teses apresentadas acima, pode-se afirmar que os *hiperglobalistas* e os *céticos* adotam posições extremas, portanto fáceis de contestar. O fim do Estado nacional, como querem os *hiperglobalistas*, é uma utopia, e a negativa cética a respeito do seu enfraquecimento pode ser contrargumentada, observando o papel dos novos atores, governamentais ou não-governamentais, no sistema internacional.

A hipótese *transformista*, que admite nova ordem internacional, é justificada com argumentos mais consistentes, porém não quantifica a perda necessária dentre os seus princípios normativos, a qual deverá se submeter o Estado-nação.

Das idéias apresentadas acima, pode-se concluir que a globalização é um fenômeno amplo, que não está restrito a economia, mas atinge todos os campos do conhecimento, que se baseou em um tripé formado pelo desenvolvimento das telecomunicações, pela alta tecnologia e pela ampliação do papel do capital financeiro como instrumento de aceleração da economia.

Conclui-se ainda que, coerentemente com o pensamento transformista, haverá o enfraquecimento dos princípios normativos sobre os quais se constituiu a Ordem Internacional de Westfália, porém esse decréscimo não será uniforme e seu valor será uma consequência direta do poder nacional de cada Estado.

ESTADO-NAÇÃO X GLOBALIZAÇÃO

Segundo a ótica transformista, quais os efeitos da Globalização sobre o Estado-nação? McGrew aborda essa questão da seguinte forma:

Se a soberania estatal, em vez de ilimitada, passar a ser mais compartilhada com as agências internacionais, se os Estados tiverem cada vez menos controle sobre seus próprios territórios, e se as fronteiras políticas e territoriais forem crescentemente permeáveis, o núcleo de princípios da democracia liberal – autogoverno, demonstração, consentimento, representação e soberania popular – se torna inequivocamente problemático.

Dentre os princípios normativos que definem o Estado-nação, o território, a soberania e a autonomia são os que têm sido mais atacados pela globalização.

Hoje, o espaço territorial fixo e exclusivo que define os limites da jurisdição legal e o alcance da autoridade política centralizada dos Estados é permeável a atos e fatos que fluem rapidamente e sem qualquer controle, em função da revolução dos meios de comunicação e transporte. Nesse particular, Gómez faz a seguinte consideração:

(...) a capacidade de os governos democráticos controlarem e regularem seus próprios assuntos domésticos se vê extremamente debilitada diante da intensidade e variedade de fluxos transnacionais que atravessam com facilidade as fronteiras (capital, comércio, tecnologia, informação e cultura).

Atividades como o narcotráfico, a existência de paraísos fiscais, a questão ambiental, o comércio internacional e os direitos humanos deixaram de ser problemas nacionais, intramuros, para serem tratados

por agências internacionais, pois suas soluções e, principalmente, suas consequências não ficarão limitadas às fronteiras de um único Estado.

A permeabilidade das fronteiras a essas questões transnacionais oferece forte argumento para os defensores da tese transformista, que advogam o enfraquecimento do Estado-nação.

Não existe discussão sobre a transnacionalidade de alguns problemas contemporâneos e sobre a necessidade de ação coordenada para sua solução, porém a questão que deve ser debatida é sobre a sua legitimidade. O fórum ideal para esse debate é a Organização das Nações Unidas e suas instituições subordinadas.

A ingerência internacional em assuntos nacionais é uma questão delicada que deve ser pensada antes de ser aplaudida. O país que apóia uma intervenção poderá ser o destinatário de uma próxima intervenção. As questões humanitárias, que são as bandeiras declaradas dessas ações, na maioria das vezes, são o pano de fundo para outros interesses.

Com a globalização, a soberania tem sido constantemente questionada. Linklater, um teórico adepto da tese transformista, diz o seguinte:

O Estado-Nação não pode mais reivindicar para si a condição de único centro de poder legítimo nas suas próprias fronteiras [...]

Em tempos de globalização, esse ponto é vital para a sobrevivência do Estado.

Hoje, o espaço territorial fixo e exclusivo que define os limites da jurisdição legal e o alcance da autoridade política centralizada dos Estados é permeável a atos e fatos que fluem rapidamente e sem qualquer controle, em função da revolução dos meios de comunicação e transporte.

Submeter-se à decisão de uma Organização Internacional, a qual aderiu por opção voluntária, não pode ser considerado como quebra de soberania, pois não agride o conceito de independência com relação a outras unidades soberanas. Por exemplo, a aquiescência a um laudo arbitral emitido pela Organização Mundial do Comércio (OMC) é legal e faz parte da cena internacional. Essa situação não configura a idéia de intervenção, mas sim de concessão.

Diferentemente do exemplo citado acima, a resolução nº 678 do Conselho de Segurança da ONU, que determinava o uso de todos os meios para retirar as tropas iraquianas do Kuwait, representou a quebra de um paradigma, pois pela primeira vez a ONU autorizou uma ação de guerra contra um de seus Estados-membros. Alguns observadores consideram essa resolução como quebra da soberania nacional.

Outro exemplo que merece destaque ocorreu na Colômbia, quando o governo reconheceu a existência de uma área sob o controle das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC) e permitiu que esse movimento exercesse autoridade política e legal sobre a população nesse território.

A autonomia, isto é, a prerrogativa e a capacidade dos Estados de conduzirem e decidirem seus próprios assuntos domésticos e externos, livres de toda a intervenção ou de controle, também tem sido foco de tensão entre os Estados-nação e algumas Organizações Internacionais.

As ações das Organizações Não Governamentais (ONG) funcionam como instrumento de controle externo e independente. O reconhecimento da ação desse novo ator é fato novo na ciência das Rela-

ções Internacionais e deve ser conduzido com cautela, pois suas atividades, em algumas ocasiões, defendem interesses velados dos grupos que financiam tais organizações.

O papel realizado pela Anistia Internacional, Médicos Sem Fronteiras e pelo Greenpeace, respectivamente na proteção aos direitos humanos, saúde e meio ambiente, pode ser considerado como agressão ao conceito de autonomia.

Do exposto pode-se afirmar que, em decorrência do fortalecimento de diversas agências internacionais, do papel das ONGs como instituições de controle externo e da ação desses novos atores sobre os pilares da territorialidade, soberania e autonomia, o Estado-nação contemporâneo perdeu parte da sua liberdade de ação. Esse fato representa um enfraquecimento dessa instituição política quando comparada com a sua similar no período da Guerra Fria.

CONCLUSÃO

O Brasil, 5º país do mundo em extensão territorial, possuidor de um PIB incluído entre os 10 maiores do mundo e com uma população multicultural de aproximadamente 200 milhões de habitantes, integrada por raças e credos diversos, encontra-se inserido neste cenário.

O problema da fome é uma realidade, a miséria existe e a violência atingiu índices comparáveis a países em guerra civil. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), baseado no índice de desenvolvimento humano (IDH), o Brasil é possuidor de significativos desníveis sociais, o que tem como consequência o surgimento de grupos com realidades socioculturais diferentes.

Como um país com essas características pode enfrentar o rolo compressor da globalização?

A resposta para essa pergunta passa, inicialmente, pela definição de um projeto de País, que pode ser sintetizado como um Estado-nação que tenha condições de aproveitar as oportunidades e enfrentar os óbices da globalização.

Realizando uma análise crítica da cena internacional, o observador constatará que as nações de economia desenvolvida, em particular os Estados Unidos, o Japão, a França e a China, não admitem o enfraquecimento do seu Estado e tomam as medidas necessárias para o seu fortalecimento.

Os Estados Unidos protegem os setores menos competitivos da sua economia, negam-se a assinar o Protocolo de Kyoto sobre a preservação ambiental e tomam decisões unilaterais em relação ao emprego do seu poder militar.

Hoje, o Brasil não tem condições de adotar uma postura isolacionista, posicionando-se à margem do sistema internacional, não tem ferramentas que possibilitem enfrentar a globalização segundo o ponto de vista dos *céticos* e não deve adotar sem restrições a tese *transformista*.

O que fazer?

Não existe resposta fácil para essa questão, mas, talvez, uma reflexão sobre o pensamento do General Meira Mattos possa facilitar o caminhar do Brasil na sinuosa senda da globalização: *Os governos mais poderosos podem fingir que não valorizam mais os conceitos de soberania e território nacional, pois não os vêem ameaçados pelas interferências que não lhes convém. Entretanto, aqueles que não se alinham entre os poderosos necessitam ajustar uma política realista, que não feche as suas portas mas também não permita a intromissão sem o seu consentimento.* ☺

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRIGAGÃO, C (Org). *Estratégias de negociações internacionais - uma visão brasileira*, Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001.
- DRUCKER, P. F. *Post-capitalism society*, 1993.
- GÓMEZ, J. M. *Globalização, Estado-nação e soberania*, 1998.
- HELD, D. ; MC GREW, A. ; GOLDBLATT, D. ; PERRATON. J. *Global transformations*, Great Britain: Stanford University Press.
- HUNTINGTON, S. P. *O choque de civilizações*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.
- _____. *O soldado e o Estado*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.
- KISSINGER, H. *La diplomacia*, México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- MATTOS, C. M. *Estado-nação e globalização*, 2001.
- SARAIVA, J. F. S. (Org). *Relações internacionais - dois séculos de história*: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Brasília, DF, 2001.

Brasiguaios: território e jogos de identidades

Marcelo Santa Barbara*

RESUMO

O presente texto tem como tema a análise da construção de identidades e dos diferentes níveis de mobilidade entre os imigrantes brasileiros residentes no Paraguai Oriental. A linha de raciocínio adotada é discutir qual o papel atual da reconstrução de identidades sociais no reordenamento territorial provocado, para o Paraguai, pela dinâmica de imigração brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Brasiguaios, imigração, reordenamento territorial.

O caso dos *brasiguaios*, como são genericamente conhecidos os imigrantes brasileiros residentes no Paraguai, tem apresentado grande repercussão internacional. Esses imigrantes, cerca de 350 mil, são, a um só tempo, protagonistas da difusão de uma significativa influência cultural e da introdução do complexo agro-industrial da soja no Paraguai. Tais processos são responsáveis por relações sociais transfronteiriças que relativizam os limites entre esses territórios nacionais.

A relevância do jogo de identidades é expressa por conflitos e resistências culturais que acompanham a legitimação da *des-ordem* territorial vigente nesse *Paraguai brasileiro da soja*. A Revista Veja

(18.08.99) estampava a seguinte manchete: *Limpeza Étnica: os paraguaios invocam rancores da guerra de um século atrás para expulsar colonos brasileiros*. Naquele momento, o Prefeito de San Alberto, brasileiro naturalizado paraguaio, era objeto de um processo de *impeachment*, e vereadores brasileiros comparavam os acontecimentos no Departamento do Alto Paraná aos ocorridos no Kosovo (ex-Iugoslávia). O conflito de terras e a xenofobia dos camponeses sem-terra paraguaios são apontados, por tais pessoas, como principais fatores de retorno dos *brasiguaios* que residem no Paraguai: (...) Estão tirando o prefeito porque ele não é ladrão, não é desonesto e é brasileiro (...), disse um dos dois vereadores brasileiros que compõem a câmara municipal de San Alberto.

* Mestre em Geografia. Professor da AMAN.

O município de San Alberto, por sinal, é apontado como um *enclave brasileiro* em pleno Paraguai (*Folha do Paraná*, 26.07.98). Essa municipalidade possui cerca de 25 mil habitantes, dos quais se estima que, aproximadamente, 80% sejam brasileiros. Além disso, é a única no Paraguai a ser governada por um brasileiro, naturalizado paraguaio.

Não existe, com efeito, consenso sobre o número de imigrantes brasileiros no Paraguai. De acordo com Kohlhep (1990) seriam 450 mil imigrantes. Já Sprandel (1992) afirma que existem em torno de 400 mil e a revista *Época* (09.08.2000) chega a estipular que sejam um milhão de brasileiros.

A presença brasileira também é significativa em sua influência ideológico-cultural nos Departamentos paraguaios fronteiriços. A *Folha de São Paulo* (27.06.99) chegou a sugerir que os *brasiguaios* faziam a seleção brasileira jogar a Copa América em casa. Rádios locais, em Santa Rita e San Alberto, têm horários em que a transmissão é toda em português. Além disso, dialetos alemães (idioma de muitos dos imigrantes brasileiros originários do Sul do país) são falados por todas as gerações em suas relações familiares. Nas ruas, por causa das relações comerciais, o português é usado tanto por brasileiros quanto por paraguaios. Já na escola, há obrigatoriedade curricular, e as crianças se comunicam em castelhano e guarani.

Se a fronteira do território paraguaio com o Brasil pode ser relativizada pela influência econômica e cultural brasileira – o idioma, por exemplo – também merece destaque o fato de ela ser utilizada por órgãos estatais para controlar o acesso e a circulação de imigrantes brasileiros ilegais. Foram

arrecadados oficialmente, nos últimos três anos, cerca de cinco bilhões de guaranis com taxas legais (ABC Color, 22.06.98).

Algumas questões, tendo em vista o que foi exposto, são importantes para desenvolvermos a análise proposta. Todos os brasileiros que residem no Paraguai podem ser identificados como *brasiguaios*? Qual o peso da difusão do idioma português no redesenhar de uma nova geografia brasileira em terras paraguaias? Existem diferenças entre a ativação das identidades pelos imigrantes clandestinos e os imigrantes em situação legal no Paraguai? O objetivo proposto será analisar como a ativação da identidade *brasiguai* faz parte de um complexo jogo que surge como expressão da conflituosa territorialidade brasileira no leste paraguaio.

OS RECORDES ESCALARES DA DINÂMICA DE IMIGRAÇÃO BRASILEIRA

Ocorreu, a partir do final da década de 60, um verdadeiro *boom* migratório em direção à franja oriental paraguaia. Esse processo ficou conhecido como a *invasão pacífica* do Paraguai (Pèbayle, 1994). Segundo determinados autores (Laino, 1976), os *espaços vazios* desse país vizinho foram sendo progressivamente ocupados por milhares de agricultores brasileiros. Parcela considerável desse movimento populacional foi fruto dos efeitos, durante as décadas de setenta e oitenta, das políticas agrárias no Brasil. Mas também envolveu um contingente de grandes proprietários rurais e empresários agrícolas que buscavam terras mais baratas e férteis no Paraguai.

Serão adotados, nesse sentido, os Departamentos do Alto Paraná e do Canin-

deyú como um conjunto regional, encerrando o regional na acepção restrita de uma área intermediária entre o Estado-nação e a escala local de relações. Tal escolha deve-se ao fato de serem os Departamentos de maior concentração de imigrantes brasileiros no Paraguai e terem o uso do solo e a paisagem intensamente alterados pelos cultivos da soja, do trigo e do algodão. São, em síntese, uma continuidade da fronteira agrícola brasileira em território paraguaio.

A dimensão regional transfronteiriça marca as relações sócio-geográficas que transgridem os limites nacionais entre o Brasil e o Paraguai, formando redes também transfronteiriças de natureza ideológico-cultural, político-eleitoral e econômica. Os municípios de San Alberto e La Paloma são dois exemplos disso.

O PROJETO MARCHA PARA O LESTE: O PARAGUAI NA ÓRBITA DE INFLUÊNCIA BRASILEIRA

O Projeto Nacional de Marcha para o Leste, através de acordos políticos e econômicos, criou as condições materiais para a expansão da fronteira agrícola capitalista no leste do Paraguai. A República do Paraguai, com efeito, a partir da segunda metade do século XX, foi-se transferindo do raio de ação argentino para a órbita de influência geo-econômica e cultural do Brasil.

A incorporação do leste paraguaio foi descrita por Kohlhep (1999), de modo um tanto polêmico, como uma espécie de subimperialismo brasileiro. Esse processo foi planejado pelo Estado paraguaio e pelo capital privado, esse último representado pela atuação de empresas colonizadoras bra-

sileiras, norte-americanas e japonesas. Essa associação caracterizou-se pela implementação de um reordenamento territorial que materializou os ideais de progresso e modernização capitalista de ambos os agentes. Tal empreendimento ocorreu às custas da desarticulação da territorialização preexistente nesses espaços, não necessariamente vazios. Cabe acrescentar que, nos dois lados da fronteira, um grande contingente de brasileiros e paraguaios foram desmobilizados e outro tanto utilizado como mão-de-obra nesse projeto de ocupação.

Se projetarmos nosso olhar sobre a escala nacional veremos, nitidamente, o reordenamento implantado no Paraguai oriental. O eixo econômico norte-sul, vigoroso até então, foi sendo substituído pela conformação do novo eixo de integração leste-oeste, corredor de exportação disposto no sentido que privilegia as relações comerciais paraguaias com o Brasil. Em 1965, é inaugurada, sobre o rio Paraná, a *Ponte da Amizade*. Essa via de acesso passou a conectar Foz do Iguaçu (PR) à recém-fundada Puerto Stroessner, atual Cidade do Leste. Em 1966, foi concluída a Rodovia BR-277, ligando Assunção ao porto de Paranaguá, no Brasil.

Já no campo político, algumas facilidades foram criadas pelo governo do Paraguai. Nesse sentido, em 1967, ele revogou a lei de segurança nacional que impedia a compra de terras por estrangeiros em um raio de 150km a partir do limite entre os dois Estados nacionais. Essas medidas, em conjunto, relegaram à marginalidade os caminhos que conduziam as transações econômicas do Paraguai ao porto de Buenos Aires, no estuário da Bacia do Prata. Finalmente, a conclusão

do megaprojeto de construção da Itaipu Binacional (1973-1983) une o destino econômico paraguaio ao brasileiro.

A MARCHA E A "CONTRA-MARCHA" BRASILEIRA PARA O PARAGUAI

A dinâmica de imigração brasileira pode ser, de forma simplificada, esquematizada em três períodos. Os fluxos migratórios durante a década de 60 eram compostos por pessoas oriundas do Norte e Nordeste do Brasil. Eram posseiros que já tinham passagens pelos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Foram esses imigrantes que prepararam o terreno para a difusão da fronteira agrícola capitalista. Os principais tipos de cultivos desenvolvidos por esse grupo eram o café, o algodão e a menta. De acordo com Wagner (1989), a ordem oficial do Presidente Alfredo Stroessner era *tragam os negros*, grupo que incluía brasileiros mestiços, mulatos e mamelucos. Eram pessoas que, desprovidas de posse, sujeitar-se-iam mais facilmente às condições adversas que seriam encontradas na região a ser desbravada no país vizinho.

A segunda marcha da imigração brasileira ocorreu ao longo da década de 1970. Ingressaram no Paraguai grandes grupos de camponeses oriundos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os brasileiros

já haviam experimentado o processo de reforma agrária no Brasil, aprofundado naquela década por fatores de repulsão como a forte concentração fundiária, a fragmentação das propriedades por herança, a valorização vertiginosa do preço das terras, a modernização tecnológica, a especialização da produção agrícola etc. Em contrapartida, também eram atraídos por fatores como

a existência de terras férteis (terra roxa) e o preço da terra até cinco vezes mais barato que no Brasil.

A difusão em grande escala da agricultura comercial da soja influenciou na formação de uma incipiente rede urbana e na construção de rodovias na região. Elas vão provocar significativas modificações na paisagem, tendo em vista a territorialização pre-

Já no campo político, algumas facilidades foram criadas pelo governo do Paraguai. Nesse sentido, em 1967, ele revogou a lei de segurança nacional que impedia a compra de terras por estrangeiros em um raio de 150km a partir do limite entre os dois Estados nacionais. Essas medidas, em conjunto, relegaram à marginalidade os caminhos que conduziām as transações econômicas do Paraguai ao porto de Buenos Aires, no estuário da Bacia do Prata.

existente nesses espaços. Essas mudanças são localmente vistas de forma bastante ambígua: ... *os brasileiros são destruidores da natureza...* afirmou-nos uma professora paraguaia em San Alberto. Em contrapartida, uma brasileira, dona de um hotel local, disse-nos: (...) *sem os brasileiros, os paraguaios não seriam nada; os brasileiros trouxeram o comércio e a agricultura.*

A terceira dinâmica intensifica-se a partir de meados da década de 1980. O sentido do fluxo migratório é invertido. Ocorre o retorno de milhares de famílias brasileiras. Com a expansão da fronteira agrícola da soja para o Paraguai oriental, assistiu-se

ao deslocamento de muitas tensões sociais brasileiras para essa área. Esses episódios são agravados pelo fim dos contratos de arrendamento e pela grilagem em função dos títulos de terras falsos vendidos aos brasileiros pelo Instituto de Bem-estar Rural (IBR), uma espécie de INCRA paraguaio. Cabe salientar que o término das obras de Itaipu, em 1983, também aumentou drasticamente as pressões sobre as terras ocupadas próximas à fronteira.

A expansão da fronteira agrícola brasileira fez com que, entre 1985 e 1992, dois milhões de hectares de mata virgem desaparecessem do mapa, para dar lugar a imensos campos de soja.

BRASIGUAÍOS: JOGO DE ACEITAÇÃO E REJEIÇÃO

A ativação da identidade *brasiguaiá* envolve um jogo de aceitação e rejeição que tem ocorrido em situações e por grupos que vão de um extremo ao outro da hierarquia social existente entre os imigrantes brasileiros.

A figura do *brasiguaió* significava, originalmente, o brasileiro que conseguiu terra no Paraguai e retornou ao Brasil em busca da sobrevivência. São aqueles que acamparam em Mundo Novo (MS), em meados da década de 80, para exigir reforma agrária ao governo. Utilizaram essa identidade como uma estratégia de diferenciação, diante do restante dos brasileiros residentes no Paraguai. Ao mesmo tempo, ela viabilizaria, já em solo brasileiro, a delimitação de um espaço de luta que os distinguisse de outros movimentos sociais brasileiros, como o MST.

As classes sociais mais favorecidas, políticos e grandes produtores de soja, ainda

assim, podem recorrer à identidade *brasiguaiá*, construindo uma suposta homogeneidade do grupo de imigrantes brasileiros capaz de encobrir as disparidades socioeconômicas existentes entre eles no Paraguai. Esse processo está presente, por exemplo, no discurso do Prefeito e de vereadores de San Alberto, quando das pressões impostas pelo movimento dos camponeses sem-terra paraguaios. Naquele momento, o movimento dos camponeses havia acampado na praça central e impedia que o Prefeito despachasse na prefeitura. As invasões de terra, segundo entrevistas no local, eram motivadas pela xenofobia dos camponeses paraguaios contra todos os *brasiguaios*.

A maioria dos imigrantes brasileiros se encontra na clandestinidade (cerca de 60%, de acordo com a Pastoral do Migrante). A clandestinidade se dá quando o imigrante não tem a carteira de imigração, ou quando a possui, mas ela já está vencida. O processo de legalização é caro e burocrático. A Direção Geral de Imigrações do Paraguai cobra, de acordo com o câmbio de janeiro de 2001, um milhão e duzentos mil guaranis (R\$ 705,00) para emitir um novo visto de permanência. Para fazer a renovação, é cobrada a quantia de seiscentos mil guaranis (R\$ 352,00). Cabe mencionar que, de 1996 até agora, muitos já pagaram, mas até o momento não receberam sua documentação do governo paraguaio.

Existem diferentes níveis de desterritorialização entre o empresariado rural e os imigrantes ilegais. Para o primeiro grupo, a grande mobilidade transfronteiriça é um trunfo, pois está associada à inserção desse grupo social aos circuitos comerciais, financeiros e políticos: ... *ser cidadão*

paraguaia não significa nada, exceto o fato de se ter liberdade para se circular (empresária brasileira, San Alberto). O grupo empresarial controlado por uma rica família brasileira, por exemplo, representou recentemente o Paraguai em um congresso internacional de produtores de soja em Memphis (EUA). A empresa agrícola Katueté, de um empresário brasileiro, tem seus escritórios funcionando em Guaíra (PR), enquanto os seus silos e plantações de soja estão no Alto Paraná (Paraguai).

A identificação como *brasiguai* é, normalmente, vista com reservas nesse grupo: *Brasiguai não! Brasiguai é o sem-terra, na miséria, isso é o que é o brasiguai, um deportado, sem documento* (empresário brasileiro, San Alberto).

Já para representantes da Pastoral do Migrante, engajados na luta pela legalização dos imigrantes que ainda estão clandestinos, a identidade *brasiguai* carrega o estigma da indigência. O *brasiguai* é visto como sinônimo de apátrida. Seria uma *identidade-obstáculo*, pois eximiria o governo brasileiro de se interessar em facilitar a aquisição de documentos e, tampouco, de pressionar o governo do Paraguai para viabilizar a legalização dos imigrantes que assim desejarem.

Entre os imigrantes clandestinos, no Bairro Colônia Jamaica, em La Paloma, encontramos o extremo oposto da hierar-

quia social. Ele é composto por aqueles que, no dizer de representantes da Pastoral do Migrante, *não têm nada*. São os despossuídos, indivíduos cuja situação é um bom exemplo de como muitos brasileiros podem estar desterritorializados por estarem

submetidos a restrições locais. Tal categoria é composta, basicamente, por trabalhadores inseridos nos circuitos informais da economia em atividades heterogêneas, tais como a de diarista que trabalham no corte de madeira, na colheita, em serviços gerais nas fazendas, negociando a venda de animais etc.

Esses imigrantes vivem em condições políticas e sociais extre-

mamente precárias. Eles carecem de serviços básicos de saúde e educação; a maioria não tem a documentação paraguaia e, tampouco, a brasileira, fato que dificulta a sua mobilidade territorial. Grande parte desses imigrantes brasileiros é analfabeta e chega a confundir o português com o espanhol. Como disse Valério de Freitas (Pastoral do Migrante de San Alberto): ... *falam um palavrório que não tem nem em dicionário...*

As redes transfronteiriças são compostas por fluxos de diversas ordens – econômicos, culturais e políticos. Esses diversos níveis de mobilidade variam de acordo com as classes sociais, os produtos e as informações. As redes podem ser representadas, resumidamente, pela conformação dos seguintes tipos:

O processo de legalização é caro e burocrático. A Direção Geral de Imigrações do Paraguai cobra, de acordo com o câmbio de janeiro de 2001, um milhão e duzentos mil guaranis (R\$ 705,00) para emitir um novo visto de permanência. Para fazer a renovação, é cobrada a quantia de seiscentos mil guaranis (R\$ 352,00). Cabe mencionar que, de 1996 até agora, muitos já pagaram, mas até o momento não receberam sua documentação do governo paraguaio.

• *Redes político-eleitorais*

Muitos imigrantes mantêm atualizado o título eleitoral brasileiro. É comum políticos de cidades brasileiras fronteiriças fazerem campanha no Paraguai, prometendo serviços (acesso à educação e à saúde) que o Estado não proporciona. Por isso, existem milhares de eleitores que, embora residam em território paraguaio, continuam votando no Brasil. Em Foz do Iguaçu, por exemplo, calcula-se que cerca de 10 mil *brasiguaios* tenham participado das últimas eleições (*A Gazeta do Iguaçu*, 10.09.1996). É bom frisar, todavia, que são poucos os brasileiros que estão vinculados à cidadania paraguaia e à cidadania brasileira. Esses privilegiados têm condições de vivenciar vantagens nos dois territórios, por causa de sua ampla capacidade de mobilidade;

• *Redes econômicas*

A circulação, a distribuição e o consumo de produtos *made in Brazil* é intensa no Paraguai Oriental. Sob o aspecto das relações comerciais legais, temos a atuação de comerciantes, de técnicos e de representantes de empresas brasileiras que compartilham informações, capitais e recursos entre essa região e áreas de origem dessas empresas no Brasil. Sob as relações ilegais, destacam-se o contrabando de drogas, café, armas, madeiras, produtos agrícolas, automóveis etc. Existem, de acordo com a Polícia Federal, cerca de 17 pontos no Rio Paraná usados como atalhos

para a contravenção e o crime organizado. Algumas empresas importadoras brasileiras, situadas no lado paraguaio, atuam recebendo o contrabando de café e madeira do Brasil. E revendem tais produtos a preços bem mais altos no Paraguai;

• *Rede ideológico-cultural*

A penetração da cultura brasileira, através da utilização maciça do idioma português, transformou Cidade do Leste em um tipo de enclave cuja hinterlândia é dominada pela imigração brasileira e pelo complexo agro-industrial da soja.

A penetração da cultura brasileira, através da utilização maciça do idioma português, transformou Cidade do Leste em um tipo de enclave cuja hinterlândia é dominada pela imigração brasileira e pelo complexo agro-industrial da soja. Em municípios como San Alberto, o português é o primeiro idioma de comunicação.

da soja. Em municípios como San Alberto, o português é o primeiro idioma de comunicação; ademais, merecem destaque as programações de rádios locais, feitas quase que exclusivamente em português (vide a *Pioneira* 93.5, de San Alberto). Além disso, é notória a grande difusão local de redes de emissoras brasileiras de rádio e televisão (Globo, SBT, Bandeirantes etc.) captadas, via satélite, pelas antenas parabólicas locais.

PORTUGUÊS: IDIOMA DOMINANTE E MEIO PARA A DIFUSÃO GEOGRÁFICA DE VALORES

Somada ao modo como são reconstruídas as identidades, é interessante enfocarmos como a difusão do idioma português, diante dos paraguaios que falam espanhol e guarani, passa a expressar conflitos e resistências culturais advindos da presença brasileira. Seleccionamos alguns depoimentos:

... Os paraguaios, tudo, tudo falam português (sic). Tem brasileiro que tem trinta, quarenta anos aqui e não sabe conversar castelhano. O brasileiro não quer dar o braço a torcer. Os paraguaios falam desde pequenininho, assistem programa da Xuxa e aprendem. Aqui pega (sic) todos os canal (sic) do Brasil...

(imigrante brasileira, La Paloma).

... Os brasileiros que estão lá, em casa, falavam alemão, na rua; português; na igreja, português e na escola têm que falar automaticamente castelhano e guarani. (...). Ao mesmo tempo, o paraguaio adora falar o português (sic). Se você vai falar com o paraguaio em castelhano, ele te responde em português. Eles dizem que querem aprender a falar português...

(Zenaíde Guarniere, coordenadora da Pastoral do Migrante).

... Aqui há paraguaios que falam português e não falam o guarani. Por isso eu te digo, a integração aqui é total. Não pegamos canais paraguaios, porque não temos satélites, os canais não são satelitados... (sic)

(Sr. Adílio, diretor de colégio, San Alberto).

O fato de o paraguaio praticamente ser obrigado a falar português denota a desigual distribuição de capital simbólico (prestígio social) nas áreas em questão. Nesse caso, como nos disse a diretora paraguaia do Centro Paroquial Espírito Santo (CEPES), situado em La Paloma: *... são os paraguaios que têm que se adaptar ao português*. Aprender tal idioma é quase que um imperativo, perante o domínio demográfico e econômico dos imigrantes brasilei-

ros na região. Nesse sentido, Raffestin corrobora nossa análise ao afirmar que:

... a língua é, sem nenhuma dúvida, um dos mais poderosos meios de identidade de que dispõe uma população. Por essa razão ela ocupa um lugar fundamental na cultura e é, por isso mesmo, um recurso que pode dar origem a múltiplos conflitos (...) O grupo dominante que impõe o seu modo de produção impõe também a sua linguagem, pois a língua também é trabalho.

Ao contrário, são poucos os imigrantes brasileiros que sentem a necessidade real de falar o castelhano. Nenhum dos adultos por nós entrevistados, alguns há mais de 30 anos no Paraguai, sabia se comunicar em guarani. Todavia, é bem mais comum, entre as crianças e os jovens brasileiros que freqüentam a escola, aprender o castelhano e o guarani, os idiomas nacionais do Paraguai, além de falarem o português e o alemão.

O uso do idioma guarani tem aumentado no Paraguai. A intenção do Estado paraguaio seria unificar lingüisticamente o país. Tal idioma é ensinado desde o pré-escolar até o ensino médio. No vestibular, entretanto, ainda não é obrigatório.

Os brasileiros teriam mais resistência em aprender o guarani do que os paraguaios em aprender o português, fato que a diretora do CEPES, instituição de ensino local, classifica como uma *resistência cultural* das crianças brasileiras.

CONCLUSÃO

Tudo muda muito rápido na fronteira Brasil-Paraguai. Lá os imigrantes parecem não fixar raízes profundas. O convite à mobilidade é constante, mas tem significa-

dos bastante diferenciados. Articularmos, conceitualmente, o território, a reconstrução de identidades e a migração. Isto tornou possível algumas reflexões sobre a complexa geografia redesenhada entre o Paraguai e o Brasil pela dinâmica dos imigrantes brasileiros.

Com efeito, temos a relativização da antiga idéia de identidades fixas, as quais têm como referência um território bem definido. Os imigrantes vivenciam territorialmente um conjunto diferenciado de possibilidades e ativam suas identidades de acordo com o que está em jogo no momento.

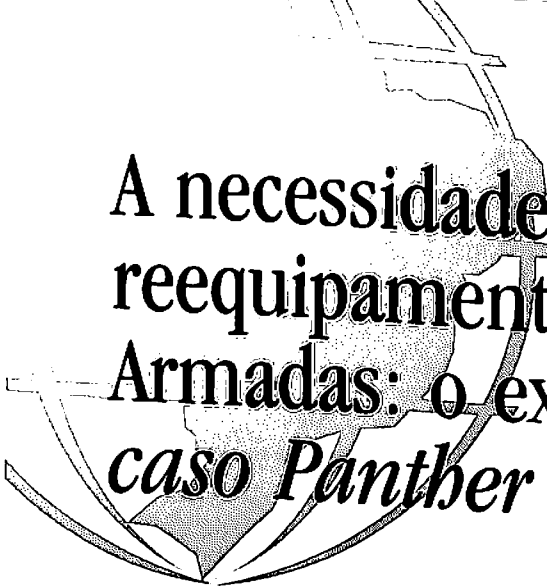
A identidade *brasiguai* é composta pela junção de duas nacionalidades, revelando a condição de ambivalência de um indivíduo, que pode transitar por esses dois territórios nacionais. Ela representa, por exemplo, um caráter de hege-

monia, quando ativada pelos representantes da elite brasileira local. Já, no que tange à Pastoral do Migrante, trata-se de uma *identidade-obstáculo* e, para a imprensa, sinônimo de todo o brasileiro que vive no Paraguai.

Existe também um campo de estudo aberto pela dinâmica migratória brasileira, sobre uma geografia lingüística transnacional. Isso ocorre com a manutenção de laços ideológico-culturais entre os imigrantes brasileiros residentes no Paraguai e o Brasil. A utilização do idioma português e a difusão dos veículos de comunicação brasileiros são os principais meios de reprodução desses vínculos. O que dizer então das projeções territoriais das novas sínteses sociais e das redes estabelecidas pelos imigrantes entre as áreas de origem no Brasil e as de destino no Paraguai? ●

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- . *Razões práticas sobre teoria e ação*. São Paulo: Papirus Editora, 1997.
- LAINO, Domingo. *Paraguai: fronteiras e penetração brasileira*. São Paulo: Global Editora 1979.
- PÉBAYLE, Raymond. *Les brésilguayens: migrants brésiliens au Paraguai*. Paris: Revue européenne des migrations internationales. v. 10 - n. 2, 1994.
- KOHLHEPP, Gerd. *Problems of dependent regional development in Eastern Paraguay with especial relevance to brazilian influence in the pioner zone of de Amambay plateau*. Tübingem: Applied Geography and Development nº 22, 1999.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SPRANDER, Marcia Anita. *Brasiguaios: conflitos e identidades em fronteiras internacionais*. 1992 Dissertação (Mestrado), Museu Nacional (UFRJ), Rio de Janeiro.
- WAGNER, Carlos. *Brasiguaios: homens sem pátria*. Petrópolis: Vozes, 1989.



A necessidade do reequipamento das Forças Armadas: o exemplo do *caso Panther*

Renato Amado Peixoto*

RESUMO

Usando como exemplo o *caso Panther*, incidente criado por uma canhoneira alemã no sul do País no início do século XX, o artigo procura demonstrar a necessidade de um constante investimento na modernização e reequipamento das Forças Armadas. Através desse episódio, procura relacionar as questões das políticas externa e interna e demonstrar que as expectativas dos atores envolvidos podem ser muitas vezes ultrapassadas por problemas transversais fora do controle das estratégias convencionais, conjugando problemas relacionados tanto à competição na política externa brasileira quanto à projeção de poder das grandes potências.

PALAVRAS-CHAVE

Forças Armadas, defesa, reequipamento.

No dia 6 de dezembro de 1905, os jornais do Rio de Janeiro noticiaram que, na semana anterior, em Itajaí, Santa Catarina, militares alemães haviam desembarcado de um navio de guerra à procura de um desertor e, a seguir, haviam cometido várias violências, dentre as quais, rapto, invasão de residências e prática de tortura em cidadãos brasileiros. Em face do ocorrido, a imprensa exigia, do governo de Berlim, a retratação

completa dos atos ocorridos, ao mesmo tempo em que insistia na existência do chamado *perigo alemão*, isto é, a possibilidade de os colonos germânicos estabelecidos nos estados do sul se separarem do resto do país. A mobilização popular que se seguiria, inclusive através de manifestações no Rio de Janeiro, Porto Alegre e Rio Grande contra a *prepotência germânica*, levou o governo brasileiro a realizar o maior deslocamento de forças militares desde a Guer-

* Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor de Relações Internacionais.

ra do Paraguai e, inclusive, a declarar um *ultimatum* à então maior potência militar do planeta. Esse episódio seria conhecido, ainda na época, como o *Caso Panther*, em referência à canhoneira alemã causadora do incidente, já então tristemente célebre pelas intervenções militares nas quais se envolvera no Caribe.¹ Naquela ocasião, a *Panther* era um barco moderno, armado conforme a sua categoria, com excelente raio de ação e possuindo uma tripulação bastante experiente. Ainda que existam controvérsias quanto ao real valor militar da *Panther* e à ameaça que poderia representar para a Marinha brasileira, é necessário ressaltar que, na época, a imprensa destacava mais o aspecto simbólico do incidente, isto é, o ultraje à soberania nacional, do que o aspecto militar.²

A *Panther* cumpria então um roteiro pelas comunidades alemãs do sul do continente e, portanto, o sul do Brasil era escala de sua Comissão rumo a Montevidéu e Buenos Aires. Assim, entre os dias 17 e 27 de novembro de 1905, estava fundeada em Itajaí para prestar homenagem à colônia alemã ali residente, quando um marinheiro de sua equipagem, de nome Hassmann, não teria retornado ao barco. O coman-

dante da canhoneira, suspeitando da cumplicidade local, ordenou que um grupo de busca fosse à cidade e procedesse a interrogatórios e prisões, dos quais seria vítima, inclusive, um familiar do então Ministro da Indústria, Lauro Müller.³ As atividades daqueles militares resultariam ainda no espancamento de um emigrante alemão, de nome Steinhoff, residente na cidade catarinense, acusado de ter facilitado a fuga de Hassmann. Após essas ações, o tripulante desertor retornou espontaneamente, e a canhoneira seguiu viagem para Florianópolis, onde também estacionaria de 20 de novembro até 4 de dezembro, rumando depois para a cidade de Rio Grande, aonde chegaria entre seis e sete daquele mês.⁴ Portanto, quando os jornais do Rio de Janeiro publicaram o incidente, a *Panther* já estava se dirigindo ao porto gaúcho. Segundo a versão da imprensa, Steinhoff havia sido raptado em virtude de ser um conhecido militante socialista, que havia emigrado de Bremen para o Brasil. Desse modo, a investida alemã, além de ter ferido a soberania nacional, poderia já ter sido planejada anteriormente, o que a revestia das características de um *affair* político: um caso inequívoco de seqüestro de um opositor do

¹ A Canhoneira *Panther* encontrava-se destacada para a América pelo menos desde 1902 e participou da intervenção alemã no Haiti e do bloqueio anglo-germânico à Venezuela. Mais tarde, em 1911, a *Panther* quase que precipitaria a Primeira Guerra Mundial ao ser o pivô da chamada *Crise de Agadir* entre Alemanha, Inglaterra e França.

² Segundo José Joffily, a artilharia da *Panther* a equiparia a um couraçado. (Joffily, José. 1988. *O Caso Panther*. Rio de Janeiro: Paz e Terra Editora). Segundo Lauro Mendonça, esse barco seria apenas uma canhoneira de pequenas dimensões, com armamento razoável e velocidade reduzida para um vaso de guerra, sendo, portanto, eficiente apenas contra navios quase desarmados como os do Haiti e da Venezuela. (Mendonça, Lauro Nogueira Furtado de. Jan./Mar. e Abr./Jun. 1992. A Diplomacia das Canhoneiras e o Brasil, *Revista Marítima Brasileira*, 112 [1/3 e 4/6], 179-188). Embora realmente pareça haver uma superestimação do valor da *Panther* em Joffily, Mendonça incorre no erro de mal avaliar a capacidade combatida do armamento brasileiro. Ainda que o autor enumere quatro barcos capazes de afundar a *Panther* (o *Barroso*, o *Floriano*, o *Riachuelo* e o *Aquidabã*) o estado de conservação desses barcos era bastante precário à época, contando ainda com sérios problemas relativos à equipagem e à logística necessária para mantê-los em operação de guerra no extremo sul do País.

³ Arquivo Histórico do Itamaraty 203.3.1, Telegrama de Rio Branco para a Legação em Berlim (08/01/1906).

⁴ *Jornal do Commercio* (08/12/1905).

regime germânico que se encontrava residindo, legalmente, no Brasil.

Na realidade, a questão envolvia outros aspectos: o Império Alemão, então a maior potência industrial e militar do mundo,⁵ por conta da estratégia da política externa de Bismarck, que privilegiava o espaço europeu, havia ficado na retaguarda da corrida imperialista. Assim, após a queda do velho Chanceler, seria incentivada uma enorme ofensiva comercial aos mercados não dominados diretamente pelas outras potências. No caso específico do Brasil, na época, a Alemanha acabara de conquistar o segundo lugar na participação do comércio exterior brasileiro, pouco abaixo da norte-americana. Reagindo contra essas iniciativas, a imprensa dos Estados Unidos e, em menor escala, a da França, já no início do século, propagandeava a suposta pretensão germânica de apoderar-se de território no sul do Brasil,⁶ baseada na preponderância de colonos alemães na região (em 1907 os imigrantes alemães equivaliam a 2% de toda população brasileira), os quais haviam sido introduzidos ali através do incentivo do próprio governo brasileiro, que pretendia consolidar sua presença no território, em virtude da disputa traba-

da então com a Argentina, e com a vontade de *branquear* a população.⁷

Quando ainda era apenas o representante do Brasil em Berlim, Rio Branco, em entrevista com o Imperador Guilherme II, já atribuía essa propaganda diretamente ao *New York Herald* e a outros jornais norte-americanos que manipulariam a opinião pública brasileira contra a Alemanha.⁸ Ao assumir o ministério, uma das vertentes da sua política externa seria o incentivo às relações com aquele país, para que se tornassem um contraponto à crescente influência norte-americana sobre o Brasil. Especificamente, o Chanceler manobriria para acertar formalmente um convênio que permitisse o ingresso de militares brasileiros nas Forças Armadas alemãs através de estágio. A exemplo do que ocorria então no Japão e no Chile, Rio Branco intentava constituir, no interior das Forças Armadas brasileiras, uma elite profissional que lhe possibilitasse a modernização e transformação através da importação de conceitos estratégicos da doutrina militar germânica e da incorporação do equipamento militar mais moderno da época.⁹ Solicitado oficialmente, em março de 1905, por um período de dois

⁵ A Alemanha ultrapassara a Inglaterra em virtude das características inerentes a seu processo de industrialização, especialmente a ênfase na eletricidade, na química e no transporte. A esse respeito ver Landes, David S. (1994). *Prometeu desacorrentado - transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

⁶ Na sua maior parte as acusações eram desprovidas de fundamento, embora houvesse indivíduos dispostos a essa aventura. Veja-se por exemplo: Mendonça, Lauro Nogueira Furtado de. (Out./Nov./Dez. 1986). *A imprevista viagem do Comandante Benjamin de Mello*, Revista Marítima Brasileira, 107 (10/12), 17-24.

⁷ Existia, dentre parte das elites políticas, a intenção de diminuir a percentagem da população negra no Brasil, seguindo teorias raciais em voga na época. Em relação à presença alemã ver: Bandeira, Moniz. (1994). *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil*. São Paulo: Editora Ensaio, 30-31.

⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty, Arquivo Barão do Rio Branco, lata 854, Maço 1, Pasta 2, Relato do encontro entre Rio Branco e o Imperador Guilherme II em Berlim, manuscrito. (31/05/1901).

⁹ Os problemas de fronteira e as relações com a Argentina estimularam essa percepção que se lastreava nas transformações que os convênios com o Exército alemão estavam operando nos outros dois países. AHI 203.2.10, Telegrama da Legação em Berlim para Rio Branco (05/04/1905).

anos,¹⁰ o estágio foi concedido extraordinariamente pelo próprio Imperador Guilherme II – sinalizando a importância que as relações com o Brasil possuíam para a Alemanha – porém, em caráter precário.¹¹ Ora, tais condições fizeram com que, sete meses depois, coincidentemente no auge da crise da *Panther*, fosse necessário cuidar da renovação e da oficialização do estágio do primeiro grupo de oficiais brasileiros.

Embora tivesse conhecimento, desde 10 de dezembro de 1905, que Steinhoff não fora preso nem nunca estivera a bordo da *Panther*,¹² Rio Branco seria enredado pela campanha da imprensa que, invocando o nacionalismo e a defesa da soberania, era dirigida tanto pela oposição oligárquica ao Governo quanto pelos interesses comerciais deslocados pela concorrência germânica. A campanha, uma vez detonada, havia contagiado rapidamente todos os órgãos da imprensa, os quais exigiam reparações à altura do ultraje sofrido pela soberania brasileira – satisfações essas que a Alemanha de modo algum estava acostumada ou disposta a dar. Ciente disto, e acuado pela mobilização popular, o Itamaraty havia oferecido à Chancelaria alemã uma fórmula de declaração que desejaria fosse feita como ato espontâneo

daquele governo, a fim de evitar que os fatos pudessem evoluir para o rompimento de relações entre os dois países.¹³ Mas, diante do silêncio alemão, e sob crescente pressão popular, Rio Branco concordou em enviar uma Divisão Naval ao encontro da *Panther*, sendo os Cruzadores *Barroso*, *Benjamim Constant* e *Tamandaré* os primeiros navios de guerra a receberem ordem de saída em direção ao sul do país.¹⁴

Entretanto, seria a partir desse momento que se tornaria patente o estado das Forças Armadas brasileiras e, a partir do desafio militar que um só barco poderia representar. O *Barroso*, considerado então como o melhor barco da Marinha, normalmente arvorando a insígnia de seu Ministro, não seria considerado capaz de enfrentar sozinho um barco bem menor, provavelmente em reflexo não só das condições de sua equipagem, mas também de sua manutenção.¹⁵ A urgência prometida por Rio Branco não encontraria respaldo no material militar: os únicos navios que poderiam ser designados para acompanhar o *Barroso* em tempo hábil eram dois navios-escola: o *Benjamim Constant*, que havia chegado há apenas cinco dias de uma longa viagem de instrução,¹⁶ e o *Tamandaré*, um barco de construção nacional e

¹⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty 203.3.1, Telegrama de Rio Branco a Legação em Berlim (29/03/1905).

¹¹ Arquivo Histórico do Itamaraty 203.2.10, Telegrama da Legação em Berlim para Rio Branco (17/05/1905).

¹² Na realidade, durante todo o tempo, Steinhoff se encontrava em Buenos Aires. Arquivo Histórico do Itamaraty 203.2.10, Telegrama da Legação em Berlim para Rio Branco, (10/12/1905).

¹³ Arquivo Histórico do Itamaraty 203.3.1, Telegrama de Rio Branco a Legação em Berlim (06/12/1905).

¹⁴ A Notícia, A Tribuna, A União, Correio da Manhã (8/12/1905).

¹⁵ Alencar, Alexandrino Faria de. (1907). *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em abril de 1907* Rio de Janeiro: Ministério da Marinha. Quanto ao estado do pessoal da Marinha e sua situação quando da reforma militar de Rio Branco, ver: Peixoto, Renato Amado. (2000). *Terra Sólida: a influência da geopolítica brasileira e da Escola Superior de Guerra na política externa do Governo Castello Branco*. Dissertação de Mestrado em História, UFRJ.

¹⁶ Alencar, Alexandrino Faria de. (1907). *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em abril de 1907* Rio de Janeiro: Ministério da Marinha.

que era notoriamente problemático, com graves deficiências estruturais advindas do projeto de construção.¹⁷ O próprio *Barroso*, assim como o *Floriano*, logo depois também designado para a Divisão Naval, encontrava-se na época deslocado de sua base, em virtude de outra urgência que fora a revolta da fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.¹⁸

Com a escalada militar, a possibilidade de confronto com o barco alemão passava a ser grande, ainda mais que a campanha da imprensa pressionava o Governo a deslocar seguidamente mais barcos para a operação naval, eufemisticamente designada como um *exercício naval*: a continuidade da pressão popular colocaria praticamente todos os barcos úteis da Marinha brasileira no encalço da *Panther*. Após o *Barroso* ter rumado para o sul no próprio dia oito e os navios-escola no final da tarde de 9 de dezembro, os encouraçados *Floriano* e *Deodoro* seriam também designados a se juntar a eles, sendo que o último navegaria preventivamente sob o comando do Almirante Alexandrino, homem de absoluta confiança de Rio Branco, o mesmo que anteriormente havia sido designado para comandar a Divisão Naval enviada à Amazônia durante a crise

com o Peru.¹⁹ Os dois últimos barcos somente puderam partir do Rio de Janeiro nos dias 12 e 18 de dezembro, respectivamente,²⁰ portanto após o Itamaraty ter tomado conhecimento que a *Panther* não levava Steinhoff a bordo.

Diante da gravidade da situação política, a qual impunha uma solução rápida do problema, inclusive a fim de manter a estabilidade do Governo, Rio Branco utilizaria Joaquim Nabuco, representante do Brasil nos Estados Unidos, e as boas relações que este mantinha nos altos escalões do governo norte-americano, para provocar uma intervenção informal de Washington: o Chanceler ordenou que Nabuco estimulasse na imprensa americana artigos e reações baseadas na Doutrina Monroe e informava que iria reclamar ao governo alemão a entrega do suposto preso. Caso esta fosse negada, seria utilizada a força, inclusive considerando o afundamento da *Panther* e uma subsequente guerra.²¹

Portanto, para Joaquim Nabuco, conforme a comunicação recebida, a possibilidade de um enfrentamento com a principal potência do globo era material e palpável. Assim, uma das primeiras iniciativas do embaixador seria informar o Departamento de Estado americano que os

¹⁷ Duvidava-se, inclusive, da capacidade do Tamandaré empreender longos cursos. Noronha, Júlio César de. (1905). *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em abril de 1905* Rio de Janeiro: Ministério da Marinha. Quanto à construção do Tamandaré e seus problemas, ver Telles, Pedro C. da Silva. *História da construção naval no Brasil* (Parte II). *Revista Marítima Brasileira*. 118. (1/3). 109: Rio de Janeiro, 1998.

¹⁸ Noronha, Júlio César de. (1905). *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em abril de 1905* Rio de Janeiro: Ministério da Marinha.

¹⁹ O Paiz, (09/12/1905), *Gazeta de Notícias* (10/12/1905).

²⁰ SDGM/Marinha do Brasil, *Livro de Quartos do Encouraçado Floriano* (1903-1906). O encouraçado Floriano ficou retido no porto até o dia 12 para 13, provavelmente em função de problemas nas máquinas. No quadro do material flutuante de 31 de dezembro de 1906, consta na seção dedicada ao estado do couraçado Floriano que este estava precisando substituir toda a tubulação das caldeiras. Alencar, Alexandrino Faria de. (1907). *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em abril de 1907*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha.

²¹ Arquivo Histórico do Itamaraty 235.3.22, Telegrama de Rio Branco a Joaquim Nabuco (08/12/1905).

cruzadores brasileiros haviam saído no encalço da *Panther* e que essas providências poderiam resultar no afundamento da *Panther*, o que significaria a guerra com a Alemanha. Em 11 de dezembro, Joaquim Nabuco receberia uma carta do Secretário de Estado americano relatando seu encontro com o representante alemão e confirmando que esse país apresentaria desculpas formais pelo incidente.²² Mesmo assim, Rio Branco insistiria, continuaria alertando a Legação em Berlim sobre a possibilidade de virem a ser cortadas as relações entre os dois países,²³ provavelmente angustiado pela possibilidade de o *Barroso*, efetivamente o único navio de guerra a conseguir alcançar a barra da cidade de Rio Grande, pudesse ainda ter tempo de se engajar com a *Panther*. Mas, por sorte, ainda que o *Barroso* tivesse conseguido encontrar aquele barco e bloquear o porto, teve que abandonar a ação em virtude da falta de combustível²⁴ – os outros barcos brasileiros haviam se limitado a fundear em Florianópolis onde, praticamente, se tornaram inoperantes em virtude das péssimas condições encontradas.²⁵

Enquanto as chancelarias praticamente teriam o caso por encerrado, restando tão somente a entrega de uma nota de desculpas pelo Governo alemão, a imprensa continuaria alimentando o incidente e explorando os ressentimentos contra os imigrantes alemães. A nota seria redigida pra-

ticamente a quatro mãos, por Treutler, representante germânico no Rio de Janeiro, e Rio Branco. O Chanceler seria obrigado a abandonar sua residência em Petrópolis para residir momentaneamente no Rio de Janeiro, evitando assim que a insatisfação popular criasse outro problema diplomático, já que a oposição havia dobrado os ataques, depois de divulgado pela imprensa que a Marinha alemã não demitiria ou censuraria o comandante da *Panther*,²⁶ conforme Rio Branco, num arroubo de eloquência, dissera ter exigido da chancelaria alemã (aquele militar seria mesmo promovido logo após o episódio, evento este que se conseguiu evitar que chegasse ao conhecimento popular, mas que era sabido pelo Itamaraty). Ainda que a Alemanha julgasse a nota que havia expedido como a mais completa satisfação já oferecida a qualquer outro país, da imprensa somente *O Paiz* e o *Jornal do Commercio* considerariam satisfatória a solução do caso *Panther*: todos os outros periódicos manifestaram a sua desaprovação, o que obrigaria o governo a ter de trabalhar a opinião pública – sobreexcitada pela agitação nacionalista que se processou – numa campanha de imprensa dirigida pelo próprio Rio Branco durante quatro dias.²⁷ Na Alemanha também houve várias censuras às atitudes de Rio Branco, o que, entretanto, não abalou a aproximação levada a cabo pelas duas chancelarias²⁸. Dentre suas

²² Arquivo Histórico do Itamaraty 235.2.14, Ofício da Embaixada do Brasil em Washington (16/12/1905).

²³ Arquivo Histórico do Itamaraty 203.3.1, Telegrama de Rio Branco para a Legação em Berlim (12/12/1905).

²⁴ Correio da Manhã e Jornal do Commercio (17/12/1905).

²⁵ *Livro de Quartos do Encouraçado Floriano* (1903-1906). SDM/Marinha do Brasil. O *Floriano* permaneceu em Florianópolis até pelo menos o início de fevereiro.

²⁶ Arquivo Histórico do Itamaraty 203.3.1, Telegramas de Rio Branco para a Legação em Berlim (07/01/1906 e 09/01/1906).

²⁷ Arquivo Histórico do Itamaraty 203.3.1, Telegrama de Rio Branco para a Legação em Berlim (14/01/1906).

²⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty 203.3.1, Telegrama de Rio Branco para a Legação em Berlim (10/01/1906).

várias conseqüências para a época, o caso *Panther* demonstraria às elites brasileiras a necessidade do reaparelhamento militar, em face da demonstração da vulnerabilidade brasileira a uma agressão extracontinental, o que abriria caminho às reformas militares empreendidas sob a inspiração de Rio Branco, especialmente quanto à aquisição dos *Dreadnoughts*.

A importância da condução do processo político por Rio Branco, ainda que consideradas as condições políticas excepcionais e o fato de ser, ele mesmo, um ator político de rara magnitude, não dei-

xam de revelar e demonstrar a vulnerabilidade de uma nação que não possui um material militar à altura de suas necessidades potenciais. Existiu o risco de que uma guerra pudesse ter sido detonada em uma situação de inferioridade ou risco militar, ou ainda por força da política interna, alvo da influência e das pressões externas. O poder militar é parte integrante do processo de condução da política externa e de garantia da estabilidade nacional, dissuasor de pretensões reais ou imaginárias, mas que, para tanto, precisa de cuidados e investimentos constantes. ☉

FONTES E BIBLIOGRAFIA

• FONTES:

Arquivos: Arquivo da Marinha; Arquivo Histórico do Itamaraty

Periódicos: A Notícia; A Tribuna; A União; Correio da Manhã; Gazeta de Notícias; Jornal do Commercio; O Paiz e O Povo.

• BIBLIOGRAFIA:

- BANDEIRA, Moniz. (1994). *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil*. São Paulo: Editora Ensaio.
- JOFFILY, José. (1988). *O Caso Panther*. Rio de Janeiro: Paz e Terra Editora. (1ª Edição).
- MENDONÇA, Lauro Nogueira Furtado de. *A Diplomacia das Canhoneiras e o Brasil*. Revista Marítima Brasileira. 112. (1/3 e 4/6). 179-188: Rio de Janeiro, Jan./Mar. e Abr./Jun. 1992
- . *A imprevista viagem do Comandante Benjamim de Mello*. Revista Marítima Brasileira. 107. (10/12). 17-24: Rio de Janeiro, Out./Nov./Dez. 1986.
- PEIXOTO, Renato Amado. (2000). *Terra Sólida: a influência da geopolítica brasileira e da Escola Superior de Guerra na política externa do Governo Castello Branco*. UERJ.
- TELLES, Pedro C. da Silva. *História da construção naval no Brasil (Parte II)*. Revista Marítima Brasileira. 118. (1/3). 109: Rio de Janeiro, 1998.

As convenções de Genebra em face das novas concepções do direito internacional

Carlos Henrique Guedes*

RESUMO

Matéria extraída de monografia elaborada por exigência curricular para obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. O texto descreve pesquisa realizada visando à interpretação dos propósitos das quatro Convenções de Genebra em face das novas concepções sobre o Direito Internacional Público, principalmente no que diz respeito a conceitos como *soberania limitada*, *direito de ingerência* e *interferência humanitária*.

PALAVRAS-CHAVE

Convenções de Genebra, Direito Internacional, Tratados Internacionais.

As Convenções de Genebra são um conjunto de Tratados dos mais tradicionais na esfera do Direito Internacional Público. Sua importância é reconhecida por cento e noventa e sete países que atualmente são seus signatários. Mas, diante das evoluções que estamos vivendo nos últimos cinquenta anos, novos conceitos relativos à convivência humana estão colocando em xeque valores reconhecidos universalmente.

A íntima integração entre os países, muitas vezes de forma bastante heterodo-

xa, como por exemplo a União Européia, é uma realidade. Entretanto, a forma descentralizada em que a maioria dos Estados nacionais está se organizando, vem causando surpresa, pois verifica-se que novos conceitos jurídicos, particularmente os ligados à soberania, surgiram sem definições mais adequadas de até onde a liberdade de ação de um país interfere na dos demais países. Soma-se a isso a tentativa ocidental de difundir a democracia representativa como única forma de governo viável para toda a humanidade. Nesse contexto, os países orientais estão sofrendo ataques a seus costumes e for-

* Major de Infantaria e Estado-Maior.

mas milenares de convivência de suas sociedades. Tais imposições têm aumentado os choques entre as mais variadas civilizações.

Diante desse quadro, as Convenções de Genebra passam a ser vistas sob um novo enfoque, por terem sido feitas há mais de 50 anos, baseadas no respeito à pessoa e a sua dignidade, objetivando, antes de tudo, a preservação da humanidade. Torna-se necessário, na atualidade, examinar, estudar, analisar e criticar o que está estabelecido nas Convenções de Genebra. Esse é o principal objetivo deste ensaio.

Os Tratados que compõem as Convenções são fundamentais em conflitos onde estão envolvidos o homem ferido, o prisioneiro, o naufrago ou o civil sem nenhuma defesa. Tais pessoas, nessas situações, não são mais um inimigo, mas tão somente seres que sofrem.

Os militares reconhecem que, na maioria das vezes, os conflitos armados extrapolam, inevitavelmente, as áreas às quais deveriam se restringir, resultando em comportamentos abusivos de ambos os lados. Daí a extrema necessidade da adoção de uma legislação adequada às normas internacionais que possuam efetiva aplicação.

A partir daí, surgiu a idéia de reunir documentos de fontes as mais variadas, com a finalidade de se elaborar um trabalho sobre as Convenções de Genebra, sob um novo enfoque.

Esse novo enfoque questiona, principalmente, a sua aplicabilidade e exigüidade nos dias atuais, não representando, contudo, a posição da Instituição a qual pertencço, nem a do meu país, ao qual tenho orgulho de servir. Não obstante, a obra procede de características fundamentais dos compromissos internacionais huma-

nitários e das tradições diplomáticas que, desde o Barão do Rio Branco até os nossos dias, possibilitaram ao nosso país essa extensa massa territorial.

Dessa forma, a parte central da questão que será aqui estudada consiste em uma avaliação das Convenções de Genebra face às novas perspectivas do Direito Internacional, determinando como o assunto vem sendo tratado no âmbito nacional e internacional e realizando, para tal, uma análise qualitativa dos casos onde sua aplicabilidade foi efetiva ou abandonada.

Portanto, o ensaio tem um duplo propósito: o de informar e o de motivar o leitor a mensurar a importância do tema, buscando ainda um maior aprimoramento dos nossos quadros e visando, no futuro, a um assessoramento adequado para que possamos respeitar e fazer respeitar aquilo que realmente está previsto nas normas internacionais.

MATERIAL E MÉTODO

Para realizar o trabalho, o estudo foi iniciado a partir da leitura de diversas obras publicadas pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Genebra, que, na realidade, é o promotor das Convenções de Genebra, assim como das normas que regem o Direito Internacional Humanitário (DIH). Nessa leitura, foi percebida a variedade de fontes e obras publicadas por diversos autores internacionais. Sendo assim, verificou-se a considerável amplitude do tema e a variedade de opiniões que iriam guiar o caminho a ser seguido.

Tendo reconhecido a importância do tema, foram recolhidas sugestões, principalmente do Embaixador Geraldo Eulá-

lio Nascimento e Silva, maior autoridade brasileira na esfera do Direito Internacional Público. Foram intensificados os estudos e, durante dois meses, iniciada uma nova série de entrevistas com diversos militares de outras nações e com juristas conhecedores do assunto.

Foram selecionadas nove entrevistas das vinte e seis realizadas, num total de sessenta e oito encontros realizados. O objetivo foi tecer esclarecimentos, revisões ou mesmo aperfeiçoamento daquilo que havia sido comentado no decorrer dos depoimentos.

O resultado final desse processo serviu para uma ampliação da visão que se tinha sobre a opinião de outras personalidades a respeito do assunto. Assim sendo foi uma experiência bastante significativa ouvir opiniões bem distintas sobre um assunto cada vez mais presente nos debates internacionais. Além disso, submeter um texto sobre acordo internacional a militares de variadas nações requer análise prospectiva de como essas nações poderão agir diante de situações novas que uma guerra provavelmente apresentará no seu desenrolar.

Nessa etapa, buscou-se o que a imprensa tinha publicado sobre os conflitos ocorridos nos anos 80, 90 e, mais recentemente, nos anos de 2000 e 2001. Foi muito interessante perceber-se, mais uma vez, a variedade de opiniões e, principalmente, a mudança de posição das nações, após a ocorrência de fatos relevantes para as mesmas. Mas ficou bem claro também que, com raras exceções, não existe uma pesquisa realista ou outros detalhes relevantes na área do Direito Internacional publicados pela imprensa. De qualquer forma, foram selecio-

nados fatos marcantes nesse período em que os Tratados das Convenções de Genebra foram seguidos ou mesmo deixados em segundo plano. Chamou atenção, nessa etapa, a maneira como o tema ainda é pouco debatido na esfera política estratégica brasileira, pois o assunto não é tratado como algo que mereça uma maior atenção por parte da sociedade, haja vista o pouco interesse que ele desperta nos formadores de opinião da mídia brasileira

Nessa mesma época, foram intensificados os contatos, via correio eletrônico, com o representante do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) no Brasil e, também, com um representante internacional do Alto Comissariado da ONU em Genebra, para obter relatórios ou mesmo depoimentos de fatos ocorridos, em que as Convenções de Genebra haviam, ou não, sido aplicadas recentemente. Nesse campo, esse artigo não é inédito, tendo em vista já existir uma publicação da Cruz Vermelha Alemã, de autoria do Sr. Horst Seibt (1994) cuja denominação é *Es Begann In Solferino*. Existe também uma apostila do Comitê Internacional da Cruz Vermelha com o título *Normas Fundamentais das Convenções de Genebra e de seus Protocolos Adicionais*, publicada em 2000 pelo CICV. Esse último com objetivo de treinar os membros da Cruz Vermelha que necessitassem melhorar seu conhecimento, capacitando-os a treinar outras pessoas, conforme previsto no Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra. Finalmente, olhando em retrospectiva tudo o que foi pesquisado, foi iniciado o estabelecimento de cenários a serem trabalhados por diversos segmentos da sociedade brasileira, realizando, para isso, li-

gações com o que é divulgado e aquilo a que realmente os brasileiros têm que se ater para conseguir manter os Objetivos Nacionais Permanentes (ONP). Foram expostas críticas construtivas para que se possa obter representatividade internacional, deixando de lado pronunciamentos ou ações que não irão resultar no engrandecimento da nossa nação.

RESULTADOS

Historicamente, Henry Dunant foi o grande precursor do espírito humanitário que até hoje norteia as Convenções de Genebra. Seu livro, *Uma Recordação de Solferino*, obteve forte repercussão, dentro da Europa do século XIX, como dificilmente ele mesmo imaginou. A partir daí, a expansão do movimento, que teve suas origens no seio da sociedade genebrina, espalhou-se rapidamente pela própria Europa e, posteriormente, pelo mundo. O tratamento diferenciado para os feridos durante os conflitos, causa pela qual ele e, posteriormente, o Comitê dos Cinco trabalharam, tornou-se algo de caráter universal. Os homens, apesar de se enfrentarem em uma guerra, começaram a ser mais respeitados como seres humanos, durante essas situações de flagelo da humanidade.

Foi com a Primeira Convenção de Genebra de 1864 que surgiram os primeiros tratados multilaterais assinados por várias potências, não para planejar guerras, e sim para a prevenção do sofrimento que persiste nos anos subseqüentes.

No âmbito internacional, a criação de normas tão abrangentes não modificou a estrutura instituída de forma horizontal dentro de cada nação, isto é, não criou uma

verticalização como estamos acostumados a ver nas normas de direito público nacional, pois não há hierarquia entre as normas do direito internacional público. A lei fundamental não existe.

O que estamos acostumados a conviver com uma subordinação do indivíduo ou de empresas à ordem jurídica interna. Esse quadro não encontra paralelo na ordem internacional onde a coordenação é o princípio que preside a convivência organizada de tantas quantas forem as soberanias dos Estados que compõem um determinado acordo, tratado ou convenção. (REZEK, 2000, p. 432).

Logicamente, a análise desse tratado não se restringe a uma opinião isolada. O contexto está inserido e apoiado em trabalhos já realizados por Christophe Swinarski (1991) em *a Norma e a Guerra*, Cançado Trindade (1981) em *Princípios do Direito Internacional Contemporâneo*, Jean Pictet (1952) em *Commentaire de la le. Convention de Genève*; e Moren Torrelli (1985) em *Le Droit International Humanitaire*, dentre outros.

As Convenções de Genebra são, antes de tudo, uma normatização de procedimentos humanitários a serem adotados durante os conflitos armados. Ainda nos dias atuais são bem vistos pela comunidade internacional, principalmente porque estão vivas as lembranças da primeira bomba atômica, que demonstrou ao mundo que a humanidade e, porque não dizer, a própria Terra poderão vir a ser destruídas pelo homem.

Por isso, os mecanismos apresentados e debatidos no decorrer da evolução dos tratados marcaram uma etapa decisiva em direção à proteção tanto dos beligerantes

como das vítimas dos conflitos armados. Desde então, a experiência relatada por estudiosos e o respeito às normas das Convenções de Genebra têm evitado boa parte do sofrimento infligido a incontáveis seres humanos no decorrer desses conflitos.

Entretanto, países que detêm um poderio militar muito superior à grande maioria não têm apresentado vontade política na implementação das *Repressões das Infrações*. Tal afirmação baseia-se na Conferência das Nações Unidas, realizada em Roma no período de 15 a 17 de julho de 1998, onde países como Estados Unidos da América (EUA), China, Índia e Israel, dentre outros, foram votos contrários à implantação de uma Corte Penal Internacional, conhecida também como Tribunal Internacional Penal (TIP).

Essa Corte teria como objetivos a proteção da pessoa, da sua dignidade e do seu bem-estar, e sua missão primordial seria determinar a responsabilidade criminal daqueles que cometem atos contrários ao que prescrevem as Convenções de Genebra e de Haia. Todavia, os países citados anteriormente como contrários à instituição dessa Corte, participaram ativamente de julgamentos em outras Cortes Internacionais criadas para os crimes cometidos na Bósnia-Herzegovina, na Iugoslávia e na Croácia. Isso demonstra parcialidade e desejo de não cumprimento daquilo que consta em tratados internacionais.

Diante disso, os conflitos armados inevitavelmente estão resultando em comportamentos abusivos por parte das forças armadas neles envolvidas e, infelizmente, nos dias atuais, o que se tem percebido é um aumento significativo do número de vítimas civis.

Cresce a importância da aplicação dos artigos e disposições previstas nas quatro Convenções de Genebra e seus Protocolos, questionando a legalidade dos atos cometidos durante os conflitos, sendo o ponto de partida para limitar sofrimento desnecessário que a guerra em si pode vir a causar.

É interessante ressaltar que a Carta das Nações Unidas, adotada em 1945 como instrumento inicial da Organização das Nações Unidas (ONU), estipula que os Estados-membros devem se abster de ameaças ou de uso de força contra outros Estados, ou seja, a guerra não mais constitui um meio aceitável de solucionar controvérsias entre Estados. Todavia, a Carta faz exceções a essa regra, concedendo aos Estados o direito de se defenderem, individual ou coletivamente, contra ataques que ameacem sua independência ou a integridade do seu território.

Buscou-se, assim, uma análise de casos recentes no período de janeiro de 1980 até março de 2002, verificando a conduta dos combatentes, objetivando saber se os representantes legítimos de seus Estados foram ao encontro ou não do que prescrevem as Convenções de Genebra.

Os resultados foram desanimadores, tendo em vista que, por várias vezes, as Convenções de Genebra foram abandonadas ou mesmo ignoradas, conforme a vontade de um dos contendores, embora se verifique que países mais desenvolvidos, até recentemente, pregavam a utilização de tais normas internacionais para a proteção dos seus soldados e dos civis envolvidos em ações de risco.

Os protagonistas das situações analisadas pertencem às mais variadas civilizações e, portanto, possuem usos e costumes

de guerra bem distintos, sendo que, em comum, têm o objetivo maior que é a vitória. Por conseguinte, as situações de violência armada surgem de forma espontânea, apesar de terem valor inerente à natureza humana, o da sobrevivência.

Por outro lado, diplomatas, juristas e representantes de organizações como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha estabelecem valores que também são inerentes à natureza humana, mas com uma conotação de ordenamento social. Portanto, em determinadas situações, os comportamentos são muito contraditórios. A realidade da guerra e o respeito às normas resultantes de acordos entre os membros da comunidade internacional mostram-se cada dia mais distantes um do outro.

Quanto às entrevistas, a metodologia adotada foi a do enfoque *ponto-de-vista*, em que o entrevistado abordou o assunto da pergunta conforme sua livre interpretação, não se prendendo aos arcabouços jurídicos usados em depoimentos oficiais. As perguntas foram idênticas, exceto para o General Délcio de Assis Monteiro, último militar da ativa designado para representar o Brasil junto ao Conselho Federal Suíço, guardião das Convenções. O objetivo foi estabelecer termos de comparação entre países mais desenvolvidos e países menos desenvolvidos.

A experiência de entrevistar esse conjunto de militares e civis foi extremamente enriquecedora e serviu para alicerçar valores e novos conhecimentos.

A totalidade dos entrevistados expressou, de forma clara, a importância e a relevância que as Convenções de Genebra têm no âmbito das Forças Armadas (FA) de seus respectivos países.

Quanto à maneira como as convenções são vistas, são bastantes claras as opiniões divergentes entre países mais ricos e países mais pobres. Fica patente a crença, na opinião da maioria, de que são regras criadas em uma determinada época para situações de combate específicas. Conclui-se que, para esse grupo de pessoas – que significativamente representa uma massa crítica em seus países – as convenções não são sempre aplicáveis. Cabe lembrar que *essa opinião não foi a intenção dos delegados representantes das diversas nações ao elaborar o atual texto das quatro Convenções de Genebra* (SWINARSKI, 1991).

Quanto à aplicabilidade nos combates da atualidade e sua influência nas tensões e nos conflitos regionais, as respostas, na sua maioria, foram bastante céticas e, algumas vezes, pessimistas. Acredito que tal fato se deva às implicações e aos desdobramentos ocorridos nos conflitos recentes e atuais, amplamente divulgados de forma sensacionalista pela mídia. No sentido oposto a essas negativas de aplicabilidade, tive a opinião contrária dos oficiais do Chile, que acreditam na perfeita execução daquilo que está previsto, mas fizeram várias ressalvas devido aos combates no conflito EUA – Afeganistão.

O terceiro grupamento de perguntas abordou temas relacionados ao Tribunal Internacional, à soberania e ao direito de intervir.

Foram respostas através das quais mais se pôde observar o comportamento de determinados países em questões tão sensíveis.

O tema *soberania compartilhada* merece uma atenção maior quanto à entrevista do cônsul francês, o qual acredita ser um instrumento válido, e também de oficial

da Guatemala, face à conjuntura que seu país viveu ao ter seu território invadido pelos EUA no final dos anos 80. Ele fez a seguinte pergunta: *compartilhar o quê?*

A questão das operações do tipo polícia para as FA foi abordada na nona pergunta. A maioria se manifestou favorável, sendo que o tema, na opinião daquele oficial, deverá estar previsto em legislação pertinente, não estando voltado apenas para atender a interesses internacionais ligados a outros países.

O combate não-linear foi o tema da décima pergunta, com enfoque no cumprimento das Convenções de Genebra. As respostas foram bastante semelhantes, pois a quase totalidade dos entrevistados afirmou que, da maneira como se está combatendo hoje, é quase impossível cumprir as garantias das Convenções, principalmente no que se refere aos civis.

O papel da ONU e das ONGs e a legitimidade internacional para emprego da tropa em assuntos internos e externos foram os assuntos das perguntas onze, doze e quatorze.

Mais uma vez ficou claro que os países mais fortes têm opiniões ligadas aos interesses da consolidação dos papéis que eles representam na *Nova Ordem Mundial*. Já os países mais fracos estão cientes de que determinados organismos internacionais só atendem aos interesses daqueles que realmente os mantêm.

As entrevistas tiveram como último bloco de perguntas os Direitos Humanos e o Direito Humanitário aplicados ao terrorismo internacional. As respostas foram quase unânimes em afirmar que os terroristas não têm direito a nada das Convenções, apesar de, pessoalmente, o entrevista-

dor ter comentado que as Convenções tiveram o objetivo de proteger não só os combatentes, mas o ser humano e a sociedade onde ele está inserido. Foi muito interessante ouvir, mais de uma vez, dos oficiais de diversas nações... *tudo mudou após o onze de setembro*. Ao que cabe perguntar: o que será que mudou tanto assim?

DISCUSSÃO

Salientar a origem, o desenvolvimento e as instituições normativas que surgiram com o decorrer da evolução das Convenções de Genebra é de suma importância. Destaca-se nesse contexto: o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e o Conselho Federal Suíço.

Da análise histórica da evolução do Direito de Genebra, ressalte-se a correlação entre as guerras e as mudanças e adaptações que foram realizadas no Direito da Guerra, ao longo dos anos, a partir de exigências da própria humanidade. Surge daí a primeira discussão relevante: por que não reformular os artigos mais significativos das Convenções de Genebra, face às novas concepções do Direito Internacional.

É necessário um estudo detalhado de todas as quatro Convenções, buscando uma análise interpretativa daquilo que são os reais interesses dos países que atualmente exercem maior influência na elaboração e na condução da legislação internacional em vigor. O Brasil, por ser um dos signatários, necessita conhecer e debater melhor aquilo que está previsto e suas implicações no caso de um conflito armado.

Devemos ter uma legislação cujo propósito básico seja estabelecer uma estru-

tura jurídica nacional capaz de ser bem entendida pela opinião pública interna e externa e aplicada de forma mais rápida e eficiente. Dessa forma, poderemos imaginar o Tribunal Penal Internacional como um projeto de longo prazo onde o Brasil poderá estar inserido como um colaborador e não como coadjuvante numérico.

Um dos quadros a serem debatidos é o que implica no contexto da guerra atual. É algo bem complexo, pois vem sendo usada a tática de bombardear as principais localidades logo no início dos conflitos, algo que contradiz tudo o que prescreve a IV Convenção de Genebra. Surge, então, a necessidade de um levantamento estratégico dos reais objetivos dos signatários, bem como o seu caráter de relação internacional, não estabelecendo preocupações éticas e filosóficas sobre sua ambi-güidade. Parece-me algo estranho dizer se uma guerra é justa ou injusta, se é legítima ou ilegítima. O fato é que, para os militares, ela é realidade e faz parte do seu dia-a-dia saber como agir dentro daquilo que estipularam chamar de *guerra*.

Sendo assim, questiona-se a legitimidade e as ações dos referidos tribunais, pois são tribunais dos vencedores contra vencidos e, dessa maneira, parciais. Não ocorreram julgamentos relacionados aos atos praticados pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) contra diversos civis no decorrer desses conflitos. Não se pode aceitar que as Convenções de Genebra tenham sua aplicabilidade restrita a algumas das partes envolvidas em um conflito, pois elas têm, como propósito jurídico, a proteção universal, deven-

do seus efeitos serem efetivos para todos e entre todos, *erga omnes*¹.

Em suma, as normas das Convenções de Genebra são tratados internacionais e merecem uma particular atenção da parte dos contendores em um conflito, mas são absolutamente incapazes de garantir efeitos protetores, de servir com verdadeiro *temperamentum* jurídico de guerra, se não se consegue encontrar uma aceitabilidade universal, independente de toda consideração ideológica ou ética, seja qual for a sua origem.

CONCLUSÃO

Evidentemente, o presente ensaio não pretende estabelecer um consenso de como se deve ou não agir em situações reais que ocorreram ou ocorrerão daqui para frente. Entretanto, acredita-se que seria importante assinalar aquilo que é previsto pela norma e como lidar com essas situações. Para isso, as questões existentes foram tratadas com respostas simples, mas com a fundamentação jurídica pertinente.

Dentro do Direito Internacional Público, foram criadas regras de procedimento, objetivando a manutenção de determinados valores inerentes à natureza humana ou à ordem social. Portanto, pode-se afirmar que conhecer muito bem o que está previsto nas Convenções de Genebra permite formar uma mentalidade de como combater.

No que se refere às entrevistas, essas foram objeto de muita análise, pois permitiram verificar a distância existente entre o *soldado* e as *instituições* que normatizam os tratados internacionais. Nesse aspecto, percebi a necessidade de apresentar suges-

¹ *erga omnes* - Termo em latim: decisão que obriga a todos. (FERREIRA, 1986, p. 86).

tões ao Legislativo brasileiro para que estude melhor os acordos firmados recentemente pelos nossos diplomatas, e, se for o caso, negue a ratificação dos mesmos, pois esta é uma das prerrogativas desse poder.

Quanto aos juizes, alerta-se para a necessidade de promoverem uma reestruturação jurídica mais eficiente, visando a um maior reconhecimento nacional e internacional, principalmente nos códigos de processos civil e penal, pois a sociedade necessita reconhecer o Poder Judiciário como o fiel da balança.

Pertinente ao Ministério da Defesa, imagina-se a necessidade de se estabele-

cer um debate mais amplo, quando da adoção do TIP, incluindo aí a opinião de segmentos representativos das três Forças singulares e de diplomatas com experiência em tratados internacionais ligados à guerra.

Buscou-se, nesse ensaio, obter declarações interpretativas para que, no futuro próximo, nossos soldados mantenham a confiança que a Nação tem lhes depositado para defender o nosso país.

Por último, cabe lembrar à sociedade que o verdadeiro guardião da Nação não são as Forças Armadas e sim a vontade do povo em defender aquilo que é seu. ☉

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCIOLY, Hidredrando; NASCIMENTO e SILVA Geraldo Eulálio do. *Manual do direito internacional público*. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- BROWN, Pam. *Benfeitores da humanidade* - Henry Dunant. London: Helen Exly, 1988.
- COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV). *Relatório sobre as atividades mensais*. Brasília, DF, 1964-2002.
- CONVENÇÃO DE GENEBRA. *Normas fundamentais das Convenções de Genebra e de seus protocolos adicionais*. Genebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 1983.
- DUNANT, Henry. *Uma Recordação de Solferino*. Genebra: Galay, 1862.
- MONTGOMERY, Margaret; BRISCOE, Diana. *Life Henry Dunant*. United Kinglow: Excly Publications, 1986.
- PICTET, Jean. *Commentaire de la Conention de Genève*. Genebra: Lugrant, 1952.
- SORIANO NETO, Manoel. Soberania, soberania limitada, dever de ingerência, intervenção humanitária. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 117, n. 10/12, p. 159-165, Out./Dez. 1997.
- SWINARSKI, Ch. *Direito Internacional Humanitário*, Núcleo de Estudos da Violência, USP. São Paulo: R. dos Tribunais, 1990.
- . *Introdução ao direito internacional humanitário*. Brasília, DF: Escopo, 1988.
- TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. *O Estado e as relações Internacionais: o domínio reservado dos Estados na prática das Nações Unidas e organismos regionais*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1979.



Criméia: a guerra prototecnológica

João Carlos Jânio Gigolotti*

RESUMO

Este artigo apresenta a Guerra da Criméia, primeiro conflito em que foram utilizados equipamentos militares e armamentos modernos em grande escala, desenvolvidos no contexto da Segunda Revolução Industrial, caracterizando-a como a primeira das guerras tecnológicas e que abriu o caminho para uma nova era da arte da guerra – a *guerra total*.

PALAVRAS-CHAVE
Guerra, Criméia.

Após as guerras napoleônicas, as antigas grandes potências européias – Império Britânico, França, Áustria e Rússia – mantiveram-se em equilíbrio e permaneceram em paz por quase quarenta anos.

A ação do Príncipe Klemens Von Metternich, no Congresso de Viena de 1815, muito mais do que garantir esse período de relativa tranquilidade, teve o mérito de gerar o embrião de um organismo supranacional que garantisse a paz mundial, idéia que culminou com a criação da Liga das Nações, após a Primeira Guerra Mundial, e, posteriormente, da Organização das Nações Unidas (ONU).

Entretanto, o equilíbrio anteriormente aludido seria rompido com a eclosão da

Guerra da Criméia (1854 a 1856), conflito de caráter internacional, que se tornou o prelúdio de uma nova era para a arte da guerra.

A humanidade começava a trilhar o longo e pedregoso caminho da guerra total, fruto das interpretações dadas às teorias de Karl Von Clausewitz.

Em seguida à Guerra da Criméia, uma grave convulsão interna revolveria a jovem e já emergente nação estadunidense, quando a aplicação daquelas teorias na Guerra da Secessão (1860 a 1865) permitiria a vitória dos nortistas da União sobre os secessionários e escravocratas sulistas.

Os Estados Unidos da América, estribados no sangue de quase um milhão de vítimas daquela guerra civil e fundamentados no liberalismo econômico e na

* Tenente-coronel de Engenharia. Instrutor de História Militar na AMAN.

democracia, se projetariam, alcançando o patamar de grande potência industrial, ainda no final do século XIX.

Em vários conflitos que logo se seguiram, as também jovens nações sul-americanas – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – resolveram suas pendências políticas e territoriais em uma guerra sangrenta, a Alemanha conseguiu a almejada unificação política, e o Japão, modernizado pela Revolução Meiji, mostrou ao mundo que uma potência asiática podia derrotar uma potência européia.

Mas todos esses conflitos soaram como ensaios para o *grande ato*, a Primeira Guerra Mundial, aquela que alguns ingênuos e incautos julgaram ter sido a *guerra para acabar com todas as guerras*.

Entretanto, não fosse a empáfia daqueles que se julgavam *culturalmente superiores*, muitos ensinamentos dos conflitos anteriores poderiam ter evitado a carnificina que se verificou na Frente da Europa Ocidental naquela guerra.

A humanidade não teria, então, revivido as tragédias resultantes dos ataques de infantaria, ondas sucessivas de milhares de homens desprotegidos contra o fogo mortífero dos fuzis e das metralhadoras, como fora visto na Guerra da Secessão ou na Guerra Russo-Japonesa (1904 a 1905).

Espíritos lúcidos teriam sabido estabelecer a devida relação entre a Linha Negra, produto da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864 a 1870), e as lamacentas trincheiras daquela frente de

combate na Europa Ocidental, que ceifaram milhares de vidas sem apresentar resultados militares práticos.

Dentre os inúmeros fatores determinantes dos resultados dessas guerras, destaca-se o largo emprego de novos equipamentos militares colocados à disposição dos exércitos, fruto das inovações trazidas pela revolução tecnológica que se processou durante o século XIX.

Assim, o esforço nacional empreendido pelo Brasil contra o Pa-

raguai, na Guerra da Tríplice Aliança, permitiu que o Exército e a Marinha Imperiais tivessem à sua disposição os meios militares mais modernos, desde *fuzis de agulha* até poderosos encouraçados.

Todavia, esse esforço custoso abalou a economia brasileira, enquanto o Paraguai, que fizera uma campanha proporcionalmente muito maior, terminou a guerra completamente arrasado. A guerra total apresentava novamente seus efeitos funestos.

A seguir, na Guerra Franco-Prussiana (1870 a 1871), a formidável organização do exército alemão, aliada ao emprego de modernos equipamentos – ferrovias, canhões de aço, etc. – permitiu sua vitória sobre os franceses, há muito tempo esquecidos dos conceitos da guerra moderna ensinados por Napoleão I.

Um pouco mais tarde, foi a tecnologia aplicada à moderna marinha japonesa que garantiu a vitória sobre a Rússia czarista, em 1905.

Demonstrar que, na Guerra da Criméia, pela primeira vez, se reuniram di-

***O esforço nacional
empreendido pelo Brasil contra
o Paraguai, na Guerra
da Tríplice Aliança, permitiu que
o Exército e a Marinha Imperiais
tivessem à sua disposição os
meios militares mais modernos,
desde fuzis de agulha
até poderosos encouraçados.***

versos elementos da novel tecnologia, tornando-a pioneira das guerras tecnológicas, é o objetivo proposto neste ensaio.

A ARTE DA GUERRA E A SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A guerra da Criméia insere-se no limiar de um período histórico de elevada criação tecnológica, provavelmente mais importante para a humanidade que o século XX, porque a retirou de milhares de anos de lenta evolução, fornecendo-lhe os instrumentos e as bases necessárias para uma exponencial ampliação do conhecimento.

Era o começo de um fenômeno histórico que se convencionou chamar de Segunda Revolução Industrial.

Para a arte da guerra é também um período de grandes inovações. A invenção da carne enlatada, do leite em pó e da margarina, entre 1840 e 1860, solucionou os problemas da dependência de gêneros perecíveis, que tornavam difícil o aprovisionamento da tropa, permitindo a execução das operações militares a maiores distâncias e com menores limitações de tempo.

A ciência médica também sofreu significativa evolução. Os anestésicos foram utilizados, pela primeira vez, em proveito de feridos em combate, em 1847, e novos conhecimentos médicos permitiram a redução dos casos de infecções pós-operatórias como o tétano, a gangrena e a septicemia. Além disso, o socorro médico tornou-se mais rápido, pela utilização de ambulâncias puxadas a cavalo.

Na Guerra da Criméia surgiu o serviço de enfermagem. Soldados ingleses, feridos nos campos de batalha, apresentavam uma alarmante estatística de mortalidade, pois

a pouca assistência que recebiam dava-se em precárias condições, em razão da indiferença do comando em relação ao assunto, o que era a tônica àquela época.

A ação de Florence Nightingale, a *dama da lâmpada*, com suas voluntárias, adotando medidas simples de saneamento, higiene e limpeza conseguiu, em pouco tempo, baixar para 2% a mortalidade existente entre os feridos hospitalizados. Sua ação também serviu para firmar um novo papel para a mulher em relação à guerra.

Entretanto, se a Grã-Bretanha teve Florence Nightingale, os russos tiveram seu célebre cirurgião Pirogov, que organizou uma ordem de irmãs enfermeiras para cuidar dos feridos. Uma delas, conhecida como Daria Sebastopolskaia, conquistou renome pela coragem que demonstrou em socorrer feridos sob fogo inimigo.

Inaugurou-se, também, um revolucionário meio de comunicação - o telégrafo - aposentando os antigos semáforos, criados em 1794, na França, e empregados por Napoleão Bonaparte numa rede que alcançava Veneza, Amsterdã e Mainz, permitindo a transmissão de mensagens entre Paris e Lille, a 270 quilômetros de distância em apenas cinco minutos.

Durante a Guerra da Criméia, a rede telegráfica, já instalada na Europa, foi estendida até a península da Criméia, permitindo que Napoleão III pudesse intervir diretamente nas operações aliadas em nível estratégico e que William Henry Russell, do periódico *The Times*, o mais famoso dentre os primeiros correspondentes de guerra, pudesse enviar seus relatórios.

Este é outro ponto que se apresenta como novidade da Guerra da Criméia: o trabalho desses correspondentes, presentes

no campo de batalha, reportando os acontecimentos em curto espaço de tempo e aproveitando a influência da mídia sobre a opinião pública, para interferir na condução das atividades militares. É fato incontestado que suas reportagens sobre as grossas falhas do comando das forças britânicas levaram à reforma do exército britânico.

Igualmente, foi a primeira guerra fotografada, em virtude do trabalho de Roger Fenton, que percorreu os campos de batalha em uma carroça transformada em laboratório.

Em contrapartida, surgiu o conceito da censura militar, empregada por parte do comando britânico, para limitar a ação desses repórteres.

A utilização dos modernos fuzis de percussão, com cano de alma raiada, principal inovação no armamento da infantaria na primeira metade do século XIX, na Guerra da Criméia mostrará todo seu poder de fogo sobre as colunas de ataque russas, que sucumbem diante das defesas francesas e britânicas.

Foi o escocês Alexander Forsyth que, em 1807, patenteou o uso do fulminato de mercúrio em armas de fogo, o que determinava a ignição da carga de pólvora por percussão, ao invés da ação do fogo para sua detonação, e permitia o emprego da arma sob condições meteorológicas adversas.

A invenção da cápsula de percussão foi adotada pelos exércitos europeus somente a partir de 1836, seguindo-se, em

A invenção da cápsula de percussão foi adotada pelos exércitos europeus somente a partir de 1836, seguindo-se, em 1840, o desenvolvimento do fuzil de alma raiada, com mecanismo de disparo por percussão, a criação do fuzil de agulha, em 1841, pelo alemão Johann von Dreyse, e o invento do projétil cilindro-ogival, pelo capitão Claude Minié, em 1849.

1840, o desenvolvimento do fuzil de alma raiada, com mecanismo de disparo por percussão, a criação do *fuzil de agulha*, em 1841, pelo alemão Johann von Dreyse, e o invento do projétil cilindro-ogival, pelo capitão Claude Minié, em 1849.

A junção dessas invenções permitiu a execução de tiros mais precisos e a maiores distâncias, em virtude da alta velocidade e da trajetória regular do projétil, e maior rapidez no manuseio do armamento, com expressivo incremento nas baixas da Infantaria.

Entretanto, tais inovações não ficariam restritas ao armamento de

Infantaria. Na Artilharia, como aponta Ruas Santos (*Arte da Guerra*, 1998), o canhão raiado e de carregamento pela culatra fez seu aparecimento na Guerra da Criméia, embora o raiamento e o carregamento pela culatra já fossem conhecidos antes de 1845, mas não reunidos em uma só arma.

Com relação à arte da guerra naval, as inovações tecnológicas foram ainda mais notáveis. A invenção do navio a vapor foi logo aplicada pelas marinhas de guerra. A marinha britânica seria a primeira a incorporar um vaso de guerra a vapor, o *Comet*, construído em 1819, o qual tinha sérias deficiências, como a baixa velocidade, o que o tornava um alvo fácil, principalmente da artilharia de costa; o elevado consumo de carvão, sua fonte de energia, e o grande espaço ocupado pelas rodas laterais, seu sistema de propulsão.

Entretanto, é inequívoca sua grande vantagem em relação às embarcações anteriores, com superior capacidade de manobra, uma vez que agora as esquadras estavam definitivamente livres de sua secular dependência das condições meteorológicas e do regime dos ventos. A partir daí, a história do poder naval jamais seria a mesma.

A Guerra da Criméia emprestou sua contribuição para essas mudanças radicais na arte da guerra naval. Pela primeira vez foram experimentadas, em combate, *baterias flutuantes blindadas*, que se tornariam as precursoras dos encouraçados, que viriam, a seguir, revolucionar as operações navais.

Os primeiros encouraçados foram o francês *Gloire*, lançado em 1858, e o britânico *Warrior*, lançado em 1860, mas sua consagração se daria durante a Guerra Civil Americana, com o emprego do *Merrimac* e do *Monitor*, respectivamente pelas forças Confederadas e pelas forças da União.

O CONFLITO

A Guerra da Criméia foi resultado das pressões imperialistas da Rússia sobre o Império Otomano, em busca de uma saída para o Mediterrâneo, ameaçando os interesses comerciais e estratégicos britânicos, tanto no Oriente Médio como na Índia.

A França provocou o conflito meramente para reafirmar seu poder militar e prestígio internacional, usando a guerra para cimentar uma aliança com os britânicos. Nesse sentido, Napoleão III, aproveitou-se de motivações religiosas e, em 1853, apresentou uma reivindicação junto ao Império Otomano, atinente ao fato de que o clero latino deveria ter o direito de salvaguardar e proteger os lugares santos em Jerusalém.

O Czar Nicolau I contestou imediatamente esse direito de prioridade, em nome do clero ortodoxo. A princípio, o Império Otomano contemporizou, tentando apelar as partes em litígio e, assim, irritou a ambas. Mas haviam surgido outras questões. O governo russo já havia apresentado seu duvidoso direito de proteger as minorias cristãs no Império e apoiara suas reivindicações com a ocupação dos principados do Danúbio.

O Império Otomano, certo de que poderia contar com a proteção das frotas aliadas - Inglaterra e França - ancoradas na Baía de Besika, declarou guerra à Rússia, em 1º de outubro de 1853.

O primeiro ato de guerra foi a destruição de vasos de guerra russos no Porto de Sinope, em 1º de novembro. Por outro lado, os esforços diplomáticos de mediação não logravam efeito, em virtude de os preparativos bélicos encontrarem-se em adiantado andamento.

As esquadras aliadas atravessaram os estreitos de Dardanelos e Bósforo e entraram no Mar Negro, ameaçando impedir o abastecimento das tropas russas na fronteira por via marítima, ao mesmo tempo em que impediriam a proteção das mesmas pelos vasos de guerra do Czar em suas próprias águas.

Como Nicolau I se mostrasse irredutível e não atendesse às exigências para evacuar os principados danubianos, a Inglaterra e a França declararam guerra à Rússia em 27 de março de 1854. A Sardenha, a seguir, juntou-se à coalizão, ao passo que a Áustria permanecia apoiando esses países a distância.

O plano geral dos aliados era assegurar, primeiramente, a posse de Istambul, ponto estratégico de grande importância,

de forma a garantir suas linhas de comunicações antes de atacar a Rússia no Mar Negro, para conquistar Sebastopol e destruir a força russa em seis semanas.

Findo o verão e tendo reunido grande quantidade de armamentos em Varna, os aliados colocaram o plano em execução, enviando uma flotilha para a Criméia em setembro.

O próximo passo foi um desembarque na Baía de Calamita, em 14 de setembro,

êxito e, assim, os russos puderam reforçar as defesas da cidade.

Adotando uma ação indireta, ao invés de atacar Sebastopol pelo norte, onde as defesas russas estavam fortemente organizadas, o comando aliado decidiu desbordar a cidade pelo leste e tomar posição ao sul da fortaleza, empregando, como bases, as baías de Kamiesch e Balaclava.

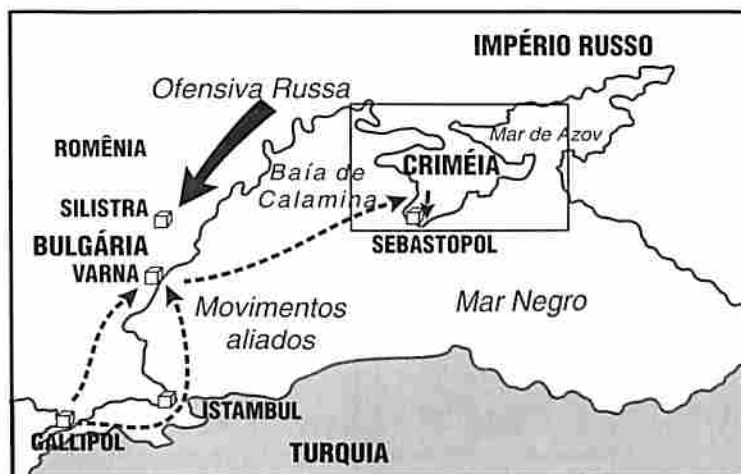
Em 27 de setembro, essa manobra havia sido completada e os britânicos detinham a posse de Balaclava,

garantindo o suprimento logístico por via marítima, ao mesmo tempo em que, com o domínio nominal do Mar Negro, podiam efetivamente sitiá-lo.

Não obstante, em nenhum momento os aliados conseguiram reunir forças suficientes para completar o cerco da cidade, o que exigiu uma pressão direta, a partir das elevações localizadas ao sul.

A carência de artilharia pesada, mesmo com o apoio de fogo da esquadra, a explosão do paiol dos franceses e o pesado fogo de contrabateria a que estes foram sujeitos, frustrou a tentativa de submeter a guarnição sitiada em 18 de outubro.

Por outro lado, as forças russas trabalhavam freneticamente para reforçar suas defesas. Navios foram afundados na entrada da baía para bloqueá-la e 30 mil homens foram deslocados em direção ao interior da península, de forma a se organizar um exército de campanha que ameaçasse as forças aliadas pelo flanco.



Ofensiva russa e estratégia operacional aliada na principal região do conflito

próximo a Eupatória, a cerca de setenta quilômetros ao norte de seu objetivo, Sebastopol, completado somente em 18 de setembro, apesar da fraca resistência militar e devido às péssimas condições meteorológicas.

No dia seguinte, as tropas aliadas iniciaram sua marcha para o sul e, a 20 de setembro, na travessia do Alma, enfrentaram severa resistência dos russos sob as ordens de Menshikov. Ao entardecer, lograram desalojá-los de suas posições e expulsá-los para a fortaleza.

Entretanto, com as tropas exauridas, o comando aliado deixou de aproveitar o

Em 7 de outubro, Menshikov despachou o general Liprandi com 25 mil homens e 78 canhões para empreender uma surtida na retaguarda das forças aliadas, que contavam com 10 mil homens e 20 canhões, em Balaclava.

Essa força tentou o *golpe de mão* contra aquela localidade, em 25 de outubro. O esforço surtiu efeito. As posições defensivas

Enquanto isso, os russos tentavam aproveitar o êxito obtido sobre as forças turcas, com parte de sua cavalaria desviada para o sul. Contudo, enfrentaram a pronta reação de Sir Colin Campbell, com o 93º Regimento de *Highlanders*, que havia estabelecido uma tênue linha defensiva, a qual desbaratou a potente carga da cavalaria russa com seus *miniés*.

Um dos últimos atos da batalha de Balaclava foi um desastre, em termos de decisão militar. Cumprindo uma ordem infeliz, dada por Lord Raglan, a Brigada de Cavalaria Ligeira acometeu o flanco direito russo, pelo outro lado da estrada de Vorontsov, efetuando uma carga desesperada e suicida, imortalizada na obra de Tennyson.

Lord Raglan considerou que os russos haviam posicionado 14 canhões com dominância

de fogos sobre o vale. Em virtude desse fato, as sucessivas cargas inglesas foram infrutíferas, pois os russos continuaram de posse das elevações ao longo das quais corria a estrada de Vorontsov, que doravante seria negada aos britânicos.

Dos 673 homens que iniciaram a carga, 247 morreram, além de terem perdido 497 cavalos.

Somente a ação de tropas francesas, os *Chasseurs d'Afrique*, logrou neutralizar a artilharia russa.

O porto de Balaclava, entretanto, foi salvo e continuou em mãos aliadas, garantin-



Principal teatro de operações – a Criméia

vas estavam guarnecidas por forças turcas de menor poder de combate, entrincheiradas na linha de alturas que dominavam a cidade, facilmente desalojadas e debandadas.

Entrementes, ao norte, os britânicos tiveram que apelar para a sua cavalaria que, até então, protegia-lhes o flanco direito, a fim de conservar suas posições.

A Brigada de Cavalaria Pesada, comandada por Sir John Scarlett, com 800 homens, contrariando a ortodoxia da doutrina da época, realizou uma carga morro acima e conseguiu repelir uma formidável ameaça de 3 mil russos.

do o suprimento, sem o qual suas forças teriam perecido de fome no inverno seguinte.

Os russos também empreenderam um ataque com 6.500 homens, a partir de Sebastopol, sobre as posições aliadas que cercavam a cidade, mas foram repelidos.

Tanto a Batalha de Balaclava quanto a primeira Batalha de Inkerman, em 26 de outubro, serviram para demonstrar a fraqueza das forças sitiadas.

Totalizando 65 mil homens, os Aliados tinham apenas metade do efetivo das forças russas, somadas as tropas em Sebastopol e no interior da península, que continuavam a receber suprimentos via Península de Perekop, ao norte, pelo Mar de Azov, a leste, e por Simferopol. Isso prenunciava os acontecimentos em Inkerman, em 5 de novembro de 1854.

Tendo sido frustrado em sua tentativa de apoderar-se da base britânica por meio do seu exército de campanha, Menshikov decidiu empregar esses efetivos, bem como a guarnição de Sebastopol, num ataque combinado sobre o flanco esquerdo da linha britânica. Isso redundou numa batalha geral, travada nas montanhas que dominam o vale de Chernaya e o porto interno, conhecida como Batalha de Inkerman, luta que oscilou para trás e para a frente, no canto norte-ocidental do terreno elevado, por onde as forças russas podiam desembocar sobre o planalto, através das saídas de várias ravinas que permitiam acesso à posição britânica.

Na Batalha de Inkerman, 635 britânicos, incluindo 43 oficiais, foram mortos e 1.938, feridos; enquanto os franceses sofreram 1.743 baixas, com 25 oficiais e 150 praças mortos, ao passo que dos 35 mil russos envolvidos na luta, as baixas atingiram

11.959 homens, dos quais 4.400 mortos, incluindo seis generais.

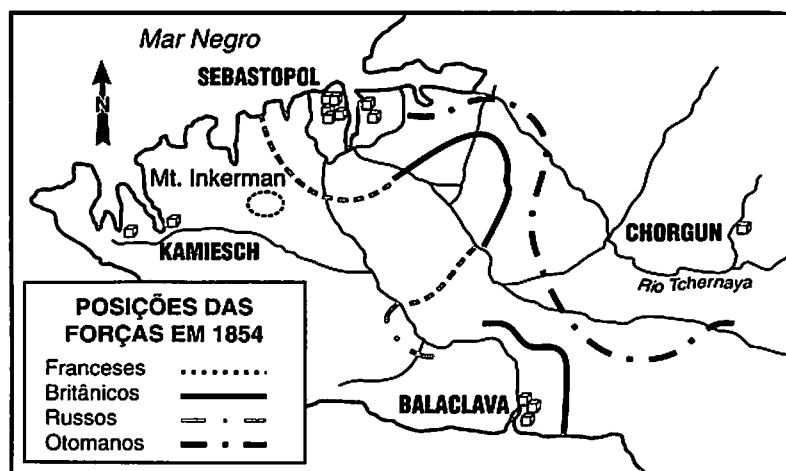
A Batalha de Inkerman foi uma demonstração cabal da falta de visão dos comandos superiores e da ineficiência dos antigos processos de combate, diante das inovações tecnológicas que afetavam o armamento e aumentavam o volume de fogo no campo de batalha. O comentário de um coronel russo após a batalha traduz essa situação: *quase todo o nosso regimento e os comandantes de batalhões e oficiais superiores foram perdidos ... e tudo para nada.*

O plano de ataque russo foi extremamente complexo e muito mal aplicado. O IV Corpo de Exército de Dannenberg ocupou suas posições sem conhecimento do terreno e sem ter realizado reconhecimento prévios. A falta de coordenação entre as divisões subordinadas de Soimonov e Pavlov levaram a uma divisão de esforços e a ações isoladas. A esmagadora superioridade numérica das forças russas não foi integralmente aproveitada e grande parte de sua artilharia nem sequer foi colocada em ação.

Indubitavelmente, as deficiências do ataque russo foram fundamentais para a vitória aliada. Deve-se destacar que os fuzis *miniés*, utilizados pelas forças britânicas, tiveram importante papel e provaram seu valor, castigando sem piedade as fileiras de soldados russos.

Caso os russos tivessem obtido sucesso em Inkerman, sua manobra teria cortado as linhas de comunicações aliadas e, numa reviravolta, essas forças é que se veriam sitiadas.

Entretanto, o exército russo, do outro lado do Chernaya, sob o comando de



Posições das forças em 1854

Gorchakov, continuava a executar ações secundárias contra a retaguarda britânica que protegia Balaclava. Porém, tais ataques foram mal coordenados, sendo repelidos um após outro pelas tropas desdobradas defensivamente ou por contra-ataques, que reconquistavam o terreno eventualmente perdido.

Ao final, os russos tiveram que renunciar a essas ações e permitir que os aliados trouxessem suas linhas para mais perto da cidade condenada.

A exaustão dos esforços das ações ofensivas russas coincidiu com o advento do inverno e a esperança de descanso para a tropa.

No entanto, mal se havia tomado a decisão de invernar as tropas nas terras altas que haviam sido ocupadas, um violento furacão varreu as posições expostas dos exércitos sitiados, bem como a fortaleza assediada. Foi destruída grande parte dos navios nos portos da Baía de Kamiech, bem como em Balaclava, e os armazéns das provisões dos exércitos.

Dezenas de barracas foram levadas pela enxurrada, ficando as tropas sem abrigo de

qualquer espécie. A chuva transformou-se em neve e as posições, tanto na frente como à retaguarda, converteram-se em mares de lama e atoleiros, impondo terríveis privações às tropas de linha de frente, tornando a tarefa de abastecimento e socorro pavorosa provação e transformando as áreas da retaguar-

da, anteriormente ansiados pontos de repouso, em lamaçais, onde homens e animais se afundavam no mais absoluto desespero, ou procuravam alívio, atirando-se para dormir no meio da lama sempre presente.

Essas condições insalubres impuseram maior mortandade que as batalhas. Homens e animais morriam às centenas. O cólera e outras moléstias trouxeram a sua contribuição para que o número de hospitalizados chegasse a 14.000, e era com a maior dificuldade que as guarnições da linha de frente podiam ser mantidas em serviço.

Em Sebastopol, embora a guarnição tivesse a vantagem das edificações para acantonar, as dificuldades dos russos não eram muito menores. As comunicações eram precárias e os suprimentos tinham de chegar ao teatro de operações pelas estradas do interior. A falta de suprimentos, as intempéries climáticas, o cólera e outros males causaram também significativas baixas entre as tropas russas.

O fim do inverno trouxe mais alento. A reorganização dos hospitais e do serviço médico por Florence Nightingale

contribuiu bastante para afugentar a desgraça que atingira os aliados.

As unidades foram reconstituídas, incluindo o recebimento de um contingente sardo, e o abastecimento para homens e cavalos foi melhorado.

Nesse ínterim, porém, Nicolau I veio a falecer, em 2 de março de 1855, o que não alterou imediatamente a situação, mas contribuiu muito no sentido de preparar o caminho para a paz.

Assim, em fins de março, os aliados estavam prontos para reiniciar o assédio às posições russas.

O plano inicial dos aliados previa o isolamento de Sebastopol pelo norte. Contudo, isso exigiria um ataque sobre o exército de campanha russo, enquanto os aliados estariam ameaçados pela guarnição da localidade. Por isso, o novo comandante-em-chefe francês, Pelissier, instou, com todos os recursos de sua personalidade e de sua vontade, um assalto às principais posições russas ao sul, logrando obter o apoio de outros comandantes e de seus superiores.

Depois de certo canhoneio às posições principais e após a redução das defesas exteriores, por meio de um assalto realizado na noite de 7 de junho, os exércitos avançaram para a captura das posições-chave, em 18 de junho. Contudo, o ataque fracassou, em decorrência da inadequada preparação de artilharia.

O comandante russo esforçou-se por aliviar a pressão sobre a fortaleza condenada, por meio de uma finta contra o flanco direito aliado. No entanto, o recurso falhou e, com ele, a última esperança de levantar o cerco.

Os aliados haviam aproximado seus canhões e começaram, sossegada e metodi-

camente, a abater as defesas, a cidade propriamente dita, as instalações portuárias e, até mesmo, os vasos de guerra no porto.

Naquele momento, o máximo que os russos poderiam fazer era responder com suas insuficientes baterias.

O assalto final começou em 8 de setembro. Os franceses conquistaram o reduto Malakhov. Já o ataque britânico não teve a força de seus aliados gauleses e, ao fim do dia, a posição continuava em poder dos russos.

Não obstante, os russos já haviam optado pela evacuação da cidade e, durante a noite, fizeram ir pelos ares muitas das fortificações e destruíram os paióis, enquanto as tropas, mantendo o inimigo à distância pelo fogo, retiravam-se pela ponte e em barcos a vapor para o norte, através do porto exterior.

No dia seguinte, Sebastopol e suas defesas foram ocupadas pelos aliados.

A evacuação da fortaleza preparou o caminho para a paz. Embora o jovem Alexandre II e seu governo dessem uma brava demonstração de ulterior resistência, o poderio militar da Rússia estava esmagado e seu espírito combalido.

O esforço de guerra aliado não se limitara à Criméia. Uma bem elaborada ação estratégica no Báltico, também um importante teatro de operações, permitiu aos aliados capturarem a Fortaleza de Bomarsund, em 1854, e destruírem Sveaborg, o arsenal de marinha de Helsinque, em 1855. Tais operações permitiram fixar 200 mil russos, que desequilibrariam a situação na Criméia. Outras ações navais também foram levadas a efeito no Ártico e no Pacífico.

Os britânicos prepararam-se igualmente para atacar Cronstadt e S. Petersburg, em

1856, pretendendo utilizar navios de guerra blindados. Entretanto, a operação não se realizou, devido ao término da guerra.

CONCLUSÃO

Forçados a aceitar a derrota, depois de infrutíferos esforços para dividir os seus antagonistas, os russos cederam finalmente à proposta da Áustria para uma conferência de paz, em 1856.

Tendo perdido 500 mil homens, grande parte pelo efeito de doenças, da desnutrição e das intempéries, e com sua economia arruinada, a Rússia teve que aceitar os termos de paz impostos em Paris.

Assim, devolveu todas as regiões e cidades conquistadas durante o curso das hostilidades, perdendo também o direito à proteção dos cristãos no Império Otomano, o qual foi transferido para as grandes potências da Europa Ocidental.

O principal objetivo aliado, que se resumia em garantir a independência e a integridade territorial do Império Otomano, preservando sua área de influência e o controle sobre as rotas navais no Mediterrâneo oriental, havia sido alcançado.

A paz de Paris, assinada em 30 de março de 1856, preservou o Império Otomano até a proclamação da república por Mustafa Kemal, em 1923, estancando as pretensões expansionistas da Rússia e privando-a da desejada saída para os mares quentes.

Além disso, outras medidas faziam pender para as potências européias ocidentais o controle do jogo de interesses geopolíticos da região: o Mar Negro seria neutralizado, isto é, declarado aberto para navios mercantes de todas as nações e livre de vasos de guerra e arsenais de marinha,

enquanto uma convenção especial sobre o problema dos estreitos decretava que a Estreito de Bósforo e o de Dardanelos seriam fechados aos vasos de guerra de todos os governos estrangeiros; para assegurar a liberdade de navegação sobre o Danúbio, a parte meridional da Bessarábia deveria ser cedida à Moldávia; e a Sérvia, a Moldávia e a Valáquia deveriam ficar sob a soberania turca e a garantia das potências contratantes.

Embora, por razões de prestígio, Napoleão III tenha utilizado a guerra como forma de assegurar seu poder e firmar sua dinastia diante dos demais países europeus, ironicamente, o resultado da Guerra da Criméia favoreceu a unificação da Alemanha, causa de sua ulterior queda em 1871.

Se uma ineficiente diplomacia levou à Guerra da Criméia, a ação desastrosa dos chefes militares, sua indecisão quanto à correta aplicação do seu poder de combate e suas condutas temerárias nas batalhas foram fatores quase sempre presentes naquele conflito.

Eventos desastrosos, como a famigerada *Carga da Cavalaria Ligeira* na Batalha de Balaclava, demonstraram a incompetência dos comandos de ambos os lados, obscurecendo a escala de importância e o significado do conflito.

Não obstante, pode-se colher dele diversos ensinamentos históricos.

Em primeiro lugar, revelou-se a importância do poder naval e de sua aplicação, quer em amplitude estratégica, quer em proveito das operações militares terrestres, mas, acima de tudo, revelou-se também o quanto o poder naval da Grã-Bretanha permitia-lhe assegurar uma hegemo-

nia militar, à qual, mesmo as outras grandes potências européias, dificilmente podiam se contrapor.

A Guerra da Criméia foi um campo de provas para novos equipamentos militares. Por isso, teve grande influência na condução de dois conflitos importantes que se seguiram, a Guerra Civil Americana e a Guerra da Tríplice Aliança. Aí reside não só a explicação para os lances sangrentos que caracterizaram esses conflitos, mas, também, para o excelente aproveitamento dos encouraçados – principalmente no segundo, para sufocar o esforço de guerra inimigo –, a utilização do *Minié*, do telégrafo e de outros equipamentos, que emprestaram enorme vantagem ao Exército Imperial do Brasil.

Todavia, as lições sobre a importância da preservação das condições sanitárias da tropa não foram bem aprendidas e, nas inóspitas condições do território paraguaio, milhares de vidas seriam dizimadas pelo cólera, pela febre amarela e por outros males.

Por outro lado, se a Guerra da Criméia se caracterizou pela infelicidade das ações táticas e por uma trágica série de erros militares e infortúnios, a escolha da Península da Criméia para a condução da ofensiva aliada, mesmo levando em conta um bom grau de subjetivismo na decisão de Napoleão III, que temia ter a mesma sorte de seu tio em um ataque direto à Rússia continental, e também as ações

no Báltico, foram exemplos de excelentes ações estratégicas, que poderiam ter conduzido a uma rápida e decisiva vitória.

As questões envolvidas na Guerra da Criméia continuaram apresentando seus efeitos por longo tempo. As disputas foram retomadas duas décadas depois

e, em 1877, os russos invadiram os Bálcãs em consequência da repressão turca a revoltas de eslavos balcânicos. Porém, diante da oposição das grandes potências, recuaram outra vez.

No Congresso de Berlim, em 1878, a Romênia tornou-se independente, a Rússia

incorporou a Armênia e parte da Ásia, e a Áustria ficou com a Bósnia-Herzegóvina. Nos Bálcãs, no início do século XX, o crescente nacionalismo eslavo contra a presença turca levou a região à primeira das Guerras Balcânicas – uma das causas da Primeira Guerra Mundial.

Finalmente, a precária industrialização da Rússia, um país de economia agrária, com arcaicas instituições feudais, com suas primitivas indústrias, incapazes de produzir armas modernas e de acompanhar o dinamismo da Segunda Revolução Industrial, deixou evidente sua real fraqueza. Paradoxalmente, menos de um século e meio depois, corroborando o conhecido dito popular de que *a história sempre se repete*, o grande império soviético novamente viria a ruir, por não conseguir assimilar as exigências da ainda mais dinâmica Terceira Revolução Industrial. ☉

Embora, por razões de prestígio, Napoleão III tenha utilizado a guerra como forma de assegurar seu poder e firmar sua dinastia diante dos demais países europeus, ironicamente, o resultado da Guerra da Criméia favoreceu a unificação da Alemanha, causa de sua ulterior queda em 1871.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Antonio C. do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- BENTO, C. M.; MARCONDES, S. M.; SALLES, N. *História da doutrina militar - da antiguidade à 2ª GM*. Resende: AMAN, 1979.
- BLACK, Jeremy. *War and the world - military power and the fate of continents 1450 - 2000*. London: Yale University Press, 1998.
- CHANDLER, David G. *Dictionary of battles - the world's key battles from 405 BC to today*. New York: Henry Holt and Company, 1988.
- . *Great battles of the british army*. Londres: Arms and Armour Press, 1991.
- COWLEY, Robert; PARKER, Geoffrey. *The reader's companion to military history*. New York: Houghton Mifflin Company, 1996.
- FOSTER, Thomas; GRAHAM, Burton; REVIE, Alistair. *Battle - a history of conflict on land, sea and air*. London: Marshall Cavendish, 1974.
- SANTOS, Francisco Ruas. *Arte da guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Ed., 1998.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



História das Lutas com os Holandeses no Brasil, desde 1624 a 1654

Francisco A. de Varnhagen

O estudo de Varnhagen tem caráter de relato factual, com detalhes dos combates em geral e do regime de coexistência que perdurou, durante a governança de Nassau, entre holandeses e luso-brasileiros. É uma interpretação com base em pesquisas nas várias capitais européias, com notas elucidativas de pé-de-página que serviram a historiadores brasileiros posteriores como: Rocha Pombo, Calógeras e, mais recentemente, Gonçalves de Melo e E. Cabral de Melo.

Empreendimentos estratégicos na Amazônia¹

Valmir Fonseca Azevedo Pereira*

RESUMO

A história da Amazônia tem sido pontilhada por equívocos estratégicos quanto à abordagem mais efetiva para o seu desenvolvimento. Após caracterizar a área, destacando seus aspectos gerais, sua importância global, aspectos de sua colonização e os fatores adversos para o seu desenvolvimento, o autor examina os empreendimentos estratégicos feitos na região, com destaque para o Programa Calha Norte, o SIPAM e o SIVAM.

PALAVRAS-CHAVE

Política, estratégia, Amazônia, planejamento estratégico.

Passados quase quatro séculos, desde o início de sua colonização, em 1637, a Amazônia continua sendo um desafio para o Brasil e para os demais países condôminos chamados de *amazônicos*.

O desafio existiu no passado, persiste no presente e, ao que tudo indica, prosseguirá no futuro. Assim, as metas de integrar a região ao resto da Nação e incentivar o seu desenvolvimento permanecem como faróis sinalizadores das políticas de Governo. O tempo, porém, agregou novos obstáculos aos óbices e fatores adversos exis-

tentes. As pressões internacionais, pertinentes ou não, lícitas ou acobertadas por intenções espúrias para tolher o desenvolvimento do País, realmente existem e são elementos que não podem ser desprezados no estabelecimento de estratégias para a consecução das políticas estabelecidas.

Na atual quadra, a preocupação com o meio ambiente e com as comunidades indígenas adicionaram à questão novos ingredientes, tornando mais árdua a formidável tarefa, pois a formulação e execução de uma estratégia para a região, naturalmente, tran-

* General-de-Brigada. Presidente do Instituto Político-Estratégico Brasileiro (IPEB)

¹ Colaboração da ECEME.

sitam na conciliação dos vetores de internacionalização e de integração nacional.

Apesar da constatação de que, ao longo dos anos, foram formuladas políticas bem definidas para a integração e o desenvolvimento da Amazônia, pode ser questionada a lucidez das abordagens efetuadas até o presente, isto é, a adequação das estratégias empregadas.

A política, como arte de governar, fixa objetivos, que só poderão ser atingidos mediante emprego dos meios existentes.

A estratégia, como arte de aplicar o poder, atualmente é a arte generalizada de políticos, economistas, militares, sociólogos e, como sabemos, é o como fazer, é a inteligência aplicada numa disputa.

Subentende-se, portanto, a existência de meios que possam ser ativados para o êxito da empreitada. Logo, é necessário dispor de força, de capacidade, enfim, de poder, para atingir as metas visualizadas. O poder advirá da somatória das expressões política, econômica, psicossocial, militar e tecnológica existentes, sendo, em última análise, a soma dos recursos materiais e valores psicológicos de que dispõe o Estado para alcançar seus objetivos. Salienta-se a preocupação com os valores psicológicos, inúmeras vezes ausentes e, desse modo, patrocinadores de retumbantes fracassos, pois representam a falta efetiva de vontade quando, no presente caso, é impositiva a existência de tenaz *vontade política* para o êxito de qualquer empreendimento.

A aplicação do poder necessita de planejamentos estratégicos pertinentes, inclusive o emprego da Inteligência. É a *Inteligência estratégica*, que não pode ser alijada

do processo, pois é ela quem vai escolher as ações mais adequadas e os projetos e empreendimentos mais compatíveis, principalmente na região onde são grandes as limitações, seja de espaço físico, limitado por áreas indígenas, áreas de proteção ambiental e corredores ecológicos, seja pela preservação geral do meio ambiente.

No contexto visualizado, deve ser promovida a ocupação seletiva da região, evitadas as migrações rurais e urbanas para os grandes centros², mediante a criação de pólos de desenvolvimentos que, distribuídos pela região, permitam sua ocupação equilibrada e que proporcionem ao homem, não apenas condições de sobrevivência, mas de melhoria do seu padrão de vida. Isso significa incrementar o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento dos recursos humanos.

Tais fatores são limitadores ou indutores das estratégias a serem empregadas, visto que elas são a própria escolha dos meios, que depende da confrontação entre as vulnerabilidades e as nossas possibilidades. O planejamento estratégico consiste num jogo de avaliações constantes entre os fins e os meios que, ao ser concluído, deverá apontar as ações a serem desenvolvidas, por intermédio de empreendimentos estratégicos.

A AMAZÔNIA

A Amazônia, que ocupa 7 milhões de km², é constituída pela Bacia Amazônica e coberta pela floresta tropical úmida. Essa imensa área é comum ao Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Guiana, Suriname e ao Departamento Ultrama-

² Manaus concentra 70% da população do Estado do Amazonas.

rino da Guiana Francesa, por isso chamados Países Amazônicos.

A floresta está situada entre os paralelos 15° e 30° de latitude sul. A chamada *Pan Amazônia* está distribuída sobre uma área de 7.275.000 km² e possui algumas centenas de milhões de microorganismos. Nela, somente um hectare pode conter mais de 200 espécies de árvores.

A temperatura média, no inverno, é de 24° C e, no verão, de 33° C. As chuvas são abundantes, aproximadamente 3000 mm³ por ano, mantendo a umidade do ar entre 88 e 98%.

A área amazônica não é uniforme, apresenta uma diversidade de flora e fauna que, associada ao seu relevo, hidrografia e vastidão, tem tornado seu desenvolvimento extremamente difícil. A escolha de áreas a serem desenvolvidas, com efetivos esforços de integração e pesados investimentos, impõe-se como fundamental.

A Amazônia legal tem como características gerais: ocupar 1/20 da superfície terrestre, 2/5 da área da América do Sul, 3/5 da área nacional; possuir 1/5 do total da água doce disponível no mundo, 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas; ser o maior banco genético e a maior fonte de produtos para a indústria farmacêutica no mundo; ser também a mais vasta província mineralógica do planeta, inclusive com minerais estratégicos de terceira geração (urânio, titânio, nióbio etc.).

A bacia hidrográfica tem como principal elemento o Rio Amazonas, com cerca de 200 afluentes principais nos dois hemisférios, que cruzam a região em todas as direções.

O Rio Amazonas tem suas nascentes nos Andes e corta a região de oeste para leste, até o Oceano Atlântico, onde deságua com uma descarga de aproximadamente 200.000 m³ por segundo. No seu trajeto, cumpre um percurso de 7.000 km, dos quais 3.200 no Brasil, sendo navegável até Iquitos, no Peru. (3.580 km).

Distribuída por nove países, sua vasta floresta representa um *eldorado* a ser explorado. Presente nas vá-

rias fronteiras, é um obstáculo natural de considerável importância, e sua porção em cada país torna a região de incalculável valor estratégico para toda a América do Sul.

A dificuldade de países amazônicos para inserirem sua porção no contexto nacional de cada um deles tem demonstrado a magnitude dessa tarefa.

A importância da região, portanto, não decorre apenas de sua posição estratégica e de sua formidável dimensão, mas também da sua condição como fonte de recursos naturais, alguns escassos em outras partes do mundo.

Seu potencial econômico é reconhecido. Estudos confirmam sua imensa ri-

A Amazônia legal tem como características gerais: ocupar 1/20 da superfície terrestre, 2/5 da área da América do Sul, 3/5 da área nacional; possuir 1/5 do total da água doce disponível no mundo, 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas; ser o maior banco genético e a maior fonte de produtos para a indústria farmacêutica no mundo; ser também a mais vasta província mineralógica do planeta, inclusive com minerais estratégicos de terceira geração (urânio, titânio, nióbio etc.).

queza mineral³. No aspecto militar, avulta como obstáculo natural, tornando difícil qualquer ação envolvendo grandes efetivos.

Nada mais natural que seus países condôminos busquem a formação de organismos regionais, como o Pacto Amazônico, para promover seus interesses e mesmo contrapor-se às pretensões políticas e econômicas adversas orquestradas no contexto internacional.

O Pacto Amazônico foi assinado em julho de 1978. Era um pacote de intenções estabelecido sob a desconfiança de alguns países, que acreditavam que o mesmo sinalizava, à época, o imperialismo brasileiro. Efetivamente, não alcançou os resultados esperados, não promovendo a ocupação dos espaços intermediários, um de seus principais objetivos.

Em 1989, foi assinada a *Declaração de Manaus*, com a finalidade de retomar, em bases mais sólidas e planejadas, as metas do Pacto Amazônico.

O Rio Amazonas foi descoberto por Francisco Orellana, em expedição empreendida, inicialmente, por Gonçalo Pizarro, a partir de suas nascentes andinas até a foz, onde chegou Orellana em 1542.

O início da exploração e colonização da foz ocorreu após a fundação do Forte do Presépio, em Belém, pelos portugueses, em 1616.

Em 1637, com a união das coroas portuguesa e espanhola foi criada a Capitania do Cabo Norte (Amapá). O capitão Pedro Teixeira, o mais destacado explorador da Amazônia, no mesmo ano, come-

çou a reconhecer o rio, chegando com sua expedição, até Quito (Equador).

Ao longo dos séculos XVII e XVIII foram construídas na área, pelos portugueses, principalmente na foz, para proteger a região contra as incursões de franceses, holandeses e ingleses, 37 fortificações, dando origem às cidades de Macapá, Óbidos, Santarém, São Gabriel da Cachoeira, São José do Marabitanas, São Francisco Xavier de Tabatinga, Santo Antônio do Gurupá, Príncipe da Beira, São José da Barra do Rio Negro (Manaus) e São Joaquim do Rio Branco.

A Amazônia brasileira constitui a porção setentrional do território nacional, com uma superfície de 3.500.000 km² (42% do país). Sua extensa bacia hidrográfica, com densa cobertura vegetal, com apenas 18 milhões de habitantes, caracteriza uma preocupante rarefação demográfica.

A Amazônia legal foi instituída em 1956, para fins de planejamento e distribuição de investimentos, envolvendo os estados do Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Amapá, Roraima, parte do Maranhão, do Tocantins e do Mato Grosso, abrangendo uma área de 5 milhões de km² (58% do território nacional). A Amazônia legal possui 12% da população brasileira e contribui com apenas 5% do PIB nacional.

Na área vivem cerca de 135 mil índios (62% do total de indígenas brasileiros), ocupando 240 áreas demarcadas, 228 não demarcadas, perfazendo um total de 82.544.163 hectares, cerca de 10% do território nacional. Cada índio brasileiro tem, em média, direito ao uso de 400 hectares.

³ Manganês, ferro, nióbio, ouro, diamante, cassiterita, tantalita, bauxita, molibdênio, etc.

São muitos os fatores que, isolados ou em conjunto, têm dificultado os esforços para efetiva integração da Amazônia aos centros de poder e ao desenvolvimento nacionais. São dificuldades comuns que estão presentes, com intensidades diferentes, em cada país. Ressaltam-se, como adversos:

- o imenso e diversificado espaço geográfico, as grandes distâncias, dificultando as ligações, a precária rede viária predominantemente fluvial, o reduzido uso da rede fluvial que oferece boas condições de navegabilidade;

- a densa floresta tropical, obstáculo natural que torna difícil o acesso e a permanência do homem na região;

- as condições ambientais favorecendo a proliferação de insetos e de várias doenças tropicais;

- o contrabando e os descaminhos, principalmente do ouro, causando evasão de riquezas, por falta de controle e fiscalização das áreas de garimpo;

- a extração ilegal de madeira (5 milhões de árvores/ano);

- a exploração mineral ilegal, a região possui diversos minerais, alguns em áreas indígenas, que são invadidas por garimpeiros e mineradoras. A exploração, realizada sem planejamento, atraiu para a região cerca de 300 mil garimpeiros na década de 1980 cuja ação legal causou danos à natureza (desmatamento, desertificação do solo, assoreamento e poluição dos rios e igarapés) e às tribos indígenas, transmitindo doenças, e con-

tribuindo para a desorganização socioeconômica da região. Além disso, garimpeiros cruzam as fronteiras, gerando incidentes diplomáticos com a Venezuela, Colômbia, Bolívia e a Guiana Francesa.

- as pressões sociais decorrentes do surgimento de conflitos entre garimpeiros e mineradoras, mi-

neradoras e índios e entre garimpeiros e índios, e da ocupação desordenada do espaço são outros focos perturbadores da estabilidade socioeconômica regional;

- o narcotráfico, envolvendo a plantação e a exploração da

maconha e da coca na Colômbia, na Bolívia e no Peru, e o uso de áreas no Brasil e na Venezuela como rotas para distribuição de drogas;

- a guerrilha na Colômbia, usando as facilidades para cruzar fronteiras de um país para o outro, e sua ligação com o tráfico de drogas aumentam o problema e constituem uma preocupação para o Brasil;

- recursos financeiros insuficientes para a implementação e continuidade de projetos, recursos muitas vezes mal empregados, ou usados de forma descontrolada, quando não desviados;

- falta de infra-estrutura social, principalmente na área de saúde;

- falta de vontade política: a ausência do Estado, a diversidade de entidades envolvidas, a falta de planejamentos conjuntos e coordenados, provocando descontinuidade na execução de planos ou programas;

Na área vivem cerca de 135 mil índios (62% do total de indígenas brasileiros), ocupando 240 áreas demarcadas, 228 não demarcadas, perfazendo um total de 82.544.163 hectares, cerca de 10% do território nacional. Cada índio brasileiro tem, em média, direito ao uso de 400 hectares.

- população rarefeita e difusa (1,6 hab/km²), pobre e de baixa capacitação profissional;

- precariedade da infra-estrutura energética, inibindo o estabelecimento de programas e projetos, apesar de a área possuir grande potencial hídrico;

- ação predatória do homem: garimpeiros e madeireiros que, com sua ação ilegal e sem controle, causam danos ao meio ambiente, devastam a floresta com as queimadas e a derrubada indiscriminada de árvores;

- presença de organizações não governamentais (ONGs) estrangeiras, nem sempre realizando o que divulgam e que, às vezes, substituem a presença do Estado, normalmente sem qualquer controle.

- disseminação de áreas indígenas, com índios de diferentes tribos que desconhecem limites fronteiriços. Estão situadas na região 83% das reservas indígenas do Brasil. Essas reservas ocupam cerca de 12% do Acre, 22% do Amazonas, 7,85% do Amapá, 20% do Pará, 17,25% de Rondônia, 57,27% de Roraima e 7,25% de Tocantins;

- pressões internas e externas, visando a interesses nem sempre legítimos que exploram a ausência ou deficiência de ação governamental em diversas áreas e setores como pretexto para justificá-las. A importância da Amazônia vem sendo exacerbada em nível internacional, com propósitos ditos idealistas e metas obscuras. Para muitos brasileiros, por trás do discurso idealista se escondem interesses, nem sempre legítimos, que retiram do país a possibilidade de integrar e desenvolver a região. Seja para impedir ou limitar a ação do Estado brasileiro, a importância da Amazônia tem sido levada a patamares que a sinalizam como vital para

a humanidade, desafiando os limites da soberania do país. Na medida em que o Governo não consegue efetivar suas políticas e se mostra incapaz de impedir os danos ao meio ambiente, alimenta a idéia de sua incompetência para administrar o valioso patrimônio que é a Amazônia.

EMPREENDIMENTOS ESTRATÉGICOS NA REGIÃO

A primeira fase das atividades econômicas da região amazônica foi marcada pelos ciclos extrativistas, dos quais destaco os da borracha, da castanha, da juta, da pesca e do garimpo no leito dos rios.

A segunda fase ocorreu a partir de 1953, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização e Estruturação da Amazônia (SPEVEA) e com medidas que se seguiram na década de 1960. Foram criados o Banco da Amazônia S/A (BASA), a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em substituição à SPEVEA. A segunda fase prosseguiu, através do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (1º PND) durante a expansão econômica do País, quando surgiram o Programa de Integração Nacional (PIN), o Pro-terra, a rodovia Transamazônica (Boca do Acre/AM - Estreito/MA), a Cuiabá - Santarém (BR-163) e a Porto Velho - Rio Branco (BR-364). Com o 2º PND, foram criados o Polamazônia (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), o Projeto Carajás, a Albrás-Alunorte, a Alcoa, o Projeto Jari, as Centrais Elétricas de Tucuruí (PA), Samuel (RO) e Balbina (RR), empreendimentos, cuja tônica era a integração da região. Na época, foram de-

envolvidos megaprojetos agropecuários, governamentais e privados, e um sem-número de empreendimentos menores; foi desencadeada a abertura de estradas e outros grandes projetos de mineração e produção de energia. É significativo o estabelecimento do Projeto Radar da Amazônia (RADAM), em 1970, para realizar o levantamento científico dos recursos minerais.

Essa fase, segundo a visão geopolítica de *integrar para não entregar*, deu origem a programas de grande envergadura, voltados para a criação de uma infra-estrutura e programas de colonização e desenvolvimento econômico, como a Polamazônia, basicamente orientados para manter a segurança e a soberania nacionais, a fim de evitar uma possível intervenção estrangeira.

Na prática, os resultados foram a ocupação desordenada da região, a agressão ao meio ambiente e a falência dos megaprojetos devido à descontinuidade em sua execução, o comprometimento da implantação de eixos rodoviários pela falta de seu prosseguimento e de manutenção adequada dos trechos concluídos. Foram destaques as ações de garimpeiros ilegais e o garimpo de Serra Pelada (*boom* em 1979), que sublinhavam o descaso do homem para com a natureza e salientavam a falta de ação efetiva do Governo, ao ser constatada a falta de planejamento e controle em tais atividades.

A década de 1980 foi de acusações pelos erros anteriores, época de polêmicas e controvérsias, em que, alegando ser a Amazônia um patrimônio da humanidade, algumas nações do Primeiro Mundo questionavam abertamente a soberania do Brasil sobre área tão sensível.

Ao término da segunda fase, praticamente assistimos ao engessamento da Amazônia, coberta de limitações promovidas por pressões externas e internas, fazendo coro: governos e ONGs que empunharam bandeiras em defesa do meio ambiente e das tribos indígenas e que contaram com o apoio maciço da mídia.

Apesar da gama de acusações contra as más conseqüências percebidas, a verdade é que grande parte da infra-estrutura atual, que está aquém do planejado, é fruto daquela época.

Os projetos Trombetas (Pará), Jari, Carajás, Tucuruí, os portos de Santarém e Manaus, o Complexo Mineral de Oriximiná, a Zona Franca de Manaus, o Complexo Petrolífero de Urucu, o Projeto Calha Norte, a implantação de diversas rodovias e a visão do desenvolvimento polarizado, com esforço em Manaus e Belém, bem como a preocupação com o aumento da presença do Estado⁴, por meio da criação de territórios, são testemunhos eloqüentes do esforço despendido, mas que, em termos práticos, beneficiaram muito pouco a população amazônica.

A fase atual, iniciada a partir de 1989, com a assinatura da *Declaração de Manaus*, já privilegiava o início de uma nova abordagem, devido aos ensinamentos colhidos no passado. A percepção da importância da ligação Manaus - Caracas (BR -174) e a preocupação em aumentar a disponibilidade energética da área, pela compra de excedentes da Venezuela (Complexo Hidrelétrico de Guri/Macáguas para Roraima) e a comercialização do gás natural de Coari (AM) enfatizam o novo enfoque.

⁴ Programas Nossa Natureza e de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira Ocidental.

Atualmente, existe a consciência de que não há um modelo de desenvolvimento específico para a Amazônia e que qualquer plano a ser implementado na região deve considerar: a extensão e a diversidade da área, pois a mesma é um mosaico de solos, de climas, de vegetações, de biodiversidade e de disponibilidade de recursos naturais; a população rarefeita, desigualmente distribuída, e concentrada nas cidades ribeirinhas; a necessidade de ser implantada uma política para o meio ambiente, que concilie a preservação dos estoques genéticos com as necessidades básicas dos países em desenvolvimento e o interesse econômico das grandes nações industrializadas; o meio físico como o maior obstáculo; a imensa fronteira seca (11.560 km) como uma área instável e altamente vulnerável; as dificuldades de transporte e comunicações; a escassez de recursos financeiros; as deficiências na oferta de energia; a debilidade numérica ou incapacidade das bancadas legislativas dos estados amazônicos junto ao Congresso Nacional; elites pequenas, escassez de capital local, falta de mão-de-obra especializada, deficiências da infra-estrutura social, particularmente no setor de saúde.

Concluindo, pode-se constatar que a Amazônia não pode ser tratada como um todo, mas por partes. O Estado, mais do que empreendedor, deve ser indutor da iniciativa e da participação da iniciativa privada. Não bastam linhas gerais de ação; são

A Amazônia não pode ser tratada como um todo, mas por partes. O Estado, mais do que empreendedor, deve ser indutor da iniciativa e da participação da iniciativa privada. Não bastam linhas gerais de ação; são necessários planos e programas bem definidos, dentro de prioridades, consideradas as reais possibilidades. Eles devem ser dimensionados no tempo e no espaço, com a certeza de que os resultados somente ocorrerão a médio e longo prazo.

necessários planos e programas bem definidos, dentro de prioridades, consideradas as reais possibilidades. Eles devem ser dimensionados no tempo e no espaço, com a certeza de que os resultados somente ocorrerão a médio e longo prazo.

Pode-se, a partir de uma visão estratégica global, estabelecer planos regionais para sub-regiões que poderão no futuro interligar-se. A implantação por sub-regiões impõe a sua divisão em áreas estratégicas, identificando-se, em cada uma, suas peculiaridades e as possibilidades produtivas.

O propósito básico está direcionado para a ocupação racional e dirigida e para a capacidade de sustentação das comunidades. Para isso, preconiza-se a ocupação adequada, em áreas que promovam uma regular distribuição populacional e propiciem a execução de atividades produtivas, preservando o meio ambiente. Em decorrência, além do crescimento normal advindo, visualiza-se uma melhoria na condição de vida da população.

O PROGRAMA CALHA NORTE

O PCN é um programa básico de integração nacional que foi criado, em 1985, para promover o desenvolvimento da Amazônia setentrional brasileira, de economia primária e rudimentar, baseada no extrativismo e na agricultura de subsistência, a partir de uma avaliação político-estratégica da região

situada ao norte dos rios Amazonas e Solimões. A calha desses rios tende a dissociar a região considerada do restante do território nacional, tornando ainda mais crítico o distanciamento dos centros de poder locais – Manaus, Macapá e Boa Vista – dos centros de poder nacionais.

O estudo definiu, na área, três espaços diferenciados: o primeiro, com 150 km de largura, considera o arco fronteiriço que vai de Tabatinga (AM) até o Oiapoque (AP). O segundo, definido pela orla ribeirinha dos rios Solimões e Amazonas, e seus principais afluentes, e o terceiro, a *hinterlândia*, constituído dos espaços interiores limitados pelos dois primeiros.

A região com 7,4 mil km de fronteiras limita-se com cinco países e a Guiana Francesa. Possui uma população em torno de 2,7 milhões de habitantes e abriga cerca de 25% da população indígena do país. Ocupa uma área de 1,4 milhão km².

A imensidão da área e a dimensão amazônica de seus problemas demandaram o estabelecimento de prioridades. Assim, elegue-se a *faixa de fronteira* como prioritária, tendo em vista a manutenção da integridade territorial

O PCN objetiva promover, por meio de projetos especiais, o aumento da presença brasileira na área, inclusive militar, o incremento das relações bilaterais com os países vizinhos, o fortalecimento das ações do Governo para beneficiar as populações indígenas (incentivo às ações da FUNAI) a intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes e a ampliação da infraestrutura viária e da oferta de recursos sociais básicos.

O Governo pretende desenvolver na região, nas próximas décadas, através de ações

integradas de desenvolvimento sustentável, um esforço bem articulado, no qual o PCN atuará como agente catalisador e aglutinador de decisões e ações, orientadas por diretrizes estratégicas que ensejem uma visão coerente e compartilhada do futuro regional, conforme estudo elaborado pelo Professor Roberto Cavalcanti de Albuquerque, do Instituto Nacional de Altos Estudos do Rio de Janeiro. Para isso, pretende empenhar, de um lado, a esfera pública (União, estados e municípios) e, de outro, a iniciativa privada.

SIPAM/SIVAM

O Projeto do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) é um empreendimento estratégico interministerial, criado em setembro de 1990, com o objetivo de promover a integração e a coordenação das ações governamentais e assegurar a implementação de políticas e estratégias concebidas para a Amazônia, otimizando as ações para incentivar o crescimento econômico, segundo um desenvolvimento sustentável e preservando o meio ambiente.

Suas áreas de atuação serão a proteção ambiental, o controle da ocupação e uso do solo, a vigilância e o controle das fronteiras, o combate às atividades ilícitas, a prevenção e controle de endemias e epidemias, a proteção das terras indígenas, a vigilância e o controle do tráfego aéreo e o apoio à navegação fluvial.

Para viabilizar o SIPAM, foi criado o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), que é um sistema integrado de radares e sensores de vigilância e que visa a combinar radares e redes de telecomunicações.

O elemento básico do SIVAM é a informação, através da integração de uma

rede de telecomunicações e o controle do espaço aéreo, utilizando um sistema de radares primários e secundários, sendo 19 radares fixos, 8 móveis, 8 aviões com sensores e 4 aviões com laboratório.

O SIVAM, como infra-estrutura técnica e operacional do SIPAM, serve para o monitoramento de radiotransmissores clandestinos e de embarcações, para apoiar a navegação fluvial e aérea e explorar as facilidades de radiogoniometro. São utilizados satélites radares fixos e móveis e aeronaves com sensores.

O SIVAM é composto por três Centros Regionais de Vigilância (Manaus, Belém, Porto Velho), ligados ao Centro de Coordenação Geral (Brasília). Cada Centro Regional conta com uma Unidade de Vigilância (UV), Unidades de Vigilância Transportáveis (UVT) e Unidades de Telecomunicações (UT). Em Manaus, estão instalados um Centro de Apoio Logístico (CAL) e um Centro de Vigilância Aérea (CVA).

CONCLUSÃO

A história da Amazônia tem sido pontilhada por equívocos estratégicos quanto à abordagem mais efetiva para o seu desenvolvimento. Na seqüência das ações a serem empreendidas, a integração é prioritária. No prosseguimento, está prevista a montagem da infra-estrutura que viabilizará o seu desenvolvimento. São os eixos de deslocamento, estradas e rios, que permitirão as ligações, a entrada e saída de produtos, incentivando a produção e a troca de bens. Contudo, é preciso selecionar áreas por sua vocação econômica, promovendo a implantação de pólos, considerando a capacitação do homem e a preservação do meio ambiente.

O desconhecimento das peculiaridades regionais, bem como a ausência de diálogo entre os diversos setores e a falta de articulação entre os ministérios têm ensejado um sério retardo.

A Amazônia tem sido palco de desencontradas políticas regionais. A implantação de megaprojetos mostrou-se inviável. Ela provoca conhecidos danos ambientais, com conseqüências negativas. Necessitando de considerável quantidade de energia, eles absorviam pouca mão-de-obra, sem garantir o esperado retorno para melhoria de vida da população local.

O Programa Calha Norte ainda depende de substanciais recursos para atingir parte de seus objetivos. O fluxo dos investimentos tem sido descontínuo. Sendo um projeto interministerial, ainda se recente da ausência de diversos setores devido à falta de estrutura logística.

A implantação do projeto SIPAM/SIVAM está atrasada. Ligado a financiamentos externos, espera-se que sua conclusão ocorra no mais curto prazo.

O projeto, quando efetivado, reforçará a defesa e a preservação da Amazônia, o que se almejava originariamente com o Calha Norte. Contudo, mais abrangente que este, sublinhará a presença do Estado brasileiro na região.

Na atualidade preconiza-se a ocupação seletiva e o desenvolvimento sustentável como pilares para que se atinjam os objetivos nacionais na Amazônia.

País de enormes dimensões, o Brasil possui formidáveis desafios e lacunas em diversos setores que somente serão preenchidos com a priorização dos problemas e o desencadeamento de políticas e estratégias efetivas. ●



Intercâmbio militar nas relações Brasil – África do Sul

*Hélio Fernando Rosa de Araújo**

RESUMO

Extrato de monografia elaborada por exigência curricular para fins de obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. O texto descreve a pesquisa documental, realizada pelo autor, visando a caracterizar a tese de que, nos estamentos militares do Brasil e da África do Sul, residem grandes possibilidades de relacionamento capazes de incrementar a interação dos dois países em outras expressões do poder nacional.

PALAVRAS-CHAVE

África do Sul, relações bilaterais, intercâmbio militar.

Brasil e África do Sul ocupam, em seus respectivos continentes, posições de liderança política, econômica e social. Tal destaque é respaldado por uma estrutura militar que garante a estatura político-estratégica desses Estados.

A África sempre foi prioridade para o Brasil em sua política externa, mesmo quando os discursos oficiais não o revelavam. Seria impossível desconsiderar que a proxi-

midade geográfica, além dos laços étnico-culturais, nos impõe atribuir maior importância àquele continente.¹

Ao analisar-se a história das relações entre esses dois países, desde janeiro de 1948, quando foram inauguradas, percebe-se que a política externa brasileira transitou por objetivos que se alternavam entre si, caracterizados pela busca de vantagens econômicas, pela construção de uma parceria geoes-

* Major de Artilharia e Estado-Maior.

¹ A partir de 1972, por influência do Chanceler Mário Gibson Barbosa, a África passou a ser mais intensamente estudada, com o intuito de identificar novos parceiros para o Brasil. A África do Sul despontou como país de elevada prioridade para o aprofundamento de relações comerciais, inauguradas ainda no final da década de 40 do século XX. Um grande óbice, porém, surgiu com a política de segregação étnica conhecida como *apartheid*.

tratégica no Atlântico Sul e pela afirmação de valores humanistas consagrados na Carta das Nações Unidas, e na própria experiência multirracial da sociedade brasileira. Além disso, a tensão e o constrangimento caracterizaram esse relacionamento, até o início da década de 90 do século passado, quando o regime aparteísta teve fim.

O desmantelamento do regime de segregação étnica e a instauração de uma democracia não-racista na África do Sul inauguraram uma nova fase de relacionamento com o Brasil, visando à obtenção de expressivas vantagens para ambas as nações, em todas as expressões do poder.

Diversos autores, em farta literatura, atestam os benefícios dessas relações, em face das potencialidades econômico-financeiras, das afinidades étnico-culturais e dos propósitos de maior conquista de espaço político no cenário internacional dos atores em questão. É o que comprovam a professora Therezinha de Castro, em sua obra *África: Geo-história, Geopolítica e Relações Internacionais*, os professores Amado Luis Cervo, em *História da Política Exterior do Brasil*, José Flávio Sombra Saraiva, em *O Lugar da África: A Dimensão Atlântica da Política Externa Brasileira* e Paulo Cesar Souza Manduca, em *África do Sul: Muitos Nós a Desatar*, diversos especialistas em relações internacionais, na obra organizada por Samuel Pinheiro Guimarães, em *Brasil e África do Sul – Riscos e Oportunidades no Tumulto da Globalização*, além dos diplomatas Mário Vilalva e Irene Vida Gala, em *Relações Brasil-África do Sul: Quatro Décadas Rumo à Afirmação de uma Parceria Democrática*.

A maior motivação para a pesquisa, transformada em principal justificativa

pelo autor, foi a suposição da existência de um universo com largo espectro de possibilidades para o intercâmbio entre Brasil e África do Sul, na expressão militar, haja vista o nível de sofisticação tecnológica das Forças Armadas daquele país e a qualidade de sua indústria de material de emprego militar.

Ao longo de todo o trabalho de pesquisa, o objetivo foi comprovar a viabilidade dessas relações, propondo o seu incremento, a começar pela expressão militar.

O método utilizado, prioritariamente, foi a pesquisa documental. Foram pesquisadas mais de 1000 páginas de almanaques, ensaios, folhetos, livros, monografias, relatórios, resenhas e revistas especializadas. Complementarmente, foram realizadas sete entrevistas com diplomatas e oficiais das Forças Armadas brasileiras que estiveram em serviço na África do Sul, no período de 1994 – 2000, além de um oficial do Exército sul-africano.

Os resultados obtidos comprovaram a viabilidade do aumento das relações e que, particularmente no estamento militar, as negociações em torno de material de emprego militar são as questões passíveis de aprofundamento, além de cooperações em áreas como doutrina de Forças de Paz.

Verificou-se, ainda, que parte das dissonâncias sociais presentes em ambas as nações poderão ser diminuídas mediante incremento do intercâmbio em outras expressões do poder nacional, sobretudo nas áreas econômica e tecnológica.

MATERIAL E MÉTODO

O material e o método utilizados na pesquisa em tela serão descritos a seguir.

Material

O estudo para a pesquisa realizada teve como base, além das fontes relacionadas, ao final do artigo, como Referências Bibliográficas, os seguintes documentos:

- *Almanaque Abril 2002*, da editora Abril;

- ensaio *Relações Brasil - África do Sul: Quatro Décadas Rumo à Afirmação de uma Parceria Democrática*, editado pela Universidade de Brasília e de autoria dos diplomatas Mário Vilalva e Irene Vida Gala;

- entrevistas: com os diplomatas Irene Vida Gala e Cláudio Pollis, da Divisão da África II, do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, em dezembro de 2001; com o Coronel Haroldo Assad Carneiro, primeiro oficial do Exército Brasileiro a realizar o Curso de Altos Estudos Militares (CAEM) na África do Sul, em dezembro de 2001; com outros dois oficiais que também realizaram o CAEM naquela nação amiga, o Coronel Martin Bezerra de Moraes, da Força Aérea Brasileira, em maio de 2002 e o Tenente-Coronel Lauro Luis Pires da Silva, em dezembro de 2001; com o Coronel Milton Ferraz Hennemann, adido do Exército e Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil em Pretória até março de 2000, também em dezembro de 2001; com o Tenente-Coronel Koos Malooi, Adido das Forças Armadas junto à Embaixada da República da África do Sul em Brasília, ainda em dezembro de 2001, e com o Major Chamon Malizia De Lamare, oficial que realizou o Curso de Inteligência Militar no Exército da África do Sul, em maio de 2002;

- livro *África: Geo-história, Geopolítica e Relações Internacionais*, editado pela

Biblioteca do Exército e de autoria da professora Therezinha de Castro;

- ofício com a análise das relações políticas e econômicas com a África do Sul, 1965, Itamaraty;

- texto das palestras *A Inserção da Marinha no Cenário Brasileiro Atual*, ministrada na Escola de Guerra Naval pelo Almirante Mário Cesar Flores;

- *Resenha de Política Externa 1966*, editada pelo Ministério das Relações Exteriores.

Método

O método mais adequado para esse tipo de trabalho pareceu, ao autor, ser a pesquisa documental, haja vista a grande quantidade de fontes disponíveis, complementada por entrevistas que permitiram quebrar a aridez da literatura formal.

A pesquisa nos livros de história e de relações internacionais, além dos relatórios expedidos pelo MRE, permitiu desenvolver idéias sobre as possibilidades das relações bilaterais nas expressões políticas, econômicas e científico-tecnológicas.

Os relatórios do Estado-Maior do Exército Brasileiro e do Ministério da Defesa embasaram as principais idéias e conclusões relacionadas com a expressão militar, fulcro da pesquisa.

As entrevistas visaram a agregar experiências úteis de quem é autóctone ou prestou serviços ao Brasil naquele país africano.

Com os diplomatas, buscou-se obter uma visão geral do relacionamento entre os dois Estados, destacando suas principais premissas. Com os oficiais que realizaram cursos na África do Sul e desempenharam missões ligadas à *diplomacia militar*, obteve-se a descrição da realidade militar

sul-africana, e foram ouvidas as opiniões sobre as perspectivas de incremento de ligações nesse setor. Com o oficial que atualmente é Adido das Forças Armadas sul-africanas no Brasil, foram obtidas informações sobre a capacidade da indústria de material de emprego militar de seu país e suas intenções de comércio com o Brasil, tendo sido possível constatar a possibilidade de entendimentos nessa área.

RESULTADOS

Da aplicação metodológica descrita chegou-se aos resultados que serão a seguir apresentados.

Na expressão política

As relações do Brasil com a África do Sul, no campo político, estão em ascensão, se considerada a fase pós-aparteísta. A consecução dos objetivos de cada governo, em todas as expressões do poder, dependerá da consistência das ligações políticas desses atores, como sempre moldadas pelos interesses.

Em função disso, foi possível constatar os principais interesses políticos brasileiros nas relações com a África do Sul:

- obtenção de apoio sul-africano para a conquista brasileira de assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Entende-se que a opinião da África do Sul, pelo continente africano, tenha peso específico, dadas as condições relativas de desenvolvimento econômico já alcançadas por essa nação;

- cooperação e trocas de informações na implementação de políticas de ação afirmativa para o serviço público que, na

África do Sul, está vigorando desde abril de 1998, visando a permitir o maior ingresso de minorias étnicas e de portadores de deficiências físicas nos diversos setores do serviço público; e

- aumento da influência brasileira sobre as nações da África Meridional, atendendo às metas da política externa brasileira para esses países, por meio da consolidação das relações políticas com a África do Sul.

Mesmo que as ligações com o Brasil não recebam a mais alta prioridade, é possível notar o interesse sul-africano nessa aproximação, visando a criar o lastro político necessário para o aprofundamento das relações em outras áreas.

Na expressão econômica

A economia sul-africana apresenta índices que são altamente atraentes ao mercado brasileiro. É a maior e mais avançada economia do continente africano, com um Produto Interno Bruto (PIB) quatro vezes maior que o do Egito, seu concorrente mais próximo no continente.

Daí poderão surgir os interesses brasileiros nesse relacionamento, assim expostos:

- estabelecimento de uma política de exportação para a África do Sul, com base nas necessidades mais expressivas da pauta de importação daquele país – máquinas e equipamentos, peças para automóveis, caminhões e ônibus, óleo cru, vestuário e produtos têxteis;

- otimização da possível inserção sul-africana no bloco econômico do MERCOSUL, visando a acelerar o fortalecimento desse bloco e sua plena integração com os outros países componentes da Comu-

nidade da África Meridional para o Desenvolvimento (SADC), o que, invariavelmente, conduzirá à formação da Zona de Livre Comércio do Atlântico Sul (ZOLCAS);

- estímulo à expansão das bem sucedidas relações comerciais da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) com os setores interessados sul-africanos; e

- estudo das possibilidades de comércio de material de emprego militar produzido pela indústria sul-africana.

Na expressão científico-tecnológica

Nessa expressão, puderam ser identificados, como óbices mais expressivos: a falta de entendimento mútuo entre as duas comunidades de C&T, a demora na implementação e na ratificação legislativa de acordos bilaterais e de arranjos institucionais e a barreira lingüística.

As trocas tecnológicas, entretanto, parecem possíveis, especialmente nas seguintes áreas: saúde, meio ambiente, agricultura, mineração e indústria manufatureira. Há possibilidades também de cooperação em outras áreas como nos setores aeroespacial, de transportes, de energia, de educação, de telecomunicações e de defesa – este último de capital importância para o Brasil, por se encontrarem num parceiro comercial, detentor de similar porte econômico, meios fabris militares de excelente qualidade, que poderão permitir a manutenção de um ponderável nível de atualização tecnológica na expressão militar brasileira, incluindo-se aí o projeto de construção do primeiro submarino nuclear do Brasil.

A África do Sul interessa-se pelas atividades de produção de aviões de transporte

regional (exatamente os fabricados pela Empresa Brasileira de Aeronáutica – Embraer), de transportes coletivos (ônibus fabricados pela Marcopolo) e geração de energia, sendo próspera em telecomunicações.

Há dois Acordos de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica firmados entre Brasil e África do Sul, um deles aguardando a ratificação do legislativo brasileiro.

Na expressão militar

Da análise da literatura específica, no que tange à expressão militar, foi possível concluir que podem constituir interesses militares brasileiros em relação à África do Sul os seguintes aspectos:

- a atual estrutura do Ministério da Defesa sul-africano, visando ao aperfeiçoamento do modelo brasileiro, principalmente no estabelecimento objetivo de uma Política de Defesa Nacional e na implementação de uma mentalidade de trabalho operacional conjunto nas Forças Armadas brasileiras;

- o estreitamento nas ligações na área industrial de material de emprego militar, uma vez que a produção bélica na África do Sul tem sido bastante satisfatória. Nesse quesito, seriam do específico interesse do Brasil: os blindados (*Ratel* e *Rooikat*), de tração 8x8, para a Infantaria, acompanhados de mísseis antiaéreos; os helicópteros de transporte de pessoal, do tipo *He Oryx* – modelo modificado do AS 330 *Puma* –, ampliando a capacidade de transporte dos atuais meios aéreos do Exército Brasileiro; os materiais de guerra eletrônica, mais baratos se comparados aos adquiridos em Israel; os *softwares* dos exercícios de simulação de combate utilizados

no *Army College*, durante o *Senior Command and Staff Course*, que são de excelente qualidade e foram desenvolvidos em parceria com a Austrália; o obuseiro de 155mm autopropulsado (G-6), que em face de sua extraordinária mobilidade sobre rodas e avantajada capacidade de alongar as trajetórias – com munição assistida é possível atingir-se distâncias que variam de 45 a 56 km –, adquire importância estratégica no emprego da Artilharia; e a participação conjunta em projetos de adaptação de torres de blindados sul-africanos em cascos de blindados brasileiros, por meio da modalidade *joint venture*;

– o estabelecimento de intercâmbios nas áreas de Inteligência, forças especiais, operações em ambiente de selva, pára-quedismo militar e operações de forças de paz; o fortalecimento e a manutenção do acordo da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul; e

– intercâmbios mais frequentes nos cursos nível aperfeiçoamento e estado-maior, mediante rodízio entre elementos das Forças Armadas brasileiras, sugerindo-se a mesma modalidade à África do Sul.

DISCUSSÃO

As estruturas básicas dos órgãos e instituições que exercem a política interna e externa na África do Sul não mudaram significativamente da época do *apartheid* para o *pós-apartheid*. Todavia, a mudança de comportamento vem permitindo o tratamento igual para todos, diminuindo os níveis de tensão social, tão comuns no país antes de 1994.

A figura de Nelson Mandela continua sendo o melhor veículo de diploma-

cia à disposição da África do Sul, alicerçado por um profundo conhecimento da vida política do país, em face de ter, ele mesmo, ocupado a mais alta magistratura da República, até 1999.

Na área internacional, a África do Sul tem mantido excelente relacionamento com os países vizinhos e com os mais distantes. Tal nível de ligação, referendado em promissora estabilidade política, tem-na mantido em posição de destaque e de liderança na África Sub-Saariana, particularmente na África Austral.

A agenda política entre os dois países deve incluir, também, a discussão sobre o meio ambiente. A biodiversidade surge, no momento, como tema de maior expressão e de grande repercussão internacional, também entre Brasil e África do Sul. A Conferência da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, denominada Rio + 10, realizada em *Johannesburg*, de 26 de agosto a 4 de setembro de 2002, foi mais uma oportunidade para brasileiros e sul-africanos, no concerto de outras nações, evidenciarem a capacidade de participar da discussão e discutir os grandes temas de interesse da humanidade, propondo, e também encontrando, soluções para os seus principais problemas.

As deficiências energéticas sul-africanas, mormente o petróleo, podem ser atenuadas com o emprego da tecnologia brasileira, de domínio da empresa exploradora do petróleo, a Petrobrás, abrindo grande possibilidade de geração de divisas para o Brasil.

O atual estágio do setor fabril militar, dadas as condições de suporte econômico e tecnológico do país, permite que as Forças Armadas, particularmente o

Exército e a Força Aérea, mantenham-se com bons equipamentos e em grande superioridade em relação a toda a África Austral. Há sobras fabris passíveis de serem negociadas.

O posicionamento geográfico sul-africano, sua farta infra-estrutura portuária, os adequados sistemas de comunicação e de transportes, valorizados por excelentes vias de ligação terrestre, destacam esse país como porta de entrada para a região do sudeste africano, garantindo eficiente distribuição dos produtos importados para os maiores centros urbanos da área.

Garantir os diversos interesses econômicos do Brasil nessa parte do continente africano é vital para a pretendida projeção internacional brasileira e indispensável para que a África do Sul possa encontrar o caminho de normalidade social pelo qual o seu povo tanto anseia.

A abrangência das possibilidades de estreitamento de laços entre o Brasil e a África do Sul, no que concerne à C&T, faz antever que os benefícios da efetivação dessas relações estender-se-ão a outros setores dessas nações, podendo, inclusive, oferecer soluções úteis ao problema crônico do desemprego em ambos os países, cooperando para a redução da pobreza e da desigualdade social e para a prevenção da criminalidade.

Se, futuramente, o Brasil elencar o domínio da energia nuclear como uma das prioridades nacionais, poderá dispor de efetivo apoio da África do Sul que, desde 1948, domina essa forma de energia, muito embora tenha desativado seu programa em 1996. A desativação, ressalvada melhor visão, não significa perda de domínio da tecnologia, que poderá ser útil,

inclusive, na conclusão dos trabalhos do submarino nuclear da Marinha do Brasil. O diálogo, nesse sentido, mostra-se impositivo, porque implica a defesa, a segurança e a manutenção do Atlântico-Sul, temas dos quais Brasil e África do Sul não podem-se furtar.

O elevado nível tecnológico, adquirido nos últimos trinta anos, tem garantido às Forças Armadas sul-africanas a segurança necessária à manutenção de um bom nível operacional e credencia a sua indústria de material de emprego militar a buscar expandir seus negócios, podendo encontrar no Brasil parceiro certo nesse mercado.

O adestramento militar sul-africano, por causa de restrições orçamentárias, tem sido bastante reduzido, surgindo assim oportunidade para a adoção de métodos mais econômicos, usando meios tecnológicos adequados para o preparo e o emprego militar. Nesse contexto, poderia haver benefício para as Forças Armadas do Brasil que, ao enfrentarem os mesmos problemas, valer-se-iam das opções tecnológicas em uso nas Forças de Defesa Nacionais da África do Sul, como alternativas à falta de adestramento.

Em virtude de sua posição e postura estratégica no contexto da África, particularmente na região Austral, a África do Sul está-se voltando para o treinamento e o emprego de suas Forças de Defesa para missões de paz, tanto do tipo manutenção quanto imposição. Surge, então, excelente oportunidade para a cooperação militar brasileira que, em face dos sucessos obtidos em missões dessa natureza, vem aumentando seu prestígio e servindo de referência às Forças de outros países, inclusive a África do Sul.

A Política de Defesa Nacional (PDN), no que concerne ao poder naval brasileiro, muito bem caracteriza a condição de a Marinha ser a Força Singular em melhores condições de apresentar-se como instrumento de política externa brasileira. Se convenientemente empregada, será capaz de influenciar a opinião pública e as elites dirigentes dos países-alvo, reforçando laços de amizade, garantindo acordos e alianças, persuadindo a adoção de ações favoráveis e dissuadindo as desfavoráveis. Depreende-se disso a importância da manutenção do exercício conjunto das marinhas brasileira, argentina, uruguaia e sul-africana, denominado ATLASUR, realizado a cada dois anos em águas do Atlântico Sul.

No tocante à indústria bélica, não se vislumbra a possibilidade de a Marinha do Brasil manifestar interesse momentâneo por artigos produzidos pela África do Sul, em face da existência de significativas restrições nos próprios meios navais sul-africanos e da inexistência de oferta fabril disponível nesse setor.

Quanto ao Exército Brasileiro, as possibilidades de entrosamento são bastante expressivas, porém com menor caráter estratégico, se comparadas com as da Marinha do Brasil. Estariam restritas, portanto, aos intercâmbios nas diversas atividades (material de emprego militar, inteligência militar, tropas especializadas, cursos, forças de paz e simulação de combate).

A Força Aérea Brasileira, ao que parece, não identifica interesses que a atraiam, na atualidade, no sentido de estabelecer vínculos formais com a indústria bélica sul-africana, notadamente no momento em que busca diminuir o hiato tecnológico de

seus meios, negociando com outras nações. Por outro lado, os intercâmbios de cursos e processos operacionais são de seu interesse, visto que oficiais superiores são designados para o curso de estado-maior naquele país, em revezamento com oficiais do exército brasileiro.

O intercâmbio industrial entre Brasil e África do Sul precisará superar a existência de *amarras* internacionais que inviabilizam a livre comercialização entre as nações, conforme os seus interesses. Isso porque não haverá, seguramente, condições de o Brasil adquirir helicópteros sul-africanos, sem criar problemas com a França ou com os Estados Unidos. Não seria possível pensar na aquisição dos obuseiros G5 ou G6, sem atrito com a Inglaterra, por exemplo. O que isso representaria diante dos Estados Unidos da América, que vendem seus produtos bélicos estabelecendo, antecipadamente, as condições em que os compradores ou arrendatários irão utilizá-los, poderia ser tema de discussão inclusive no meio diplomático.

O Estado brasileiro necessita desenvolver capacidade de negociar e obter vitória nessas questões, por significar exercício autônomo de soberania. Na implementação de medidas de defesa para a segurança, a qualificação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, como área de cooperação, não lhe tem permitido deliberar sobre assuntos de defesa. Entretanto, a inserção no texto legal da coordenação política permite-lhe dar encaminhamento ao desenvolvimento legítimo de aproximações e exercícios conjuntos militares entre as forças armadas da região, visando a promover a capacitação individual dos Estados, tanto para sua própria

defesa, como para a ação coletiva, respeitando compromissos internacionais. Do lado brasileiro seria desejável o patrulhamento conjunto do mar, para resguardar interesses comuns.

O trânsito de navios de guerra norte-americanos equipados com armas nucleares, de submarinos de várias potências e de navios comerciais carregados com plutônio, como observado em 1984 e 1992, constitui exemplo de situações objetivas que atenderiam ao enquadramento cooperativo na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, se dotada de meios militares para a garantia dos interesses dos Estados signatários.

CONCLUSÃO

Nosso propósito foi mostrar que, por meio da aproximação dos estamentos militares, seria bastante facilitada a efetivação das relações bilaterais do Brasil com a África do Sul, uma vez que interesses nessa área geralmente abrem portas às negociações em outras expressões do poder nacional, como a política, a econômica e a científico-tecnológica.

Constatou-se, fruto da investigação, que o universo de possibilidades de relacionamento militar entre os dois países é expressivo, não sendo, todavia, extremamente vasto como se supunha a princípio. Ainda assim, justifica-se um aprofundamento nessas relações, em vista dos benefícios logísticos e operacionais para as respectivas Forças Armadas.

As estruturas militares do Brasil e da África do Sul complementam-se e são compatíveis com a estatura político-estratégica e com os níveis de ameaça vivi-

dos por cada um desses parceiros. Há, entretanto, a necessidade do desenvolvimento e da manutenção de uma mentalidade de integração na aplicação de seus meios militares, visando a alcançar os objetivos de proteção e de garantia da soberania no Atlântico Sul. Para tanto, às Marinhas de ambos os países caberia relevante e fundamental papel nesse processo, por serem as forças que melhor projetam poder.

Haveria enormes vantagens para o Brasil se fossem aproveitadas as inovações tecnológicas da indústria de material bélico sul-africana. Seria a oportunidade de se injetarem meios de tecnologia avançada, notadamente na Força Terrestre brasileira, eliminando-se os hiatos tecnológicos existentes, a custos extremamente compensadores.

O Acordo Geral de Defesa, ora em elaboração no Ministério da Defesa do Brasil por solicitação sul-africana, é, acima de tudo, o melhor argumento que se pode apresentar para comprovar a viabilidade dessas relações bilaterais e o interesse dos Estados - Brasil e República da África do Sul - em tornarem plenas essas ligações.

Influenciado pelo fenômeno da globalização, o mundo atual está a exigir parcerias não só na expressão econômica do poder nacional. A tendência é de se buscar integração também em outras expressões do poder nacional, como a militar por exemplo, conforme pretende a Europa, para dias futuros.

Ao Brasil estará assegurada a condição de *major player*, se assim o desejar, no trato dessas questões de política externa com a África do Sul, em vista da vocação brasileira no campo das relações internacionais. ●

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Ricardo Martins Duarte de. *Áreas de tensão e de cooperação internacionais existentes ou potenciais de interesse do Brasil*. 1993. 101 f. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1993.
- ALBUQUERQUE, Siegfried Stading de. *Áreas de tensão e de cooperação internacionais existentes ou potenciais de interesse do Brasil*. 1993. 53 f. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1993.
- ANDRADE, Virgílio Moretzsohn de. *África, com ênfase nos países de língua portuguesa e Nigéria, Namíbia e África do Sul*. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 10, nº 29, p. 9-31, Dez.1994.
- BADENHORST, Gerhardus Johannes Matthys. *A indústria de materiais de emprego militar na África do Sul*. 1997. 25 f. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1997.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Ofício de análise das relações políticas e econômicas com a África do Sul*. Brasília, DF, 1965.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório de política externa*. Brasília, DF, 1966.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política externa*. Brasília, DF, nº 22, Jul./Ago./Set. 1984.
- CERVO, Amado Luiz; Bueno, C. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Relatório de informações doutrinárias do exterior*. Brasília, DF, 2000.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Brasil. África do Sul – riscos e oportunidades no tumulto da globalização*. Rio de Janeiro: CNPq E IPRI, 1996.
- MANDUCA, Paulo César Souza. *África do Sul: muitos nós a desatar*. *Premissas*, Brasília, DF, nº 12, p. 79-117, Abr. 1996.
- MARTINS, Carlos Estevan. *A evolução da política externa brasileira na década de 64/74*. Rio de Janeiro: Cebrap, 1975.
- PEREIRA, José Maria Nunes. *O Apartheid e as relações – África do Sul*. [s.l.:s.n.], 1984. Conferência de Estudos Afro-Asiáticos.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1996.
- VILALVA, Mário. *A política externa da África do Sul: do isolamento à conveniência*. *Reflexões sobre as relações com o Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1993.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA – Coleção General Benício



A Compreensão da Unidade do Brasil

J. B. Magalhães

O livro trata da problemática da fragmentação da América espanhola e da unidade da portuguesa quando da sua independência. Analisa fatores como a questão geográfica e de administração (a portuguesa mais descentralizada). A formação militar da América portuguesa diante da necessidade de defesa gerou o aparecimento de elementos militares com treinamento específico e o agrupamento dos que tendiam para separação.

A fragmentação do sistema internacional de segurança coletiva e os desafios da segurança latino-americana

*Felipe Kern Moreira**

RESUMO

O presente artigo pretende abordar o fenômeno da fragmentação de um sistema único de segurança coletiva, protagonizado pela Organização das Nações Unidas. As alianças militares regionais como a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN e a Política Externa e de Segurança Comum – PESC, na União Européia, oferecem dados para a reflexão sobre a cooperação estratégica latino-americana com o escopo da manutenção de um espaço democrático.

PALAVRAS-CHAVE

Segurança internacional, cooperação regional.

O presente artigo apresenta uma abordagem multidisciplinar de um tema pouco explorado pelos autores internacionalistas brasileiros, apesar de os temas geopolíticos e de segurança internacional serem de inegável importância estratégica para a política externa brasileira. O presente texto foi objeto de uma palestra proferida quando do X Encontro Internacional de Direito da América Latina (EIDAS), mais precisamente no centro da programação do IX Encontro de Estudantes de Direito do Mercosul, realizado em Florianópolis

em setembro de 2001, três dias antes do ataque terrorista às Torres Gêmeas nos Estados Unidos da América, que levou uma miríade de espectadores desavisados no mundo inteiro a voltarem suas atenções para os paradigmas da segurança internacional.

A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA NA ÁREA DA SEGURANÇA INTERNACIONAL

A produção acadêmica no que tange aos temas de segurança internacional sofreu, juntamente com todo o conjunto das

* Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

matérias de Política Internacional, um aumento considerável na produção e na qualidade de profissionais, o que se estendeu também às instituições que promovem seu estudo. Acentue-se uma tendência a um maior rigor metodológico da escola brasileira, como a fundamentação teórica e implementação de abordagens analítico-interpretativas. No mais, as três principais comunidades que se ocupam das Relações Internacionais no Brasil continuaram as mesmas, apesar das acentuadas mudanças políticas dos acadêmicos, dos militares e dos diplomatas.

No Brasil, a produção em termos de segurança internacional ou geopolítica fica bem aquém, se comparada às escolas econômica, ambiental, de direitos humanos, propriedade intelectual, etc.; o mesmo não ocorre na produção interna de outros países. Em parte, isso se deve à inserção internacional predominantemente pacifista do Brasil – mesmo que de forma nenhuma neutra – em parte, à diluição do papel protagônico dos militares no país, os quais detêm uma parcela significativa da pesquisa nacional na área e, por fim, à continuidade de uma política externa de segurança efetuada, majoritariamente, pelo responsável pela pasta da defesa nacional, sem uma reflexão crítica e concomitantemente mais difusa.

A METODOLOGIA APLICADA

Para desenvolver o presente artigo, considerando a atualidade do tema e a escassez de bibliografia específica disponível, foi necessário um conjunto de méto-

dos para proceder a uma avaliação mais exata dos dados obtidos, bem como para garantir seu objetivo teleológico: a compreensão objetiva por parte de seu apreciador. Entende-se, portanto, que um método único, ou mesmo a sistematização herméutica de algumas metodologias é uma fórmula superada das ciências sociais do século XIX, principalmente após o advento da escola *Kuhniana* que apregoou não poderem ser comparados diferentes argumentos e paradigmas por empregarem diferentes conceitos e sistemas conceituais. Dada a gama de fontes para a presente pesquisa, como a história, sociologia, direito e política, as razões de atração e vigor da abordagem passam a ser múltiplas, devendo incluir uma coerência intelectual, as influências e tendências do senso comum das ciências sociais e a aplicabilidade dos dados à época pesquisada.

Destarte, a metodologia a ser aplicada possui caráter híbrido e há necessidade de se analisarem os dados mediante um conjunto sistemático de métodos, porque há muitos termos que só podem ser utilizados quando em conjunto com outros termos.¹ Como os objetos de estudo serão definidos, relacionados e comparados, dever-se-á adotar uma proporcionalidade dos conceitos jurídicos abordados.

O NOVO PANORAMA DA SEGURANÇA INTERNACIONAL

Inegavelmente, a Segunda Grande Guerra determinou e abriu reais perspectivas para um novo panorama geográfico e estratégico mundial, que só viria a sofrer substanciais mudanças com a queda do Muro de Berlim e o denominado fim da

¹ Kaplan, 1975, 67.

Guerra Fria. De 1939 a 1945, ocorreu o que o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães chamou de *contestação interna à liderança do sistema*², ou seja, matizado por um desequilíbrio global de forças, o novo desenho geográfico-político mundial, a partir de um conceito de países protagônicos, vencidos e vencedores, delineou as novas estruturas de poder mundial.

A Guerra Fria trouxe consigo o problema da contenção do poder soviético. Formulou-se toda uma teoria elaborada pelos norte-americanos e com a qual o nosso país anuiu, *de que a principal função da contenção estratégica da União Soviética tinha de caber, indubitavelmente, à grande potência militar que eram os EUA, sendo o papel das potências militares de menor alcance, como obviamente era o caso brasileiro, o de sustentar internamente a luta contra a subversão*.³ *Desarte, com a formação de dois blocos distintos e hegemônicos, a Guerra Fria é funcional para a manutenção da coesão do bloco e da hegemonia dos Estados dominantes dentro dele*.⁴

Em termos de segurança internacional, o contexto estratégico que permaneceu congelado durante a Guerra Fria fez com que a quase totalidade dos conflitos que envolviam defesa e segurança fossem interpretados sob a ótica da bipolaridade de poder. *A situação sofrerá uma mudança a partir de 1989, quando os conflitos, voltam a ser o que sempre deveriam ter sido:*

localizados e regionais (...) o elemento de contenção representado pelo conflito Leste-Oeste deixa de existir, provocando um maior número de conflitos periféricos.⁵

Um sistema então vigente de segurança coletiva caracteriza-se pelo monopólio centralizado da força no âmbito da ONU, o que é colimado no próprio Preâmbulo da Carta de formação: *a força armada não será usada a não ser no interesse comum*.⁶ A mesma Carta reserva, por sua vez, o uso da força ao Conselho de Segurança, órgão Central das Nações Unidas. Este é, portanto, o cerne de um sistema pragmático de diplomacia preventiva que visa o estabelecimento da paz (*peacemaking*) e manutenção desta (*peacekeeping*).

Estamos historicamente portanto no século XX, com a formação dos primeiros sistemas de regionalização do comércio internacional, com a formação dos primeiros blocos que tiveram sua fase seminal já no século XIX, como o movimento regionalista marcado pela tentativa de estabelecer uma união aduaneira nos Estados Alemães separados, que, naquela época (1813-1815), impunham direitos aduaneiros em trinta e oito fronteiras. Importante registrar desta idéia que a união econômica iria culminar em políticas comunitárias com transferência de soberanias à unidade integrada.⁷ Ademais, prevalecia, quando da formação da CEE na década de 50, uma idéia de segurança coletiva bastante pacifista, centralizada na estrutura da ONU, após a então recente falência do sistema da Liga das Nações, e adstrito administrativamente ao Conselho de Segurança.

Sob a égide de uma análise de política estrutural internacional, o ponto de partida é o do monopólio centralizado da for-

² Guimarães, 2000, pg. 65.

³ Jaguaribe, 1993, pg. 125.

⁴ Halliday, 1999, pg. 190.

⁵ Seintenfus, 1994, 132.

⁶ Mercadante, 1998, 142.

⁷ Maria de Oliveira, 2000, pg. 316.

ça no que diz respeito à segurança coletiva mundial: a ONU. Para a manutenção de uma *Paz Perpétua* como aludiu Kant⁸, a estrutura administrativa da ONU exige um consenso entre os membros permanentes do Conselho de Segurança: este foi e é a limitação inicial do instituto.⁹ Certo é que as Nações Unidas forneceram uma espécie de espaço público internacional que permitiu e tem permitido até hoje, a reunião da comunidade das nações em assembléia para a discussão de problemas que dizem respeito ao futuro da coletividade. É claro que a metáfora democrática aparentemente não resiste a uma análise rigorosa da realidade da política de poder, das intervenções unilaterais e dos privilégios cristalizados no Conselho de Segurança. Certamente, hoje, perseveram os objetivos da ONU formulados em 1945, mas a realização prática é algo completamente distinto, dada a realidade dos conflitos armados e do crescente subdesenvolvimento sistêmico dos países periféricos, sendo a Segurança Internacional um dos prontos de destaque na *agenda* das pretensas reformulações insti-

tucionais emergenciais das Nações Unidas.¹⁰ Neste sentido, a segurança internacional é, hoje em dia, a área mais emergencial de reformulações institucionais, pois é o cerne de toda estrutura político-institucional do pós-guerra.

Ocorre, contudo, que, a partir dos três fenômenos que moldam hoje as relações internacionais, a *globalização*, a *fragmentação* e a *regionalização*¹¹, a noção de uma segurança coletiva universal, que sobrevive há mais de três quartos de século, *não chegou a ser instaurada, nem com base no Pacto da Liga das Nações, nem para a aplicação do capítulo VII da Carta da ONU*.¹² Hodiernamente, em virtude da ampla e estruturada aceitação do monopólio da força por parte da ONU, a comunidade internacional passa a questionar-se sobre a legalidade de uma *fragmentação e regionalização* dos mecanismos de segurança como a Organização do Tratado do Atlântico Norte, principalmente após a intervenção militar em Kosovo¹³.

Considerando o fato historicamente notório de que o parlamento internacio-

⁸ Kant refere-se no primeiro parágrafo de sua obra "Paz Perpétua" à uma inscrição satírica na tabuleta de um hospedeiro holandês, em que estava pintado um cemitério para os homens em geral, ou especialmente para os Chefes de Estado. Na realidade, o autor previu uma liga do tipo especial, denominada Liga de Paz (foedus pacificum), que distinguiria-se de um Tratado de Paz (Pactum Pacis) que visa somente a uma determinada guerra. (Kant, 1989, pg. 41).

⁹ Mercadante, 1998, 139.

¹⁰ "Na área da paz e da segurança, tem-se observado um consenso crescente no âmbito da ONU, quanto à necessidade de se colocarem em prática novas estratégias de prevenção de conflitos. O objetivo de se manter a paz e a segurança se manifesta, atualmente, na forma de um desafio novo, o de atuar de forma consistente sobre as causas estruturais e imediatas dos conflitos. (...) Se no passado a política externa brasileira buscava a autonomia pela distância dos processos dominados pela lógica bipolar, hoje procuramos a autonomia pela participação ativa em todos os tabuleiros em que se desdobram as relações internacionais." Fonseca Jr., Gelson e Belli, Benoni. *Novos Desafios das Nações Unidas: prevenção de conflitos e agenda social* in revista Política Externa, vol. 10, nº 01. p. 59 ss.

¹¹ Seintenfus, 1994, 129.

¹² Mercadante, 1998, 140.

¹³ "...from a strictly legal perspective, the NATO military intervention in Kosovo violated the United Nations Charter in article 53 ["The Security Council shall, where appropriate, utilize such regional arrangements or agencies for enforcement action under its authority. But no enforcement actions shall be taken under regional arrangements or by regional agencies without the authorization of the Security Council...] (Wilets, 2000, 645).

nal mais amplamente aceito é a ONU, estabelecida e fundada sobre os ideais de um sistema mundial de manutenção dos litígios armados internacionais, pergunta-se como ficará toda a estrutura institucional do pós-guerra a partir da coexistência de subgrupos de defesa regional. Se hoje em dia o transnacionalismo e os novos desafios à soberania nacional puseram fim ao chamado *Sistema de Westfalia*, seria precoce também o ocaso dos ideais originários de busca de uma paz internacional duradoura através de uma instituição única de nações com ampla aceitação?

A FRAGMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE SEGURANÇA UNIVERSAL

Em um mundo globalizado e marcado pelo papel protagônico das estruturas coletivas de caráter intergovernamental ou supranacional, prevalece e perpetua-se, em contrapartida, a estrutura da OTAN com *status* de aliança regional. Agora ainda mais sintomático, a partir da entrada formal da Rússia na organização, celebrada em maio de 2002 em solo italiano, aditando novos dados para o deleite intelectual dos *think tanks*: (i) a desgastada discussão histórica sobre o marco milimétrico do fim da Guerra Fria, (ii) a sustentabilidade do discurso sobre o caráter regional da aliança militar; e (iii) a formalização de um novo inimigo que possibilitará a formação de novos sistemas e políticas internacionais. É o assinalado, por alguns teóricos das Relações In-

ternacionais, como o retorno ao século passado, no qual os Estados mais fortes criavam a Lei Internacional sendo os mais fracos simples *rule-takers*¹⁴. Assinala-se ainda a justificativa, na esclarecida visão do Professor Charles Zorhipe, da Universidade de Paris I, sobre *Segurança Coletiva na Europa e na Ásia*, que a manutenção de uma aliança militar como a OTAN é também fruto da ausência de uma verdadeira política europeia de defesa e falta de coesão no âmbito da União Europeia.¹⁵

Em movimento contrário às aspirações de uma política de segurança mundialmente unificada com escopo de manutenção de paz, o mundo assistiu atônito às investidas militares da OTAN, mesmo após o fenecimento do *Pacto de Varsóvia* e, mais recentemente, no mesmo viés da regionalização da defesa em contraponto às aspirações do pós-guerra, ao estabelecimento efetivo de uma política externa comum relativa à segurança no contexto da comunidade europeia, a denominada *Common Foreign & Security Policy* (CFSP), ou Política Externa e de Segurança Comum (PESC).

A PESC representa uma aliança regional com escopo de segurança regional e coletiva, muito embora dentro de um contexto de políticas comuns e não de direito comunitário. Embora o Tratado de Maastricht tenha, em 1993, estabelecido a PESC como um instituto, foi posteriormente, com o Tratado de Amsterdã, de maio de 1999, que foi provido o conjunto

¹⁴ Hurrell & Woods, 1999.

¹⁵ "A falta de coesão dos europeus é devida aos três principais atores: Paris estava fora da Organização Militar Integrada e não podia exigir reformas da estrutura da OTAN. Bonn, mobilizada pelos problemas da reunificação, preferiu manter a mesma estrutura militar. E Londres comportou-se como associado europeu ideal para Washington." (Carta Internacional, 1999, pg. 8).

de instrumentos concretos para uma ação externa por parte da União Européia. A política comum inclui entre seus objetivos: (i) a salvaguarda dos valores e interesses fundamentais, bem como integridade e independência da União Européia segundo os princípios da Carta das Nações Unidas; (ii) reforçar a segurança na UE de todas as maneiras; (iii) preservar a paz e segurança internacional; (iv) promover a cooperação internacional; e (v) promover e consolidar a democracia, as regras do direito, o respeito pelos direitos humanos e as liberdades fundamentais. *(tradução livre do autor a partir do texto oficial do Tratado).*

Resta claro, frente aos objetivos supracitados, que a PESC aspira a uma continuidade da própria UE enquanto cooperação regional internacional. Dados os problemas efetivos constantes do território europeu como: (i) os conflitos do leste trazidos pelos países recém-regressos do bloco comunista; (ii) os problemas de terrorismo não restritos ao movimento basco; (iii) as consequências alarmantes da imigração em massa, principalmente dos povos de origem islâmica; (iv) os conflitos em Chipre; e (v) o reavivamento de ideários extremistas como os neonazistas. Segundo uma visão analítico-crítica, o sistema (PESC) parece ter ainda duas motivações concorrentes, obviamente não apostas e previstas nos

Tratados: (i) uma econômica, que é problema do vultoso orçamento militar para a defesa, dados os imensos gastos efetivados em Kosovo, (ii) uma política que reforça claramente uma independência política da UE, em relação aos EUA e o próprio resguardo da independência democrática européia. Pode-se aditar ainda a razoável estratégia de pensar em uma maior e ampla independência do Conselho de Segurança, órgão cerne da ONU, no caso de "conflitos regionalizados". Neste contexto, é notório que a estrutura monolítica do Conselho de Segurança é manancial de grandes divergências na práxis da manutenção da paz: de uma estrutura com escopo dinamizador, na realidade é bem aceitável que predominou mesmo, após a Guerra Fria, uma situação de congelamento.¹⁶

A partir do modelo europeu, há aspectos a serem estudados para o aperfeiçoamento da integração latino-americana (ou, mais acertadamente, da cooperação intergovernamental), especificadamente no MERCOSUL. Os desafios de segurança e defesa latino-americana são inúmeros: (i) a questão da vulnerabilidade e vigilância amazônica onde já há linhas e cooperação¹⁷, (ii) o narcotráfico com a associação altamente perigosa *com a marginalidade urbana como a instalada nas favelas do Rio e zonas marginais de São Paulo*¹⁸,

¹⁶ Por estrutura bicéfala entende-se a tentativa de equilibrar o peso das grandes potências (membros permanentes com poder de veto) contra o direito ou princípio da maioria. É a franca dissonância com o artigo 2º da própria Carta das Nações Unidas, que prescreve a igualdade entre os Estados, princípio fundamental do Direito Internacional (Seintenfus e Ventura, 1999, 105).

¹⁷ Pode-se assinalar uma típica política comum em torno de interesses regionais neste ponto. "Assinado em 1978 e vigente desde 1980, subscrevem o Tratado de Cooperação Amazônica a Bolívia, o Brasil, a Colômbia, a Guiana, o Peru, o Suriname e a Venezuela. Note-se que este Tratado foi negociado e entra em vigor, precedendo, de certa forma, a onda ambientalista, na medida em que tenta tornar compatível o desenvolvimento socioeconômico e a conservação do meio ambiente." (Seintenfus, 1994, 170).

¹⁸ Jaguaribe, 1993, 130.

(iii) a presença de pelo menos três grupos fronteiriços (no sentido *border e não frontier*) ao terrorismo, exclusivamente latinos, (iv) a intervenção, como o deflagrado Plano Colômbia¹⁹, (v) a tentativa de avanço tecnológico na área nuclear, conforme o programa desenvolvido pela Marinha Brasileira e (vi) a presença de outros ilícitos internacionais como a prostituição infantil²⁰, o tráfico de plantas medicinais, o contrabando nas zonas fronteiriças, o indefeso indígena em áreas de importância estratégica, a atuação da máfia chinesa²¹, etc..

Os desafios latinos, a partir de uma ótica brasileira em relação à segurança no âmbito do MERCOSUL e de outras organizações de cooperação como a Organização dos Estados Americanos - OEA (considerando a instrumentalidade militar do Tratado de Assistência Recíproca - TIAR) e o Tratado de Cooperação Amazônica - TCA, não são teóricos, visto que a PESC, no âmbito da UE, é um instituto de Direito Internacional e não de Direito Comunitário, não procedendo o argumento de que nosso estágio seminal de integração regional, enquanto Mercado Comum ou cooperação intergovernamental, são insuficientes para um aprimoramento na área de segurança regional. Ademais, claramente, como na propositura europeia, a coopera-

ção em termos de segurança, associa-se diretamente com a cooperação e investimento tecnológicos, desenvolvimento energético, garantia de proteção ambiental e credibilidade das instituições democráticas.

O SISTEMA DE SEGURANÇA EUROPEU: DESAFIOS E INSTRUMENTOS:

Após a assinatura do Tratado de Roma, a construção Europeia focalizou suas ações conjuntas nos aspectos econômicos, que veio a se concretizar em um estágio intermediário de Mercado Comum. Por quase quarenta anos a expressão *Política Externa Comum* não tomou lugar nos Tratados. A mudança substancial surgiu com o Tratado de Maastricht, onde, pela primeira vez, os Estados-membros incorporaram o termo *Política Externa Comum*, o considerado segundo pilar, tendo em vista ainda um terceiro pilar, relativo à Cooperação Policial e Judiciária em Matéria Penal (CPJP)²². A partir da vigência desse Tratado, a União Europeia começou a ser ouvida em nível internacional como uma opinião uniforme em relação aos conflitos armados internacionais. A previsão de um instituto de Políticas Comuns de Segurança foi efetivamente revisada pelo Tratado de Amsterdã, que passou a vigorar

¹⁹ Mais de 40% do território colombiano está sob controle de grupos guerrilheiros (as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as FARC, chefiadas por Manuel "Tirofijo" Marulanda e integradas por 15.000 soldados, e o Exército da Libertação Nacional, o ELN, chefiado por Nicolas Rodrigues, com 6000 soldados). O Plano Colômbia foi anunciado pelo vice-ministro da Defesa dos EUA, James Bodner, durante a Conferência de Defesa das Américas, realizada em Manaus, nos dias 18 e 19 de outubro, e visa à repressão da guerrilha, entendida como o braço armado do narcotráfico. (Revista *Caros Amigos*, novembro 2000, p. 10).

²⁰ Seintenfus, 1994, 187.

²¹ Em recente reportagem, em cadeia nacional, datada de 08/10/2001, o poder judiciário brasileiro expressou sua fragilidade frente à atuação da máfia em meio à colônia chinesa, principalmente na jurisdição paulista. A maior dificuldade encontrada é a variabilidade de dialetos utilizados pela organização criminosa.

²² Palma, 2000, 118.

a partir de 1º de maio de 1999. Os artigos 11 a 28 do Tratado da União Européia são devotados exclusivamente à PESC.

De fato, o Tratado de Amsterdã abriu novas perspectivas para as políticas de integração europeias, situando no segundo pilar a Política Externa e de Segurança Comum, com alterações que visam a uma implementação efetiva dos novos instrumentos de segurança enquanto colaboração estatal, como o fato de o Secretário Geral do Conselho passar a ser o alto representante para a PESC (TUE, art. 26), o que também aumenta o poder da Comissão no cenário internacional fora dos limites europeus. Desta forma, o aprofundamento do conhecimento dos instrumentos da PESC significa compreender o novo direcionamento do pensamento europeu mais recente em relação aos verdadeiros desafios da cooperação regional e o verdadeiro escopo destas novas tratativas que, segundo F. Dehousse, são uma verdadeira *révolution copernicienne dans l'histoire de l'intégration européenne*²³.

A Política Externa Comum e de Segurança não é contudo implementada do mesmo modo que as políticas comunitárias como agricultura, meio-ambiente, transporte e políticas de pesquisa. A estruturação de poderes entre o Conselho, o Parlamento e a Comissão é consideravelmente diferente do aplicado às políticas comunitárias, como por exemplo, o fato de a Comissão possuir uma relação mais direta com a PESC, mas sem o direito exclusivo de estabelecer políticas ou submeter iniciativas.

Os instrumentos da PESC são, conforme se depreende do Tratado de Amsterdã: (i) posições comuns, (ii) ações conjuntas, e (iii) decisões e conclusão de Acordos Internacionais. As referidas estratégias passam a ser melhor entendidas frente às metas pragmaticamente delimitadas no anexo do Tratado sob a nomenclatura de uma Política Única, que envolvem cuidado sobre áreas de conflito ou passíveis de conflitos futuros e, também, sobre as situações com potenciais repercussões ou crises políticas.

O estudo do direito comunitário europeu e da vivência prática das questões jurídicas torna-se interessante nesse sentido: muito além de uma cooperação regional econômica, há o vivo interesse na cooperação regional em favor das áreas menos favorecidas, com a clara colaboração política em zonas de possíveis conflitos militares com o escopo final de uma união política total.²⁴ No caso do estudo mais profundo da estratégia da UE, apesar do ideário de paz e de desenvolvimento no âmbito das Organizações Internacionais e das relações interestatais, a implantação de uma política objetiva de segurança implica em inúmeros outros aspectos subjacentes a uma análise superficial como: economia orçamentária militar, desenvolvimento e cooperação tecnológicos, energéticos e integridade territorial assegurada.

Considerando o fenômeno da integração regional sul-americana, sob a perspectiva dos interesses estratégicos latino-americanos e o próprio modelo integracionista teoricamente assimilado (europeu), não se pode deixar de considerar as propostas (políticas e estratégias explícitas, implícitas e possíveis) e práxis do MERCOSUL extre-

²³ Idem. 2000, pg. 122

²⁴ Maria de Oliveira, 2000. 319

mamente comprometidas. O MERCOSUL necessita, nas palavras de Marcos Costa Lima, *aprofundar a integração*, principalmente pela coordenação de políticas macroeconômicas, aprofundamento da discussão sobre insuficiência institucional, cooperação tecnológica e expansão da cooperação nos setores onde há menor resistência como justiça, educação e meio ambiente.²⁵

CONCLUSÃO

A experiência européia e a aplicabilidade latino-americana

O primeiro aspecto a ser analisado é o fato de o MERCOSUL ter a União Européia como modelo institucional, muito embora nossos tratados e instrumentos políticos localizem o processo de integração latino-americano no patamar intergovernamental. É fato, portanto, concorde e pacífico na academia, que a União Européia é o modelo mais bem acabado de políticas governamentais de cooperação e integração, não sendo, contudo, o único modelo.

O belicoso tema de o MERCOSUL ser ou não uma aplicação do modelo da UE é esclarecido por Luis Olavo Batista: "... o MERCOSUL foge aos modelos co-

nhecidos como o da CEE, do Grupo Andino e outros (...) para um atendimento melhor das realidades regionais".²⁶ Pode-se, portanto, admitir a inspiração no modelo europeu e, ademais, principalmente, uma modelagem a partir da BENELUX²⁷, sendo que as fases de união econômica e monetária que não foram cogitadas no Tratado de Assunção necessitariam, hoje, de instituições ainda não adotadas.²⁸

Desta forma, o estudo acadêmico dos mecanismos adotados pela atual União Européia tornam-se fundamentais para o desenvolvimento de uma política governamental integracionista por parte dos governos do MERCOSUL como, em uma acepção análoga, foram decisivas as colaborações acadêmicas para o direcionamento legalista para a reformulação do Sistema de Solução de Controvérsias da OMC²⁹. Inobstante, na abordagem doutrinária e estratégica quase exclusivamente econômica do MERCOSUL em seu contexto regional e internacional, alguns autores acentuam a premência de discussões mais políticas sobre segurança, como Jacques Ginesta sob o título *Evaluación de los esquemas de concertación e integración latino-americana*³⁰, conforme o avanço europeu translúcido e instrumentalizado no Tratado de Amsterdã.

²⁵ Lima, 2000. pg. 173

²⁶ Baptista, 1998, 40.

²⁷ Idem.

²⁸ Idem, pg. 53

²⁹ Barral, 2000, 102.

³⁰ Ginesta, 1999, 62. Com precisão e agudeza de raciocínio adverte: "En lo referente a la concertación política, que resultó bastante inefectiva si nos atenemos a la labor del SELA, al consenso de Cartagena sobre la corresponsabilidad de la deuda externa Y de modestos resultados en otros múltiples aspectos, tiene en su haber el logro de haber cimentado la idea de la democracia, la reivindicación de un espacio de decisión autónomo latinoamericano y la concreción de una zona de paz regional y libre de armas nucleares, sólo turbada por algunos episodios aislados, como la reciente y vergonzoza guerra fronteriza entre Ecuador y Perú, lo que ha hecho funcionar a la región como una comunidad de seguridad, en el sentido que le adjudica Karl Deutsch a la expresión."

O pensamento de aprofundamento do MERCOSUL, na realidade, é um dos matizes de um movimento mais generalizado que possui em seu bojo até mesmo a idéia de uma "recriação" do bloco platino. Existem, portanto, problemas de fragilização do MERCOSUL, mas em outra escala valorativa; estes estão presentes também na UE, sendo o Tratado de Amsterdã entendido por alguns teóricos como *a consagração de um mecanismo dinamizador e regulador de cooperações reforçadas, permitindo a alguns Estados-membros avançarem em detrimento de outros. (...) Na ver-*


*dade, tal mecanismo significa a aceitação de uma construção diferenciada da Europa.*³¹ Dessarte, ao mesmo tempo em que o conjunto de perspectivas para a institucionalização do MERCOSUL deve ser aprofundado, a experiência do modelo europeu é fundamental para o delineamento de estratégias e previsão de fracassos, ainda mais sob a perspectiva adiada de formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), com conseqüências aplicáveis a cada um dos pontos delineados, a partir de um contexto internacional de segurança e manutenção/apoio à *pax Americana*. ☺

³¹ Palma, 2000, pg. 3-4.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações Internacionais e Política Externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998;
- ARBEX, José. *América Latrina?* In: revista Caros Amigos nº 44. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2000, pp. 10-11;
- . *O enigmático Hugo Chávez*. In: revista Caros Amigos nº 42. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2000. pp. 18-19;
- BARRAL, Welber. *O Brasil e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais*. Florianópolis: Editora Diploma Legal, 2000;
- BARROS-PLATIAU, Ana Flavia. *O novo conceito estratégico da OTAN e a identidade européia da segurança e defesa*. In: Carta Internacional. São Paulo: Núcleo de Pesquisa de Relações Internacionais da USP, 2000;
- BAPTISTA, Luiz Olavo. *O Mercosul: suas Instituições e Ordenamento Jurídico*. São Paulo: Ltr, 1998;
- DERVORT, Thomas R. Van. *International Law and Organization - an Introduction*. Thousand Oaks: Sage Publications Inc., 1998;
- FONSECA JR., Gelson, BELLI, Benoni. *Novos desafios das Nações Unidas*. In: Política Externa, vol. 10, nº 1. Brasília: Paz e Terra, 2001;
- GINESTA, Jacques. *El Mercosur y su contexto regional e internacional*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999;
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de Periferia*. 2ª ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da Universidade/UFRGS/ Contraponto, 2000.
- HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999;
- HURRELL & WOODS. *Inequality, Globalization and World Politics*. Oxford University Press, 1999;
- IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997;
- JAGUARIBE, Helio. *Crise na República: 100 anos depois, primeiro ou quarto mundo?* Rio de Janeiro: Biblioteca Estácio de Sá: Thex Ed., 1993;
- . *Novo Cenário Internacional - Conjunto de Estudos*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986;
- . *Imperialismo y cultura de violencia en America Latina*. 4ª ed. Mexico: Siglo Veintiuno Editores SA, 1973;

- JAGUARIBE, Helio. *Brasil e mundo na perspectiva do século XXI*, In: Política Externa, vol. 09, nº 01 - Brasília: Paz e Terra, 2000;
- KANT, Emmanuel. *A Paz Perpétua*. São Paulo: L&MP Editores S/A, 1989;
- KAPLAN, Abraham. *A conduta na pesquisa - Metodologia para as ciências do comportamento*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1975. 2ª reimpressão;
- KELSEN, Hans. *Derecho y Paz en las relaciones internacionales*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1996;
- LIMA, Marcos Costa. *Mercosul: A Frágil Consistência de um Bloco Regional Emergente e a Necessidade de Aprofundar a Integração*. In: *Processos de Integração Regional - Político - Econômico - Jurídico*. Curitiba: Juruá Editora, 2000. pp. 161-201;
- MAGNOLI, Demétrio. *Questões Internacionais Contemporâneas*. 2ª ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2000;
- MARCHETTI, Vitor, MARKS, John D. *The CIA and the cult of intelligence*. New York: Dell Publishing Co. Inc., 1975;
- MERCADANTE, Araminta de Azevedo, PIMENTA, Rafaela Lacôrte Vitale. *Novo Sistema de Segurança Coletiva? ONU e OTAN*. In: MERCADANTE, Araminta, MAGALHÃES, José Carlos de. *Solução e Prevenção de Litígios Internacionais*, São Paulo: Capes, 1988, pp. 133-173;
- PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). *Mercosul, Alca e Integração Euro-latino-americana*, Curitiba: Juruá Editora, 2001
- RAMONET, Ignacio. *Geopolítica do Caos*. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999;
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização - Do pensamento único à consciência universal*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001;
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade*. 7ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2000;
- SEINTENFUS, Ricardo A. S. (org.). *Bacia do Prata: Desenvolvimento e Relações Internacionais*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1987;
- . *Para uma nova política brasileira*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994;
- . *Manual das Organizações Internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997;
- SEINTENFUS, Ricardo, VENTURA, Deisy. *Introdução ao Direito Internacional Público*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1999;
- VENTURA, Deisy de Freitas Lima. *A ordem Jurídica do Mercosul*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996;
- VILLA, Rafael Antonio Duarte. *Da crise do realismo à segurança global multidimensional*. Annablume: São Paulo, 1999;
- WILETS, Jim. *Lessons From Kosovo: Towards a Multiple Track System of Human Rights Protection*. In: ILSA Journal of International and Comparative Law, vol. 6, nº 3. Ft. Lauderdale: Shepard Broad Law Center, 2000;
- ZORGBIBE, Charles. *Histoire des relations internationales 4: Du schisme Moscou-Pékin à l'après-guerre froide de 1962 à nos jours*. Paris: Hachette-Pluriel, 1995.



O Pan-Islamismo radical e a ordem internacional liberal¹

*João Marques de Almeida**

RESUMO

O argumento central deste ensaio é de que os ataques de 11 de setembro a Nova Iorque e a Washington demonstraram que existe uma ameaça, com contornos ideológicos e políticos bem definidos, aos valores seculares e liberais dominantes nas sociedades ocidentais. Essa ameaça foi caracterizada como um movimento pan-islâmico, de natureza internacional e revolucionária. Seu aparecimento resultou, em larga medida, de um ressentimento das sociedades islâmicas contra a ordem política liberal e ocidental. O regresso à religião, o chamado ressurgimento islâmico, foi a resposta ideológica e política ao ressentimento contra o domínio ocidental. Esse ressurgimento conheceu versões moderadas, mas igualmente versões bastante radicais, as quais originaram precisamente o movimento pan-islâmico. A sua natureza radical resulta dos meios utilizados, o recurso à guerra e ao terrorismo, e dos objetivos políticos perseguidos para instalação de regimes políticos islâmicos através de revoluções.²

PALAVRAS-CHAVE

Pan-islamismo radical, ordem internacional liberal, islamismo.

Passados quatro meses, pode-se afirmar já com alguma certeza que os ataques de 11 de setembro a Nova Iorque e a Washington provocaram transformações profundas na ordem internacional. É verdade que existem elemen-

tos de continuidade em relação à ordem estabelecida após o fim da Guerra Fria, ordem essa que tem sido caracterizada pelo processo de alargamento e aprofundamento da ordem liberal e democrática ocidental. Se aceitarmos que a competição entre a

* Professor Auxiliar de Relações Internacionais na Universidade Lusíada, Portugal.

¹ Colaboração da ECEME.

² Reprodução de matéria publicada na revista *Nação e Defesa*, de Portugal (nº 100 - 2ª série, pp. 107 - 120).

ordem liberal e a ordem *socialista* constituía o elemento nuclear da competição bipolar durante a Guerra Fria, também aceitamos que, em termos históricos, o modelo liberal triunfou. Por isso mesmo, grande parte da agenda internacional passou a ser dominada por questões como o alargamento e aprofundamento da União Europeia e da Aliança Atlântica, o reforço do papel das Nações Unidas na segurança internacional, e os processos de reforma política e econômica no interior da Rússia e da República Popular da China. Por outras palavras, a questão central dos anos 90 prendia-se na construção de uma ordem liberal global. Após os acontecimentos de 11 de setembro, a agenda de alargamento da ordem liberal passou para segundo plano, embora isso não signifique que tenha deixado de ser relevante. Neste momento, a chamada *guerra global* (ou *conflito global*) domina a atenção de quase todos, desde os analistas das relações internacionais até os governos das grandes potências, em particular das potências ocidentais.

O principal objetivo deste trabalho é contribuir para um entendimento mais rigoroso da natureza desse *conflito global*. Embora persistam numerosas dúvidas conceituais, é possível estabelecer desde já algumas clarificações quanto às novas realidades. Em primeiro lugar, é absolutamente necessário definir quem são os agentes políticos que estão envolvidos no conflito. De um lado, estão os Estados Unidos, país atacado no dia 11 de setem-

bro, e os seus aliados. As principais dúvidas levantam-se em relação à natureza do adversário dos norte-americanos. Desde os ataques a Nova Iorque e a Washington, apareceram basicamente duas teses. A primeira refere-se ao terrorismo internacional, negando qualquer tipo de relação entre os autores dos ataques de 11 de setembro e outros movimentos políticos. Os defensores dessa tese avisam especialmente que se deve evitar fazer uma associação entre os grupos terroristas e as sociedades islâmicas. Na minha opinião, essa tese sofre de um grave problema. Rejeitando qualquer tipo de associação entre o conflito global e o Islão, é incapaz de enfrentar questões decisivas para o futuro da ordem internacional, nomeadamente a necessidade, por um lado, de os países islâmicos efetuarem reformas profundas e, por outro lado, de se redefinirem as relações entre as potências ocidentais e os países islâmicos. A segunda tese adotou o argumento do *choque das civilizações*³, afirmando que estamos perante um conflito entre o Ocidente liberal e o Islão. O problema dessa leitura resulta de uma excessiva valorização das dimensões cultural e religiosa das relações internacionais e da desvalorização dos interesses e princípios políticos. Se seguirmos a tese do choque das civilizações, não conseguimos explicar a aliança entre países muçulmanos e países liberais contra os movimentos radicais islâmicos. Assim, este ensaio discorda dessas duas leituras. O argumen-

³ O argumento de que o choque de civilizações irá dominar a política internacional após o fim da Guerra Fria é elaborado por Samuel P. Huntington, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* (New York: Simon & Schuster, 1996). Não deixa de ser curioso que Huntington não aplica a sua tese ao atual conflito; ver entrevista no *L'Express* (25-31 de Outubro, 2001).

to central é de que estamos perante a existência de um movimento radical pan-islâmico, o qual desafia os princípios centrais da ordem política liberal. Isso não significa, todavia, que se esteja a viver um conflito entre o Ocidente e o Islão. Por outras palavras, o fato de se admitir que o movimento é *pan-islâmico* não significa que se possa reduzir todo o pensamento islâmico a uma ideologia *radical*.

É igualmente necessário explicar o modo como a noção de ordem internacional é usada. A ordem internacional refere-se a um conjunto de princípios ideológicos e normativos que legitimam as instituições internacionais e o comportamento dos Estados e que se apóia no uso do poder por parte das grandes potências.⁴ Nessa definição, sobressaem três idéias centrais. A primeira refere-se à *estrutura ideológica* da sociedade internacional. Os princípios e valores ideológicos definem a legitimidade das instituições internacionais e dos comportamentos dos Estados. Após o fim da Guerra Fria, os princípios e valores liberais assumiram o papel de *ideologia legitimadora da ordem internacional*.⁵ A *estrutura normativa* constitui a segunda idéia da definição de ordem internacional e significa o conjunto de regras e instituições que preservam a ordem internacional. Como já foi afirmado, a le-

gitimidade da estrutura normativa resulta da natureza da ideologia dominante. Assim, o triunfo do liberalismo após o fim da Guerra Fria reforçou a legitimidade de instituições como o direito internacional, o multilateralismo, a segurança coletiva e a intervenção humanitária. O último ponto relaciona-se com o papel das grandes potências na manutenção da ordem internacional. Embora as teorias das relações internacionais, principalmente a tradição realista, privilegiem a relação entre a *anarquia internacional e equilíbrio de poder*,⁶ uma análise histórica mais cuidada permite-nos chegar a uma conclusão diferente. Devido à necessidade de manter a ordem política, a situação de hegemonia é inevitável, seja uma hegemonia unilateral, um conjunto de hegemonias regionais, ou um concerto das grandes potências.⁷ Por outras palavras, o governo das relações internacionais, em grande parte, é exercido pelas potências hegemônicas. São elas que evitam a situação de anarquia e impõem a *ordem*. A atual ordem internacional liberal dificilmente existiria se os Estados Unidos, e os seus aliados, não exercessem o seu poder.

De acordo com essas considerações, este artigo irá analisar a seguinte questão: *qual é a natureza da ameaça ideológica e política à atual ordem internacional libe-*

⁴ Na Teoria das Relações Internacionais, o tratamento clássico da noção de ordem internacional encontra-se em Hedley Bull, *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics* (London: Macmillan, 1977).

⁵ Ver a discussão em John Ikenberry, *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars* (Oxford: Princeton University Press, 2001), Capítulos 1, 2 e 3; e em Mark Juergensmeyer, *The New Cold War? Religious Nationalism Confronts the Secular State* (London: University of California Press, 1993), pp. 30-3.

⁶ O argumento de que a condição de anarquia gera necessariamente o equilíbrio de poder entre as grandes potências é desenvolvido por Kenneth Waltz, *Theory of International Politics* (New York: Random House, 1979).

⁷ Ao contrário de Waltz, Robert Gilpin, outro importante autor realista, sublinha a importância da hegemonia na manutenção da ordem internacional. Cf., *War and Change in World Politics* (Cambridge: Cambridge University Press, 1983).

ral? Para responder a essa questão, a primeira parte do artigo irá analisar de que modo os movimentos islâmicos radicais constituem uma reação à ordem política liberal. A segunda parte do artigo discute a natureza do movimento político pan-islâmico, o qual se apoia numa ideologia islâmica radical e revolucionária. Antes de começar a análise que se segue, é necessário fazer um aviso inicial. O argumento apresentado neste artigo encontra-se ainda numa fase exploratória. É o resultado de apenas dois meses de um projeto de investigação, cujo tema são as implicações dos ataques de 11 de setembro para a ordem internacional, previstas para os próximos dois anos. Mais do que oferecer respostas e teses definitivas, o artigo procura sugerir temas e questões que merecem ser explorados e introduzir conceitos que precisam ser desenvolvidos.

A reação à ordem liberal

Em termos ideológicos, os antecedentes da origem do atual conflito global podem ser identificados com a Revolução iraniana de 1979. O regime dos *Ayatollahs* foi o primeiro movimento fundamentalista islâmico com significado político. Após a revolução, a República Islâmica do Irã apoiou grande parte da sua atividade política em uma dupla mensagem ideológica. Por um lado, defendia a necessidade de unir a comunidade islâmica, o que seria alcançado através de revo-

luções políticas; e, por outro lado, apelava à resistência ao imperialismo ocidental.⁸ Essas duas idéias ocupam igualmente um lugar central no discurso do movimento pan-islâmico do início do século XXI.

No discurso político do movimento radical islâmico os ataques ao imperialismo ocidental e à ordem internacional liberal ocorrem em dois níveis distintos. Em primeiro lugar, os movimentos islâmicos atacam sistematicamente a política externa norte-americana no Médio Oriente, nomeadamente o seu apoio a Israel e a manutenção das sanções econômicas e dos bombardeamentos aéreos ao Iraque. Parece-me, no entanto, que o segundo nível é politicamente o mais significativo. A esse nível, os movimentos pan-islâmicos não atacam *políticas*, mas sim *princípios e valores*. Ou seja, observa-se um ataque aos princípios e valores da ordem política liberal e secular. Aqui, o confronto com percurso da História aparece inevitavelmente. Para muitos muçulmanos, a sua história política reduz-se a uma fórmula muito simples: o declínio de uma civilização imperial, cujos domínios se estenderam da Península Ibérica até à Índia, e a sua transformação num conjunto de pequenos e médios Estados fracos e dominados pelas potências ocidentais. Como afirmou recentemente um *iman* de uma mesquita de Jerusalém: *Já fomos os senhores do mundo, agora nem sequer somos os senhores das nossas mesquitas*.⁹ Esse lamento captura de um modo excelente o sentimen-

⁸ Sobre a revolução iraniana, cf., Fred Halliday, *Revolution and World Politics: The Rise and Fall of the Sixth Great Power* (London: Macmillan, 1999), pp. 124-9; Stephen M. Walt, *Revolution and War* (London: Cornell University Press, 1996), Capítulo 5; e Juergensmeyer, *The Cold War?*, pp. 50-7.

⁹ Citado em Daniel Pipes, "Islam and Islamism: Faith and Ideology", *The National Interest* (59, Spring, 2000), p. 88.

to partilhado por muitos nos países islâmicos que são vítimas da história.

Nesse sentido, para se entender devidamente a natureza da reação à ordem política liberal, é necessário considerar a idéia de ressentimento islâmico. É possível identificar quatro causas que explicam o atual ressentimento islâmico. Antes de mais, a causa mais antiga é o domínio colonial exercido pelas potências européias sobre as sociedades islâmicas desde o início do século XIX até a segunda metade do século XX. As sociedades islâmicas, orgulhosas da sua cultura e da sua história, ainda não conseguiram esquecer o passado colonial. Depois, existe igualmente uma reação à tentativa de universalizar os princípios e valores liberais, a qual se acentuou com o triunfo do liberalismo sobre o socialismo após o fim da Guerra Fria. O que, para os países ocidentais, são valores universais, para as sociedades islâmicas significa imperialismo ideológico. Em terceiro lugar, as sociedades islâmicas acusam as potências ocidentais de adotarem comportamentos políticos que não correspondem aos princípios e valores ideológicos defendidos e evocados. Apóiam os direitos humanos, mas ao mesmo tempo fazem alianças com países que não respeitam os direitos humanos. De igual modo, apóiam a democracia, mas só se as eleições não levarem ao poder partidos islâmicos radicais. As Resoluções do Conselho de Segurança cumprem-se contra o Iraque, mas não con-

Para muitos muçulmanos, a sua história política reduz-se a uma fórmula muito simples: o declínio de uma civilização imperial, cujos domínios se estenderam da Península Ibérica até à Índia, e a sua transformação num conjunto de pequenos e médios Estados fracos e dominados pelas potências ocidentais.

tra Israel. Finalmente, a intervenção permanente na política interna dos países islâmicos constitui também uma causa do ressentimento islâmico. A intervenção ocidental no Golfo, em 1990-91, foi entendida como uma interferência na vida política islâmica e, particularmente, árabe. A manutenção de tropas americanas e britânicas nos países do Golfo é igualmente condenada. Por fim, o apoio político, econômico e militar a regimes impopulares, mantendo-os assim no poder, é igualmente visto como uma intervenção na política

interna dos países islâmicos. Aqui destaca-se o apoio a regimes corruptos e incompetentes, os quais são responsáveis pela grave crise econômica e social que afeta muitos desses países.

O ressentimento islâmico tem duas implicações políticas. A primeira é a oposição à universalização da ordem internacional liberal. Como vimos, para os movimentos islâmicos radicais, os países islâmicos são vítimas da ordem internacional construída após o fim da Guerra Fria. A fórmula preferida dos fundamentalistas para caracterizar o atual conflito político é o *Islão contra a América*. No entanto, a expressão *América* deve ser entendida num sentido amplo. Em larga medida, a expressão não se refere unicamente aos Estados Unidos, como país, mas a um conjunto de valores, com origem no Ocidente. Por outras palavras, a *América* simboliza a ordem liberal. Ora, os movimentos radicais não

só rejeitam a validade universal de valores liberais fundamentais como a democracia e os direitos humanos, como consideram mesmo que a cultura política islâmica é moralmente superior ao liberalismo. Essa resistência a uma ideologia política com pretensões universais é acompanhada por uma reação à hegemonia política dos Estados Unidos e dos seus aliados ocidentais. Em última análise, o ressentimento islâmico contra a ordem internacional liberal resulta, por um lado, da profunda convicção na superioridade dos seus valores políticos e, por outro lado, do reconhecimento da sua extrema fragilidade nos equilíbrios de poder internacionais.

Deve-se ainda salientar que a resistência à ordem internacional liberal envolve igualmente um ataque a princípios constitutivos da sociedade internacional moderna. Antes de tudo, os movimentos islâmicos radicais rejeitam a concepção secular de Estado, defendendo, em alternativa, uma concepção teocrática ou clerical da autoridade soberana. Por outro o lado, os critérios religiosos substituem os critérios políticos no tratamento dos conflitos, como demonstra a noção de guerra santa, ou *jihad*, e das alianças internacionais, as quais devem ser feitas com forças políticas islâmicas contra os *infieis*. Por fim, o abandono da distinção entre alvos civis e alvos militares significa igualmente a rejeição de um princípio central de uma instituição fundamental da sociedade internacional moderna, a guerra justa. A doutrina *jus in bello* afirma claramente que as populações civis não devem ser alvo de ataques milita-

res.¹⁰ A rejeição desse princípio aparece claramente na evolução da doutrina da Al-Qaeda. Até 1998, aceitava o princípio da distinção entre alvos civis e militares. A partir desse ano, numa entrevista que deu, bin Laden afirmou que era legítimo atacar populações civis. Essa alteração doutrinária revela ainda um conhecimento perfeito das vulnerabilidades dessas sociedades. O que chamamos *alvos civis* é para esses grupos terroristas a parte mais fraca de uma sociedade inimiga e opressora.

A segunda implicação do ressentimento islâmico afeta a vida política interna dos países islâmicos. É notório que o islamismo radical odeia e despreza valores políticos fundamentais das sociedades ocidentais como, por exemplo, a igualdade entre o homem e a mulher, as concepções liberais de justiça social e uma ordem democrática pluralista e secular. Essa revolta contra as virtudes liberais reflete novamente a rejeição do universalismo dos valores liberais e, em particular, a ideia de que esses valores se devem aplicar aos países islâmicos. Para os radicais islâmicos, o que o Ocidente considera virtudes políticas são exemplos de corrupção política e decadência social. Por outras palavras, é um “mal” que se deve combater. Assim, o caminho que leva à construção de um futuro político fiel à cultura política islâmica passa por espalhar o ódio pelo patrocinador das reformas seculares e do afastamento da religião da vida política, os Estados Unidos, ou o *grande Satã*.

Os ataques à ordem liberal mostram a existência de um dado relativamente no-

¹⁰ Para uma discussão da ideia de guerra justa, cf., Michael Walzer, *Just and Unjust Wars: A Moral Argument with Historical Illustrations* (New York: Basic Books, 1977).

vo nas relações internacionais. Percebe-se agora que, ao mesmo tempo em que se celebrava o *triunfo universal* do liberalismo,¹¹ este começava a ser firmemente rejeitado em algumas regiões do mundo. Visto de Argel, do Cairo, de Cabul, ou do Golfo, o liberalismo ocidental e o comunismo soviético tinham muitos pontos em comum. Ambos tentaram ocidentalizar e modernizar todas aquelas sociedades que tinham acabado de chegar à História após a descolonização. Em termos gerais, nos países islâmicos, os modelos seculares pós-descolonização apoiavam-se, ou na via capitalista e ocidentalizada, ou na via socialista, e ambas misturadas com fortes programas nacionalistas. Tirando algumas exceções, como por exemplo a Turquia, esses modelos fracassaram em quase todo o lado.¹² No plano econômico, a maioria das sociedades islâmicas são caracterizadas pela corrupção e pelo desemprego, o que dá origem a graves crises sociais e a uma elevada insatisfação, senão mesmo desespero, entre as populações. Politicamente, o quadro também não é muito animador. Regimes políticos autoritários, sociedades civis fracas, ou inexistentes, e Estados fortemente militarizados definem a maioria dos países islâmicos. Tudo isso resultou em uma crise de legitimidade política dos regimes que emergiram após a descolonização e durante a Guerra Fria. Em termos breves, não é exagero afirmar que, em grande medida, esses países vivem entre regimes autoritários e militarizados e movi-

mentos de oposição islâmicos radicais. Ou seja, é nesse contexto de *hegemonia* ideológica e política ocidental e, simultaneamente, do fracasso de programas políticos apoiados na ideologia hegemônica que a religião oferece os meios para se construir um discurso e uma prática política de resistência. Esse refúgio na religião deu origem, nas palavras de Samuel Huntington, a um *ressurgimento islâmico*¹³. Por seu lado, o ressurgimento tomou formas moderadas e radicais. É essa última manifestação do islamismo político que nos interessa considerar agora.

A Natureza do Movimento Pan-Islâmico Radical

Além da influência de uma interpretação extremista da religião, o movimento pan-islâmico radical define-se pelo seu caráter internacionalista e pela sua natureza revolucionária. De acordo com uma análise recente elaborada por Daniel Pipes as sociedades criaram três respostas políticas à modernidade.¹⁴ Aqui, interessa considerar duas delas. A primeira, o secularismo, considera que os países islâmicos só se podem desenvolver se adotarem os modelos políticos ocidentais, e afastarem o Islão da esfera pública. Como já vimos, essa solução em larga medida fracassou. Uma segunda ideologia política, o Islamismo, constitui uma resposta simultaneamente à modernização e ao fracasso dos modelos seculares. Segundo Pipes, o Isla-

¹¹ Aqui, a grande referência é obviamente Francis Fukuyama, *The End of History and the Last Man* (New York: Free Press, 1992).

¹² Ver discussão em Juergensmeyer, *The New Cold War?*, pp. 2-5, e 18-25.

¹³ *The Clash of Civilizations*, p. 109.

¹⁴ Pipes, *Islam and Islamism*, p. 88. Ver igualmente Ray Takeyh, "Islamism: R.I.P." *The National Interest* (63, Spring, 2001).

mesmo apóia-se em três idéias centrais: a subordinação à lei islâmica, a rejeição de influências ocidentais e a transformação da fé religiosa numa ideologia política.¹⁵ Esse último ponto é fundamental. Como nota Pipes, o termo “Islamismo” é útil no sentido em que este fenômeno político é um “ismo” comparável a outras ideologias do século XX.¹⁶ Como afirmou um membro da Irmandade Islâmica do Egito, nós não somos nem socialistas, nem capitalistas, mas muçulmanos. Como observa Pipes, de um modo perspicaz, um muçulmano em tempos mais antigos teria dito, nós não somos nem judeus, nem cristãos, mas muçulmanos.¹⁷ Isso mostra indiscutivelmente que o Islamismo, no início do século XXI, é uma ideologia política, a qual ocupa um lugar vital nos movimentos islâmicos radicais.¹⁸

Essa análise demonstra portanto, a importância fundamental da religião para os movimentos islâmicos radicais. E isso leva-nos a considerar a tese do *choque das civilizações*. Por outras palavras, é fundamental enfrentar a questão mais difícil de todas: a relação entre o movimento pan-islâmico radical e a religião muçulmana. Há duas razões centrais que nos obrigam a não confundir os movimentos islâmicos radicais com a religião muçulmana. Antes de mais nada, é difícil aceitar uma interpretação autêntica de uma religião, ainda mais no caso do Islão, na qual a estru-

tura de autoridade é descentralizada. As percepções da religião vão-se alterando de acordo com as transformações históricas sofridas pelas sociedades. Em segundo lugar, o Islão é uma referência fundamental para a identidade e a organização de muitos que têm uma visão moderada e ética da política. Por exemplo, alguns movimentos políticos estão empenhados em construir uma *alternativa islâmica humanista*, a qual, partindo de uma perspectiva religiosa, oferece uma leitura de um Islão tolerante, democrático e pacífico.¹⁹ Ou seja, mesmo admitindo que se pode tratar o conjunto das sociedades islâmicas como uma *civilização*²⁰, existem conflitos e divergências entre os seus movimentos políticos. Não é possível definir uma *civilização* em termos unitários com um único interesse político. Na perspectiva das relações internacionais, esse ponto é fundamental. Se é verdade que com os movimentos mais radicais há um *choque*, com outras forças políticas poderá ser possível estabelecerem-se formas de cooperação e diálogo, indispensáveis à manutenção da ordem política internacional. Assim, pode-se afirmar, por um lado, que o problema não é com a religião islâmica como tal, mas sim com a utilização da religião para criar movimentos políticos radicais. No entanto, como veremos agora, a religião, mesmo que seja através de um processo de instrumentalização, desempenha um

¹⁵ Op. Cit. p. 89.

¹⁶ Idem p. 90.

¹⁷ Idem, ibidem.

¹⁸ Isto não significa, como veremos adiante, que o islamismo como ideologia política não adote igualmente versões moderadas.

¹⁹ Cf., Abdullahi A. An-Naim, *A New Islamic Politics*, *Foreign Affairs* (75, 3, 1996), pp. 122-6; e Judith Miller, *Creating Modern Oman*, *Foreign Affairs* (May/June 1997), pp. 13-20.

²⁰ Cf., Huntington, *The Clash of Civilizations*, pp. 109-20 e 174-9.

papel central na definição da estratégia e dos objetivos políticos dos movimentos islâmicos radicais.

O termo *pan-islamismo radical* exprime a estratégia e os objetivos políticos dos movimentos islâmicos. Como foi observado no início do texto, a unidade da comunidade islâmica é um dos objetivos centrais dos movimentos radicais islâmicos. Esse objetivo político apóia-se desde logo em uma unidade ideológica. A linguagem política, as referências ideológicas e o ressentimento sentido contra as potências ocidentais e liberais são comuns a setores políticos e sociais de todas as sociedades islâmicas. Esses sentimentos, partilhados por muitos, são reforçados pelo fato de muitos estudantes de todo o mundo islâmico estudarem nas escolas corânicas do Médio Oriente e do Paquistão. O islamismo transformou-se assim em uma ideologia política de mobilização nas sociedades islâmicas. Além do mais, a estratégia política passa por ligações transnacionais entre os movimentos islâmicos radicais. Essa estrutura organizativa transnacional liga vários países diferentes, desde a Argélia e o Egito, no mundo árabe, até à Indonésia e às Filipinas no Sude-

te asiático, passando pelo Paquistão, Afeganistão e Uzbequistão na Ásia Central e pelo Sudão e a Somália na África Oriental. De um modo verdadeiramente universal, essa estrutura internacional islâmica radical está ainda presente e ativa nos países

europeus e nos Estados Unidos e Canadá, onde existem células terroristas.²¹ A natureza transnacional das organizações islâmicas dá uma enorme mobilidade às suas forças políticas e paramilitares. Os mesmos movimentos e, em alguns casos, os mesmos indivíduos estiveram na guerra contra a invasão soviética no Afeganistão na década de 1980, e depois, durante a década de 1990, nas guerras civis da Argélia e do Afeganistão,

no conflito da Caxemira indiana e na guerra da Tchétchénia. Pelo meio, podem frequentar cursos de aviação nos Estados Unidos e estudar em universidades europeias, enquanto preparam ataques terroristas.²²

O recurso ao terrorismo internacional, como instrumento de combate político, mostra a internacionalização das atividades dos movimentos radicais. Sensivelmente, a partir de meados da década de 1990, as várias organizações terroristas islâmicas começaram a atingir alvos estran-

A natureza transnacional das organizações islâmicas dá uma enorme mobilidade às suas forças políticas e paramilitares. Os mesmos movimentos e, em alguns casos, os mesmos indivíduos estiveram na guerra contra a invasão soviética no Afeganistão na década de 1980, e depois, durante a década de 1990, nas guerras civis da Argélia e do Afeganistão, no conflito da Caxemira indiana e na guerra da Tchétchénia. Pelo meio, podem frequentar cursos de aviação nos Estados Unidos e estudar em universidades europeias, enquanto preparam ataques terroristas.

²¹ Rohan Gumaratna, "Special Report: Al-Qaeda", *Jane's Intelligence Review* (agosto, 2001).

²² Anthony Davis, "Foreign Fighters Step Up Activity in Afghan Civil War", *Jane's Intelligence Review* (agosto 2001).

geiros. A luta deixa de ser apenas contra os seus governos e, em vez de atacarem apenas os dirigentes políticos locais, passaram a fazer atentados contra alvos estrangeiros, diplomatas e turistas. Simultaneamente, iniciaram ações terroristas nos países ocidentais, culminando com os ataques de 11 de setembro em Nova Iorque e Washington. Nesse caso, o objetivo é atacar e enfraquecer, através do terror, os Estados ocidentais. De certo modo, o aumento da capacidade militar dos grupos terroristas aponta para uma crise do monopólio do uso da violência legítima por parte dos Estados soberanos. O resultado da fragmentação da capacidade de usar a força militar é obviamente o aumento das vulnerabilidades dos Estados.

A unidade da comunidade islâmica exige, acima de tudo, que se façam revoluções nos países islâmicos. A principal finalidade dos movimentos islâmicos radicais é precisamente conquistar o poder nos países muçulmanos, o que reforça a natureza *pan-islâmica* desses movimentos. Não deixa de ser revelador que as últimas revoluções políticas ocorridas em países islâmicos puseram movimentos radicais no poder. Em 1979, no Irã e, em 1996, no Afeganistão. O modo como os Taliban subiram ao poder no Afeganistão é um bom exemplo do funcionamento do pan-islamismo. A sua formação ideológica deu-se nas escolas corânicas do Paquistão, as *madrassas*. Em 1994, os estudantes de teologia formaram um movimento político, iniciando, ao mesmo tempo, a sua preparação militar, aperfeiçoada com a participação na guerra entre as forças islâmicas e o exército indiano na Caxemira. No mesmo ano, com a ajuda do Paquistão, iniciaram a conquista do po-

der no Afeganistão. A revolução culminou com a captura de Cabul, em 1996, estabelecendo-se então um *Emirado Islâmico*, liderado pelo Mullah Mohammed Omar. Desde então, grande parte da força militar do Emirado Islâmico do Afeganistão resulta da presença de movimentos militares islâmicos de caráter internacionalista, compostos por árabes, paquistaneses, chechenos, uzbeques e mesmo europeus, liderados pela Al-Qaeda.

Apesar do fim iminente do regime Taliban no Afeganistão, a possibilidade de acontecerem revoluções noutros países islâmicos mantém-se. Na Argélia e no Egito, os movimentos islâmicos radicais continuam a ser politicamente fortes e a receberem um enorme apoio popular. É a ajuda política, econômica e militar dos países ocidentais que tem evitado a queda dos atuais regimes políticos desses dois países. É legítimo perguntar até quando se poderá manter a situação de satelização de países regionais importantes, e o que acontecerá quando essa situação terminar. O mesmo conflito entre uma população onde existem elementos fortemente anti-americanos e um governo aliado de Washington afeta a Arábia Saudita. Existe, em particular, uma grande oposição à manutenção de tropas americanas no seu país. Para garantir a sua segurança nacional, o regime saudita necessitou de se aliar aos Estados Unidos. Todavia, essa aliança criou grandes reações internas, e o resultado poderá ser uma acentuada perda de legitimidade do regime no interior do país. De um modo significativo, entre a população, o apoio aos grupos islâmicos radicais tem vindo a aumentar. O resultado poderá ser a tomada do poder por

forças islâmicas mais radicais. Aliás, não deixa de ser preocupante o fato de grande parte dos soldados do movimento Al-Qaeda serem naturais da Arábia Saudita. De igual modo, mais de metade dos terroristas dos ataques de 11 de setembro eram cidadãos sauditas. Por fim, também no Paquistão, existem sinais preocupantes. Desde o final da década de 1990, tem-se assistido a uma crescente *talibanização* do Paquistão. As 1.200 *madrassas* que existem no país têm cada vez mais influência na sociedade e na vida política paquistanesa. Essas verdadeiras fábricas de militantes islâmicos, onde, como vimos, o movimento Taliban foi criado, espalham o ódio ao Ocidente, e particularmente aos Estados Unidos, e a obrigação de combater o infiel. Foi nessas escolas que se fizeram as maiores celebrações após os ataques a Nova Iorque e a Washington e grande parte delas, após a intervenção militar no Afeganistão, declararam a guerra santa contra os Estados Unidos e os seus aliados, entre os quais se inclui o próprio governo paquistanês. Ou seja, no início do século XXI, o pan-islamismo radical é um movimento verdadeiramente *internacionalista e revolucionário*, que ameaça a segurança dos países ocidentais e que pretende fazer revoluções políticas com o objetivo de unificar o mundo islâmico.

Conclusão

O argumento central deste ensaio é de que os ataques de 11 de setembro a Nova Iorque e a Washington demonstraram que existe uma ameaça, com contornos ideológicos e políticos bem definidos, aos valores seculares e liberais dominan-

tes nas sociedades ocidentais. Essa ameaça foi caracterizada como um movimento pan-islâmico, de natureza internacional e revolucionária. O seu aparecimento, durante a década de 1980, e o seu crescimento, durante a década de 1990, resultaram, em larga medida, de um ressentimento das sociedades islâmicas contra a ordem política liberal e ocidental. Nesse sentido, a resistência ao *imperialismo* ocidental, ou seja, à ordem liberal, aparece sistematicamente no discurso desse movimento pan-islâmico. Na perspectiva dos fundamentalistas islâmicos, as sociedades muçulmanas são consideradas *vítimas* da ordem liberal. O regresso à religião, o chamado ressurgimento islâmico, foi a resposta ideológica e política ao ressentimento contra o domínio ocidental. Esse ressurgimento conheceu versões moderadas, mas igualmente versões bastante radicais, as quais originaram, precisamente, o movimento pan-islâmico. A sua natureza radical resulta dos meios utilizados, o recurso à guerra e ao terrorismo, e dos objetivos políticos perseguidos, a instalação de regimes políticos islâmicos através de revoluções.

É evidente que isso constitui um desafio aos países ocidentais. A natureza da resposta será decisiva para o futuro da ordem internacional. Os últimos acontecimentos permitem antecipar algumas conclusões. Em primeiro lugar, sempre que houver um ataque às sociedades ocidentais, como o ocorrido no dia 11 de setembro, a resposta terá uma natureza militar e decisiva. Em segundo lugar, os Estados liberais do ocidente terão provavelmente que reconhecer os limites da universalização de modelos políticos liberais e seculares. Nas sociedades islâmicas,

a religião tem um peso tal na vida pública que é impossível imaginar reduzir o Islão à vida privada dos cidadãos. Por outras palavras, uma solução secular, tal como a que aconteceu nas sociedades ocidentais, é bastante improvável. No entanto, isso não significa a radicalização dessas sociedades. Como foi observado, existem igualmente versões moderadas do islamismo político. Nesse sentido, os países ocidentais devem ajudar a desacreditar o islamismo radical como opção política credível e apoiar os movimentos políticos moderados. Finalmente, os Estados

ocidentais e, principalmente, as grandes potências, devem fazer um esforço para criar uma ordem internacional que permita a coexistência e o diálogo entre o mundo ocidental e liberal e o mundo islâmico. Mesmo que se aceite a importância decisiva das diferenças civilizacionais na política internacional, isso não significa inevitavelmente um *choque* entre as várias civilizações. Como quase sempre acontece, tudo dependerá, em última análise, de escolhas e de comportamentos políticos e não da existência de identidades culturais puras e irreconciliáveis. ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



Um Soldado do Império ***O General Tibúrcio e seu tempo***

José Aurélio Saraiva Câmara

Conduzido pelo estilo fácil e agradável do autor, o leitor penetra nos meandros das principais questões militares, políticas e diplomáticas do II Império; acompanha o desenvolvimento das complexas questões da fronteira platina; e testemunha as hesitações e os erros – bem como os acertos – na conduta da Guerra da Tríplice Aliança. Particularmente interessante é a detalhada descrição que a obra oferece sobre alguns aspectos do Exército Imperial: sua organização; seu despreparo em face do conflito que se avizinhava; os problemas de recrutamento; as intrincadas e repetidas reformas de ensino; e os efeitos do draconiano regime disciplinar contido no Regulamento do Conde de Lippe.



Poder Militar¹

Reis Friede*

RESUMO

Da correlação entre poder militar e soberania e entre direito internacional e postura militar, o articulista tece considerações sobre política nacional e poderio militar, identifica a guerra como instrumento de política nacional, listando seus princípios e principais modalidades no mundo contemporâneo. Em nota complementar, considera *soberania dominante* conjugada à *superioridade militar* e examina a hegemonia militar estadunidense, o direito internacional e a (nova) ordem internacional.²

PALAVRAS-CHAVE

Poder militar, soberania, guerra.

A concepção doutrinária e efetiva do Poder Militar traduz-se, inegavelmente, por uma série de fatores que se originam na idéia conceitual de Soberania e se estendem pelo Direito Internacional e pela denominada Postura Militar, para desaguar, por fim, em ilações de Política Nacional, Poderio Militar e na própria Guerra como instrumento direto de Política Nacional.

EFETIVAÇÃO DA SOBERANIA E CONCRETIZAÇÃO OBJETIVA DO DIREITO POSITIVO

A soberania constitui-se no elemento abstrato de formação do Estado, que se cris-

taliza, em última instância, através do sincero desejo do conjunto de nacionais (povo) em conceber uma comunidade (Nação) territorial onde a vontade individual ceda espaço para a imposição da vontade coletiva, por intermédio da caracterização de um sinérgico Poder Constituinte.

Não é por outra razão, portanto, que o conceito próprio e específico de Poder Constituinte, na qualidade de poder originário e institucionalizante, é comumente sintetizado como a expressão máxima da soberania nacional, numa evidente alusão ao objetivo último dessa modalidade suprema de exteriorização teórica do poder político, que é exatamente o de trans-

* Doutor em Direito Público.

¹ Colaboração da ECEME.

² Artigo elaborado antes dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA e de seus desdobramentos.

formar a Nação – dotando-a de uma organização político-jurídica fundamental – Constituição – em um efetivo Estado.

Não podemos nos esquecer, neste diapasão, que o Estado se constitui na soma de três elementos básicos, ou seja povo (elemento humano), território fixo (elemento físico ou geográfico) e soberania (elemento abstrato), sendo certo que, de forma simples, o Estado representa a Nação dotada de uma Constituição, ou seja, de uma organização político-jurídica fundamental, em que é estabelecido o direito interno em sua dimensão maior.

A soberania, por efeito conseqüente, caracteriza o Estado, atribuindo-lhe um direito interno ou, em outras palavras, dotando-o de instrumentos de regulação inerentes à vida de seus diversos integrantes, em princípio, de forma legítima (consensual), ainda que, em sua ação prática, de modo compulsório.

De fato, muito embora o direito positivo forjado pela função legislativa do Estado seja consensual, ou seja, resultado da vontade geral manifestada através dos representantes do povo em assembléia, ele também é obrigatório (uma vez concebido), independentemente da vontade de cada indivíduo, em face da prevalência, que passa a existir, da comunidade estatal sobre os seus componentes, individualmente considerados.

Todavia, como a soberania também se constitui, em última análise, em uma abstração, o direito estatal que dela deriva para realmente valer, de maneira genérica e obrigatória, necessita de algum tipo de elemento concreto, que tenha a capacidade de viabilizar, sob o ponto de vista efetivo, a indispensável concretização do

chamado poder de império (poder sobre todas as coisas no território estatal) e do denominado poder de dominação (poder sobre todas as pessoas no território estatal), inerentes ao poder político derivado da soberania. Esse elemento de efetivação se traduz, em última análise, pela sinérgica existência de uma força coerciva de natureza múltipla (política, econômica, militar ou psicossocial), mas que, de modo derradeiro, se perfaz por meio de uma inexorável existência de capacidade militar no sentido amplo da expressão.

Dessa feita, é sempre lícito concluir, neste diapasão analítico, que a soberania (e o direito positivo dela decorrente), embora inicialmente estabelecida por consenso, somente se efetiva, de modo amplo e pleno, com o necessário respaldo em uma capacidade de força efetiva, em mãos do Estado, que seja facilmente perceptível pelos diversos indivíduos que compõem a comunidade social, transformando a inicial abstração da soberania em uma acepção concreta e a percepção ficcional do direito em uma realidade universal e visível.

DIREITO INTERNACIONAL E POSTURA MILITAR

No âmbito externo, ou seja, no cenário particular de projeção da soberania nacional na esfera internacional, a questão torna-se ainda mais complexa, dado que não mais existe, originariamente, o elemento consensual inicial que permite, pelo menos no primeiro momento, a natural caracterização do direito, independentemente da existência plena de uma força efetiva que garanta, de maneira absoluta, a integridade do poder político.

Em essência, é oportuno assinalar que não existe propriamente uma garantia verdadeiramente absoluta (no sentido de total) quanto à integridade do poder político e, especialmente, de suas múltiplas manifestações, inclusive a de cunho legislativo (ou seja, o direito). Ainda assim, é fato que, na esfera internacional, há naturais complicadores, posto que o consenso nacional que origina o Estado (pelo menos, no primeiro momento) resta inexistente, fazendo com que muitos Estados sejam obrigados a coexistir com outros reputados, por algum motivo, indesejáveis, obrigando, em última instância, a existência de elementos de força (caracterizados, sobretudo, por intermédio das forças armadas nacionais) como garantia última da própria sobrevivência do Estado neste ambiente hostil.

Nessa hipótese, bem ao contrário, a soberania nacional deve ser necessariamente reconhecida pela comunidade internacional, permitindo a plena realização dos objetivos nacionais, através de uma efetiva política nacional, o que, na maioria dos casos, em termos práticos, somente é possível através da projeção do poder perceptível do Estado em suas diversas variáveis – econômica, política, psicossocial e, sobretudo, militar.

Não é por outra razão que muitos estudiosos do tema têm comumente se referido a uma concepção doutrinária de soberania dominante, partindo da premissa de que o poder político derivado da soberania, como elemento abstrato, somente se concretiza por intermédio de uma nítida (e superior) postura militar.

Nesse aspecto, existiriam, no cenário mundial, soberanias detentoras de uma

maior parcela de poder efetivo, contrariando a tese central do direito internacional público, que apregoa a coexistência do equilíbrio entre diversas soberanias nacionais. Também, segundo esse ponto de vista analítico, as diversas soberanias, na esfera internacional, somente existiriam de fato quando respaldadas por algum elemento perceptível de força própria (preponderantemente, mas não exclusivamente, de natureza militar) ou de outrem que, nesse caso especial, desempenharia o papel do Estado garantidor, como os diversos casos verificados durante o período histórico denominado Guerra Fria, dotando, em última análise, de plena concreção, a concepção ficcional do direito internacional é estabelecendo, por fim, uma verdadeira e palpável ordem internacional.

• *Política Nacional e Poderio Militar*

Não obstante a reação, em certo aspecto mais emotiva do que propriamente racional, de alguns autores, tem sido comum, sobretudo no século XX, o reconhecimento de que a guerra se caracteriza como uma forma inconteste de realização da política nacional e, conseqüentemente, de projeção da soberania na esfera internacional.

Ainda que quase nunca conscientemente desejada, a possibilidade de guerra externa é uma variável prevista (e considerada) por praticamente todos os países que interpretam o emprego da força militar como genuíno instrumento de política nacional, ainda que a ser utilizado em última instância. Não é por outra razão que praticamente inexistem, no mundo atual, Estados que não possuam forças armadas que traduzam, por sua vez, algum

grau do que convencionamos denominar postura militar.

Malgrado toda a sorte de considerações a respeito do assunto, vale registrar, neste contexto, que alguns intelectuais e artistas, durante o transcurso do século XX, de forma no mínimo curiosa, chegaram a defender a importância da guerra no mundo. A mais apaixonante defesa pela guerra, sem dúvida, parece ter sido a declaração de Salvador Dalí, em 1971, que perguntado se, naquela ocasião, seria a única pessoa no mundo a favor da guerra do Vietnã, respondeu:

Eu não sou somente a favor da guerra do Vietnã, mas a favor de todas as guerras. A guerra é uma empresa saudável, gloriosa. Faz com que os homens sonhem, traz à tona paixões recalcadas, é uma época de esperanças e grandes ilusões. Com isso, com sua intensidade, faz com que a arte, a ciência e as idéias se desenvolvam. Do ponto de vista erótico, as guerras desencadeiam impulsos reprimidos e estimulam a sensibilidade das pessoas. E veja: além de tudo, se houvesse paz o tempo inteiro, nós seríamos vítimas de uma mortal monotonia.

Sob essa ótica, o poderio bélico representa uma especial variável do poder perceptível (em sentido mais genérico) ou da força efetiva (em um sentido mais específico) de um Estado, permitindo não só a garantia do reconhecimento de sua soberania (numa tradução mais consentânea de independência), mas, acima de tudo, garantindo a sua própria inserção na comunidade internacional e fazendo valer, na prática efetiva, a concepção, em princípio ficcional, do próprio direito internacional.

Não é por outro motivo que, nos Estados desprovidos de instrumentos de for-

ça coativa real, onde inexistia a garantia derradeira da imposição do direito estatal interno, é sempre possível, embora indesejável, que grupos de indivíduos se estabeleçam de forma marginal e paralela ao Estado, tornando refém de sua vontade (não legítima) toda a sociedade organizada, independentemente da natural contrariedade de que tal fato necessariamente acarreta.

Assim, de modo objetivo, é possível analisar didaticamente a anatomia da soberania, desvendando os seus variados graus de exteriorização, desde o sentido mais abstrato até o mais concreto e, sobretudo, caracterizando conceitualmente as expressões poder – como elemento teórico de exteriorização da soberania abstrata, em que a mesma é revestida de autoridade, faculdade, e possibilidade de ação, forjando a sua concepção teórica – e força – na qualidade de elemento efetivo de concreção do poder, em que o mesmo é dotado de vigor e robustez em termos práticos, forjando a concepção da soberania em termos efetivos (Diagrama 1)

Vários são os exemplos, nesse particular, de Estados totalitários que, estabelecidos pela força em insurreições internas, alcançaram o reconhecimento em decorrência, sobretudo, de seu potencial militar. A China Continental, somente reconhecida em 1971, parece ser um exemplo bastante eloquente dessa realidade, considerando que conseguiu, na qualidade de terceira maior potência militar do planeta, impor ao denominado, à época, Mundo Livre, não só sua representação na ONU, como ainda um lugar permanente no Conselho de Segurança, em substituição à China Nacionalista (Formosa ou Taiwan), entendida, até então, como a única e verdadeira China.

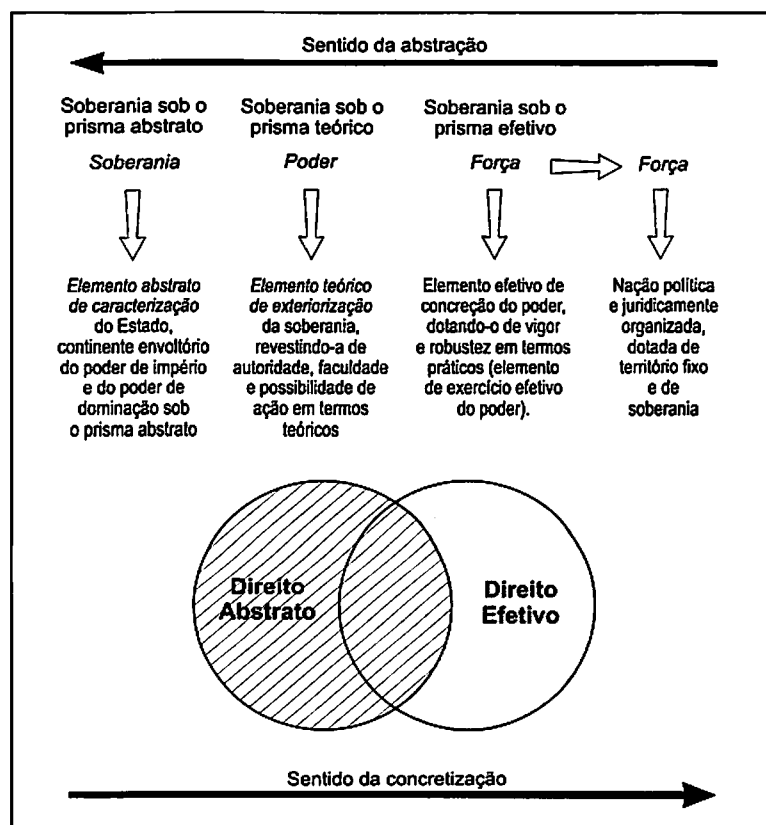


Diagrama 1: Interação do Estado com os Variados Graus de Exteriorização do Elemento Soberania (Anatomia da Soberania)

Corroborando essa assertiva, em sentido contrário, podemos enunciar os bombardeios à antiga Iugoslávia (atual Sérvia e Montenegro) realizados, em 1999, por forças da OTAN, a aliança militar ocidental, que objetivaram impor uma política à região de Kosovo (tecnicamente integrante do Estado iugoslavo), o que somente foi possível em face da relativamente frágil postura militar daquele Estado, em comparação com os membros (nucleares) da OTAN.

Nesse sentido, não faltam exemplos, de diversas Nações que, mesmo desejosas de se transformarem em Estados, sem outras

opções, apenas observaram, como agentes passivos de uma realidade impositiva, suas vontades serem sufocadas por absoluta ausência de uma capacidade militar que, em último grau, respaldasse seus mais legítimos anseios de garantir, no terreno concreto e efetivo, a projeção de suas respectivas soberanias, abstratamente existentes (Diagrama 2).

Aliás, este é, em alguma medida, exatamente o cenário que indiscutivelmente conduziu, associado a outros fatores, diversos Estados, como a antiga URSS e a própria China Con-

tinental, a buscar, num esforço quase paranóico, uma postura militar sem precedentes, e à custa de um enorme sacrifício social, na defesa, pelo menos no primeiro momento, de sua própria sobrevivência como Nação soberana.

No caso da antiga URSS, as dificuldades iniciais para criar um único Estado, ainda que confederativo, forjado através de um verdadeiro mosaico de raças, credos e línguas, somaram-se a um permanente trauma, derivado de um complexo de insegurança decorrente, por sua vez, das constantes invasões territoriais que a mesma sofreu, especialmente por parte do

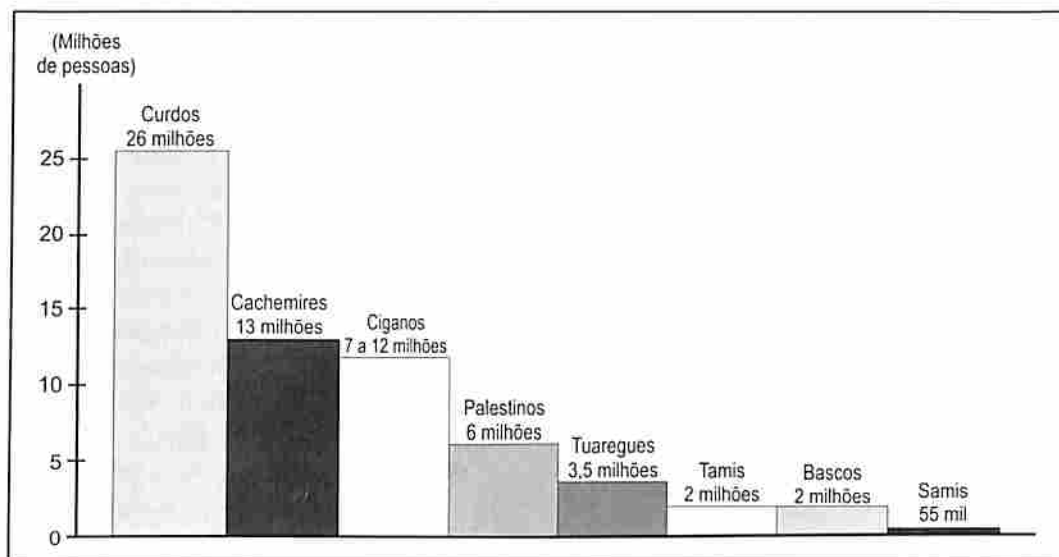


Diagrama 2: Povos sem Terra (Nações que não originaram Estados)

1. *Curdos* – Descendentes dos medos da antiga Pérsia, estão divididos nas regiões montanhosas entre a Turquia, o Iraque, a Síria e o Cáucaso. Depois da Primeira Guerra Mundial, o tratado de Sèvres de 1920 criou um Estado curdo independente, mas o documento ficou caduco três anos mais tarde.
2. *Cachemires* – Estimados em 13 milhões, estão divididos desde a partilha da Índia e Paquistão. Vários movimentos separatistas estão em atividade, principalmente entre os muçulmanos dos Estados indianos de Jammu e Caxemira.
3. *Ciganos* – Seu número é calculado entre 7 a 12 milhões. Originários da Índia, estão divididos entre a Europa Central, principalmente entre os Bálcãs e a Romênia. São nômades e rejeitam a noção de um Estado. Não têm base territorial.
4. *Palestinos* – De um total de 6 milhões de palestinos, cerca de dois milhões e meio se encontram na Jordânia, dois milhões, nos territórios autônomos (um milhão em Gaza) e nos territórios ocupados por Israel e 200.000, em Jerusalém Leste, anexado por Israel.
5. *Tuaregues* – Povo nômade africano que conta com cerca de 3,5 milhões de pessoas divididas através do deserto do Saara, Argélia, Líbia, Mali, Níger e Burkina Faso.
6. *Samis* – Também conhecidos como lapões, são cerca de 55 mil, principalmente nômades, divididos nas regiões polares da Noruega, Suécia, Finlândia e oeste da Rússia. Em todos os países escandinavos, existem parlamentos samis e as comunidades estão bem organizadas.
7. *Tamis* – Dois milhões de Tamis, descendentes de imigrantes procedentes da Índia nos séculos XII e XIV, concentram-se ao norte e ao leste da ilha de Sri Lanka, sudeste da Índia, onde um movimento separatista organiza uma campanha que assola a ilha desde 1984.
8. *Bascos* – De um lado e do outro da fronteira franco-espanhola, são dois milhões na Espanha e outros 250 mil na França. A organização armada separatista ETA realiza há três décadas uma campanha terrorista que já resultou em 800 mortes, em favor de um Estado ao qual não adere a maioria dos bascos espanhóis.

Japão (quando ainda se encontrava com a designação de Rússia Czariana) e da Alemanha (durante a Segunda Guerra Mundial). O resultado, como não poderia deixar de ser, cristalizou um sentimento belicista que, transcendendo as necessidades inicialmente defensivas, criou a segunda potência militar do planeta, ainda que muito de sua capacidade supostamente existente, particularmente nas décadas de 1950 e 1960, fosse fruto de uma bem planejada orquestração que, em seu planejamento global, chegou mesmo a criar, dentre outros aspectos, falsos mísseis, de papelão, para em desfiles, ou mesmo posicionamento para fotografias de satélites espions norte-americanos, caracterizar uma potência militar que, em essência, sua condição econômica, de fato, não podia suportar. A este respeito, a oportuna extensa reportagem da revista russa *Vlast* revelou, com riqueza de detalhes, em edição publicada no final dos anos 90, o uso de falsos mísseis GR-1, em maio de 1965, em desfile militar e as inúmeras encomendas, nessa época, de réplicas (ocas e de papelão) de diversos modelos de armas soviéticas.

No caso da China Continental, são conhecidas as pressões que seu potencial militar exerceu sobre os EUA, em particular durante a guerra do Vietnã, impedindo que o poderio estadunidense fosse empregado de modo mais objetivo e eficiente contra o Vietnã do Norte. Aliás, nesse episódio, não é demais lembrar que, no auge das grandes operações em 1967, a China preparou-se para um confronto nuclear com os EUA (a primeira explosão nuclear chinesa havia ocorrido em 1964, transformando, desde então, esse país em uma potência atômica), interiorizando as suas indústrias, temerosa de

que a pressão dos militares norte-americanos vencesse, finalmente, a excessiva cautela do então presidente Lyndon Johnson, que durante os anos de 1965/68 proibiu, os bombardeios e uso de tropas terrestres diretamente contra alvos de valor (postos militares, bases aéreas, quartéis, cidades etc.), ou próximos da fronteira com a China, no Vietnã do Norte, limitando, sobremaneira, o emprego do poder aéreo contra zonas interiorizadas do território norte-vietnamita e criando os famosos santuários que tanto prejudicaram o resultado final das ações da USAF (Força Aérea Americana).

Também, em ambos os casos, são conhecidas as inúmeras situações em que o desenvolvimento do poderio militar resultou diretamente de roubo de projetos estratégicos estadunidenses, como o próprio segredo da bomba atômica (que rendeu a execução do casal Rosenberg) ou, mais recentemente, o furto da tecnologia norte-americana de miniaturização de ogivas nucleares (como a W-88), pelos chineses, durante as décadas de 1980/90, permitindo o desenvolvimento, pela China, dos mísseis balísticos intercontinentais, dotados de múltiplas ogivas nucleares (MIRV).

No caso particular da URSS, curiosamente, foram os próprios EUA que desempenharam um paradoxal papel ativo, transferindo, no auge da Segunda Guerra Mundial, uma contribuição econômica e militar muito superior às necessidades soviéticas, criando, como resultado conseqüente, um formidável excedente de equipamentos e recursos que permitiu, nos anos do pós-guerra, a efetivação de uma notável postura militar.

A esse respeito, vale consignar que o governo soviético, conforme noticiado pe-

los diversos jornais da época (no Brasil, por intermédio de O Globo, de 19.01.44), chegou mesmo a divulgar, em tom ufanista, a gigantesca contribuição americana (e sua efetiva importância) para as incontestáveis vitórias da URSS:

Recebemos 74 mil aviões, 37 mil tanques pesados, 160 mil tanques leves, vultosa quantidade de material bélico e milhares de toneladas de víveres. E, graças ao programa de empréstimo e arrendamento, só pagamos 98 milhões de dólares por tudo isso!

• A guerra como instrumento direto de Política Nacional

Como inconteste instrumento, direto e objetivo de política nacional, a guerra – ainda que empregada como último recurso – tem sido comumente estudada e analisada pelos diversos Estados, forjando em cada um, de forma particular, uma verdadeira doutrina de guerra que, em sua particular consecução, anula, em termos efetivos, o próprio direito internacional, impondo, em consequência, o emprego do uso da força como mecanismo último de projeção de poder e, em um nível mais abstrato, de projeção de soberania.

• A guerra, seus princípios e as principais modalidades de guerra no mundo contemporâneo

A guerra é, em termos objetivos, a ação de impor a vontade ao inimigo pelo uso de um conjunto de forças militares, econômicas, políticas e psicossociais.

Modernamente, com a complexidade do mundo atual, as doutrinas de quase

todas as Nações têm entendido a guerra em três tipos básicos: a guerra clássica, a guerra revolucionária e a guerra fria; cada qual com sua característica e particularidade, mas todas, sem exceção, com o mesmo fim: a inconteste e intransigente defesa dos objetivos nacionais do Estado. (Diagramas 3 e 3A).

A guerra clássica é o conflito que utiliza, sobretudo, ações de caráter militar. A guerra revolucionária, o conflito de maior ocorrência na segunda metade do século XX, utiliza, principalmente, ações de caráter psicossocial e político. A guerra fria é o conflito que utiliza ações, fundamentalmente, de caráter econômico e político.

Independentemente do tipo de conflito, todavia, foram verificados, durante os milhares de anos em que a humanidade faz guerras, certos princípios que, quando seguidos, conduzem mais facilmente à vitória. O primeiro deles é o princípio do objetivo, que deve ser fixado e perseguido até a obtenção dos resultados desejados. O segundo é o princípio da ofensiva. O terceiro é o princípio da segurança. O quarto é o princípio da surpresa, com os fatores básicos de sigilo e velocidade. O quinto é o princípio da massa, concentrando os meios, de modo que se possa obter uma superioridade decisiva sobre o inimigo, no local e momento favoráveis à manobra que se tem em vista. O sexto é o princípio da economia de forças, evitando a dispersão e o desgaste de meios em operações secundárias, uma vez concebida a manobra. O sétimo é o princípio da cooperação com o planejamento em comum. O oitavo e último é o princípio da simplicidade, que visa a atender ao maior entendimento das operações planejadas pelos seus executores.

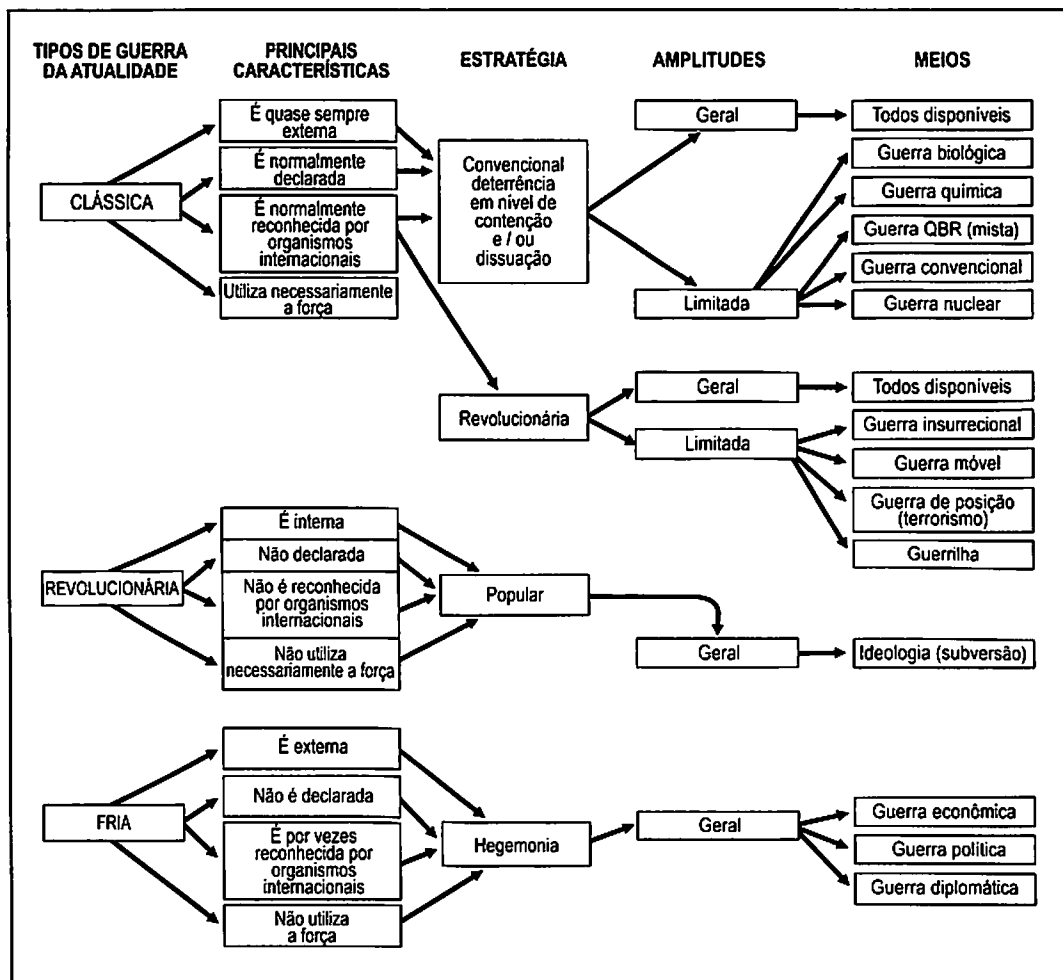


Diagrama 3: Tipos de Guerra da Atualidade

NOTAS COMPLEMENTARES

Soberania Dominante e Superioridade Militar

Se é sempre verdadeira a afirmação segundo a qual a soberania, abstratamente considerada, somente se efetiva, em termos práticos, através das projeções teóricas do poder perceptível (variáveis econômica, política, psicossocial e, sobretudo, militar) e,

em último grau, da força (particularmente, das forças armadas), não é absurdo concluir que, no concerto mundial das diversas soberanias nacionais, destaca-se aquela que possui, de forma perceptível, a maior soma de fatores efetivos de poder nacional, com especial ênfase no aspecto militar.

Por efeito, uma nítida e superior postura militar sem dúvida gera, em consequência, uma projeção de soberania que, não obstante constituir-se, em termos puramen-

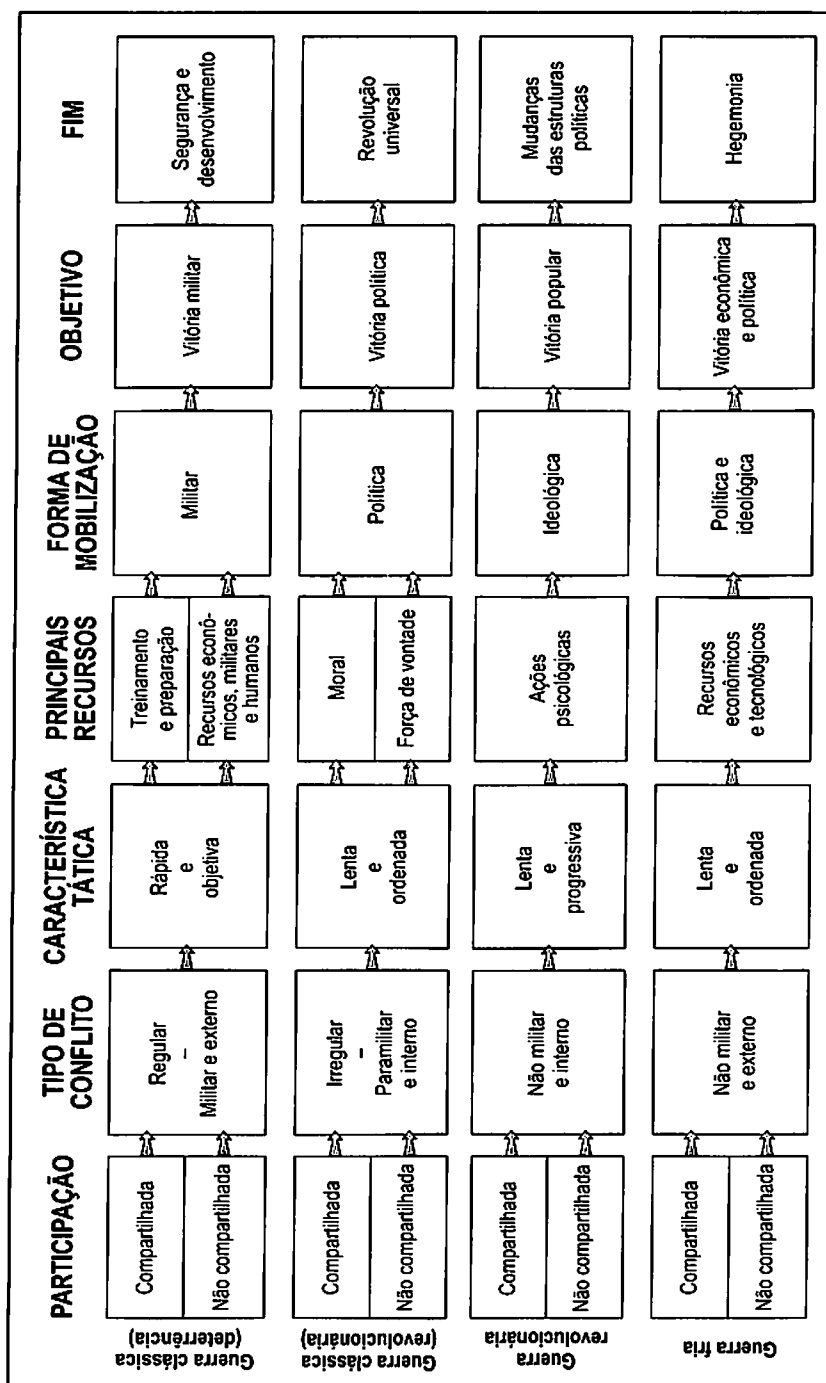


Diagrama 3A: Tipos de Guerra da Atualidade

te acadêmicos (e jurídico-ficcionais), apenas em mais uma soberania no contexto próprio do conjunto de Nações no ambiente internacional, na prática possui uma dimensão muito mais ampla, forjando uma inequívoca concepção de soberania dominante.

É exatamente esta acepção doutrinária que traduziu, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, as relações mundiais, caracterizando a denominada bipolaridade de poder global, numa especial alusão às duas maiores potências militares do planeta durante o período da Guerra Fria.

No final do século XX, no entanto, com o fim do Império Soviético e o conseqüente declínio do poderio militar da Rússia (numa mensuração mais em termos operativos do que propriamente quantitativos), uma nova realidade monopolar surgiu, resuscitando a hegemonia norte-americana conquistada no final da Segunda Guerra Mundial, notadamente com o monopólio das armas nucleares - 1945/49 -, e perdida com a construção do monolítico poder militar soviético - 1949/89.

De modo geral, contudo, as cinco maiores potências militares do mundo continuam na mesma ordem estabelecida desde meados da década de 1970, pelo menos em termos estatístico-quantitativos, ainda que seja razoável reconhecer que a nítida superioridade militar estadunidense somente é amplamente perceptível, nessa particular dimensão, em termos qualitativos tecnológicos (Diagramas 4 e 4A).

Hegemonia militar norte-americana

Ciência e tecnologia, sem a menor sombra de dúvida, sempre foram e continuam sendo a principal razão da superio-

ridade militar norte-americana e o motivo central de sua atual hegemonia bélica.

Desde o confronto na Coreia (1950-53), quando, inicialmente, os aviões estadunidenses F-80 Shooting Star (de asa reta) e F-84 (de asa flexa) tiveram problemas com o seu oponente Mig-15, exigindo o rápido envio dos F-86 Sabre, os EUA fizeram uma nítida opção pelo fator qualidade em detrimento, muitas vezes, de um desdobramento maior de forças (quantidade).

Essa opção se tornou mais nítida na década de 1960, quando a ênfase principal recaiu sobre o poder de fogo (e não mais sobre aspectos quantitativos); a concreção dessa escolha mostrou-se mais claramente no conflito vietnamita. De fato, nas duas grandes invasões do território sul-vietnamita por forças de Hanói, em 1968 e em 1972, o contingente de tropas terrestres norte-americanas era sensivelmente diferente (580.000 soldados em 1968, em comparação a apenas 25.000 em 1972, no auge do processo de vietnamização do conflito), embora os resultados operativos tenham sido relativamente semelhantes, graças ao guarda-chuva aeroespacial estadunidense que permitiu, em ambos os casos, a derrota militar da ofensiva adversária.

O emprego de alta tecnologia (e, particularmente, de elevado poder de fogo) - mormente quando realizado sem restrições (o que não ocorreu no Vietnã até 1972 e, em parte, na Iugoslávia em 1999) - tem-se mostrado, nesse sentido, de grande eficiência, como no caso da operação Linebacker II, realizada em dezembro de 1972, que bombardeou ininterruptamente Hanói e Haifong, obrigando a assinatura dos acordos de paz de janeiro de 1973 (que, posteriormente, não foram cumpridos pelo Vietnã

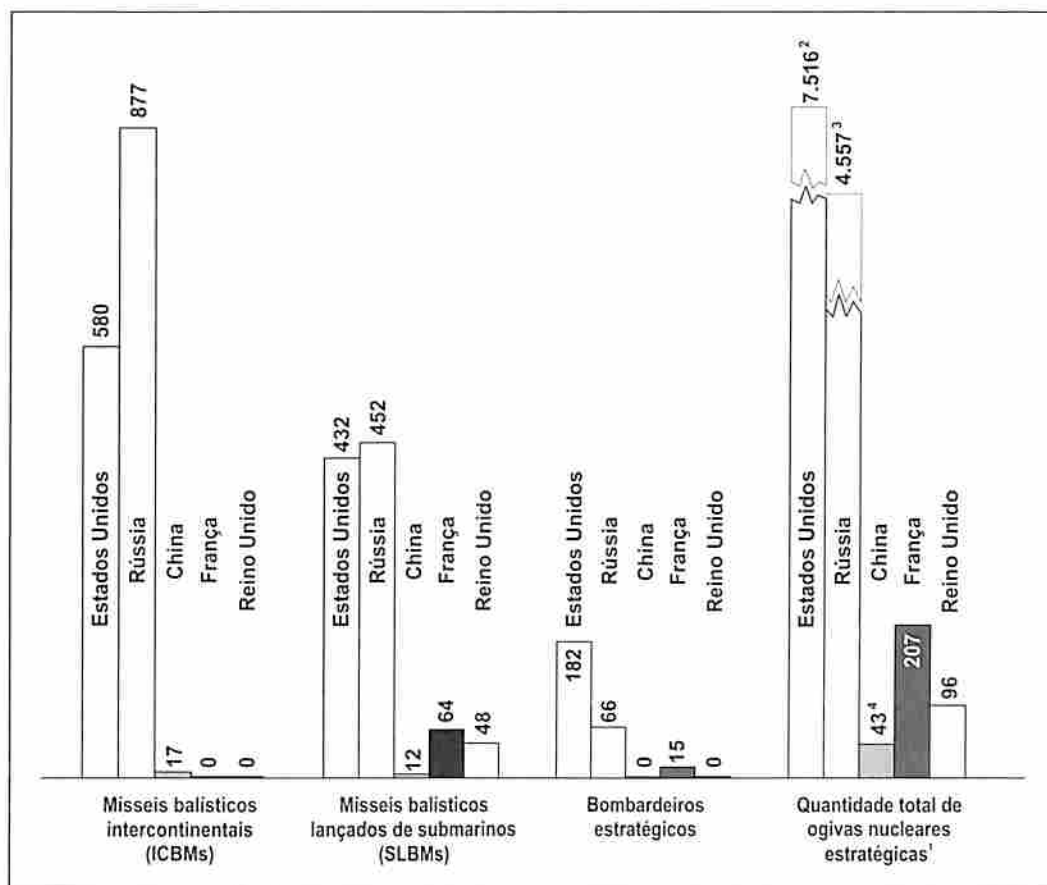


Diagrama 4: Comparação Estatística entre Forças Estratégicas dos EUA, Rússia, China, França e Reino Unido

OBSERVAÇÕES

1. Não incluem ogivas nucleares táticas de alcance limitado e sim apenas ogivas nucleares estratégicas lançadas por ICBMs, SLBMs e bombardeiros estratégicos.
2. Referem-se a 2.090 ogivas lançadas por ICBMs, 3.456 ogivas lançadas por SLBMs e 1.320 ogivas relativas a queda livre lançadas por 15B-2^A (10 ogivas, em média, por avião) e de, pelo menos, outras 500 ogivas em estoque (total de 1970 ogivas lançadas por avião).
3. Referem-se a 2.857 ogivas lançadas por ICBMs, 1.500 ogivas (estimadas) lançadas por SLBMs e 120 ogivas relativas a mísseis ALCM lançados por 60 TU-95H (duas em média, por avião), além de, pelo menos, mais 80 bombas nucleares de queda livre (total estimado de 200 ogivas lançadas por avião).
4. Quantidade em rápida expansão.

Fonte: Internacional Institute for Strategic Studies; *The Military Balance*. 1997/8, Oxford University Press, London

Mísseis balísticos intercontinentais com base em terra (ICBMs) – Número de ogivas nucleares (warheads)

	1990/92	1998	Planejado ¹
E U A	1.000/2.450	580 ² /2.090 ²	500 ³ /500 ³
Rússia*		877 ³ /2.875 ³ (E)	800/800
China		17 ⁴ /31 ⁴	50/150
França		0/0	0/0
Reino Unido		0/0	0/0

Submarinos estratégicos porta-mísseis (SSBNs)

	1990/92	1998	Planejado ¹
E U A	31	18 ⁶	18
Rússia*		29 ⁷	20
China		1 ⁸	5
França		4 ⁹	4
Reino Unido		3 ¹⁰	3

Mísseis balísticos lançados de submarinos (SLBMs)/número de ogivas nucleares (warheads)

	1990/92	1998	Planejado ¹
E U A	568/4.864	432 ⁶ /3.456 ⁶	336/1.750
Rússia*		452 ⁷ /1.500 ⁷ (E)	380/1.000
China		12 ⁸ /12 ⁸	60/180
França		64 ⁹ /192 ⁹ (E)	64/192
Reino Unido		48 ¹⁰ /96 ¹⁰	48/96

Bombardeiros estratégicos

	1990/92	1998	Planejado ¹
E U A	324	182 ¹¹	187
Rússia*		66 ¹²	60
China		0	0
França		15 ¹³	0
Reino Unido		0	0

Porta-aviões

	1990/92	1998	Planejado ¹
E U A	15(+1)	11(+1) ¹⁴	11(+1)
Rússia*		1 ¹⁵	1
China		0	0
França		2	2
Reino Unido		3	3

Diagrama 4A: Comparação entre o grau de postura militar entre as cinco maiores potências bélicas do mundo atual

Principais navios de superfície (couraçados/cruzadores/destróieres/fragatas) e submarinos de ataque

	1990/92	1998	Planejado ¹
E U A	287	192	166
Rússia*		188	150
China		115	120
França		56	50
Reino Unido		53	50

Aviões de combate tático (Força Aérea + Marinha + Fuzileiros Navais)¹⁶

	1990/92	1998	Planejado ¹
E U A	3.329 + 1.676 + 495	2.644 + 1.598 + 454 ¹⁷	2.600 + 1.500 + 450
Rússia*		1.855 + 329 + 0	1.500 + 300 + 0
China		3.740 + 0 + 0	3.500 + 0 + 0
França		505 + 69 + 0	500 + 69 + 0
Reino Unido		452 + 33 + 0	450 + 33 + 0

Tanques de combate (MBT) (Exército + Fuzileiros Navais)

	1990/92	1998	Planejado ¹
E U A	14.524 (+271)	7.836 (+ 403) ¹⁸	7.800 (+ 450)
Rússia*		15.500 (+ 0)	10.000 (+ 0)
China		8.500 (+ 0)	8.500 (+ 0)
França		768 (+ 0)	750 (+ 0)
Reino Unido		541 (+ 0)	500 (+ 0)

Efetivo ativo (em milhares) (Todas as Armas: Exército, Marinha, Aeronáutica e Fuzileiros Navais)

	1990/92	1998	Planejado ¹
E U A	2.069	1.431	1.360
Rússia*		1.240	1.000
China		2.840	2.500
França		381	380
Reino Unido		213	210

Efetivo ativo (em milhares) (Todas as Armas: Exército, Marinha, Aeronáutica e Fuzileiros Navais)

	1990/92	1998	Planejado ¹
E U A	1.128	892	835
Rússia*		1.200	1.000
China		1.200	1.000
França		293	290
Reino Unido		380	300

Diagrama 4A: Comparação entre o grau de postura militar entre as cinco maiores potências bélicas do mundo atual

OBSERVAÇÕES

1. De acordo com o Segundo Tratado de Redação de Armas Estratégicas (START II) e com planejamento de cada país considerado.
 2. 530 Minuteman III (LGM-30G), cada um com três ogivas independentes (MIRV) e 50 Peacekeeper (LGM)-118⁴/MX com 10 ogivas independentes e manobráveis (MARV).
 3. 186 Satan (RS-20), a maioria com 10 ogivas independentes (MIRV), 239 Stiletto (RS-18-SS-19) com três a seis ogivas independentes (MIRV) (170 na Rússia e 69 na Ucrânia sem ogivas), 92 Scarpel (RS-22-SS-24), com 10 ogivas independentes (MIRV) e 360 Sickie (RS-12M/SS-25), com uma ogiva única. O total de 2.857 ogivas é um exercício matemático que não corresponde, necessariamente, à realidade, não obstante historicamente, a partir da década de 1980, a antiga URSS possuir mais ogivas nucleares em ICBMs comparativamente com os EUA.
 4. Em fase de expansão, incluindo sete CSS-4 (DF-5) com ogivas múltiplas (MIRV) e 10 CSS-3 (DF-4) com uma ogiva singular.
 5. Mix de 500 Minuteman III (LGM-30G) com uma ogiva cada um, e não mais com três ogivas múltiplas (MIRV) e de 50 Peacekeeper com 10 ogivas múltiplas e independentes (MARV).
 6. Incluídos 18 submarinos classe Ohio (18.000 ton.), 10 dos quais transportando, cada um, 24 mísseis UGM-133A Trident D5, com oito ogivas independentes e manobráveis (MARV), e oito restantes transportando, cada um, 24 mísseis Trident C4, com oito ogivas independentes (MIRV). Não incluídos quatro submarinos, três dos quais armados com 48 mísseis Poseidon C3 (14 MIRVs) e um com 16 Trident C4 (versão de menor alcance).
 7. Incluídos quatro submarinos Typhoon com 20 mísseis SS-N-20 Sturgeon, sete submarinos Delta IV com 16 mísseis SS-N-Skiff, 10 submarinos Delta III com 16 mísseis SS-N-18 Stingray, um submarino Delta II com 16 mísseis SS-N-8 Sawfly e sete submarinos Delta I com 12 mísseis SS-N-8 Sawfly. Não incluído um submarino Yankee com 16 mísseis SS-N-6, três submarinos Delta II com 16 mísseis SS-N-8 e sete submarinos Delta I com 12 mísseis SS-N-8.
 8. Em fase de expansão, incluindo um submarino Xia com 12 mísseis (SS-N-3 (J-I)).
 9. Incluídos três submarinos Le Rodoutable com 16 mísseis M-4 e um submarino Triomphant com 16 mísseis M45. O total de ogivas é, na verdade, inferior a 192, posto que nem todos os mísseis transportam, três ogivas independentes (MIRV).
 10. Incluídos três submarinos Vanguard com 16 mísseis Trident D5 com oito ogivas independentes e manobráveis (MARV), no total de 96 ogivas e não 128, pois nem todos os mísseis estão armados com as oito ogivas originalmente programadas.
 11. Incluídos 95 B-1B, 66 B-52H Stratofortress (equipados com mísseis de cruzeiro ALCM AGM-86B), 15 B-2A (Stealth) Spirit, além de seis B-52H para testes. Mais unidades B-2A Spirit continuam sendo produzidas, até o total projetado de 21 unidades. Não estão incluídos alguns B-52 remanescentes que estão estocados.
 12. Incluídos 60 TU-95H Bear (com mísseis de cruzeiro ALCM AS- 15) e seis TU- 160. Não incluídos 19 TU-160 e 25 TU-95B ucranianos.
 13. Referentes aos 15 Mirage IVP (mais três unidades em estoque) que serão substituídos por Mirage 2000N que não podem ser considerados estratégicos.
 14. Incluídos sete Nimitz CVN (96.000 ton.), todos nucleares, três Kitty Hawk CVV (81.000 ton.), um Kennedy CVV (80.000 ton.) e um Forrestal CVV (79.000 ton.). O porta-aviões Kennedy se encontra atualmente na reserva naval. Não são incluídos 11 porta-helicópteros (9 LHA e 2 LHP), nove dos quais dotados de aviões de ataque Harrier.
 15. Refere-se ao porta-aviões Kuznetsov CVV (67.500 ton.).
 16. Incluem caças táticos, aviões de ataque, bombardeiros leves e médios e aviões de reconhecimento. Não incluem bombardeiros de longo alcance (estratégicos).
 17. Não estão incluídas as unidades em estoque (reserva não ativa) que totalizam 1.098 aviões na Força Aérea e diversas outras na Marinha e no Corpo de Fuzileiros Navais.
 18. Em sua maioria, M-1 Abrams (7.644), além de 192 M-60 A3.
- (E) = estimativa
- (*) = o poderio militar russo está sendo considerado, em sua mensuração, em termos puramente estatístico, desconsiderando o fato de que grande parte das unidades computadas não se mostram em condições plenamente operacionais.

do Norte que, mais uma vez, invadiu o Vietnã do Sul em fins de 1974, vencendo a guerra em abril de 1975, quando as tropas sul-vietnamitas, sem o apoio aéreo estadunidense, sucumbiram à superioridade numérica do inimigo) e a repatriação dos soldados norte-americanos.

Mais recentemente, o ressurgimento do denominado Projeto Guerra nas Estrelas (um escudo espacial contra mísseis balísticos), idealizado inicialmente no governo Reagan e, para alguns, um dos responsáveis pelo fim do Império Soviético, levantou preocupações gerais por parte, sobretudo, da Rússia e da China, que interpretam o eventual sucesso dessa empreitada como o rompimento derradeiro do que resta do ténue (e relativo) equilíbrio estratégico mundial.

Direito Internacional e a (Nova) Ordem Internacional

O fim do Império Soviético em 1989, com a desagregação de suas várias repúblicas (processo iniciado com a independência dos países bálticos e culminado com a separação da Rússia, após a tentativa de golpe em 1991, o que obrigou Gorbachov, premier de uma URSS sem território, a entregar o poder de direito a um fortalecido Ieltsin, detentor do poder de fato), sem dúvida corresponde a um marco histórico em que uma nova ordem internacional começou a ser estabelecida sob a hegemonia plena dos EUA.

O primeiro resultado perceptível foi a Guerra do Golfo, onde uma coalizão militar, liderada pelos norte-americanos, impôs, pela primeira vez, sem os riscos naturais de uma confrontação nuclear com

a URSS, a concepção histórica de paz estadunidense, à luz de uma interpretação peculiar do direito internacional, em que as diversas soberanias nacionais seriam sempre respeitadas e, em último caso, garantidas pelo Ocidente pluralista.

Vale relembrar, nesse contexto particular, que a razão das disputas fronteiriças entre o Kuwait e o Iraque se encontra numa antiga reivindicação de Bagdá de que o país vizinho foi criado artificialmente pela Grã-Bretanha a partir do território iraquiano. O lençol petrolífero de Rumeilah, que se estende pelos dois lados da fronteira, constitui um motivo a mais de conflito entre os dois países.

Em 1990, Bagdá acusou o Kuwait de roubar o equivalente a US\$2,4 bilhões em petróleo do lençol. No dia 2 de agosto daquele ano, as tropas de Saddam Hussein invadiram o emirado.

Centenas de tanques iraquianos cruzaram o deserto kuwaitiano, encontrando pouca oposição das forças do país, e em 24 horas ocuparam todo o Kuwait.

A agressão causou uma imediata reação internacional, capitaneada pelos Estados Unidos. O Conselho de Segurança da ONU exigiu a imediata retirada das forças iraquianas, impondo um embargo econômico a Bagdá, sem resultado. Saddam ignorou os apelos e as ameaças de uso da força e anexou o Kuwait ao território iraquiano. Em seguida, o ditador voltou suas atenções para a Arábia Saudita, deslocando milhares de soldados para a fronteira. Os Estados Unidos não perderam tempo e articularam uma coalizão internacional de 39 países para expulsar os iraquianos do Kuwait. Em meados de janeiro de 1991, 670 mil soldados, apoiados em armamen-

to de última geração, estavam a postos para acabar com a aventura militar de Saddam.

O Conselho de Segurança da ONU deu um ultimato ao Iraque para retirar suas tropas do Kuwait até o dia 15 de janeiro, autorizando o uso da força após essa data. Como Saddam não se dobrou às exigências da comunidade internacional, no dia 17 de janeiro, os aliados começaram o bombardeio de Bagdá, dando início à Guerra do Golfo.

Os americanos denominaram a investida Operação Tempestade do Deserto. Dos dois lados, mais de um milhão de soldados estavam no teatro de guerra, a maior concentração de forças militares desde a Segunda Guerra Mundial.

A supremacia aérea aliada foi confirmada nos dois primeiros dias do conflito: o Iraque começou a guerra com a sexta aviação mais poderosa do planeta, mas somente 25 de seus aviões conseguiram levantar voo, após o sistema de comando e controle ter sido destruído nos ataques iniciais.

Depois de um mês de bombardeio aéreo, as forças terrestres iniciaram um ataque que durou cem horas, expulsando os iraquianos do Kuwait e terminando as operações militares em 28 de fevereiro.

Os aliados perderam 370 soldados nos combates e o Iraque aceitou um cessar-fogo em 6 de abril, tendo perdido mais de cem mil soldados. Milhares de civis kuwaitianos e iraquianos também morreram.

Todavia, passada mais de uma década, o que se vê é a mesma hipocrisia, comum nos anos de guerra fria, em que certos países são severamente punidos, enquanto outros são simplesmente ignorados.

Preocupante, nesse sentido, o perigo so precedente aberto com a intervenção da OTAN na antiga Iugoslávia (Sérvia e Montenegro), onde, pela primeira vez, de forma aberta, ataca-se militarmente um país que não agrediu seus vizinhos, para impor uma autonomia em parte de seu próprio território (Kosovo), o que fez surgir naturalmente uma esperada reação de parte da comunidade internacional.

A questão é, no mínimo, curiosa, posto que o argumento central pela defesa da minoria étnica de albaneses muçulmanos (residente em Kosovo) não resiste a uma análise imparcial, considerando, nesse aspecto, que nada foi feito, por exemplo, a respeito do massacre de 700.000 tutsis, em Ruanda (1994). ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA — Coleção General Benício



Geopolítica e Modernidade

Carlos de Meira Mattos

A obra evidencia a importância crescente da geopolítica nos tempos atuais. Avalia a prevalência dos seus fundamentos, na atualidade, em face das transformações do meio geográfico e dos instrumentos de ação política que interagem nas suas concepções. O autor busca resposta para as questões resultantes da noção de poder e espaço geográfico, à luz da modernidade.

A influência da Missão Militar Francesa na ECEME

*Ary Pelegrino Filho**

RESUMO

Matéria extraída de monografia elaborada por exigência curricular para obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. O texto descreve a pesquisa realizada (coleta de dados, discussão e síntese) do período histórico em que vigorou o contrato do Brasil com a Missão Militar Francesa (MMF), de 1920 até 1940. Considera ainda o período de 1941 a 1945, no qual a influência francesa permaneceu presente, até a chegada, à então Escola de Estado-Maior, do Coronel Humberto de Alencar Castello Branco, nomeado Diretor de Ensino em 1946, trazendo as idéias da Doutrina Militar Americana, adquirida na Segunda Guerra Mundial.

PALAVRAS-CHAVE

Missão Militar Francesa, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

A Escola de Estado-Maior, denominada, nos dias atuais como Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), tendo funcionado, ao longo de sua história, na extinta Escola Militar do Brasil (na Praia Vermelha), nas instalações do antigo Ministério da Guerra (atual Palácio Duque de Caxias), no atual 1º Batalhão de Polícia do Exército (no Andaraí), e em suas atuais instalações (na Praia Vermelha), entre outras, foi o cenário de onde

se buscou extrair as influências da Missão Militar Francesa (MMF).

Fontes bibliográficas e documentais sobre a MMF encontravam-se dispersas. Além disso, não havia pesquisa de valor histórico que demonstrasse a magnitude de sua influência na ECEME. Verificou-se, dessa forma, a necessidade de realização de um trabalho que não só avaliasse como também destacasse essa influência no estabelecimento de ensino do mais alto nível do Exército Brasileiro.

Ao final da Primeira Guerra Mundial, o Exército Brasileiro atravessava um período

* Major de Engenharia e de Estado-Maior.

do de dificuldade porque se ressentia de operacionalidade necessária para exercer o papel constitucional que lhe cabia.

Foi nesse contexto que surgiu a idéia de se contratar a MMF para ministrar ensinamentos ao Exército. A França, vitoriosa na guerra de 1914, foi a nação escolhida, após calorosas discussões políticas, para instruir o militar brasileiro nas novas táticas e pensamentos militares que se apresentavam.

A partir de 1920, portanto, sob direção e supervisão de oficiais franceses, operou-se uma mudança no ensino militar e na administração do Exército, com clara repercussão na instrução, nos exercícios em campanha e no emprego do material bélico, ocorrendo inúmeras transformações, não só no equipamento e no armamento, mas também (e sobretudo) no pensamento militar, com nítidos reflexos na vigorosa recuperação de competência, operacionalidade e orgulho profissional.

Não obstante o realce desse período para a instituição e a importância da ECEME para o Exército e para o Brasil, nenhum trabalho até o presente momento foi realizado com o escopo de relatar as influências da MMF na ECEME, tornando inédito e original o presente trabalho.

Com ele, buscou-se, também, um tema de História Militar, por estar inserido dentro da nova concepção de modernização do ensino militar de linha bélica, que previu a História como fonte de ensinamento e inspiração que não pode ser desprezada.

Pretende-se, assim, apresentar uma obra de valor histórico reconhecido no meio acadêmico, em face da abordagem moderna da ciência histórica e da inques-

tionável relevância da ECEME no cenário nacional.

Além disso, a possibilidade de a pesquisa contribuir com um trabalho comemorativo ao centenário dessa Escola, em 2005 — conforme diretriz do Excelentíssimo Senhor General-de-Brigada Paulo Cesar de Castro, Comandante no período de 2000 a 2002 — somou-se ao interesse do autor em realizá-la.

O objetivo geral do trabalho será analisar a influência da Missão Militar Francesa na ECEME e, como objetivos específicos, apresentar a situação no Exército Brasileiro antes da chegada da MMF, caracterizar propriamente a Missão, explicar sobre sua influência no Exército e, finalmente, analisar a influência da Missão na Escola, ou seja, na formação, na instrução do oficial de estado-maior e na estrutura organizacional.

Nessas condições, o autor, na observação dos dados bibliográficos e documentais, passou a dissertar sobre aquele importante período histórico, de inequívoca relevância para a evolução do Exército e, em especial, da ECEME, concluindo sobre a influência da Missão Militar Francesa na escola de mais alto nível do Exército Brasileiro.

MATERIAL E MÉTODO

Para atingir os objetivos propostos, dividiu-se a pesquisa em duas partes: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

A primeira utilizou-se de técnicas de levantamento e seleção da bibliografia, com a conseguinte leitura analítica da bibliografia selecionada e elaboração das fichas bibliográficas, de citação, de resumo e de análise.

A coleta foi realizada por meio de consulta aos acervos históricos da Biblioteca Nacional, da ECEME, do Arquivo do Exército e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, dentre outros.

A segunda parte, de ordem documental, foi realizada mediante consulta aos documentos existentes nas organizações militares do Exército na área da cidade do Rio de Janeiro, particularmente no setor de pessoal da ECEME e no Arquivo Histórico do Exército, aos acervos pessoais de militares e civis relacionados à problemática em estudo, bem como à documentação existente nas organizações militares da Marinha e da Aeronáutica, sediadadas nessa cidade.

RESULTADOS

A Escola de Estado-Maior (EEM), como era chamada a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), antes de 1955, vinha sofrendo a influência dos *jovens turcos*¹ até a chegada ao Brasil da Missão Militar Francesa (MMF).

A firme determinação daqueles jovens oficiais, verdadeiramente interessados pela profissão e pelo engrandecimento do País, tornou possível viabilizar, a partir de 1913, um Exército e, por via de consequência, uma EEM mais eficientes e profissionais.

O trabalho realizado pelos *jovens turcos* e pela *Missão Indígena*², contudo, não foi suficiente para processar todas as transformações necessárias no Exército e na sua Escola de mais alto nível para acom-

panhar as várias inovações trazidas pela Primeira Guerra Mundial ao pensamento militar e à arte da guerra.

Além disso, as escolas militares encontravam-se, ainda, eivadas de ensino bacharelesco, excessivamente teórico e tecnicista, afastado em boa parte de características profissionais apreoadas pelos *jovens turcos* por meio de seu maior veículo, a revista *A Defesa Nacional*.

Havia, portanto, a necessidade da contratação de uma missão que pudesse atuar nos diversos escalões do Exército. Assim, após calorosas discussões em torno de sua origem, optou-se pelos franceses, um dos grandes vencedores da Grande Guerra e um dos povos de maior afinidade histórica com o Brasil.

Nesse contexto, os *jovens turcos* não se constituíram em contestação à Missão Francesa. Ao contrário, foram antes preparadores de sua chegada. A MMF, cujo chefe era assistente técnico do Estado-Maior do Exército (EME), atuou principalmente nas escolas militares, de onde interagiu com toda a Força Terrestre.

Na EEM, a Missão se fez representar pelo Diretor de Estudos e alguns instrutores que tinham a tarefa de ensinar, aos futuros oficiais de estado-maior, a nova doutrina, o pensamento militar e a arte da guerra que se apresentavam ao término da Primeira Grande Guerra.

A MMF, portanto, valorizou, sobremaneira, a EEM por meio da modernização e criação de novos cursos. Esses foram ostensivamente definidos, por meio

¹ Oficiais mandados estagiar no Exército alemão antes da eclosão da Segunda Grande Guerra Mundial

² Ação dos *jovens turcos* e outros oficiais empenhados em difundir os conhecimentos adquiridos visando à profissionalização atualizada dos oficiais do Exército.

de seus regulamentos e instruções, como destinando-se à elite da oficialidade. Aos oficiais que cursavam a Escola passou a ser dada exclusividade de acesso às funções relevantes do Exército e ao generalato.

A mentalidade, voltada para o conhecimento tático e profissional, foi continuamente implantada. É de se ressaltar, também, que o estudo de tática pelo método do caso concreto, por intermédio de temas táticos, rompe com o ensino livre e teórico, desenvolvendo nos alunos o raciocínio na busca das melhores soluções e tornando mais flexível o espírito de decisão.

A EEM passou, pois, a adotar com intensidade as famosas manobras de quadros e com tropa, nas quais os alunos aplicavam os conhecimentos adquiridos nos cursos, resolvendo os casos concretos na carta e no terreno, nas condições mais próximas possíveis do real.

Um método de raciocínio foi implantado para a resolução dos problemas militares. Nele, os fatores da decisão – missão, inimigo, terreno e meios – foram os principais instrumentos dos alunos para as soluções e justificativas dos temas táticos, sempre inéditos.

Os alunos da EEM tornaram-se, portanto, eficientes instrutores e capacitados comandantes, haja vista os instrutores franceses serem paulatinamente substituídos por brasileiros, na medida em que estes, formados na Escola, vieram a se nivelar aos seus mestres, após preparados, evidentemente, ao estilo deles.

Também o hábito de acompanhar o pensamento militar nos diversos exércitos do mundo foi incorporado pelos oficiais da Escola e propagado por todo o

Exército. As informações, prestadas em conversas diárias sobre notícias ou publicações periódicas de valor militar, contribuíram na resposta a esses interesses.

Na EEM adquiriu-se, ainda, a preocupação de se voltar para as tendências de eventuais adversários e de possíveis aliados, mormente no subcontinente sul-americano, em virtude das conferências sobre as conjunturas nacional e internacional.

Outra influência marcante do convívio com os franceses foi o maior interesse dos oficiais pelo estudo da História Militar, haja vista as inúmeras conferências sobre as batalhas da Primeira Grande Guerra e da Guerra da Tríplice Aliança, entre outras, abordando a arte da guerra dos grandes capitães, com óbvio relevo para Napoleão.

Uma doutrina estrangeira de tendência defensiva, porém adaptada, foi implantada na Escola e, a partir dela, em todo o Exército. As instruções, as notas de aula, os textos escolares e os regulamentos sistematizaram – e equacionaram – os problemas táticos, sedimentando um método de raciocínio e consubstanciando essa doutrina.

Novos cursos foram criados na EEM para atender aos mais elevados escalões do Exército. O Curso de Alto Comando e o Curso de Aperfeiçoamento de Estado-Maior constituíram um grande avanço no ensino, por apresentar estudos estratégicos, de política nacional e assuntos internacionais para os oficiais das mais altas patentes.

Somem-se, igualmente, novos processos de ensino e avaliação que foram estimulados e implantados, como o trabalho em domicílio, o estudo em grupo, o incentivo ao raciocínio e as avaliações sem graus numéricos – relevantes passos na evolução do ensino-aprendizagem na Escola.

DISCUSSÃO

A EEM, no período em questão, passou a adotar novos objetivos, como pôde-se comprovar nas palavras do Coronel Baudouin, Diretor de Estudos, em conferência realizada por ocasião de abertura das aulas, em 1930³.

Não temos a pretensão de, em três anos, criar o Oficial de Estado-Maior e o Chefe. O atestado que obtiverdes ao terminar o curso não vos consagrará definitivamente... Esforçar-nos-emos em proporcionar-vos todos os elementos necessários à vossa formação militar e em inculcar-vos um método de trabalho. Esses elementos e esse método constituirão a Doutrina, isto é, uma maneira comum de encarar e tratar os problemas de ordem militar. [...]

Verifica-se, então, a preocupação dos instrutores franceses, já àquela época, de apresentar, após o curso de três anos na EEM, não um produto acabado, mas sim um oficial de estado-maior com um instrumento comum de trabalho: um método de raciocínio para enfrentar os problemas militares – um oficial capacitado a buscar o auto-aperfeiçoamento após o curso, aplicando método de trabalho comum, a todos os oficiais, ministrado pelos franceses.

A propósito do método de trabalho ensinado, assim se pronunciou o Marechal João Batista de Mattos⁴.

A obra realizada foi sólida, ensinou-nos um método de raciocínio cartesiano que faculto o estudo dos problemas táticos ou estratégicos sob os mesmos ângulos, per-

mitindo assim que sejam dadas, aos mesmos, soluções semelhantes por elementos diferentes [...]

Nota-se o reconhecimento da influência francesa na EEM, particularmente no ensino da tática e da estratégia, em que um método de raciocínio tinha de ser empregado criteriosamente, levando à formulação de doutrina, ainda que baseada em ditames estrangeiros, porém adaptada à realidade nacional.

A respeito da doutrina, assim se expressou o Marechal J. B. Mattos⁵.

[...] ensinou-nos a ler, entender e interpretar ensinamentos militares expostos nos livros dos mestres e dosá-los de acordo com o escalão considerado; proporcionou grande impulso à bibliografia militar brasileira, difundindo uma doutrina de guerra em publicações que incluíam História, Geografia, organização militar, técnica operativa etc.

A profundidade das mudanças efetivadas pela MMF é considerada não só na difusão de uma doutrina militar, mas, sobretudo, na forma de interpretar os ensinamentos militares que poderiam ser extraídos do estudo das publicações militares, até então pouco difundidas e estudadas na EEM.

Uma das principais conseqüências da atuação da MMF na EEM foi a introdução de elementos universais para o estudo de um problema tático, os chamados fatores da decisão militar: *a missão, o inimigo, o terreno e os meios*. Tais fatores ainda são estudados e enfatizados na ECEME, servindo de justificativa para a apresentação de linhas de ação⁶.

³ BALDOUIN, 1930, p. 604

⁴ MATTOS, 1968, p. 57.

⁵ Idem.

⁶ Alternativas de solução formuladas no estudo de problemas militares.

A propósito desses fatores, assim se expressou o Coronel Baudouin⁷:

Em primeiro lugar, o ensino que vos será ministrado comportará princípios imutáveis, consagrados pelos estudos e a experiência, e cujos fatores básicos são os quatro elementos - missão, terreno, informações sobre o inimigo e meios disponíveis. Tais são os leit-motifs que ouvireis todos os dias e dos quais não permitiremos que vos liberteis. Por outro lado, indicar-vos-emos os processos de execução, igualmente baseados na reflexão e na experiência, porém variáveis de acordo com as circunstâncias e o temperamento do Chefe. Daí resulta que em uma situação tática, a título de exemplo ou de correção, será preciso não ver aí uma solução única e, principalmente, não ver um esquema passe partout a ser reproduzido em outra situação do mesmo gênero.

Observa-se a preocupação em não permitir que o oficial aluno se desvie do método de trabalho preconizado. Além disso, o Diretor de Estudos da EEM, consubstanciando os ensinamentos dos instrutores franceses na ECEME ao longo de vinte anos de história, apresenta conceitos ainda hoje presentes e enfatizados pelos atuais instrutores dessa Escola.

Impressiona, pois, o caráter atual e profundo da atuação da MMF se compararmos os dizeres do antigo Diretor de Estudo de 1930 com o seu congênere em 2001, General Paulo Cesar de Castro⁸:

Assim, na proposta pedagógica da ECEME não cabem fórmulas, receitas ou

soluções pré-fabricadas. Os conhecimentos incorporados por alunos e estagiários, a par dos instrumentos de estudo de situação, servir-lhes-ão como fundamento para a formulação de soluções originais para problemas inéditos, cada dia mais desconhecidos. [...]

Nota-se a semelhança na proposta pedagógica do Diretor de Estudo em 1930 com a do Diretor de Ensino em 2001: este fala de soluções pré-fabricadas e aquele de solução única (ou esquema *passe partout*) a ser evitada.

Verifica-se a similitude, também, na ênfase da ferramenta que deve ser utilizada no enfrentamento dos problemas novos. O Diretor, no terceiro milênio, referiu-se ao estudo de situação como instrumento comum de trabalho e o seu correspondente, no limiar do século XX, ao método e ao raciocínio preconizados com base na doutrina e nos fatores da decisão.

Referindo-se à manobra de quadros desenvolvida em São Paulo, assim se manifestou o editorial da revista *A Defesa Nacional*⁹ como testemunha daqueles acontecimentos:

Se nos primeiros anos de trabalho, nos quais se transformou o Exército em uma verdadeira escola de aprendizagem militar e de civismo, notamos quase que exclusivamente o preparo do soldado, com sensível descuido pela instrução dos quadros, hoje, com a vinda da Missão Militar Francesa, podemos dizer que também este aspecto da carreira das armas se acha convenientemente cuidado.

Muito mais importante que o preparar recrutas é o formar-se oficiais, dando-lhes na paz um conhecimento seguro do que terão a fazer na guerra.

⁷ BALDOÛIN, 1930, p. 607.

⁸ Revista da ECEME, 2001, p. 7.

⁹ ADN, 1923, p. 833.

A instrução do soldado é relativamente simples e fácil, em pouco tempo se prepara um homem para a guerra. A formação de um oficial dura uma existência inteira, exige um aprendizado contínuo, um treinamento ininterrupto.[...]

Essas considerações fazemo-las, para justificar nosso júbilo ao apreciarmos a manobra de quadros, no mês passado, desenrolada em São Paulo. [...]

Confirma-se, pois, os efeitos da MMF na intensificação do exercício no terreno, nas conhecidas manobras de quadros em que os alunos da EEM eram colocados em contato com o terreno para desenvolver um tema tático. Atesta-se ainda a importância que a Missão conferia à instrução de quadros que, até o momento de sua chegada, estava colocada em segundo plano.

A MMF inspirou e incentivou também o estudo em grupo, como se pode observar do prescrito no Art. 23 do Regulamento da Escola, consubstanciador de toda a influência francesa na EEM¹⁰.

Art. 23 - Os oficiais alunos executam trabalho pessoal, só sendo grupados, em turmas, para os exercícios de técnica de estado-maior.

Esse trabalho, em turmas, constitui, entretanto, a regra nos exercícios de técnica de estado-maior.

Nota-se que, embora o trabalho individual fosse a regra, nos exercícios em que os alunos constituíam estados-maiores, a tônica era o trabalho em grupo. Esse foi realmente um importante passo no processo ensino-aprendizagem, tendo em vista que, na prática,

os oficiais integrantes de estados-maiores eram destinados a resolver os problemas em grupo, e não individualmente.

O ensino francês na Escola não se limitou ao estudo da tática e da estratégia. Também foram realizados estudos de História Militar, Geografia, Direito Internacional e Mobilização, dentre outros tópicos correlatos, por meio de conferências dos próprios instrutores ou de convidados especialmente contratados, conforme constam dos programas de trabalho publicados em boletins escolares¹¹.

O Marechal Leitão de Carvalho, aluno *très bien* do Curso de Revisão e Comandante da EEM de 1934 a 1936¹², assim se pronunciou, a respeito da atuação francesa na Escola:

*O estudo dos temas a resolver em domicílio, exigindo um exame prévio de suas variadas questões, aconselhava o trabalho em equipe, cujas vantagens eram evidentes, pois resultava dele um conhecimento completo dos vários aspectos das questões, habilitando, assim, a proceder à seleção das soluções mais acertadas. Foram-se formando, em consequência, os grupos de estudo, espécie de estados-maiores, que se entregavam ao trabalho coletivo. O meu grupo ficou constituído de Souza Reis, Pais de Andrade e Pedro Cavalcanti, todos quatro excelentemente colocados, depois, no julgamento de fim de ano, com a nota *très bien*, e nomeados professores adjuntos dos mestres franceses. [...]*

O conceito *très bien*, aludido pelo Marechal Leitão de Carvalho, era usado pela MMF e atribuído ao aluno que obtivesse nota superior a oito na média final dos cursos. Depois, durante certo tempo, foi por toda a oficialidade brasileira empregado,

¹⁰ BRASIL, 1941.

¹¹ Boletim Escolar, 1920.

¹² CARVALHO, 1962, pp. 40-41.

por força do hábito e, quiçá, com ares de importância. Passou a ser, inclusive nos dias atuais, o disputado MB (*muito bem*) não só nos cursos da ECEME, como também de outras escolas.

A propósito da natureza dos trabalhos e seu julgamento, assim estabeleciam as instruções provisórias para os Cursos de Alto Comando e Aperfeiçoamento¹³:

13. Uma vez corrigidos, serão esses trabalhos restituídos aos respectivos autores, com um julgamento sintético que faça ressaltar as qualidades ou deficiências das soluções apresentadas, mas, "sem notas numéricas". [!] [...]

Atesta-se a marca indelével da influência da MMF na EEM, com a criação e direção de cursos cuja avaliação se baseia em julgamento que ressalta as qualidades e deficiências encontradas, sem mensuração numérica do resultado (sem notas numéricas), característica só encontrada atualmente no Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx) da ECEME.^{NR}

Tal foi a importância adquirida pela Escola àquela época que, não foi por mero acaso, esse instituto de altos estudos militares ganhou instalação nova e própria, justamente no fim da participação francesa no EB, como assinalou o registro histórico¹⁴.


29 de junho de 1940

A Escola foi transferida da Rua Barão de Mesquita, em Andaraí, para a praça General Tibúrcio, na Praia Vermelha, onde fora construído um edifício moderno e próprio à sua nova instalação.

Esse endereço ainda é o da ECEME atual. Possui salas amplas, auditórios e uma grande biblioteca. Construído em 1940, à sombra do conjunto orográfico do Pão de Açúcar, localiza-se em região que figura nos cartões postais da cidade do Rio de Janeiro.

SÍNTESE

A Missão Militar Francesa, influenciou a formação e o aperfeiçoamento do oficial de estado-maior, a instrução e a estrutura organizacional da ECEME, deixando indiscutíveis marcas que, até hoje, perduram, a mostrar a profundidade de sua atuação.

Os ensinamentos hauridos, a organização efetivada e os documentos produzidos por sua influência, em que pese a importação de uma doutrina, contribuíram de forma decisiva, conforme demonstrado, para o engrandecimento e o alto conceito que a ECEME desfruta atualmente nos contextos nacional e internacional, na qualidade de escola de mais alto nível do Exército Brasileiro. 

¹³ BRASIL, 1939 b, pp. 1747-1748.

^{NR} Adotada em todos os cursos da ECEME a partir de 2003, dentro do atual programa de modernização do ensino no Exército.

¹⁴ 1952, p. 28.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A Manobra de Quadros. A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, nº 121, p. 833-834, Nov. 1923.
A Viagem da Escola de Estado-Maior. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, nº 200, p. 696, Ago. 1930.
Academia Militar das Agulhas Negras. *História da Doutrina Militar*. Resende, 1979.
Almanaque Abril. São Paulo: Editora Abril, 1988 - Anual.

- ALMEIDA, Reynaldo Mello de. *Depoimento de ex-comandantes. Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 121, nº 3, p. 74-78, Jul/Set. 1984.
- AUGUSTO, Horácio Acácio. *Influências estrangeiras marcantes na formação e doutrina do Exército Brasileiro, do descobrimento aos dias atuais*. 1991. 49 f. Monografia (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1991.
- BASTOS FILHO, Jayme de Araujo. *A missão militar francesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.
- BASTOS, Pedro Ivo de Assis; SILVA, Francisco de Assis. *História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1983.
- BAUDOÛIN. *Os cursos da E.E.M. A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, nº 199, p. 604 - 608, Jul. 1930.
- BLAY, Jean-Pierre. *A missão militar francesa e sua influência na formação intelectual e tecnológica das elites militares brasileiras. Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro, nº 80, p. 82-90, 1994.
- Boletim Escolar [da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército]. Rio de Janeiro, 1905-1940.
- BRASIL. Decreto nº 10.198, de 30 de abril de 1913. *Aprovou o regulamento da Escola de Estado-Maior*. Boletim do Exército, Brasília, DF, nº 273, p. 797 - 807, 5 maio 1913.
- _____. Decreto nº 13.451, de 29 de janeiro de 1919. Estabeleceu as bases para a reorganização do ensino militar e criação de cursos de revisão, de aviação e outros. *Boletim do Exército*, Brasília, DF, nº 217, p. 72 - 74, 31 Jan. 1919a.
- _____. Decreto nº 13.752, de 10 de setembro de 1919. Aprovou o regulamento para a execução do Decreto nº 13.451, de 29 de janeiro de 1919 na parte referente aos cursos de estado-maior e de revisão. *Boletim do Exército*, Brasília, DF, nº 262, p. 81 - 82, 15 Set. 1919b.
- _____. Decreto nº 6.656, de 30 de dezembro de 1940. Aprovou o regulamento da Escola de Estado-Maior. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, nº 5, p. 289 - 300, 7 Jan. 1941. Seção 1.
- _____. Decreto-Lei nº 1.735, de 3 de novembro de 1939. Regulou o ensino militar no Exército. *Boletim do Exército*, DF, nº 50, p.3871 - 3950, 11 Nov. 1939a.
- _____. Decreto-Lei nº 432, de 19 de maio de 1938. Regulou o ensino militar no Exército. *Boletim do Exército*, DF, nº 17, p. 791 - 805, 25 Jul. 1938.
- _____. Instruções provisórias para a organização e funcionamento do Curso de Alto Comando e do Curso de Aperfeiçoamento de Estado-Maior. *Boletim do Exército*, Brasília, DF, nº 24, p. 1745 - 1748, 13 maio 1939b.
- CÂMARA, Hiram de Freitas. *Marechal José Pessoa: a força de um ideal*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma Introdução à História*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- CARVALHO, Estevão Leitão de. *Memórias de um soldado legalista*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1962.
- CORDA, H. *L'évolution des méthodes offensives de L'Armée Française: la recherche de la surprise pendant la Grande Guerre (1914-1918)*. Paris: Gauthier-Villars, 1921.
- CORRÊA, Roberto Alvim; STEIMBERG, Sary Hauser. *Dicionário Escolar Francês Português-Português Francês*. 7ª ed. Rio de Janeiro, 1982.
- ENTREVISTA do Chefe do DEP para a Revista do Exército Brasileiro. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 134, p 9-12, 1ª Trim. de 1997.
- ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. A Escola. 2001. Disponível em: <<http://www.eceme.eb.mil.br/escola.htm>>. Acesso em: 25 Jul. 2001.
- _____. *ME 230 - 5: vocabulário da ECEME*. Rio de Janeiro, 1986.
- _____. *Registro Histórico: 1905-1963*. Rio de Janeiro, [1952?].
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Bases para a modernização da doutrina de emprego da Força Terrestre (Doutrina Delta)*. Brasília, DF, 1997a.
- _____. *C 100 - 5: operações*. Brasília, DF, 1997b.
- _____. *C 124 - 1: estratégia*. Brasília, DF, 1997c.
- _____. *Documentos históricos*. Brasília, DF, 1996.
- _____. *História do Exército Brasileiro*. Brasília, DF, 1972. V. 2-3.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *T 21 - 250: manual do instrutor*. Brasília, DF, 1997d.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FIGUEIREDO, Diogo de Oliveira. *Depoimentos de ex-comandantes*. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 121, nº 3, p. 93-99, Jul./Set. 1984.
- FONSECA, Ariel Pacca da. *Depoimento de ex-comandante*. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 121, n.3, p. 79-84, Jul./Set. 1984.
- FRAGOSO, Tasso. Discurso de encerramento das aulas da EEM. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, nº 217, p. 5-8, Jan. 1932.
- FRANCE. Ministère de la Guerre. *Instruction sur l'emploi tactique des Grandes Unités*. Paris: Charles-Lavauzelle, 1937.
- GAMELIN, Maurice Gustave. *A tarefa da missão francesa: a revisão dos nossos regulamentos militares: a harmonia de vistas da missão com o nosso Estado-Maior*. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, nº 80, p.262 - 263, Mar. 1920.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- LAVALADE, Chadebec de. Conferência de abertura do Curso de Alto Comando. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, nº 314, p. 11-14, Jul. 1940.
- . *Cours du Haut Commandement*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1939. v. 1.
- LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia volta volver*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- MAC CANN, Frank D. *Influência estrangeira no Exército Brasileiro*. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, nº 717, 1985.
- MACHADO, João Bina. *Depoimento de ex-comandantes*. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 121, nº 3, p. 69-73, Jul./Set. 1984.
- MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- MALAN, Alfredo Souto. *Missão militar francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.
- MATTOS, João Baptista de. *Os ensinamentos franceses no Exército Brasileiro*. *Revista de Geografia e História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro, nº 56, p. 44-62, 1968.
- MENDES, Ivan de Souza. *Depoimento de ex-comandantes*. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 121, nº 3, p. 85-87, Jul./Set. 1984.
- MISSÃO MILITAR FRANCESA. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, nº 202, p. 202-204, Dez. 1930.
- MORAES, J. B. Mascarenhas de. *Memórias*. 1ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio/ Biblioteca do Exército, 1969.
- MOTTA, Jeovah. *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- NOEL, Paul. *Curso de Informações*. Rio de Janeiro: ECEME, 1935.
- O QUE FIZEMOS - O QUE NOS RESTA FAZER. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, nº 149-150, p. 105-107, Mai/Jun. 1926.
- PAZZINATO, Alceu Luiz; SENISE, Maria Helena Valente. *História moderna e contemporânea*. 10ª ed. São Paulo: Ática, 1997.
- REVISTA DA ECEME, Rio de Janeiro, Dez. 2001.
- REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO, Rio de Janeiro, v. 121, nº 3, Jul./Set. 1984.
- RODRIGUES, Luiz César B. *A primeira Guerra Mundial: a Grande Guerra: a paz dos vencedores: os legados da guerra*. 3ª ed. São Paulo: Atual; Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1986.
- RODRIGUES, Nilton Moreira. *A história, o chefe e a doutrina militar*. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, nº 690, p. 42-45, Jul./Ago. 1980.
- SANTOS, Francisco Ruas. *A arte da guerra*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- TAVARES, Aurélio de Lyra Tavares. *Brasil França ao longo de 5 séculos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.
- TEIXEIRA, Paulo Bolivar. Discurso de encerramento das aulas da EEM. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, nº 217, p. 8-9, Jan. 1932.
- TRAVASSOS, Mario. *A Missão*. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, nº 64, p. 118 - 119, Jan. 1919.

O Acordo de Cooperação Militar Brasil – Namíbia como instrumento de consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

*Roberto de Carvalho de Medeiros**

RESUMO

O artigo, resumo de monografia elaborada como exigência curricular para obtenção do diploma da Escola de Guerra Naval, apresenta informações sobre a Namíbia, país da África Meridional, ressalta-lhe a importância político-estratégica no contexto da projetada Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS) e destaca o desenvolvimento do Acordo de Cooperação Militar Brasil-Namíbia, de reconhecida importância para fortalecer e instrumentar-lhes os objetivos.

PALAVRAS-CHAVE

Atlântico Sul, Namíbia, ZPCAS, Acordo de Cooperação Militar Brasil-Namíbia.

Pouco se lê ou mesmo se discute sobre a resolução aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas que declara o Oceano Atlântico, na região situada entre a África e a América do Sul, como uma zona pacífica e de cooperação entre as nações, especialmente sob o encargo daquelas lindeiras atlânticas.

A área resultante foi denominada internacionalmente de *Zona de Paz e Co-*

operação do Atlântico Sul - ZPCAS, por iniciativa proposta pelo Brasil, devidamente apoiada pela maioria dos países costeiros sul-americanos e africanos.

A decisão intergovernamental dos países envolvidos¹ torna-se mais intrigante pelos propósitos nela contidos, destacando-se o forte incentivo aos países regionais no sentido de promover, intensificar e ampliar os elos de entendimento políti-

* Capitão-de-Mar-e-Guerra.

¹ Ver relação dos países envolvidos na nota de rodapé 11, página 150.

co e cooperação com vistas ao desenvolvimento econômico e social comum às partes signatárias. Destaca-se, também, a proteção do meio ambiente, a conservação dos recursos naturais e a preservação da paz e da segurança de toda a região. Essa última abordagem objetiva resguardar o Atlântico Sul de medidas de militarização e da corrida armamentista, em particular, a nuclear.

É curioso verificar a época em que a Resolução foi aprovada, outubro de 1986,

ambiente oceânico regional sul-americano, sem mencionar diretamente as questões ecológicas e das minorias hoje presentes nas agendas internacionais.

Paralelamente, na mesma ocasião, um novo Estado-nacional surgia no continente africano, decorrente de sua independência recém-reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU): a Namíbia.

O Estado-nacional da Namíbia possui, como capital, a cidade chamada de *Windhoek*, situada na altura do paralelo

de 23° 30' S, cuja latitude é muito próxima da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, um país localizado numa mesma coordenada geográfica da região sul-sudeste do Brasil, separado somente pelo Oceano Atlântico (Fig. 1).

O estreitamento das relações entre os povos tem sido historicamente estimulado por meio das relações comerciais,

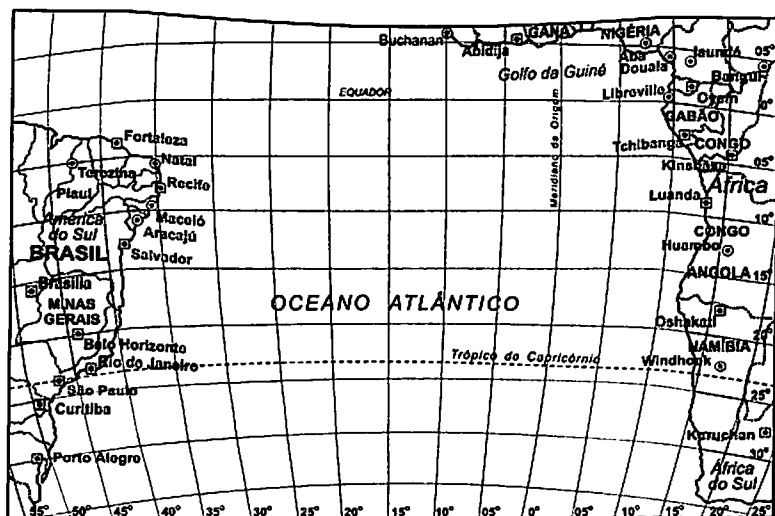


Fig. 1 - Localização geográfica da Namíbia em relação ao Brasil

quando o espírito da *Guerra Fria* ainda se fazia presente e o fantasma do cataclismo nuclear permeava os pensamentos e decisões dos dirigentes de então que visavam, com essa medida, a reduzir sua probabilidade de ocorrência em níveis aceitáveis.

No mesmo plano de importância eram levantadas as questões relacionadas com o meio ambiente e o direito à autodeterminação dos povos, em bases de desenvolvimento sustentável. Em geral, procurava-se garantir a preservação do meio

ciais, da cooperação militar, ou por ambas, o que confere uma importância primordial a essas duas vertentes: a econômica e a militar. E não tem sido diferente até agora, entre os Estados-nacionais da época moderna e pós-moderna. Depois de tantas experiências ocorridas em teatros de operações pelo mundo inteiro, na incessante busca que os Estados ensejam para aquisição de matéria-prima para a expansão de seus domínios, consequentemente absorvendo terras e regiões,

e defendendo suas riquezas e interesses políticos, parece inusitado, mas existe, de fato, uma grande relação entre capacidade militar e capacidade econômico-comercial, e essa *afinidade* ou provoca alianças, parcerias, e cooperações entre os atores envolvidos em interesses convergentes, ou favorece disputas e crises entre aqueles pelos quais seus interesses sejam ameaçados.

Iniciativas isoladas têm existido no sentido de consolidar a ZPCAS, principalmente pelos países de maior projeção nessa região, quais sejam, Brasil, Argentina e África do Sul, sendo que as ações, no campo militar, foram implementadas pioneiramente para somente depois os seus governos desencadear medidas de cooperação comercial por meio de negociações diretas e bilaterais.

Atualmente, encontra-se em pleno desenvolvimento um projeto de Acordo de Cooperação Militar entre o Brasil e a Namíbia, pouco divulgado e debatido na esfera acadêmica e diplomática. Na opinião do autor, esse Acordo revela um exemplo oportuno de projeção de poder em dois níveis, quais sejam, o político-estratégico e o estratégico-militar, com significativos reflexos no estreitamento da cooperação militar e das relações econômico-comerciais entre os dois países, com possibilidade concreta de projetar uma importante influência brasileira na formação cultural e social dos namibianos, em face da abrangência desse Acordo².

A REPÚBLICA DA NAMÍBIA E A COMUNIDADE DA ÁFRICA MERIDIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO (SADC)

A Namíbia: características nacionais e antecedentes históricos significativos

Independente da África do Sul desde 1990, a Namíbia possui a menor densidade demográfica do mundo: dois habitantes por km². A maior parte de seu território situa-se em áreas desérticas, ou seja, na faixa costeira está o deserto da Namíbia e no interior o de Kalahari. Seus parques e reservas de animais selvagens atraem muitos turistas, ainda que a caça seja rigorosamente controlada por leis nacionais de proteção ambiental. A economia namibiana, considerada desenvolvida para os padrões africanos, baseia-se na pesca, na criação de gado e na mineração. O país é grande produtor mundial de chumbo e tem significativas reservas de urânio e diamante, esse último em quantidade ponderável no solo e subsolo de seu mar territorial. A figura 2 oferece uma visão geral das principais características físicas e políticas da Namíbia.

A nação carrega a herança do *apartheid*³ imposto durante décadas pelo governo sul-africano. A minoria branca corresponde a 7% da população.

Antes da chegada dos europeus, a região era habitada por povos bantos. Em 1890, a Alemanha tomou posse do território, que passou a se chamar África do Sudoeste. Já em 1915, na Primeira Guerra Mun-

² O Acordo envolve, dentre outros compromissos, a própria formação profissional dos militares que formarão a futura marinha de guerra daquele país.

³ Regime de segregação racial - *identidade separada*. Designa a política oficial do Governo sul-africano no que respeita aos direitos sociais e políticos e às relações entre os diversos grupos raciais dentro da União (Dicionário de Política, Norberto Bobbio, pág. 53 - vol. 1)



Fig. 2 – Mapa físico da Namíbia.

dial, a Namíbia foi ocupada pela África do Sul, na época sob domínio britânico, para, em 1920, a Liga das Nações conceder aos sul-africanos mandato para administrar o território. A luta pela independência da Namíbia eclode em 1966, com a guerrilha da Organização dos Povos do Sudoeste da África da Namíbia (*Swapo*), de orientação marxista, logo respondida por ação repressiva do Governo local. Em 1968, o Conselho de Segurança da ONU exige que a África do Sul abandone a região, deliberação não acatada e mesmo ignorada. A partir de 1975, a África do Sul usa a Namíbia como base para realizar incursões militares em Angola, acusada de dar abrigo à *Swapo*.

No final dos anos 80, os sul-africanos desocupam a Namíbia, entrando em vigor,

em 21 de março de 1990, a sua independência. Em 1994 a África do Sul devolve à Namíbia o porto de Walvis Bay, essencial para a economia namibiana.

Com uma população total de cerca de 1,7 milhão em 2000⁴, sua capital Windhoek possui aproximadamente 147 mil habitantes, sendo que, no interesse deste ensaio, duas cidades costeiras se destacam dentre as demais, quais sejam, Walvis Bay e Lüderitz, pelo movimento portuário decorrente das atividades mercantes marítimas e de pesca. Atualmente, a Namíbia encontra-se posicionada no 115º lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mundial, com uma expectativa de vida de 56 anos, possuindo 76% de sua população alfabetizada.⁵ A alta mortalidade infantil (superior a 60%), aliada às tradições socioculturais tribais espalhadas ao longo dos seus treze distritos, aparentemente impede que a Namíbia ocupe uma melhor colocação no ranking do IDH.

Aspectos relevantes das atividades econômicas produtivas e educacionais

Os principais slogans propagados na Namíbia, normalmente, associam as expres-

⁴ Namíbia - dados gerais - Almanaque Abril 2002, p. 382.

⁵ Dados fornecidos pela ONU, entre 1995 e 1996. Maiores detalhes ver *O mundo em cifras* - Enciclopédia do Mundo Contemporâneo - 2001, pág. 624-625.

sões *independência e desenvolvimento* como um *farol*, indicando suas prioridades de desenvolvimento político e econômico.

Dentre as principais atividades econômicas do país, o governo tem destacado⁶ os esforços nos setores de agricultura, pesca, exploração mineral, manufatura, construção, e no setor de serviços (turismo, transporte, comunicações e financeiro). A educação possui uma política especial que gira em torno da formação de profissionais para o setor intermediário (técnico) e superior, proporcionando mão-de-obra nacional mais qualificada e para fins específicos, dentre eles os relacionados com a atividade pesqueira

que, neste ensaio, será abordada com um maior detalhamento, por possuir uma ligação mais estreita com o tema em estudo, em detrimento dos demais empreendimentos, sem desejar desmerecê-los pois todos formam, de fato, um conjunto de atividades em prol do desenvolvimento daquele país, na sua maioria nucleados nas Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) da Namíbia.

Criadas em 1995, as ZPEs têm o propósito de contribuir para o incentivo ao investimento para a implantação das atividades manufatureiras e de exportação, particularmente ligadas à alimentação, pesca e

processamento mineral, por meio de redução das taxas, serviços alfandegários e de importação, com uma obrigação de exportar, no mínimo, 70% de seus produtos para mercados extra-SADC. Dois grandes investimentos de infra-estrutura estão sendo realizados pela área governamental: um no

setor rodoviário, ligando os principais países vizinhos (Angola e África do Sul), em fase final de construção, e o outro, já em operação, que se constitui numa planta de grande porte para dessalinização da água local, oferecendo um produto dentro das especificações internacionais para produção alimentícia.

No campo da educação, existem dois pó-

los de destaque para o ensino. O primeiro é a Escola Politécnica da Namíbia (*Polytechnic of Namibia*), cujo lema é centrado nas expressões *tecnologia e desenvolvimento*.⁷

Localizada na Capital, seus principais cursos estão voltados para a área de comércio e mercado, comunicação social e jurídica, e de engenharia e ciências aplicadas. Investe, em paralelo, nas atividades desenvolvidas no Centro de Educação à Distância presente em nove regiões do país, em parceria com a Universidade da Namíbia, oferecendo qualificações nas áreas de administração pública, ciência política e conservação do meio ambiente, com tu-

Dois grandes investimentos de infra-estrutura estão sendo realizados pela área governamental: um no setor rodoviário, ligando os principais países vizinhos (Angola e África do Sul), em fase final de construção, e o outro, já em operação, que se constitui numa planta de grande porte para dessalinização da água local, oferecendo um produto dentro das especificações internacionais para produção alimentícia.

⁶ Periódico *Namibia: Economic Review and Prospects*. 1997/1998.

⁷ *Prospectus*, Polytechnic of Namibia - 1999, pág. 32.

torias permanentes em apoio às atividades acadêmicas de seus alunos.

A Universidade da Namíbia (UNAM) é a segunda vertente do ensino público namibiano.⁸ Possui núcleos espalhados pelas principais províncias namibianas, com o *campus* universitário situado na Capital, Windhoek.

É curioso constatar a estratégia desenvolvida para permitir o rápido crescimento dos cursos oferecidos pela UNAM: criação de faculdades por concentração de áreas de conhecimento afins, ou seja, *humana e social*. São elas: Faculdade de Educação, de Direito, de Ciências Médicas e Saúde, de Ciências Econômicas e de Mercado, de Ciências, de Ciências Humanas e Sociais e de Agricultura e de Recursos Naturais.

Apesar do empenho em formar dirigentes políticos, administradores, juristas e empresários agrícolas, todos contribuindo para o desenvolvimento do país, por exclusão constata-se a ausência da área tecnológica ligada às ciências exatas (engenharia, arquitetura, etc.), o que confirma a necessidade de o governo importar tecnologia e recursos humanos para permitir empreender as ações estratégicas governamentais de desenvolvimento, tais como a indústria naval com suporte tecnológico para manutenção e reparos navais. É nesse lapso que o Brasil se insere por meio do segmento militar do Poder Nacional brasileiro, a Marinha do Brasil, para a implantação da Ala Naval do Ministério da Defesa da Namíbia. Esse assunto será desenvolvido posteriormente neste ensaio,

que passará, por fim, a tratar da outra prioridade em destaque do Governo namibiano, que é o setor pesqueiro.

Devido à sua importância nacional (2º item na pauta das exportações do país)⁹, a estrutura de governo possui um ministério específico para tratar dos interesses relacionados com a pesca e os recursos marítimos.

Investidores internacionais, especialmente da Espanha, estão criando parcerias (*joint ventures*), com empresários nativos, agregando tecnologias que, ao final, reduzem custos e oferecem produtos manufaturados com maior qualidade, proporcionando maior competitividade no mercado extracontinental, inclusive na distribuição dos produtos por processos industriais otimizados desde a captura e conservação no mar, passando pelo processamento em terra, até o embarque em aeronaves próprias especializadas para o mercado externo.

Cresce, portanto, a atividade marítima na região costeira da Namíbia, decorrente do aumento expressivo da presença de embarcações estrangeiras e nacionais nas águas namibianas, motivando ações públicas de controle e fiscalização marítimos no mar e nos portos e terminais. Com essa demanda crescente de meios, os respectivos armadores procuram otimizar a administração das empresas, a fim de reduzir seus custos operacionais, e o Brasil detém tecnologia atualizada para contribuir com uma estrutura de indústria naval adequada e balanceada para as necessidades marítimas da Namíbia.

⁸ *Prospectus*, Polytechnic of Namibia - 1999, pág. 27.

⁹ Namibia Trade Directory - 1999, pág. 89. Para maiores informações ver SAFE, OVERBERG, NAMSOV, HANGANA, GENDOR, CATO e CADILU VIEIRASA Companies.

A UNIDADE REGIONAL INTERGOVERNAMENTAL DA SADC

Características nacionais e antecedentes históricos significativos dos países atlânticos, membros do Bloco

A Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) foi constituída, em 1979, com o propósito de diminuir a dependência dos países da sub-região em relação à economia e às infra-estruturas da República da África do Sul (RAS). Adota um *enfoque meramente funcionalista de integração que propugna a cooperação na formulação e execução de projetos conjuntos, objetivando a superação de deficiências nas esferas de produção e infra-estrutura*.¹⁰ Com o fim do regime de segregação racial na RAS, a organização muda a linha de atuação, partindo para a cooperação com o seu rival.

A Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento (*Southern African Development Community - SADC*) foi estabelecida em 1992, originada da SADCC, com o propósito de incentivar as relações comerciais entre seus 14 países-membros¹¹, visando a criar um mercado comum e também promover esforços para estabelecer a paz e a segurança na conturbada região, além de permitir atrair capitais externos de forma organizada. Sua sede fica em Gaborone, Botswana.

A África do Sul aderiu ao bloco em 1994, contudo a desigualdade entre sua

economia e a de seus parceiros continua enorme: o PIB sul-africano é hoje cerca de sete vezes superior ao total do PIB dos outros países. Essa assimetria provoca uma resistência ao avanço da implantação desse mercado que ainda não se encontra plenamente consolidado.

A SADC tem uma estrutura burocrática propositadamente pequena para evitar morosidade. É interessante ressaltar que cada país é responsável por determinada área de cooperação. Por exemplo, Angola cuida da energia; Lesoto, da conservação do solo e da água; Moçambique trata do setor de transporte; Botswana defende os interesses relacionados com as atividades industriais, etc. As principais decisões são tomadas em um encontro anual dos chefes de Estado ou de governo. Ministros reúnem-se duas vezes por ano, além de haver reuniões especiais sobre políticas de setores específicos e um encontro anual com os *parceiros internacionais de cooperação*, ou seja, os governos que fazem doações e as agências internacionais que auxiliam a região. A figura 3 mostra a constituição dos Estados-Membros da SADC.

Em 1997, a SADC criou um Fórum Parlamentar, com sede na Namíbia, para promover a democracia, a defesa dos direitos humanos e melhorias na administração pública dos países. Em janeiro de 2000, já adotando uma postura política e de destaque regional, uma cúpula da organização em Moçambique, convocada para analisar o conflito na República Democrática do Congo, solicitou ao Conselho de Segurança da ONU que enviasse uma força de paz à região.

¹⁰ Talitha Bertelsmann. Para maiores detalhes ver: Hêlio Magalhães de Mendonça, *Política Externa da África do Sul* (1945-1999), pág. 83.

¹¹ Angola, África do Sul, Botswana, Lesoto, Malawi, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo (ex-Zaire), Seichelles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

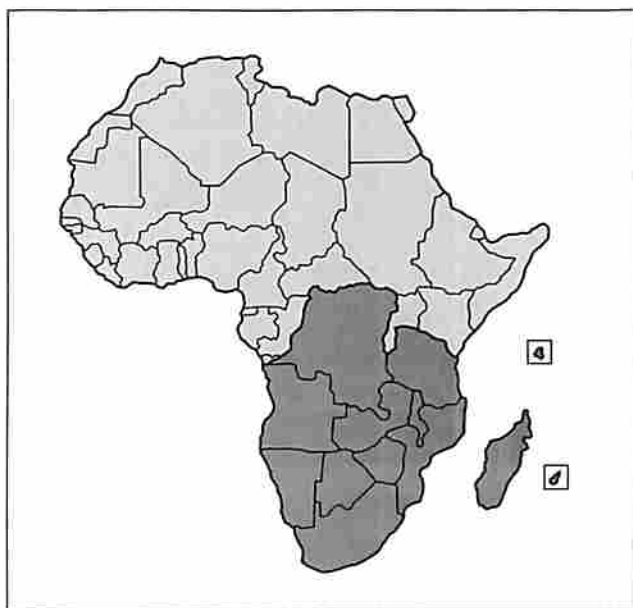


Fig. 3 – Mapa dos Estados-Membros da SADC.

Considerações político-estratégicas

Quando a República da África do Sul assumiu a presidência da SADC (1996), deslocou a ênfase da Comunidade de integração social, política e econômica para o aspecto comercial, aprovando oito protocolos nas áreas de fornecimento de energia elétrica, utilização de recursos hídricos, transportes, mineração, comunicações, meteorologia, combate ao narcotráfico, imunidades e privilégios.¹²

A hegemonia sul-africana é de tal monta que sua *sombra* permeia as iniciativas de cada membro, tanto no campo militar quanto, principalmente, no setor comercial e econômico.

A Namíbia procura desenvolver o setor pesqueiro pela sua posição geográfica pri-

vilegiada em relação às ricas correntes marítimas originárias na região antártica. Contudo, para garantir e proteger a exploração e exploração de seu patrimônio marinho, necessita de um poder naval proporcional aos seus anseios. A aquisição dessa capacidade militar é acompanhada pela África do Sul, no intuito de preservar seus interesses, conservando a inquestionável liderança regional dentro da SADC.

O Acordo entre a Namíbia e o Brasil de criação da Ala Naval Namibiana pode quebrar esse paradigma em proveito não só daquele país, mas de toda a Comunidade Austral da África, em

decorrência da aquisição de novas tecnologias apropriadas para a região que afeta diretamente suas capacidades de gerenciamento das riquezas nacionais.

ZONA DE PAZ E DE COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL – ZPCAS

Antecedentes significativos

O Atlântico Sul é uma área de inegável importância para o Brasil, tanto em termos estritamente nacionais quanto do ponto de vista da projeção internacional de nossos interesses, o que se evidencia pelas necessidades de segurança de nossas costas e pelo significado do Atlântico para nosso comércio internacional, que escoia mais de 90% das mercadorias e produtos por suas águas¹³.

¹² HÉLIO MAGALHÃES DE MENDONÇA, *Política Externa da África do Sul (1945-1999)*, pág. 84.

¹¹ Fontes: Diretoria de Portos e Costas (DPC) e Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo (COMCONTRAM), 2001.

como via de comunicação comercial e como fonte de recursos vivos (vida marinha) e não vivos (minérios, petróleo e gás liquefeito de petróleo – GLP, por exemplo).

A isso somam-se aspectos de natureza externa, como o interesse em expandir nosso relacionamento de boa vizinhança com os países da África e da América do Sul, em clima de estabilidade propício à cooperação, e as vantagens que decorrem de o mar a nós contíguo permanecer à margem de tensões e confrontações ideológicas e militares entre as potências centrais, capitaneadas pela potência hegemônica da atualidade, os EUA, as quais provocam, com frequência, efeitos divisionistas, entraves à cooperação e dispersão de recursos.

Sob o prisma das grandes potências, o Atlântico Sul é visto como cenário de relativa importância política e estratégica, em parte devido às evoluções políticas dos países da área e, principalmente, em consequência do grande volume de comércio, sobretudo, petróleo e matérias primas, transportado, através dele. A esse respeito, cabe assinalar que essa área marítima é muitas vezes vista, a partir do Hemisfério Norte, como cenário subsidiário de um duelo de interesses estratégicos entre as nações desenvolvidas. Esse enfoque teve como ponto de convergência, durante o período de tensão internacional conhecido como *Guerra Fria*¹⁴, a idéia da formação de uma organização militar paralela à OTAN para o Atlântico Sul, a qual teria como membros potências ocidentais e países do Atlântico Sul, com o propósito de

dissuadir e neutralizar intenções soviéticas de presença estratégica na área e de ataque às suas linhas de comércio.

Tal enfoque traria óbvios inconvenientes aos nossos interesses, tendo o Brasil defendido, com constância, uma visão essencialmente política para o Atlântico Sul. Com o propósito de evitar o envolvimento da região em conflitos a ela alheios e acentuar-lhe o papel próprio e primordial, compete aos países em desenvolvimento ribeirinhos, na condução dos assuntos relativos a essa área geográfica, preservar a paz e fomentar a cooperação na região.

Idéias foram debatidas e o destaque de algumas resultou numa série de parâmetros que nortearam ações diplomáticas brasileiras posteriores. Essas idéias podem ser traduzidas nas seguintes generalidades: identidade própria do Atlântico Sul como região; responsabilidade primordial dos países ribeirinhos sobre a área; comunidade de interesses entre eles; idéia de que o Atlântico Sul deva ser um instrumento para a paz e desenvolvimento; necessidade de que a área seja mantida a salvo das tensões e confrontações internacionais; conveniência de que os temas de interesse comum, nesse contexto, sejam mantidos sob exame; e oposição à presença de armamento nuclear na área marítima.

Assim sendo, partiu do Governo brasileiro propor a inclusão, na agenda da Assembleia Geral das Nações Unidas, de um item intitulado *Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul*, tendo nosso canceler manifestado, na ocasião, a preocupação com a situação que prevalecia na África

¹⁴ Política norte-americana de contenção do comunismo internacional, patrocinado pela URSS, durante o período de 1947 a 1987 (Kissinger, *Diplomacia*, 2001, pág. 18.)

ca do Sul (*apartheid*) e na Namíbia (transformação em Estado-nacional).

Sob o ponto de vista político, o propósito principal da proposta era o de afirmar a identidade própria da região e o papel primordial que cabe aos países nela situados, nas matérias a ela afetas.

Trata-se, portanto, de dar à área um enfoque *Sul-Sul*, em substituição à ótica Leste-Oeste e muito menos Norte-Sul, com que costumeiramente é tratada, privilegiando o entendimento político e as relações de cooperação entre os países em desenvolvimento da região.

A iniciativa brasileira constituiu-se numa etapa inicial do tratamento multilateral da questão. Evidentemente, o Atlântico Sul está hoje sujeito a problemas de diversas ordens, que não podem ser ignorados ou menosprezados. O que se tem em mente é justamente a criação de arranjos políticos que propiciem, a longo prazo, a resolução de tais problemas e, paralelamente, a afirmação dos interesses positivos do Brasil e de seus parceiros regionais, durante o processo que equaciona soluções futuras.

Trata-se, esquematicamente, de estabelecer um processo ao longo do qual se buscará atingir metas que correspondam aos pontos já enumerados: paz, cooperação e desenvolvimento, em um quadro de respeito aos interesses legítimos dos países em desenvolvimento da área.

O Brasil, por seus interesses próprios, por seu peso específico, por seu relacionamento diversificado com os países da área, superior ao de qualquer outro e, por sua capacidade de atuação internacional,

tem todas as condições para orientar tal processo, sem com isso buscar hegemonia ou liderança ostensiva.

Por meio de etapas sucessivas de entendimentos e negociações, poder-se-ia tratar de fazer culminar a evolução do assunto, nos próximos anos, com a celebração de um Tratado Internacional de Cooperação do Atlântico Sul, reunindo os países em desenvolvimento de ambas as margens, o que incluiria todos os países africanos de expressão portuguesa, exceto Moçambique. Com isso estaríamos complementando, na fronteira marítima, a rede de acordos que já unem aos nossos vizinhos amazônicos e platenses. Esse será um processo longo e complexo, que envolve a consideração de amplo espectro de problemas, de iniciativas para resolvê-los e das implicações de tais iniciativas.

A Resolução

A Assembléia Geral das Nações Unidas, a 27 de outubro de 1986, aprovou uma Resolução que *declara solenemente o Oceano Atlântico, na região situada entre África e América do Sul, como Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*.

Esta Resolução foi proposta pelo Brasil, Argentina, Uruguai, Angola, Cabo Verde, Congo, Bangladesh, Guiné Equatorial, Guiné Bissau, Nigéria, São Tomé e Príncipe e Santa Lúcia, com um único voto contra, dado pelos Estados Unidos da América.

Sinteticamente, a Assembléia Geral das Nações Unidas publicou em seus anais a seguinte Resolução¹⁵:

¹⁵ Item nº 139 da Agenda da 41ª Sessão - Assembléia Geral da ONU, do dia 21.10.1986, registrada no livro A/41/L.11.

Cônsua da determinação dos povos dos países da região do Atlântico Sul em preservar sua independência, soberania e integridade territorial e em desenvolver suas relações sob condições de paz e liberdade,

Convencida da importância de promoção da paz e da cooperação no Atlântico Sul para o benefício de toda a Humanidade e, em particular, para os povos da região,

Convencida, além disso, da necessidade de preservar a região livre das medidas de militarização, da corrida armamentista, da presença de bases militares estrangeiras e, principalmente, de armas nucleares,

Reconhecendo o interesse especial e a responsabilidade dos Estados da região em promover a cooperação regional para o desenvolvimento econômico e a paz,

Plenamente consciente de que a independência da Namíbia e a eliminação do regime fascista do apartheid são condições essenciais para a garantia de paz e da segurança no Atlântico Sul,

Levando em conta os princípios e normas da lei internacional aplicáveis ao espaço oceânico e, em particular, o princípio do uso pacífico dos oceanos,

Convencida de que o estabelecimento de uma zona de paz e cooperação no Atlântico Sul irá contribuir de maneira significativa para o fortalecimento da paz e segurança internacionais e para estimular os princípios e propósitos das Nações Unidas,

1. Declara solenemente o Oceano Atlântico, na região situada entre a África e a América do Sul, como Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul;

2. Conclama todos os Estados da zona do Atlântico Sul a promover ainda mais a cooperação regional, inter alia, para o desenvolvimento econômico e social, a

proteção do meio ambiente, a conservação dos recursos vivos e a paz e segurança em toda a região;

3. Conclama todos os Estados das demais regiões, em particular os Estados militarmente significativos, para respeitarem escrupulosamente a região do Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação, especialmente através da redução e eventual eliminação de sua presença militar na região, a não introdução de armas nucleares ou outras armas de destruição maciça e não extensão para a região de rivalidades e conflitos a ela estranhos;

4. Conclama todos os Estados da região e das demais regiões para que cooperem na eliminação de todas as fontes de tensão na zona, que respeitem a unidade nacional, a soberania, a independência política e a integridade territorial dos Estados da região, que se abstenham da ameaça ou do uso da força e que cumpram estritamente o princípio que estabelece que o território de um Estado não será objeto de ocupação militar resultante do uso da força em desobediência à Carta das Nações Unidas, assim como o princípio de que a aquisição de territórios pela força é inadmissível;

5. Reafirma que a eliminação do apartheid e a concretização da autodeterminação e independência do povo da Namíbia, assim como o término de todos os atos de agressão e subversão contra os Estados na zona, são essenciais para a paz e segurança na região do Atlântico Sul, e insiste na implementação de todas as resoluções das Nações Unidas referentes ao colonialismo, racismo e apartheid;

6. Requer que o Secretário-Geral submeta à Assembleia Geral em sua 42ª Sessão,

um relatório sobre a situação no Atlântico Sul e sobre a implementação da presente declaração, levando em conta os pontos de vista expressados pelos Estados-Membros;

7. Decide incluir na minuta da Agenda, para sua 42ª Sessão, o item intitulado Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

Aspectos ligados à paz

Na consideração dos temas da paz e da segurança, tem-se como objetivo proclamado o de promover a redução e eventual eliminação da presença militar de países estranhos à área. A respeito, cabe assinalar que, ao contrário do que ocorre no Oceano Índico, onde a presença das marinhas de guerra das potências principais é conspícua e intensa, no Atlântico Sul, ela é rarefeita, sendo este o menos militarizado de todos os oceanos, desde o início da rivalidade Leste-Oeste até os dias atuais. Trata-se, portanto, de algo relativamente menos difícil a obtenção da estabilidade e da eventual redução daqueles efeitos na área que nos interessa.

Os meios de que se dispõe para tal fim são os da diplomacia multilateral. Em síntese, não se pode pensar em coagir as potências de fora da área a agir desta ou da

Na consideração dos temas da paz e da segurança, tem-se como objetivo proclamado o de promover a redução e eventual eliminação da presença militar de países estranhos à área. A respeito, cabe assinalar que, ao contrário do que ocorre no Oceano Índico, onde a presença das marinhas de guerra das potências principais é conspícua e intensa, no Atlântico Sul, ela é rarefeita, sendo este o menos militarizado de todos os oceanos, desde o início da rivalidade Leste-Oeste até os dias atuais.

quela forma, mas sim exortá-las ou persuadi-las a tanto. Qualquer que seja o grau de dificuldade para o alcance do objetivo proclamado, sua explicitação internacional terá, desde logo, o efeito positivo de dificultar a expansão da atividade militar extra-regional no Atlântico Sul e de aumentar os ônus políticos em que incorreria qualquer potência estranha que nisso se empenhasse.

A questão da delimitação da zona é das mais complexas. A fórmula adotada procura não excluir, a priori, países que porventura venham a se considerar como parte da região e pretende, assim, evitar provocar susceptibilidades. Ao longo dos contatos que foram efetuados, a definição poderá vir a ser

precisada, mas sempre tendo em mente que não se trata de um conceito meramente cartográfico (o que levaria a fixar o limite norte da zona na linha do Equador), mas sim político, que deve, necessariamente, incluir os países africanos subsaárnicos ao norte do Equador. A extensão da região do Atlântico Sul também se encontra no Hemisfério Norte. O limite sul da zona de paz e cooperação seria o paralelo 60° sul, a partir do qual se inicia a área de aplicação do Tratado da Antártica.¹⁶

¹⁶ O Tratado da Antártica, em vigor desde 1961, estabeleceu como área de aplicação o sul do paralelo 60°S e definiu que essa região seria usada somente para fins pacíficos, com liberdade de pesquisa científica e promoção da cooperação internacional no continente, proibição de qualquer atividade de natureza militar, congelamento de reivindicações territoriais, proibição de explosões nucleares e de deposição de resíduos radioativos e preservação do ecossistema antártico.

Vale notar que o tratamento a ser dado à questão da não militarização do Atlântico Sul deve restringir-se especificamente às atividades relacionadas às questões e aos interesses internacionais alheios aos da região, de maneira a não afetar de modo algum os programas de modernização e desenvolvimento tecnológicos das Forças Armadas dos países da área. Muito pelo contrário, as Forças Armadas, e em particular as Marinhas dos países da região – e muito especialmente do Brasil – terão novas e acrescidas responsabilidades que, no caso brasileiro, são coerentes com a doutrina militar sobre o Atlântico Sul e visam a acentuar nossa presença na área. É importante, pois, que fique claramente entendido que o conceito de não militarização da área por países a ela estranhos não pode ser confundido com o de desmilitarização no sentido de redução da capacidade de atuação militar dos países da região.

Nesse contexto, a iniciativa brasileira para o Atlântico Sul, ao acentuar o papel próprio, inclusive no âmbito militar, dos países da área, contribui para contra-arrestar propostas em favor de esquemas de desarmamento regional na América Latina. A conceitualização brasileira parte, ao contrário, do princípio de que os países da região – seja a América Latina, seja a bacia do Atlântico Sul – devem assumir maiores responsabilidades para a defesa da paz e da segurança regionais, sendo necessário, por conseguinte, que se disponha dos meios de atuação para tanto.

Existe a expectativa de que o espírito do não envolvimento da região nas tensões globais seja respeitado universalmente, o que, evidentemente, não significa que os países independentes da área não possam conduzir exercícios conjuntos que visem ao aprimoramento de suas forças, ou tomar medidas necessárias à sua própria defesa. Entende-se que a Zona de Paz do Atlântico Sul não atinge os compromissos anteriormente assumidos pelos países da área, quer no nível internacional, como previsto no Capítulo VII da Carta da ONU¹⁷, quer no nível regional, como no caso do TIAR¹⁸. O que se tem em mente especificamente é evitar a realização, na área em questão, de exercícios militares conduzidos exclusivamente por países de fora da área (ou com presença apenas simbólica de algum país da região), com vistas à defesa de seus próprios interesses ou no contexto das rivalidades dos seus blocos econômicos.

Aspectos ligados à cooperação

O conceito *cooperação*, incluído no título da iniciativa, procura dar a esta um caráter de operacionalidade positiva, em contraste com as medidas negativas que são instadas a tomar as grandes potências (a não introdução de armas nucleares, não interferência externa, etc.). Em termos especificamente econômicos, a cooperação poderia desdobrar-se por ampla gama de atividades ligadas à promoção do desenvolvimento econômico, tais como a expan-

¹⁷ Ação relativa a ameaça à paz, ruptura da paz e atos de agressão (Rangel, V. M. – Direito e Relações Internacionais, pág. 44, 2000).

¹⁸ TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Pacto do Rio). Registro na ONU nº 324, em 20.12.1948. Mais detalhes ver: MRE – Divisão de Atos Internacionais (TIAR).

são do intercâmbio, fornecimento de cooperação técnica, construção de obras públicas, etc., de modo a fomentar a densidade e a integração econômica dos países da área e de seus blocos. Além disso, cooperação transoceânica poderia estender-se a domínios novos e potencialmente férteis em que se poderiam explorar as afinidades e complementaridades biogeográficas existentes, sobretudo, entre o Brasil e a África Ocidental. A título de exemplo, poder-se-iam mencionar os seguintes tópicos propícios à cooperação: cooperação científico-tecnológica na área da oceanografia; preservação e utilização dos recursos vivos e não-vivos do oceano; preservação do meio ambiente marinho; desenvolvimento dos transportes marítimos; desenvolvimento das comunicações; e programa de apoio técnico, educacional, sanitário, podendo atingir, até mesmo, o campo militar.

Também aqui se trata da definição de metas a serem perseguidas a longo prazo, sem desconhecer a existência de problemas que podem entrar o desenvolvimento da cooperação regional. Os desafios decorrentes da presença histórica de países europeus na região, entre os quais se destaca o do tratamento a ser dado às ilhas oceânicas como Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Sandwich, Geórgias do Sul e Bouvet, além das Ilhas Malvinas, essa última tanto do ponto de vista político quanto jurídico, pois sua recuperação perma-

nece presente como Objetivo Nacional Permanente da Argentina.

A África do Sul aderiu à ZPCAS em 1994 e organizou uma reunião, em 1996, que recomendou a adoção de dois focos principais de atuação¹⁹, em sintonia com a posição brasileira sobre o aspecto *cooperação*: o meio ambiente marinho, pela administração de recursos, proteção ambiental, prevenção de poluição, vigilância e salvamento marinhos e monitoramento; e a expansão dos vínculos econômicos pela liberalização dos fluxos de capital e pela cooperação no desenvolvimento de infra-estruturas, em ciência e tecnologia, em exploração mineral, comércio e turismo.

Das decisões tomadas, vale mencionar: o reconhecimento dos países limítrofes ao Atlântico Sul como um foro de diálogo sobre questões multilaterais, a intenção de reafirmar a importância da diplomacia preventiva como meio de manutenção da paz e segurança, e o desejo de convidar a comunidade acadêmica, científica e tecnológica dos países a participarem das discussões sobre cooperação. De grande importância é a decisão de adotar a Iniciativa Antidrogas e realizar gestões junto ao Programa das Nações Unidas para o Combate às Drogas (UNDCP)²⁰ para seu financiamento. A África do Sul, atendendo proposta do representante brasileiro, procura estabelecer mecanismo informal de acompanhamento das iniciativas adotadas.

¹⁹ HÉLIO MAGALHÃES DE MENDONÇA, *Política Externa da África do Sul (1945-1999)*, pág. 89.

²⁰ Programa das Nações Unidas para o Combate às Drogas (UNDCP) – fundado em 1991, possui sede em Viena e escritórios de ligação em Nova York e Bruxelas. Trabalha para esclarecer o mundo sobre os perigos em torno do abuso no uso das drogas. O programa inclui ações contra a produção de drogas e seu tráfico, além de crimes conexos, por meio de projetos de desenvolvimento alternativos. Junto com o Centro das Nações Unidas para a Prevenção de Crimes Internacionais (CICP), compõe o Escritório das Nações Unidas para o Controle de Drogas e Prevenção de Crimes (ODCCP). Mais detalhes ver: www.undcp.org.

ACORDO DE COOPERAÇÃO BRASIL – NAMÍBIA

Antecedentes significativos

Em meados de 1991, o Secretário Permanente de Negócios Estrangeiros da Namíbia, em visita ao Brasil, solicitou ao Governo brasileiro uma assistência da Marinha do Brasil (MB) para *assuntos marítimos*.²¹

Depois de consultado o Ministério da Marinha, o Itamaraty incluiu na agenda de visita do Presidente da República à Namíbia o ato de firmar um protocolo de intenções de *cooperação marítima* do Brasil com aquele país no mesmo ano.

No início de 1992, em visita oficial ao Brasil, o Ministro da Defesa da Namíbia solicitou apoio à Marinha Brasileira (MB) para a criação da Ala Naval da Força de Defesa de seu país.

Autorizada pelo Governo brasileiro, a MB deu início às conversações, enviando, em julho do mesmo ano, um grupo técnico à Namíbia para definir as ações a empreender nas seguintes áreas: levantamento hidro-oceanográfico da costa namibiana; fornecimento de meios flutuantes; implantação de estrutura de apoio para esses meios; e formação, treinamento e adestramento de pessoal.²²

Esse grupo técnico elaborou um *plano de apoio* inicial que, após análise do Ministro da Marinha do Brasil, em maio de 1993 aprovou-o nos seguintes termos: fornecimento de três a quatro navios-pa-

trulha, construídos integralmente no Brasil; formação de oficiais (38) e praças (244) nos respectivos centros de instrução da Marinha do Brasil; desenvolvimento de uma base naval de apoio; fornecimento de materiais e serviços pertinentes; e delimitação das águas jurisdicionais e das fronteiras marítimas da Namíbia.

Uma missão da MB foi à Namíbia, em novembro de 1993, para expor esse plano de apoio e apresentar proposta de Acordo de Cooperação para sua implementação. Como resultado imediato, destaca-se que o prazo de cooperação seria aumentado de quatro para doze anos; a formação de oficiais e praças seria realizada, respectivamente, na Escola Naval e nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros; a Namíbia adquiriria inicialmente dois navios-patrolha classe *Grajaú*, idênticos aos existentes em operação na MB; e a Marinha faria a montagem de um núcleo de apoio para esses navios, possivelmente em Walvis Bay.

Representantes dos dois países mantiveram permanentes encontros de negociação até que, em março do ano seguinte (1994), foi assinado um Acordo de Cooperação (AC) entre a República Federativa do Brasil e a República da Namíbia, com os seguintes pontos de maior significado: cooperação entre as partes com o objetivo de criar e fortalecer a Ala Naval do Ministério da Defesa da Namíbia; formação e treinamento de pessoal no Brasil como etapa inicial da cooperação; os custos referentes à formação dos militares namibianos

²¹ Assuntos marítimos envolvem atividades atinentes ao poder marítimo de uma nação, cujos segmentos atuam em íntima relação entre si, destacando-se: marinha mercante, pesca, portos e terminais, P & D, formação e treinamento de pessoal, indústria naval e o próprio poder naval (marinha de guerra) - Nota do autor.

²² Dados fornecidos pela EMGEPROM. Maiores detalhes ver: www.emgeprom.mar.mil.br.

no Brasil ficariam a cargo da MB; e a Marinha do Brasil, por solicitação da Namíbia, auxiliaria no fornecimento de bens e serviços tais como levantamento hidrográfico do litoral ou atualização dos dados existentes, de modo a permitir ao país extrair o máximo aproveitamento econômico de suas águas jurisdicionais; implantação de um sistema de auxílio à navegação; delimitação do mar territorial e das águas jurisdicionais da Namíbia; determinação de rotas seguras para a navegação costeira; organização, dentro da Ala Naval, de um Serviço de Patrulha Marítima; provimento de navios apropriados às necessidades da Ala Naval; e planejamento e desenvolvimento de infra-estrutura para apoiar os meios da Ala Naval.

Diante da complexidade e do vulto desse Acordo, que vigoraria por cinco anos, renovável, automaticamente, por períodos de dois anos, a Marinha do Brasil criou, em maio de 1994, a Missão Naval Brasileira na Namíbia²³, destinada a manter contínuo contato entre a MB e o Ministério da Defesa da Namíbia, com vistas a implementar o Acordo de Cooperação para a criação da Ala Naval da Força de Defesa da Namíbia e dos Acordos Suplementares decorrentes.

Passados praticamente cinco anos, em consequência de dificuldades financeiras por parte da Namíbia para honrar os compromissos relacionados com o Acordo em questão, a Marinha do Brasil encaminhou, ao Ministério das Relações Exteriores, uma nova redação desse Acordo que, ao final, foi acordada pelo Ministério da Defesa daquele país em novembro de 2000, sinteticamente, nos seguintes termos: criação

e fortalecimento da Ala Naval do Ministério da Defesa namibiano; implementação dos programas acordados e o planejamento das etapas futuras de cooperação; formação e treinamento de oficiais e praças nas escolas da Marinha do Brasil; e desvinculação das atividades de formação de pessoal a partir do ano de 2001, por meio de empreendimentos específicos tais como a criação de um programa anual de *intercâmbio*, com ônus para a Namíbia, para formação e aperfeiçoamento de pessoal; auxílio da MB no fornecimento de bens e serviços para a organização de um Serviço de Patrulha Marítima, dentro da Ala Naval do Ministério da Defesa; fornecimento de navios adequados às necessidades da Ala Naval; e planejamento e desenvolvimento de uma infra-estrutura para apoiar os navios, ficando decidido que o acordo permanece em vigor por dois anos, renovado, automaticamente, por períodos de dois anos.

Essa nova redação foi encaminhada ao Governo namibiano e se encontra atualmente sendo analisado no aspecto político-militar, com uma sensível tendência em ratificá-la integralmente, o que trará benefícios diretos para o Brasil na área das engenharias civil e naval, e na área de pesquisa oceanográfica, ambas sob gerenciamento da EMGEPRON, e, por fim, na área do ensino, particularmente do militar-naval com a tutela da MB, este sob coordenação e gerenciamento da Diretoria de Ensino da Marinha (DEnsM).

Passemos a tratar os aspectos de interesse desses dois órgãos pertencentes à Marinha do Brasil.

²³ Decreto nº 1.125/1994 - Organização Militar subordinada diretamente ao Estado-Maior da Armada (EMA).

O papel da Empresa Gerencial de Projetos Navais

A Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON – foi escolhida pela MB para gerenciar esse projeto, exceto no campo da formação dos recursos humanos²⁴, promovendo parcerias com empresas nacionais para permitir a realização das ações técnico-administrativas e industriais decorrentes.

A EMGEPRON é uma empresa pública de direito privado, criada em 09.06.1982, vinculada ao Ministério da Defesa, através do Comando da Marinha do Brasil, e tem como finalidades principais: promover a Indústria Militar Naval Brasileira; gerenciar projetos integrantes de programas aprovados pelo Comando da Marinha; e promover e executar atividades vinculadas à obtenção e manutenção de material militar naval.

Para atender a essas finalidades, a EMGEPRON atua em duas áreas distintas – uma de natureza comercial e outra de caráter gerencial – sempre voltada para o atendimento das necessidades da Marinha do Brasil e para o desenvolvimento da Indústria Militar Naval brasileira.

Na área comercial, dedica-se ao suprimento de produtos e serviços oriundos da capacitação científico-tecnológica da Marinha do Brasil ou do parque industrial brasileiro, destinados ao mercado externo. Esses produtos e serviços são comercializados pela EMGEPRON sob controle de qualidade e especificações consagradas pela Marinha do Brasil.

Na área gerencial desenvolve uma série de serviços e participa de programas de alto conteúdo tecnológico e de grande interesse para a Marinha do Brasil.

Por essas características estruturais e pelo desempenho já demonstrado ao longo de sua atuação doméstica e em diversos acordos internacionais, a EMGEPRON foi escolhida para gerenciar esse Acordo (concepção e planejamento estratégico) e, a partir de sua assinatura, promover a implementação por meio de licitações nacionais e internacionais para cada modalidade de serviço a realizar.

O papel da área do Ensino Naval perante o Acordo de Cooperação

Subordinada diretamente à Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha, Órgão de Direção Setorial da Alta Administração Naval, a Diretoria de Ensino da Marinha (DEnsM) recebeu a tarefa de gerenciar a formação do pessoal namibiano para as atividades navais básicas daquele país.

Esse pessoal foi, na sua grande parte, oriundo do exército namibiano, restando uma pequena parcela procedente do voluntariado civil, com o atendimento de determinados requisitos profissionais considerados básicos para o ingresso na carreira militar.

A estrutura de ensino naval brasileiro é composta por diversas Organizações Militares (OM) especializadas basicamente em dois perfis de pessoal, tanto para formação quanto para especialização e aperfeiçoamento, quais sejam: chefia (ofi-

²⁴ Este tópico será abordado posteriormente, tratando sobre o papel de uma diretoria especializada da própria Marinha do Brasil para a coordenação das atividades de recursos humanos. Nota do autor.

ciais) e subalternos (praças), todas sediadas no Rio de Janeiro.

Assim sendo, para formar o militar da Ala Naval Namibiana, o candidato indicado por aquele país foi submetido a testes de conhecimento acadêmico e de avaliação psicológica e física, com vistas a sua correta inserção nos cursos brasileiros após um período de adaptação e de nivelamento aos costumes e hábitos da nossa cultura, especialmente na comunicação verbal e escrita em português.

A DEEnsM designou a Escola Naval (EN) para receber os candidatos a oficiais e realizar o período de adaptação e de nivelamento com duração máxima de seis meses para, ao final, matricular em seu curso de cinco anos de duração somente aqueles considerados com um desempenho satisfatório em todas as etapas do estágio. As primeiras turmas foram decepcionantes, haja vista a grande dificuldade que a maioria dos candidatos teve para acompanhar as atividades acadêmicas.²⁵

O Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA) foi a OM designada para receber os candidatos a praças e realizar o respectivo período de adaptação e de nivelamento também com duração máxima de seis meses para, ao final, matricular somente aqueles considerados com um desempenho satisfatório em to-

das as etapas do estágio em questão. O mesmo óbice ocorreu nas primeiras turmas de praças cujo baixo nível de conhecimento dificultou significativamente a formação dos candidatos.

A solução encontrada para o problema dos candidatos a oficiais foi o de transferir todos aqueles considerados com aproveitamento insatisfatório para o curso de formação de praças, somente permanecendo no curso da EN os poucos candidatos que se houveram bem no estágio de adaptação e de nivelamento. Esse procedimento foi adotado nas demais turmas, inclusive com relação aos candidatos reprovados

no 1º ano escolar da EN por insuficiência comprovada em mais de 50% das disciplinas curriculares, com um sucesso total em face do aproveitamento satisfatório obtido pela grande maioria nos cursos de formação de praças, inclusive pela integração com os demais colegas de turma.

Depois da aprovação no curso de formação de oficiais, os novos tenentes namibianos foram matriculados nos cursos de pós-graduação (extensão universitária e de especialização), realizados no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW). Os militares subalternos, depois de concluírem o curso de formação nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros, fizeram diversos estágios práticos para, em seguida, re-

Para formar o militar da Ala Naval Namibiana, o candidato indicado por aquele país foi submetido a testes de conhecimento acadêmico e de avaliação psicológica e física, com vistas a sua correta inserção nos cursos brasileiros após um período de adaptação e de nivelamento aos costumes e hábitos da nossa cultura, especialmente na comunicação verbal e escrita em português.

²⁵ Dados fornecidos pela Diretoria de Ensino da Marinha – Departamento de Planejamento (Rio de Janeiro), Set. 2001.

alizarem cursos de especialização no CIAA para, finalmente, juntos com os oficiais, poderem regressar à Namíbia, visando a formar o contingente militar da nova Ala Naval Namibiana.

Esse processo de formação e de especialização não foi interrompido até hoje, arcando a Marinha com todos os custos financeiros envolvidos, desde o início (1995). A partir de 2001, esse Acordo foi modificado para um *intercâmbio* entre os dois países, exclusivamente no contexto de formação de pessoal, com o ônus decorrente assumido pela Namíbia. No ano passado, dois oficiais se formaram na Escola Naval e foram nomeados tenentes, sendo que um deles entre os 20 primeiros colocados.

Também a partir de 2001, dois dos primeiros oficiais já especializados solicitaram matrícula em um curso de pós-graduação voltado para oficiais de carreira da MB que venham a exercer funções de assessoria (Estado-Maior), e atualmente estão cursando a 1ª fase das duas existentes nesse curso, denominado de Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários (C-EMOI) por correspondência, ou seja, a Organização Militar responsável (Escola de Guerra Naval – EGN) coordena, controla e orienta a distância os oficiais-alunos (OA) por meio da Comissão Naval Brasileira na Namíbia. Essa fase é composta por onze lotes de assuntos específicos que, após sua conclusão com aproveitamento, permite os OA em questão serem matriculados na 2ª fase do curso, que é o presencial na EGN (Rio de Janeiro), com duração de 90 dias,

em regime integral²⁶. Em breve, a Namíbia possuirá oficiais aptos a exercerem funções de assessoria e de comando na Ala Naval Namibiana.

Considerações sobre o Acordo

A escolha da EMGEPRON como o órgão gerenciador de todos os projetos, desde sua fase de concepção e planejamento até o acompanhamento da execução e entrega dos produtos e serviços, a princípio, é um fator de força para o Poder Nacional brasileiro, particularmente no seu segmento marítimo, onde agrega capacidade administrativa para fomentar ações favoráveis aos interesses do país no âmbito governamental e privado.

O Brasil detém a tecnologia de levantamento hidroceanográfico da plataforma continental de um país costeiro. O projeto denominado Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC)²⁷, conduzido pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), cuja Secretaria-Executiva está a cargo da Marinha do Brasil, comprovou essa capacidade e projetou o Brasil no âmbito internacional. O Acordo incluiu, desde o seu início, a atividade técnica de levantamento da plataforma continental namibiana, para permitir um estudo preciso dos limites geofísicos das suas riquezas sob as águas jurisdicionais, contribuindo para o levantamento quantitativo e qualitativo da potencialidade dos recursos marinhos vivos e não vivos daquele país.

²⁶ Dados fornecidos pela Secretaria do C-EMOI (EGN – Rio de Janeiro), Dez 2001. Para maiores informações acesse www.egn.mar.mil.br.

²⁷ Para maiores informações acesse: www.cirm.mar.mil.br.

Em face das dificuldades de entendimento decorrentes das limitações financeiras para execução do Acordo, essa atividade especializada ficou prejudicada, tendo o Brasil decidido somente realizar a confecção de uma carta náutica das proximidades da cidade de Walvis Bay, sem ônus para a Namíbia, por meio da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) da Marinha do Brasil, que adjudicou o navio oceanográfico Antares para essa tarefa, em meados de 1998.

Contudo, as reais possibilidades de negócios são promissoras, haja vista a abrangência significativa dos empreendimentos relacionados com o campo de apoio logístico fixo para uma força naval, mesmo de pequeno porte, como a prevista para a Namíbia.

A área de engenharia varre uma vasta especificidade, com ênfase na construção civil²⁸. A engenharia mecânica, elétrica, eletrônica e telecomunicações, atuando paralelamente com a informática e com a engenharia organizacional, são vistas como fundamentais para o funcionamento de um núcleo do futuro sistema de apoio integrado à Ala Naval Namibiana.

A indústria brasileira possui diversos exemplos de domínio de tecnologia e capacitação para idealizar e implantar projetos desse porte, muitos deles com sucesso, nas parcerias travadas com a Marinha do Brasil, por ocasião das ampliações e modernizações de suas bases espalhadas pelo nosso país. São empresas que variam desde as de pequeno porte, oferecendo serviços de alta qualidade no campo da informática, até as de médio e

grande porte nas áreas de construção civil e de indústria naval, com experiência comprovada no Brasil e no exterior, em obras de destaque e notoriedade internacional (hidrelétricas, portos, diques, estaleiros, etc.). Com o gerenciamento e acompanhamento técnico-administrativo do projeto por conta da EMGEPRON, a integração das obras e serviços terá uma garantia extra de precisão e de coordenação das etapas, haja vista a complexidade das atividades, muitas delas interdependentes e com alta especificidade, incomuns no dia-a-dia dos empreendimentos de maior porte.

A centralização na DEEnsM das atividades de formação e de especialização do pessoal, no âmbito do segmento de subalternos (praças), foi uma escolha adequada e bem dimensionada, em face de estarem sob sua subordinação técnica-funcional as OM envolvidas com essas atividades específicas (formação e especialização), faltando somente o campo do treinamento que pode e deve ser suprido pelo setor especializado da Marinha, ou seja, pelos órgãos ligados a navios do porte semelhante aos que a Namíbia planeja dominar e empregar para controle e fiscalização de suas águas jurisdicionais.

O convívio diário e contínuo nesse processo ensino-aprendizado, que inclui desde a formação e instrução até o aperfeiçoamento nos cursos de pós-graduação, vai além dos limites tradicionais das salas de aula teóricas, das práticas laboratoriais e em estágios específicos, pois, naturalmente, permite estabelecer vínculos mais estreitos de companheirismo.

²⁸ Cais para atracação e suas facilidades básicas - água e energia; edificações - administração e industrial; estrutura de reparos - carreiras e diques; acessos e vias internas e externas; segurança física.

Não seria surpresa para nenhum observador atento a esse processo a possibilidade de surgimento de laços sociais mais aprofundados, decorrentes de relacionamentos entre militares namibianos com brasileiras, formando novas famílias ainda aqui no Brasil mas que, ao final dos cursos, são deslocadas para a Namíbia, criando naquele país núcleos pioneiros de grupos formados por brasileiras e namibianos, com vivência significativa no Brasil, conhecendo e valorizando os costumes, língua, tradições e características sociais do povo brasileiro e do Estado nacional Brasil.

É nesse ponto que se verifica um vácuo no gerenciamento desse Acordo, que não aproveita a oportunidade de o Brasil projetar poder na África por meio da educação, empregando tanto o poder público como o privado no estabelecimento de centros de ensino e de formação profissional e cultural, com base na nossa visão e necessidades.

Temos, como exemplo de empreendimentos de sucesso consolidados no país, centros de conhecimento e de pesquisa que podem ser empregados como projetos-pilotos tanto pelo Governo Federal, como pela iniciativa privada especializada, para sua imediata implantação naquele país e depois, quem sabe, serem difundidos pela África Austral por meio da

SADC, caso esses projetos sejam correta e meticulosamente dosados e gerenciados por competentes fomentadores brasileiros. Dentre os diversos exemplos disponíveis, destacam-se: o CEFET (uma instituição

O convívio diário e contínuo nesse processo ensino-aprendizado, que inclui desde a formação e instrução até o aperfeiçoamento nos curso de pós-graduação, vai além dos limites tradicionais das salas de aula teóricas, das práticas laboratoriais e em estágios específicos, pois, naturalmente, permite estabelecer vínculos mais estreitos de companheirismo.

Federal de Ensino Superior que tem como objetivo a educação tecnológica); o SENAI (um dos mais importantes pólos nacionais de geração e difusão de conhecimento aplicado ao desenvolvimento industrial, atuando em diferentes cadeias produtivas); e o SEBRAE (um serviço autônomo, institu-

ído sob a sociedade civil, sem fins lucrativos, destinado a induzir e apoiar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, e, predominantemente, administrado pela iniciativa privada).²⁹

Existe uma real oportunidade de negócios que podem e devem ser explorados pelo Governo e pelo empresariado brasileiro com interesses naquele continente, especialmente junto à SADC. E esses negócios podem ser bastante duráveis e permanentes se houver uma disposição concreta em se fazerem presente, desde o seio familiar namibiano, por meio desse novo núcleo formado por brasileiras casadas com militares namibianos, que agregam valores antes impossíveis de serem obtidos e conservados naquele país. São centros especializados com tecnologias próprias, desenvolvidas dentro das necessidades do nos-

²⁹ Para maiores informações, acesse: www.cfet-rj.br ; www.dn.senai.br ; www.sebrae.com.br .

so país, que podem ser adaptados e aperfeiçoados para a realidade atual da Namíbia, servindo, também, como difusores e valorizados dos costumes do Brasil, da língua e tradições, muitas delas de origem africana, particularmente ritos e religiões, num ambiente propício para serem, naturalmente, ensinados e debatidos, promovendo um melhor entendimento sobre o nosso país e, em decorrência, fomentando o interesse em frequentar esses centros profissionalizantes e outros projetos que o Brasil venha a oferecer àquele país.

A presença brasileira naquela região do sul da África pode também ser efetivada por meio do nosso Poder Naval.

O Brasil é dotado de uma Marinha de médio porte, balanceada e com capacidade de projetar poder nos locais onde o interesse estratégico do país assim justifique. A região costeira banhada pelo Atlântico Sul integra a área de interesse naval para a projeção de poder. Numa ação coordenada com o MRE, o Brasil pode-se fazer presente junto aos países sul-africanos costeiros ao Atlântico Sul, por meio de unidades navais para realizarem exercícios conjuntos nas suas respectivas águas jurisdicionais, mediante planejamento prévio, através do qual cada Estado estaria representado por sua Marinha em reuniões específicas para esse fim.

O espírito de cooperação fica claro nessa proposta, ancorado no Acordo de Cooperação entre o Brasil e a Namíbia em andamento, estando em perfeita sintonia com o propósito da ZPCAS, onde são fomentadas parcerias entre as duas nações, no sentido de garantir o respeito e a integridade do uso

pacífico e legal das suas águas jurisdicionais, contribuindo, diretamente, para a paz no Atlântico Sul, por intermédio de dois países com significativa importância regional em seus respectivos continentes e nos recém-criados blocos econômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que a Namíbia é, antes de tudo, um Estado nacional novo, ainda muito jovem, que tem pela frente todos os desafios comuns e normais, pelos quais a maioria das nações desenvolvidas ou em desenvolvimento já passou para consolidar seus interesses políticos e econômicos no concerto das nações e garantir sua soberania e o bem-estar social no campo interno. A educação é sempre um desafio particular e prioritário.

Vimos, também, que, por iniciativa brasileira, a criação da ZPCAS foi pouco tratada desde a aprovação da sua Resolução na ONU, apesar de ter sido apoiada pela maioria dos países costeiros sul-americanos e africanos, em face do jogo de poder em torno do equilíbrio das nações nas esferas de interesse das duas superpotências que regiam a bipolaridade mundial decorrente da Guerra Fria até 1989.

Contudo, essa Resolução envolve valores defendidos pela maioria dos países modernos, independentes, democráticos e soberanos, entre os quais a liberdade, legalidade e legitimidade formam um tripé que fundamenta ações e decisões em prol da defesa de seus interesses. Compreender a lógica é só um passo – e não necessariamente o fundamental – para melhor opção política.³⁰

³⁰ FONSECA Jr., Gelson - *A legitimidade e outras questões internacionais*, 1998, pág. 239.

E uma opção exequível e perfeitamente adequada é materializada nesse Acordo de Cooperação prestes a se tornar aceitável politicamente pelos Governos do Brasil e da Namíbia, numa ação articulada inicialmente pelo Ministério da Defesa da Namíbia e a Marinha do Brasil, naquela ocasião como uma Instituição do primeiro escalão do Governo Federal (Ministério da Marinha), mas agora consolidada pelo Ministério da Defesa e pelo Ministério das Relações Exteriores, e gerenciada no seu aspecto comercial pela EMGEPRON e, no campo do ensino profissional, pela Diretoria de Ensino da Marinha, ambas organizações pertencentes à estrutura da Marinha do Brasil, a primeira uma empresa vinculada diretamente ao Comandante da Marinha, e a segunda uma Diretoria especializada subordinada à Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha.

Essa iniciativa promove uma cooperação entre duas nações de diferentes continentes. Nesse caso, um mesmo oceano não separa seus povos e, sim, os une, para juntos contribuírem, de forma irreversível, para semear a paz e a segurança do Atlântico Sul através da defesa dos interesses mútuos em suas águas jurisdicionais.

Mas essa oportuna iniciativa não pode limitar-se ao campo militar. Pelo contrário, o Acordo de Cooperação deve servir como um primeiro passo das ações decorrentes de empreendimentos subsequentes no campo educacional, social e comercial.

A Namíbia solicita formal e legalmente o apoio brasileiro para a criação da sua Ala Naval, aperfeiçoando a capacidade de defesa nacional daquele país, e o Brasil tem a legítima oportunidade de projetar poder sobre o continente africano por meio desse Acordo com a Namíbia, fazendo-se presen-

te naquele país com sua cultura, tradições e tecnologias marítimas e navais, para, posteriormente, estar presente junto aos demais Estados nacionais partícipes da SADC, particularmente com parcerias estimuladas com a África do Sul.

Os nossos centros de capacitação profissional, especializados e bem sucedidos no Brasil, em perfeita sintonia com a indústria civil e naval, podem-se estabelecer no Estado namibiano para promoverem uma qualificação adequada da mão-de-obra daquele país nos campos de interesse namibianos e especialmente brasileiros, contribuindo também para a difusão dos valores nacionais do Brasil, através dos costumes e tradições assimilados pelos militares namibianos que aqui residiram e se formaram marinheiros especializados, muitos deles constituindo famílias por meio de casamento com mulheres brasileiras e que hoje formam novos núcleos familiares lá na Namíbia, nas vilas residenciais ao redor da futura base naval daquele país.

E a presença brasileira naquela região pode-se tornar mais ativa novamente por meio do Poder Naval brasileiro, mostrando a nossa Bandeira ao longo da costa atlântica sul-africana, fazendo anualmente exercícios conjuntos como forma de consolidar a ZPCAS, numa demonstração ao mundo inteiro de que uma ação concreta em proveito da paz e cooperação pode ser exercida pelos Estados costeiros no Atlântico Sul. Uma liderança brasileira no cenário internacional é desejada por todos nós, brasileiros e marinheiros, que, por convicção, defendemos os interesses nacionais por meio de um dos melhores instrumentos de projeção e de negociação de um Estado-nacional democrático no exterior: o seu Poder Naval! ☉

BIBLIOGRAFIA

- AFRICAN BUSINESS. *Namibia. Rise of a new star*. London: IC Publications Limited, p. 23-44. n.º 245, July-Aug 1999.
- ASSEMBLÉIA GERAL, Organização das Nações Unidas. *Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*. New York: ONU, 1986. Agenda n.º 139.
- BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 1999. 12ª ed. Vol. I e II.
- EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Ponto de Vista de Washington – Declaração oficial de política do governo dos EUA. *Sudoeste da África: anteprojeto de paz*. Washington, DC, 1989.
- ENCICLOPÉDIA ABRIL 2002. *Namibia*. São Paulo: Editora Abril Multimídia, [2002]. 1 CD-ROM.
- . *Organização das Nações Unidas*. São Paulo: Editora Abril Multimídia, [2002]. 1 CD-ROM.
- ENCICLOPÉDIA ENCARTA 2001. *Atlântico Sul*. São Paulo: Microsoft Corporation, [2001]. Conjunto de aplicativos. 2 CD-ROM.
- . *Namibia*. São Paulo: Microsoft Corporation, [2001]. Conjunto de aplicativos. 2 CD-ROM.
- FONSECA JR., Gelson. *A legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *África do Sul: visões brasileiras*. Brasília: IPRI/FUNAG-CAPES, 2000.
- INSTITUTO DO TERCEIRO MUNDO (Coord.). *Enciclopédia do mundo contemporâneo*. São Paulo: Publifolha; Rio de Janeiro: Editora Terceiro Milênio, 1999. p. 434 – 436.
- LIMA, Paulo de Tarso Flexa de. *Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*. Brasília: MRE, 1989.
- LUCHETTI, A. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por mnbn@iafrica.com.na em 04 ago. 2001.
- . Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por malucky@mweb.com.na em 26 nov. 2001.
- MARCELLO, Ivo Pinheiro. *O Atlântico Sul como área de paz e cooperação*. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 110, n.º 10/12, p. 191-199, Out-Dez 1990.
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul. Política e Estratégia*. Rio de Janeiro, v. VI, n.º 1, p. 49-60, Jan-Mar. 1988.
- NAMIBIA TRADE DIRECTORY. *A review of Namibia trade and industry - 1999. Fisheries*. Windhoek: NTD CC, 2000.
- PIVATELLI, Umberto. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por pivatelli@egpron.mar.mil.br, em 30 jul. 2001.
- . Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por pivatelli@egpron.mar.mil.br, em 08 nov. 2001.
- POLYTECHNIC OF NAMIBIA. *Prospectus*. Windhoek: Polytechnic, 1999.
- SANCHEZ, German Medina. *O Atlântico Sul como área de paz e cooperação*. 1989. 18 f. Ensaio (Mestrado em Ciências Navais) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro.
- SEIXAS, Carlos Henrique Silva. *TIAR e a importância da cooperação no Atlântico Sul*. 1998. 20 f. Ensaio (Mestrado em Ciências Navais) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro.
- STEINMANN, Daniel. *More than forest*. *Namibia Economist*. Windhoek: edição 29 sept - 5 oct, p. 2. 2000.
- . *We need critical mass*. *Namibia Economist*. Windhoek: edição de 6-12 Oct, p. 2. 2000.
- THE NAMIBIAN ECONOMIC POLICY RESEARCH UNIT. *Namibia: economic review and prospects 1997/1998*. Windhoek: NEPCU, 1998.
- UNIVERSITY OF NAMIBIA. *Prospectus*. Windhoek: University, 1998.
- VILLELA, Marco Antonio de Oliveira. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por 04a@densm.mar.mil.br, em 03 ago. 2001.

Comentários e Informações

AS PUBLICAÇÕES MILITARES VISTAS COMO DESAFIO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE INTEGRADA E SOLIDÁRIA

*Luiz Eugênio Duarte Peixoto**

*A essência da guerra revela-se,
não somente numa batalha verdadeira, mas
também num período em que
se aceita a eventualidade de uma guerra
ou que a paz não é uma certeza.*
Hobbes

*A paz é uma interrupção da guerra,
e não a guerra uma interrupção
do estado de paz.*
Jacqueline de Romilly

O objetivo dessa exposição não é falar sobre guerra mas de publicações militares. Todavia o que é essencialmente, uma publicação militar se não um instrumento de ensino para a guerra? Quando é que o militar se prepara para a guerra, senão nos momentos de paz? Quem é que sofre com a guerra, senão as sociedades civis e militares? Podemos separar essas sociedades? O que são elas?

Segundo Rousseau, escritor e filósofo, a sociedade está dividida em civil e po-

lítica. A sociedade civil é a mesma sociedade natural de Hobbes. Hoje, a sociedade civil é representada como o terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem a seu cargo resolver, intervindo como mediador ou suprimindo-os. Hoje, ela é tida como a base da qual partem as solicitações a que o sistema político está chamado a responder, como o campo das várias formas de mobilização, de associação e de organização das forças sociais que impelem à conquista do poder.

E o que é sociedade militar? Ela existe?

Pensamos existir, na verdade, uma comunidade militar que está inclusa, como não podia deixar de ser, na sociedade civil. Essa comunidade requer algo mais para sobreviver, ou mesmo viver, num ambiente mais difícil, envolvendo seus familiares e, mesmo, uma parcela da sociedade que gravita em função de sua existência. Como exemplo, temos as bases e vilas militares onde essas características mais se evidenciam. Sempre existiram e sempre existirão, pois os fenômenos guerra e paz são coordenadas da curva de evolução das civilizações. Foi pela guerra que pereceram civilizações e, também, foi através dela que se projetaram.

O estudo da História Militar pode proporcionar uma valiosa visão do problema.

* Coronel de Engenharia. Diretor da Biblioteca do Exército.

A perspectiva histórica conduz ao senso de equilíbrio, encoraja a visão de longo alcance e contribui para a conscientização de que a vida transcorre segundo um processo de mudança contínuo, ajudando, dessa forma, a contrabalançar o excessivo otimismo, ou o excessivo pessimismo, em relação aos acontecimentos correntes. Mais ainda, ajuda a reavaliar os valores utilizados para pesar os feitos, os métodos e as decisões. Protegido do calor e das paixões dos argumentos partidários, pode-se, por exemplo, compreender algumas das vantagens e das dificuldades da subordinação das forças militares a uma direção civil.

O estudo de História contribui, no processo global intelectual, para chegar-se a um julgamento abalizado. Melhor do que testar hipóteses em busca de tendências futuras, ela trabalha com causa e efeito de fatos. Uma atenta leitura da História Militar pode auxiliar o desenvolvimento do que Lidell Hart denominou abordagem científica, embora se questione ser possível aprender estratégia em livros-textos, da mesma forma como se adquirem conhecimentos acadêmicos. Ao longo dos tempos, a evolução da arte militar e das instruções castrenses sempre se fez sentir na vida das civilizações. Apesar de o momento parecer inadequado, diante da propalada inutilidade dos exércitos, da generalizada abolição do serviço militar obrigatório e do desaparecimento da noção de pátria, em função de a guerra ter sido, ilusoriamente, proscrita pelos organismos internacionais e a implantação da chamada Nova Ordem Mundial, a História Militar escapou à condenação de limitar a história das instituições armadas e a nobre profis-

são de soldado. O seu estudo apresenta tanto valor educacional quanto utilitário.

Permite apreciar a guerra como um todo e relacionar suas atividades em períodos de paz, dos quais irrompe e aos quais, inevitavelmente, retorna. Ela ajuda a desenvolver um modo de pensar profissional, ou seja, uma atitude mental. No campo de liderança, mostra a grande importância do caráter e da integridade. Estudada em profundidade, permite ver a guerra, segundo a decantada expressão de Clausewitz, *como um camaleão, um fenômeno que alimenta e suga a sociedade que a provoca*. Assim, assumiu maior importância, participou do contexto histórico dos povos, ultrapassou os umbrais dos estabelecimentos de ensino militar, penetrou nas universidades dos países desenvolvidos e despertou o interesse tanto dos meios acadêmicos quanto das classes armadas.

No início do século XX, a opinião pública mostrava-se desinteressada pela História Militar, exceto a da Alemanha, vitoriosa em 1870, e a da França, animada por um espírito revanchista.

Apesar de a Primeira Guerra Mundial ter suscitado a publicação de inúmeras obras - biografias, memórias e estudos de inegável valor - as pesquisas de História Militar nas universidades foram raras, comparadas com certa repulsão ao holocausto de 1914-18, dando margem ao surgimento de um espírito antimilitarista ou pacifista, sendo o estudo da guerra quase banido dos programas universitários. No Brasil, embora já constasse dos currículos de ensino militar na primeira metade do século XIX, o interesse pelo seu conhecimento só foi despertado, com o advento da Missão Militar Francesa, após a Primeira

Guerra Mundial. Na União Soviética e nos países do Leste Europeu, ela foi estimulada como meio de propaganda. Nos países anglo-saxônicos, diante da desmoralização e das campanhas contra o serviço militar obrigatório, os interesses se concentraram nos efeitos da guerra sobre as populações. Apenas a sociologia e a psicologia deram mais atenção ao fenômeno guerra, aparecendo as figuras de Janowitz, nos Estados Unidos, e Gaston Bouthoul, na França.

Após 1917, a guerra tomou outra feição, sob a influência de Lenin, Mao Tsé-tung e Che Guevara, não fazendo distinção entre civis e militares, ou entre tempos de guerra e de paz, enfatizando a subversão, a resistência e o terrorismo. Tal transformação levou os pensadores a se interessarem pelo estudo de uma nova modalidade, a revolucionária, em seus aspectos sociais, morais, estruturais e não conjunturais.

De um modo geral, a História Militar não recebeu a merecida atenção. Nas academias e institutos de altos estudos militares, o seu ensino e aprendizagem ficaram limitados a apresentações de casos históricos sem maior profundidade, na introdução de certas unidades didáticas para despertar a motivação dos discípulos. Os militares estão pagando elevado preço, por haverem negligenciado o seu estudo na formação dos seus quadros de oficiais de estado-maior, e sentem a necessidade de rever os currículos de diversos cursos, acrescentando-lhes a carga horária que tão importante disciplina reclama.

Nas últimas décadas do século XX e do milênio, constata-se, em todo o chamado Primeiro Mundo, um despertar generalizado nas escolas militares para o estudo da História Militar, experimentando os cursos de pós-

graduação, nesse ramo da História, crescente demanda, particularmente, por civis.

Na realidade, as coisas não foram assim tão fáceis. Os encontros entre militares e universitários viram-se marcados por uma certa incompreensão. A história dos militares afigurava-se aos soldados como um complemento útil, porém secundário à História Militar. Nas universidades, por outro lado, os pesquisadores não se arriscavam a incursionar fora da história social das Forças Armadas, para abordar o seu aspecto capital ligado à finalidade das instituições militares, que é o estudo da guerra.

Todos lucraram, no final. Os militares fizeram com que os universitários compreendessem a especificidade da psicologia dos combatentes, enquanto que os acadêmicos lhes transmitiram sua grande problemática e os seus métodos de pesquisa. O resultado dessa troca de experiência redundou no progressivo desenvolvimento da História Militar que, pouco a pouco, incorporou aspectos da História Geral.

Do entendimento desses conceitos e de sua evolução, diferenciamos o das publicações militares, que não é, apenas o estudo da tática, mas principalmente o da arte da guerra, sua história e evolução.

Quando, em 1937, a Biblioteca do Exército foi transformada em editora, foi norteadada por esses princípios, ou seja, de preparar os militares brasileiros, para que, conhecendo a História Militar e a tática moderna, conseguissem um entrosamento perfeito entre as mesmas. No campo da tática, o Estado-Maior do Exército e o Comando de Operações Terrestres se encarregam dos regulamentos e das doutrinas e os aplicam nas escolas militares, enquanto a Biblioteca do Exército Editora programa seus edi-

toriais com ênfase para a história militar e política, para a estratégia, para geopolítica e biografias de chefes militares. Publicamos obras de autores nacionais e estrangeiros como: Carlos de Meira Mattos, Therezinha de Castro, John Keegan, Ardant Du Picq, Jay Luvaas, Peter Paret e tantos outros. Poderíamos ser somente usuários de um mercado existente que é globalizado, mas as editoras brasileiras não se voltaram para ele e, como tal, nos tornamos pioneiros no País. Atendemos não somente aos militares mas também à sociedade civil, que vem despertando para este assunto. Cremos, assim, que estamos participando ativamente dessa integração. Hoje, fazemos parte de uma rede de livrarias em todo o País, onde a procura ainda é acanhada, mas vem crescendo, o que mostra a existência dessa integração, do interesse nesse campo, da busca do conhecimento dos assuntos militares, da história, do pensamento militar através dos tempos, da estratégia e da tática usadas nas guerras. Esse trabalho tem sido árduo mas gratificante, e entendemos que seja ele o caminho.

Temos, ainda, mantido a pesquisa histórica, promovendo concursos literários para oficiais, praças e civis, premiando as melhores obras e publicando-as.

Editamos três revistas quadrimestrais: *A Defesa Nacional*, fundada em 1913, a *Revista do Exército Brasileiro*, fundada em 1882, e a *Revista Militar de Ciência e Tecnologia*, fundada mais recentemente para atender as exigências do nosso tempo.

Através delas mantemos o intercâmbio do nosso Exército com os exércitos das nações amigas e com entidades civis, em particular com as universidades brasileiras. Outras publicações são editadas pelo Exér-

cito, mas não com esse perfil, entre elas a revista *Verde Oliva* e o *Noticiário do Exército*, que são ligadas diretamente ao Comandante do Exército e voltadas para a área de comunicação social da Força.

Quer como biblioteca de consulta, quer na qualidade de editora de obras selecionadas ou em todas as suas outras atividades culturais (premiações, exposições, cursos, conferências, intercâmbio, etc.), a Biblioteca do Exército permanece fiel aos propósitos de sua criação, traduzidos nos termos de sua finalidade institucional: *Contribuir para o provimento, a edição e a difusão de meios bibliográficos necessários ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura profissional-militar em geral*. Sem quaisquer restrições, a Biblioteca do Exército está aberta ao público civil desde a sua inauguração, em 1881.

Matéria extraída de exposição apresentada na XV Conferência Ibero-americana de Editores Militares realizada em Tegucigalpa, Honduras, no ano 2002.

TRAVESSIA DOS FORTES

*Luiz Sérgio Melucci Salgueiro**

O Centro de Estudos de Pessoal - CEP, também conhecido como Forte Duque de Caxias, no Leme, realizou, em 2002, uma segunda competição da maratona aquática denominada *Travessia dos Fortes*. A ambigüidade do nome escolhido para a prova não foi por acaso,

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Comandante do Centro de Estudos de Pessoal.

pois o percurso exige dos atletas muito treinamento, técnica e determinação, características dos *fortes*. O início e o término da competição são balizados pelo Forte de Copacabana, no Posto 6, e pelo Forte Duque de Caxias, na praia do Leme, no Rio de Janeiro.

Será que o sonho de realizar essa travessia, o esforço dos organizadores em divulgar o acervo histórico dessas duas tradicionais fortalezas, a busca de um fortalecimento das relações com a comunidade através do esporte, todo o trabalho prévio de preparação, segurança e controle foram compensadores?

Acreditamos que sim.

A prova de natação, inédita no bairro de Copacabana, compreende um trecho de 3800 m em mar aberto, com dificuldades variadas, desde a água gelada, passando por correntes submarinas, até a superação de receios e apreensões frente aos obstáculos a serem vencidos.

Em 2002, com mais de 2000 atletas inscritos, um recorde no Brasil, o evento repetiu o êxito de 2001, apesar dos dois adiamentos impostos pelas más condições de tempo. Estiveram presentes atletas de todas as idades e de ambos os sexos, desde nadadores com pouco mais de 16 anos até um grande número de sexagenários, alguns federados e outros apenas entusiastas da natação, todos competindo num clima de *sã camaradagem*. Praticamente todas as importantes agremiações, clubes e escolas de natação da cidade estiveram presentes na *Travessia dos Fortes 2002*. Os portadores de necessidades especiais deram uma particular demonstração de garra e entusiasmo, brindando-nos com uma grande lição de vida.

Os vencedores masculinos da prova, segundo a comissão de arbitragem, foram os atletas Luiz Lima e Rafael Animal Gonçalves, ambos do Clube de Regatas do Flamengo, enquanto que a atleta Natalia Yakovleva, russa naturalizada brasileira, campeoníssima na modalidade, conquistou o 1º lugar entre as mulheres.

A travessia, desde o ano passado, teve como objetivos reunir os melhores nadadores e nadadoras do Estado e do País numa data entre as comemorações da Semana do Soldado e da Semana da Pátria. A competição tem a pretensão de transformar-se num evento de cunho cultural, cívico e desportivo, chamando a atenção da população carioca para a prática de um esporte ainda pouco popular e, também, para a beleza das fortalezas históricas que guarnecem Copacabana. Como exemplo de empreendimentos similares e vitoriosos, podemos citar a *Meia Maratona do Rio* e a *Regata da Escola Naval*.

O CEP contou com a parceria da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos - CBDA - e da Federação Aquática do Rio de Janeiro - FARJ, que, juntas, trouxeram o patrocínio da Prefeitura do Rio de Janeiro e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT, sem o qual os sonhos de realização de uma prova de tal envergadura não teriam sido possíveis. O apoio do Comando Militar do Leste, autorizando as ligações com Grandes Unidades e com todas as Organizações Militares da área, também foi imprescindível para o brilhantismo da competição. Assim sendo, pudemos contar com a equipe de salto livre da Bda Pqdt, com o apoio de saúde da Escola de Saúde do Exército - EsSEx, com a arbitragem da Escola de Educação

Física do Exército – EsEFEx, com os salvamentos do Grupamento Marítimo do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, com exposições de material, banda de música, salva de artilharia e também com a ajuda de muitos outros colaboradores anônimos.

A infra-estrutura montada garantiu uma segurança perfeita para participantes e assistência. Com orgulho, podemos afirmar que, nas duas experiências práticas, nenhum incidente ou acidente foi registrado.

O objetivo inicial da *Travessia dos Fortes*, o de chamar atenção para os sítios históricos e para as belíssimas fortalezas que ornaram a praia de Copacabana, foi totalmente atingido; o número de visitantes ao Forte Duque de Caxias tem aumentado, consideravelmente, durante os fins de semana, principalmente para a caminhada ecológica até o alto da Pedra do Leme. As belíssimas paisagens, disponibilizadas pela mídia, automaticamente vêm divulgando mais uma das belezas naturais de nossa cidade, possibilitando que cariocas e estrangeiros entendam o esforço de nossos antepassados, em meados do século

XIX, para preservar e defender o porto e a cidade do Rio de Janeiro.

Com certeza, o casamento do turismo com eventos esportivos só traz vantagens. Com a maior divulgação da prova em anos futuros, com a participação de atletas de nível internacional, e com uma crescente participação de agremiações e do público em geral, certamente, os ganhos indiretos começarão a aparecer: criação de empregos, aumento de arrecadação de impostos, preservação do meio ambiente, valorização do patrimônio histórico e cultural. Ganhamos todos nós, militares e civis, atletas e técnicos, cidadãos e dirigentes. O sonho pode estar prestes a se tornar uma realidade. É, portanto, viável e oportuno difundir o evento e investir na *Travessia dos Fortes*.

Esperamos que, com a recente escolha do Rio de Janeiro, para sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007 e com a real possibilidade desse tipo de prova ser incluído oficialmente no rol das competições, possamos, futuramente, trabalhar mais e melhor, sempre orientados pelo lema: *valorizando o homem, serve ao Exército e ao Brasil*.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA — Coleção General Benício



Cannæ e nossas Batalhas

H. O. Wiederspahn

A obra compara a batalha Cannæ (206 a. C) com as de Tuiuti e de Avaí, objetivando evidenciar a aplicação de princípios fundamentais. Os ensaios que compõem o livro valem como estudos informativos e inteligentes de campanhas militares. Nele, os leitores encontrarão sínteses de batalhas e de doutrinas operacionais.



**Atualize os seus conhecimentos por
intermédio da Biblioteca do Exército,
a preços nunca vistos!**

PEDIDO DE ASSINATURA

Faça seu pedido!

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

- ☐ à vista – R\$ 210,00
☐ 02 vezes – R\$ 105,00 (válido até 20 Set)
☐ 03 vezes – R\$ 70,00 (válido até 20 Ago)
☐ 05 vezes – R\$ 45,00 (válido até 20 Jun)

REVISTAS

- ☐ Exército Brasileiro – R\$ 40,00 (à vista)
☐ A Defesa Nacional – R\$ 40,00 (à vista)
☐ Ciência & Tecnologia – R\$ 40,00 (à vista)

Para efetuar sua assinatura envie cheque-correio ou vale postal, nominal à "Defesa Nacional" ou deposite o valor na conta 380011-3, agência 2496-1 do Banco do Brasil

PARA MILITARES DO EXÉRCITO (Ativa e Reserva)

1 – Coleção General Benício

O desconto em folha poderá ser em até 12 (doze) vezes, se iniciado em janeiro, caso contrário, os descontos serão efetuados nos meses subsequentes com os valores abaixo:

Veze	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2
Valor	R\$ 17,50	R\$ 19,09	R\$ 21,00	R\$ 23,33	R\$ 26,25	R\$ 30,00	R\$ 35,00	R\$ 42,00	R\$ 52,50	R\$ 70,00	R\$ 105,00
Mês pg	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov

2 – Revistas

Desconto único na efetivação da assinatura

Obs: Os pedidos de exclusão do **Quadro de Assinantes** poderão ser enviados até 31 de dezembro do ano em curso, sendo efetivados apenas no ano seguinte.

Informamos, ainda, que a renovação anual é automática no mês de janeiro dos anos subsequentes.

Dados Cadastrais

Nome completo	
CPF	Data de nascimento
Endereço	Bairro
Cidade	UF CEP
Tel	Fax E-mail

Militares

Ativa <input type="checkbox"/>	Reserva <input type="checkbox"/>	Desconto em folha	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
Prec-CP	Posto/Grad	OM/SIP		

Assinatura: _____ Identidade: _____

Recorte e preencha este PEDIDO DE ASSINATURA, e envie para a Biblioteca do Exército.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25, Ala Marcílio Dias – 3º andar – CEP 20221-260 – Rio de Janeiro, RJ.

Assinaturas 0800 238365 (grátis) ou (21) 2519-5715 – Fax (21) 2519-5569 – E-mail: bibllex@ism.com.br

seja
assinante
da **BIBLIEX**
e receba
sempre
as
melhores
obras

Impresso nas oficinas da
SERMOGRAF - ARTES GRÁFICAS E EDITORA LTDA.
Rua São Sebastião, 199 - Petrópolis - RJ
Tel.: (24) 2237-3769

impressão

Sempre uma alternativa viável,
dimensionada às suas necessidades.



SERMOGRAF
artes gráficas e editoria lda.

Ligue e comprove a diferença.

(24) 2237-3769



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço
dos ideais, dos valores e das
necessidades da cultura
militar brasileira.